

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 12 n. 3 • Setembro-Dezembro de 2022 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Svetlana Ruseishvili, Jacqueline Sinhoretto, Beatriz Patriota (editora assistente) e Patrícia Amorim Weber (editora assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 12, n. 3, set – dez (2022) –, São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2022.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BI-BLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Neoliberalismo híbrido no Brasil

ORGANIZADORES: DANIEL PEREIRA ANDRADE E MARIANA MAGALHÃES PINTO CÔRTEZ

Brasil, neoliberalismo híbrido655

DANIEL PEREIRA ANDRADE

MARIANA MAGALHÃES PINTO CÔRTEZ

Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil.....675

DANIEL PEREIRA ANDRADE

É culpa de quem? Guerra, humilhação e verdade nas relações entre pentecostalismo e bolsonarismo 709

MARIANA CÔRTEZ

Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal 743

JACQUELINE MORAES TEIXEIRA

Corrupção, democracia e neoliberalismo nas Américas..... 769

FREDERICO DE ALMEIDA

Racionalidade criminalizante e neoliberalismo híbrido: ou como a LGBTfobia se tornou crime no Brasil801

ALEXANDRE NOGUEIRA MARTINS

Entre mito e solução, a busca por um empreendedorismo realmente existente.....827

BRAUNER GERALDO CRUZ JUNIOR

Artigos

Sociologia das Profissões e das Ocupações no Brasil: 2002-2019 851

MARIA DA GLORIA BONELLI

JORDÃO HORTA NUNES

JACQUES MICK

Entre a autonomia e a precarização: a inserção de meninas com passagem pelo sistema socioeducativo nas dinâmicas do tráfico de drogas com base na perspectiva do trabalho873

CAMILA CALDEIRA NUNES DIAS E FABÍOLA PEREZ CORRÊA

Niñez, género y sexualidad en la construcción del <i>grooming</i> como un problema global-local. El caso de las campañas de prevención de Argentina.....	903
PILAR ANASTASÍA GONZÁLEZ	
As mulheres retratadas pela publicidade brasileira: uma abordagem interseccional sobre as referências sociais veiculadas.....	931
BEATRIZ MOLARI	
Las noticias de la pandemia. Un estudio desde las audiencias	955
BRENDA FOCAS	
MARINA MOGUILLANSKY	

Contents

Dossier Brazil, hybrid neoliberalism

DOSSIER ORGANIZED BY DANIEL PEREIRA ANDRADE E MARIANA MAGALHÃES PINTO CÔRTEZ

Brazil, hybrid neoliberalism655

DANIEL PEREIRA ANDRADE

MARIANA MAGALHÃES PINTO CÔRTEZ

Historical rounds of neoliberalization in Brazil.....675

DANIEL PEREIRA ANDRADE

Whose fault is it? War, humiliation and truth in the relations

between pentecostalism and bolsonarism 709

MARIANA CÔRTEZ

Masculinities and pentecostalism as a neoliberal technology..... 743

JACQUELINE MORAES TEIXEIRA

Corruption, democracy and neoliberalism in the Americas 769

FREDERICO DE ALMEIDA

Criminalizing rationality and hybrid neoliberalism: or how

LGBTfobia was criminalized in Brazil.....801

ALEXANDRE NOGUEIRA MARTINS

Between myth and solution, the search for a really existing

entrepreneurship827

BRAUNER GERALDO CRUZ JUNIOR

Articles

Sociology of Professions and Occupations in Brazil: 2002-2019 851

MARIA DA GLORIA BONELLI

JORDÃO HORTA NUNES

JACQUES MICK

Between autonomy and precariousness: the insertion of girls who

have passed through the socio-educational system in the dynamics

of drug trafficking from the perspective of work873

CAMILA CALDEIRA NUNES DIAS

FABÍOLA PEREZ CORRÊA

Childhood, gender and sexuality in the construction of grooming
as a global-local problem. The case of prevention campaigns
in Argentina 903
PILAR ANASTASÍA GONZÁLEZ

Women portrayed by brazilian advertising: an intersectional
approach on social references conveyed 931
BEATRIZ MOLARI

The news of the pandemic. An audiences study 955
BRENDA FOCAS
MARINA MOGUILLANSKY

Dossiê Neoliberalismo híbrido no Brasil

ORGANIZADORES: DANIEL PEREIRA ANDRADE E MARIANA MAGALHÃES PINTO CÔRTEZ





BRASIL, NEOLIBERALISMO HÍBRIDO

Daniel Pereira Andrade¹

Mariana Magalhães Pinto Côrtes²

Resumo: O artigo oferece uma perspectiva analítica para pensar o neoliberalismo brasileiro por meio da concepção foucaultiana de governamentalidades híbridas. O neoliberalismo é caracterizado pela construção política da sociedade conforme o modelo do mercado. As técnicas neoliberais foram adotadas de maneira seletiva em diferentes contextos, compondo-se com e reorganizando as constelações políticas e sociais existentes. O reconhecimento da heterogeneidade de racionalidades políticas que se compõem de maneira dinâmica e variada na construção do Estado e das instituições ou nas formas de governo constituídas “de baixo para cima” pelos governados permite explicar as variações das formas da existência em torno da norma de vida neoliberal, constituindo processos de neoliberalização singulares.

Palavras-chave: neoliberalismo híbrido; governamentalidades híbridas; processo de neoliberalização brasileiro; norma de vida; forma social da existência.

BRAZIL, HYBRID NEOLIBERALISM

Abstract: *The paper offers an analytical approach to think about Brazilian neoliberalism through the Foucauldian conception of hybrid governmentalities. Neoliberalism is characterized by the political construction of society according to the*

1 Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) - São Paulo - Brasil - dpaaa@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5668-0813>

2 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia - Brasil - marianampcortes@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-0679-5524>

market model. Neoliberal techniques have been adopted selectively in different contexts, compounding with and reorganizing existing political and social constellations. Recognizing the heterogeneity of political rationalities that are dynamically and variously composed in the construction of the state and institutions or in the forms of government constituted “from the bottom up” by the governed allows us to explain the variations of the forms of existence around the neoliberal norm of life, constituting singular processes of neoliberalization.

Keywords: *hybrid neoliberalism; hybrid governmentalities; Brazilian neoliberalization process; norm of life; social form of existence.*

BRASIL, NEOLIBERALISMO HÍBRIDO

Resumen: El artículo ofrece una perspectiva analítica para pensar el neoliberalismo brasileño a través de la concepción foucaultiana de las gubernamentalidades híbridas. El neoliberalismo se caracteriza por la construcción política de la sociedad según el modelo de mercado. Las técnicas neoliberales se han adoptado de forma selectiva en diferentes contextos, combinándose con las constelaciones políticas y sociales existentes y reorganizándolas. El reconocimiento de la heterogeneidad de las racionalidades políticas que se componen dinámicamente y diversamente en la construcción del Estado y de las instituciones o en las formas de gobierno constituidas “de abajo hacia arriba” por los gobernados permite explicar las variaciones de las formas de existencia en torno a la norma de vida neoliberal, constituyendo procesos singulares de neoliberalización.

Palabras-clave: neoliberalismo híbrido; gubernamentalidad híbrida; proceso de neoliberalización brasileño; norma de vida; forma social de la existencia.

1. Introdução

A publicação póstuma do já consagrado curso de Michel Foucault no Collège de France, intitulado *Nascimento da Biopolítica* (2004), produziu uma importante inflexão nas pesquisas acadêmicas sobre o neoliberalismo. Nessa chave analítica, o neoliberalismo passou a ser concebido como uma racionalidade política que define uma estratégia específica de governo das condutas e que induz o autogoverno dos indivíduos para que eles se adequem a determinadas normas. O foco dessas pesquisas se deslocou, assim, da economia política e das correntes de pensamento para a “história das artes de governo” que definem uma “norma

de vida” e dão “forma à nossa existência” (Foucault, 2004; Dardot e Laval, 2009)³. As políticas econômicas e o *corpus* doutrinário são mobilizados apenas como parte das formas de poder e saber que reformam instituições e quadros jurídicos e moldam as relações com os outros e consigo mesmo. Ao analisar como o neoliberalismo define a forma historicamente singular do capitalismo contemporâneo, a abordagem foucaultiana se aproxima e dialoga com a Escola da Regulação francesa e sua descrição dos modos de regulação social e política que moldam as diferentes fases do capitalismo (Dardot e Laval, 2009; 2014).

A racionalidade política neoliberal pode ser caracterizada pela construção política e normativa da sociedade conforme o modelo do mercado. Sua lógica de governo se desenvolve em duas estratégias complementares. Primeiro, ela implica a construção legal e institucional de mercados blindados das demandas democráticas por justiça social e igualdade redistributiva, o que ocorre tanto em nível global, por meio da regulação pró-capital feita por organismos e pelo direito internacional, quanto em nível local, com os Estados referendando politicamente o encapsulamento ao integrar os mercados nacionais aos globais, ajudando, assim, a criar a concorrência externa à qual os próprios Estados são submetidos. Segundo, a racionalidade neoliberal implica a introdução da lógica do mercado em esferas da vida fora do próprio mercado, com a consequente generalização das relações de concorrência, do modelo de gestão da empresa privada e da grade de análise econômica para o governo dos mais variados fenômenos sociais. Essa racionalidade política, portanto, atua em diferentes escalas, moldando o espaço do capitalismo mundial como uma globalização financeira e comercial, o Estado como um governo empresarial em concorrência por fluxos de investimentos internacionais, a sociedade como sociedade de mercado (com a população sendo governada como recurso para o mercado e pelo modelo de mercado) e a subjetividade segundo a figura do empreendedor de si mesmo (Andrade, 2015; 2019a; 2019b; Andrade, Côrtes e Almeida, 2021; Brown, 2015; Dardot e Laval, 2009; Davies, 2014; Foucault, 2004; Slobodian, 2018; Waqquant, 2012).

Nessa leitura do neoliberalismo como regime geral de governamentalidade ou como modo de regulação que define uma norma de vida, é possível observar variações locais na forma social da existência. Ainda que as técnicas de poder e

3 Importantes trabalhos recentes seguiram por outras linhas, buscando realizar a história do neoliberalismo no Brasil a partir da Economia Política e da história das políticas econômicas (Saad Filho e Moraes, 2018; Saad Filho, Colombi e Grigera, 2021), da influência das escolas neoliberais na formulação das reformas e políticas governamentais (Klein, 2020; Ramírez, 2012 e 2020), da história do pensamento neoliberal brasileiro (Lynch, 2021) e da circulação de ideias neoliberais e ultraliberais no Brasil (Rocha, 2021).

as formas de saber do neoliberalismo sejam impostas por organismos internacionais, Estados e corporações, elas são adotadas de maneira seletiva em diferentes contextos, compondo-se com e reorganizando as constelações políticas e sociais já existentes, mas sem as substituir inteiramente. Por essa razão, geógrafos e antropólogos insistem na necessidade de se atentar para a diversidade de processos históricos e geográficos de neoliberalização (Brenner; Peck e Theodore, 2010; Collier, 2012; Goldstein, 2012; Hilgers, 2012; Ong, 2006; Peck; Theodore e Brenner, 2012a; 2012b).

A análise dos processos de neoliberalização singulares, como o caso brasileiro, obtém ganhos teóricos importantes por meio da concepção de hibridismo governamental. O reconhecimento da heterogeneidade de racionalidades políticas que se compõem de maneira dinâmica e variada na construção do Estado e de outras instituições ou nas formas de governo constituídas “de baixo para cima”, por meio da agência dos governados, permite, de saída, evitar alguns problemas bastante frequentes no uso do conceito de neoliberalismo.

Em primeiro lugar, previne contra o vício bastante comum de ver o neoliberalismo em tudo, confundindo-o com a realidade existente em sua totalidade (Clarke, 2008; Gibson-Graham, 2008). Desfaz-se, assim, uma narrativa do inevitável, que vê no neoliberalismo a fonte de forças estruturais onipresentes e invencíveis, permitindo ainda a análise cuidadosa das relações de poder e de dominação específicas (Peck, 2010). Mesmo que a racionalidade política neoliberal seja transversal e extensível *a priori* a todas as esferas da vida (Dardot e Laval, 2009), é preciso reconhecer que ela não se faz presente em toda parte de maneira homogênea nem substituiu ou desfez inteiramente outras lógicas de governo e autogoverno.

Em segundo lugar, evita-se a projeção de processos típicos de países desenvolvidos na realidade brasileira e de outros países em desenvolvimento (Hilgers, 2012; Goldstein, 2012). Se há dinâmicas globais que induzem formas de regulação voltadas para ou baseadas na lógica do mercado, essas forças não atingem os diferentes países e regiões como “tsunamis econômicos” que se derramam sobre recipientes vazios (Ong, 2006; 2007). Os vetores regulatórios que se disseminam pelos mercados globais e organismos internacionais se deparam com formações estatais e sociais constituídas por outras racionalidades históricas, compondo-se com elas e dando origem a todo tipo de invenção político-institucional, definindo processos singulares.

Terceiro, permite sair de classificações binárias sobre se um governo é ou não neoliberal. Esse problema é especialmente comum em regimes presidencialistas, como o brasileiro, que privilegiam análises por períodos definidos por

governantes eleitos. É assim que, no Brasil, os governos de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro foram considerados neoliberais, enquanto os governos petistas se autodesignaram “pós-neoliberais” (Sader, 2013). A análise com base na pluralidade de racionalidades políticas permite uma leitura transversal aos diferentes governos e uma perspectiva mais rica do que a classificação binária, percebendo como cada governo alterou ou manteve as hibridizações existentes, mas sem efetivamente acabar até o momento com a lógica neoliberal. Não se trata, evidentemente, de dizer que todos são igualmente neoliberais, mas de nuançar avanços, recuos e deslocamentos das combinações ao longo do tempo.

Quarto, explorar essas formações híbridas pode ter um potencial político interessante. Avaliar tensões, bloqueios recíprocos, incompatibilidades e contradições entre diferentes racionalidades políticas permite a definição de estratégias a serem desenvolvidas por dentro das instituições e do Estado e também de baixo para cima, a partir da ação popular. De um lado, trata-se de propor uma disputa das instituições existentes, criando um mapa das batalhas que lhes atravessam, e valendo-se das brechas existentes para abrir espaço para a emergência de novas racionalidades que promovam mudanças internas, ao invés de apostar todas as fichas em uma transformação revolucionária e global vinda de movimentos externos que precisariam fundar novas instituições. Parte-se, assim, do reconhecimento de que abandonar a disputa das instituições, dadas as suas relações de poder já constituídas, pode ser politicamente infrutífero e levar mais a uma paralisação do que a uma mudança radical. De outro lado, o reconhecimento de racionalidades políticas híbridas permite pensar estratégias de baixo para cima, já que o neoliberalismo não se efetiva apenas em macropolíticas estatais e em “formas burocráticas de memória muscular” (Peck; Theodore e Brenner, 2012b), mas igualmente em subjetividades e modos de vida populares. As subjetividades incorporam a racionalidade do empreendedor de si mesmo, mas não coincidem inteiramente com ela, já que também se combinam de maneiras múltiplas com outros saberes e práticas populares, como crenças religiosas, estratégias de economia informal, formas de solidariedade e autogoverno etc. (Comaroff e Comaroff, 2000; Gago, 2018). Constitui-se, assim, uma subjetivação com múltiplas determinações, com variações e ambivalências, definindo-se não como um processo homogêneo de assujeitamento, mas também como possibilidade de revolta e de insubordinação (Gago, 2018). Desse modo, nem se abandona inteiramente a disputa das instituições nem se recai na ilusão estatista de que basta a adoção de macropolíticas alternativas para um governo progressista superar o neoliberalismo. Ao invés de uma escolha binária

entre uma estratégia de reformismo estatal/institucional e outra popular-revolucionária, talvez seja possível a combinação das duas, hibridizando-se também as formas de resistência e de transformação.

A análise do hibridismo governamental traz, assim, a vantagem de reconhecer a especificidade do neoliberalismo (inclusive de suas diferentes vertentes), a heterogeneidade de outras racionalidades políticas e a singularidade dos processos históricos de arranjo entre elas. Obtém-se, desse modo, um ganho de precisão de análise, ao invés de se proceder a um movimento de abstração crescente do conceito de neoliberalismo, de modo a torná-lo abrangente das variadas relações de poder existentes, correndo o risco de cair em um vazio semântico expresso muitas vezes pela ausência de definições (Boas e Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015).

A admissão da existência de múltiplas racionalidades políticas não causa prejuízo para o reconhecimento do neoliberalismo como aquela historicamente predominante no presente, devido à sua enorme plasticidade que a torna capaz de se hibridizar e de colonizar outras estratégias e táticas. Além disso, há o fato absolutamente relevante de a forma de regulação neoliberal ser centralmente constitutiva do atual regime de acumulação do capitalismo financeiro globalizado, o qual, por sua vez, opera como uma força gravitacional reforçando seu regime de governamentalidade em detrimento de outros. Como as estratégias de poder não são determinadas automaticamente e em um único sentido pelas relações capitalistas, havendo antes uma considerável margem de autonomia para a criação de técnicas de governo variadas, há, sim, a possibilidade de coexistência de racionalidades políticas heterogêneas em um mesmo regime de acumulação, conferindo uma forma social dinâmica a ele. Não apenas diferentes estratégias podem emergir simultaneamente como ainda podem ser remanescentes de outros momentos, mostrando-se capazes de persistir no tempo mesmo que tenham se constituído como respostas a problemas históricos específicos. A cada período, essa multiplicidade é rearticulada conforme a lógica predominante, mas sem que cada racionalidade política perca inteiramente a própria normatividade ou que se crie uma coerência plena sem fissuras e sem resistências.

De todo modo, essa predominância do neoliberalismo não deve ser pressuposta em todas as situações específicas, mas, sim, constatada historicamente. Por isso, é fundamental analisar o neoliberalismo em seu processo de desenvolvimento em nível global e também nos seus desdobramentos tentaculares em híbridos locais. Do mesmo modo, é sempre preciso observar cada situação em sua singularidade histórica e geográfica, de modo a se compreender se, e de

que forma, o neoliberalismo se faz presente. Afirmar que tudo é neoliberalismo, como já dito, impede de perceber justamente a existência de outras lógicas normativas que podem reforçá-lo ou, inversamente, preservar espaços de respiro, suscitar resistências ou criar caminhos intermediários de saída e transformação.

Além disso, a noção de hibridismo está presente no pensamento social brasileiro em diversas de suas vertentes, permitindo um diálogo com essa tradição. Menciono apenas três exemplos. Celso Furtado (2009), em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, apresenta o subdesenvolvimento não como etapa histórica evolucionista do desenvolvimento, mas como uma formação histórica singular caracterizada pela expansão da economia industrial europeia em direção a sistemas econômicos pré-capitalistas, em geral regiões de antiga colonização. O hibridismo aparece, assim, na formação estrutural de uma economia dualista, com uma atividade capitalista moderna voltada para a exportação (e, nos casos mais complexos, com um núcleo industrial voltado para o mercado interno) convivendo lado a lado com uma economia de subsistência arcaica.

Francisco de Oliveira (2003), em *Crítica à razão dualista* e em *Ornitórrinco*, oferece outra visão clássica do hibridismo nacional. Rompendo com a “tentação dualista” furtadiana e cepalina, segundo a qual o setor atrasado constituiria obstáculo ao desenvolvimento, ele chama a atenção para a “simbiose e organicidade”, para a “unidade de contrários”, pela qual o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado” (Oliveira, 2003: 32). A atualização dessa tese sobre “o caráter ‘produtivo’ do atraso” desemboca na questão do “ornitórrinco”, metáfora de hibridismo animal que desorganiza as classificações evolucionistas existentes, de modo a ilustrar como em nossas paragens as características “evolutivas” de ponta do capitalismo mundial se combinam com uma incomensurável desigualdade e com uma dependência externa que, embora impeçam o país de permanecer no subdesenvolvimento, truncam a sua acumulação. Por fim, mesmo a leitura conservadora realizada por Gilberto Freyre (2006), em *Casa Grande & Senzala*, inspiradora da amplamente criticada ideia de “democracia racial”, aponta para o hibridismo nacional por meio da ideia de “antagonismos em equilíbrio” na formação étnica, social e cultural brasileira. Segundo essa visão, características raciais e culturais dos povos que formaram o país, apesar de opostas em muitos aspectos, seriam capazes de se compor plasticamente, equilibrando-se ou sucedendo-se no tempo, mas sem se desfazer em uma nova síntese.

A abordagem do hibridismo aqui proposta, embora possa dialogar com as visões anteriores, dá-se em outra perspectiva teórica. Não se trata de enfatizar

aspectos socioculturais nem a estrutura econômico-social, mas de analisar as racionalidades político-normativas historicamente constituídas, suas estratégias de poder, sua produção institucional e jurídica, seus modos de regulação e normas de vida, especialmente no que se refere aos organismos internacionais, ao Estado, às políticas públicas, às formas de gestão empresarial e às formas de autogoverno constituídas pela agência dos governados. Ao invés de retomar a oposição entre atraso e modernidade capitalista, busca-se compreender como racionalidades políticas surgidas em diferentes momentos do tempo puderam subsistir e ser rearticuladas por novas governamentalidades predominantes, sem perder suas técnicas e normatividades específicas, mas criando pontes e junções, de modo a viabilizar a operação conjunta. Ou, inversamente, como algumas dessas racionalidades (ou parte delas) puderam ser mobilizadas em oposição a outras, criando tensões, espaços de resistência e possibilidades de transformação.

A seguir, o artigo explica a concepção teórica de neoliberalismo híbrido, de modo a expor inclusive quais as especificidades do neoliberalismo enquanto forma de governamentalidade.

2. Hibridismo governamental e neoliberalismo

A concepção de neoliberalismo híbrido encontra fundamento, em primeiro lugar, nos trabalhos do próprio Michel Foucault, mas, também, e não por acaso, na produção de antropólogos e cientistas sociais, como Aihwa Ong, Verónica Gago, Jean e John Comaroff, e de geógrafos críticos, como Jamie Peck, Nick Theodore e Neil Brenner.

Foucault (2004) propõe metodologicamente deixar de pensar o Estado como uma constante universal da qual a sociologia e a filosofia partem para explicar a prática de governo. O Estado não possui uma essência escondida ou um interior secreto a serem revelados e que permitiriam a explicação dedutiva da história. Não se deve, portanto, partir da análise da natureza, da estrutura e das funções do Estado como se este fosse uma fonte autônoma de poder. Como a história não é uma disciplina dedutiva, Foucault sugere o caminho inverso, ou seja, partir das práticas governamentais, tais quais são apresentadas, refletidas e racionalizadas para então entender como se constituem o Estado e a sociedade. Assim, longe de ser uma espécie de dado histórico-natural, o Estado seria o correlato de certa maneira de governar, a questão estando em saber como ela se desenvolve, qual a sua história, como ela avança ou recua, como se estende a determinados domínios e como ela inventa e forma novas práticas.

Foucault (1995) retoma o significado que o termo *governo* possuía no século XVIII, quando ele não se referia

apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos [...]. [Ele recobria] modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, [era] estruturar o eventual campo de ação dos outros. (Foucault, 1995: 244)

São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, traçando seus limites.

Nesse sentido, segundo Foucault (2004: 79),

o Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc.

Nessa perspectiva teórica, o Estado perde “essa unidade, essa individualidade, essa rigorosa funcionalidade”, tornando-se, “no final das contas, [...] apenas uma realidade compósita e uma abstração mística”. O Estado é “o efeito móvel de governamentalidades múltiplas” (Foucault, 2004: 106). Cada racionalidade política, ao definir “o domínio da prática de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto”, acaba simultaneamente por construir o Estado e definir sua relação com os governados. A ideia de uma “realidade compósita” remete a diferentes níveis de governo que podem se constituir em relações fora do Estado e que posteriormente podem ser estatizados ou servir de apoio a estratégias estatais (professores sobre alunos, médicos sobre população, pastores sobre fiéis, pais sobre filhos etc.). A concepção de “realidade compósita” igualmente diz respeito à heterogeneidade das racionalidades políticas, com lógicas gerais de funcionamento e origens históricas diferentes, que podem se integrar, ignorar-se ou se confrontar no interior de um mesmo Estado e de uma mesma política pública.

A análise foucaultiana, baseada no que ele chama de uma “lógica da estratégia”, reconhece a heterogeneidade dos procedimentos e dos princípios de coerência das maneiras práticas de governar, mas essa heterogeneidade, ainda que

mantida até o fim, não impede a coexistência e a conexão entre as diferentes racionalidades. Não se trata de uma homogeneização de termos contraditórios e de sua resolução em uma nova unidade, como na lógica dialética, mas da constituição de conexões, de “toda uma série de pontes, passarelas, de junções” (Foucault, 2004: 45). Interessante notar aqui uma aproximação teórica com a visão de Gilberto Freyre (2006), que também mantém os termos do hibridismo irreduzíveis, sem síntese, embora para Foucault não se trate necessariamente de opostos.

Foucault ressalta em relação a todo e qualquer dispositivo (e não apenas aos “dispositivos gerais de governamentalidade”) que estes agenciamentos são “matrizes de transformações” (1988: 94). Eles suscitam resistências distribuídas irregularmente, de maneira móvel e transitória, e essas resistências podem (ou não) se disseminar e se organizar estrategicamente no corpo social, saindo da mera reatividade e constituindo lógicas de autogoverno de baixo para cima. A efetivação do poder e das resistências obrigam os dispositivos a um permanente “processo de sobredeterminação funcional”, já que “cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (Foucault, 1999: 245).

Foucault analisou o neoliberalismo com base em duas artes de governo históricas: o Ordoliberalismo alemão do pós-guerra e o neoliberalismo americano surgido desde os anos de 1930. Em ambos os casos, o neoliberalismo não se constituiu como um princípio de limitação do Estado, como no caso dos liberais clássicos, mas como o princípio fundador mesmo do Estado e de sua legitimidade (Foucault, 2004: 223). Thomas Lemke (2001: 197 e 200) resume a posição de Foucault do seguinte modo: “enquanto os Ordoliberais na Alemanha Ocidental perseguiram a ideia de governar a sociedade em nome da economia, os neoliberais americanos procuravam redefinir a esfera social como uma forma de domínio econômico”.

No caso dos Ordoliberais, o papel do governo é o de organizar a sociedade de modo a construir os frágeis mecanismos concorrenciais do mercado, buscando evitar a concentração econômica, favorecer as empresas médias, multiplicar o acesso à propriedade, erigir coberturas sociais do risco e regulamentar o meio ambiente. O Estado deve construir o arcabouço legal e institucional do mercado concorrencial, de modo a generalizar a forma empresa no interior do tecido social, com cada indivíduo devendo se tornar um empreendedor ou ao menos participar ativamente das decisões administrativas, sendo assim “desalienado”

em relação ao seu trabalho e à sua vida, organizando um novo quadro moral de integração social (Foucault, 2004: 247).

No segundo caso, ao estender a grade de inteligibilidade econômica para todas as dimensões sociais, generalizando a noção de capital humano como princípio decifrador dos comportamentos e relações, o neoliberalismo americano torna o indivíduo governável por meio de seu cálculo interno de investimento e pela definição das regras ambientais do jogo. Ao mesmo tempo, o próprio Estado passa a se regular segundo o modelo mercadológico da empresa privada, submetendo-se a um tribunal econômico permanente que julga as ações públicas segundo critérios de rentabilidade (Foucault, 2004: 248-253, 258).

Seguidores da linha foucaultiana, como Pierre Dardot e Christian Laval (2009) e Wendy Brown (2003, 2015), acabaram muitas vezes ignorando a diferença entre as vertentes históricas para reunir as características do neoliberalismo em um conjunto unificado de normas. Para Dardot e Laval (2009: 457-458), são quatro as características centrais da razão neoliberal. Primeira, o neoliberalismo não considera o mercado como um dado natural, mas como uma realidade construída que requer a intervenção ativa do Estado e a introdução de um sistema de direito específico. O neoliberalismo reconhece-se, assim, aberta e deliberadamente, como um projeto construtivista.

Segunda, a essência da ordem do mercado não é vista como residindo nas trocas, mas na concorrência definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção (empresas). A construção do mercado, portanto, é a construção legal e institucional da concorrência como norma geral e a difusão do modelo de gestão da empresa privada para todas as instituições e inclusive para o governo de si dos indivíduos. A sociedade, as suas instituições e as subjetividades são organizadas, assim, segundo o modelo normativo do mercado.

Terceira, o próprio Estado é submetido em sua ação à norma da concorrência do mercado global, sendo enquadrado pelas regras de direito privado que ele mesmo coloca em curso e é responsável por zelar. O Estado pensa a si próprio como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno quanto na relação com outros Estados concorrentes. Assim, o Estado, que é responsável por construir mercados e a ordem social de mercado, ao mesmo tempo se constrói segundo as normas do mercado. Não se trata, portanto, de Estado mínimo, como afirma o discurso propagandístico, mas de um Estado empreendedor, que pode se expandir e mesmo se tornar mais dispendioso. Esse Estado muitas vezes foi erigido por governos de esquerda que, acreditando contrariar o neoliberalismo ao “modernizar” a burocracia, acabavam por realizar as reformas que consolidavam sua racionalidade (Laval *in* Andrade e Ota, 2015; Mudge, 2008).

Quarta, a generalização da norma neoliberal atinge também os indivíduos na relação que eles estabelecem consigo mesmos. O Estado, as empresas e as instituições, ao difundirem situações de concorrência por toda parte, levam indiretamente os indivíduos a se conduzirem como empreendedores de si mesmos. A empresa é assim promovida a modelo de subjetivação, sendo cada indivíduo um capital a ser gerido e valorizado conforme as demandas do mercado. A subjetivação neoliberal abre espaço para que o próprio indivíduo venha a se adequar à sua norma, estendendo o cálculo de investimento como critério das escolhas realizadas nas mais diferentes esferas da vida. O neoliberalismo coloniza, assim, o autogoverno e conforma-o a uma liberdade de mercado previamente fabricada, constituindo-se também “de baixo para cima” pela ação dos governados. É assim, pois, que o neoliberalismo se constitui como a nova razão do mundo, na medida em que esta racionalidade é global em um duplo sentido: ela se estende por todo o planeta e ela se estende para todas as esferas da vida, integrando todas as dimensões da existência.

Em contextos de países emergentes, como no Brasil e na América Latina, no entanto, as técnicas neoliberais podem não ser aplicadas a todos os grupos e domínios de uma nação. Por essa razão, a antropóloga Aihwa Ong (2006, 2007), trabalhando na chave foucaultiana das governamentalidades híbridas, propõe uma teoria de médio alcance, de modo a observar empiricamente, por meio de etnografias, como as técnicas neoliberais que viajam pelos vetores do mercado global são operacionalizadas seletivamente e se articulam de maneira móvel com elementos e circunstâncias locais. As políticas neoliberais se caracterizam pela “recalibragem da capacidade dos grupos em relação ao dinamismo dos mercados globais” (2007: 4). Como nem toda a população, nem todas as áreas são submetidas às forças do livre mercado e do autogoverno empresarial, as estratégias neoliberais precisam fazer escolhas calculadas de intervenção e de risco.

Partindo dos países liberais avançados, a racionalidade neoliberal viajou para ambientes políticos tão variados quanto estados militares, oligarquias pós-socialistas, formações autoritárias e realidades pós-coloniais, mas sem substituir suas práticas e racionalidades. Nesse sentido, o neoliberalismo, implantando-se como uma exceção em meio a uma constelação política previamente existente e induzindo transformações nela, promove a distribuição desigual da cidadania e da ação estatal. A heterogeneidade das lógicas políticas aplicadas sobre recortes populacionais e espaciais dialogam em larga medida com a formação econômica de estrutura dualista do subdesenvolvimento citada por Celso Furtado e também com a complementariedade entre o setor arcaico e o moderno, como mencionado por Francisco de Oliveira, embora não faça

sentido essa classificação temporal binária na análise foucaultiana das governamentalidades.

Segundo Ong (2006), a lógica do mercado na política desorganiza conceitualmente a noção de cidadania como *status* legal enraizado no Estado-nação e se opõe à condição de apátrida, podendo definir espaços infra ou transnacionais de cidadania. Elementos de cidadania são desarticulados e rearticulados por forças do mercado. Vistos e benefícios são cada vez mais associados com critérios neoliberais: quem tem capital humano e atua nos setores de ponta do capitalismo global é altamente valorizado e pode exercer a cidadania em diversos lugares, já os que não têm competências ou potenciais comercializáveis são desvalorizados e estão vulneráveis a práticas de exclusão. A territorialidade da cidadania, que até então era o espaço nacional, torna-se parcialmente enraizado no capitalismo global e em espaços mapeados por intervenções de ONGs.

A soberania também não é distribuída igualmente em um território nacional e não se impõe como um estado burocrático homogêneo. Para Ong (2006: 7), a

soberania manifesta-se em estratégias múltiplas, frequentemente contraditórias, que se deparam com diversas reivindicações e contestações, e produz resultados diversos e contingentes. No curso das interações com o mercado global e instituições regulatórias, o governo soberano invoca a exceção para criar novas técnicas de governo das populações, espaços e possibilidades econômicas.

Não se governa as cidades globais ou as zonas tecnológicas, em que se produzem condições políticas, econômicas e sociais especiais para atrair investimento estrangeiro, transferência tecnológica e *expertise* internacional, do mesmo modo que se governa os bairros de trabalhadores pobres ou as chamadas “áreas de economia arcaica”. Há, ainda, todo tipo de sobreposição de soberania do Estado com ONGs e corporações transnacionais que exercem poder indireto sobre populações em diferentes escalas políticas.

Recortes populacionais e espaciais, portanto, permitem ao Estado geri-los de maneira diferencial, conforme a incidência seletiva das técnicas neoliberais e de suas combinações com outras racionalidades políticas. É isso que produz, na prática, a diferenciação de regimes de trabalho ou a distribuição desigual do acesso a direitos, a políticas públicas ou a garantias na ação policial e judiciária, apesar de haver uma legislação em tese comum a todos. Exceções ao neoliberalismo também são invocadas para excluir populações e lugares dos cálculos neoliberais, tanto para proteger redes de seguridade social e de bem-estar quanto

para eliminar toda forma de proteção política e acesso aos benefícios do desenvolvimento capitalista.

A hibridização de racionalidades políticas não se restringe apenas ao Estado e às instituições, podendo ser observada igualmente no neoliberalismo “de baixo para cima”, constituído pela ação dos governados. Verónica Gago (2018) mostra como que o governo neoliberal realizado “de cima para baixo” se torna imanente na medida em que desenvolve proximidades com territórios, modula subjetividades, forma modos de fazer, sentir e pensar, e constitui táticas da vida cotidiana. Com isso, o neoliberalismo define modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, ganhando impulso ao incentivar a livre-iniciativa, o empreendedorismo de si, a autogestão e a responsabilidade individual. Mas, nessa tentativa neoliberal de capturar e criar formas de vida, a subjetividade não se reduz inteiramente à figura normativa do *homo oeconomicus*.

Segundo Gago (2018: 20-21), “a dinâmica neoliberal se conjuga e combina de maneira problemática e afetiva com um vitalismo perseverante, que se agarra sempre à ampliação de liberdades, gozos e afetos [...], extrapolando a ideia fria e restrita do cálculo liberal”. O neoliberalismo se articula com experiências e memórias corporais, “com formas comunitárias, com táticas populares de resolução da vida, com empreendimentos que alimentam as redes informais e com modalidades de renegociação de direitos que se valem dessa vitalidade social” (Gago, 2018: 26). O neoliberalismo se constitui, assim, de maneira polimórfica em economias barrocas, marcadas pela informalidade em um duplo sentido, que não se restringe ao da ausência de legalidade: informalidade como fonte de invenção e promoção de novas formas produtivas, comerciais e relacionais; e como dinâmica que coloca em crise as formas de medição objetiva de valor, criando novas convenções de valoração e de reconhecimento em função do transbordamento dos elementos heterogêneos que intervêm na sua criação (Gago, 2018).

De maneira inseparável dessas economias barrocas e pragmáticas populares, o neoliberalismo se combina igualmente com práticas de magia, crenças heterodoxas e formas religiosas de autogoverno também constituídas de baixo para cima. A rearticulação com esses saberes-poderes mágicos e religiosos não deve ser compreendida como uma persistência do atraso em sociedades de modernidade tardia e incompleta, mas como respostas à própria maneira como o neoliberalismo moldou o capitalismo contemporâneo (Comaroff e Comaroff, 2000; Côttes, 2021).

Os antropólogos Jean e John Comaroff (2000: 292) descrevem como o próprio neoliberalismo favoreceu a disseminação de “occult economies”

(economias ocultistas ou esotéricas), já que a falta de clareza sobre os meios de se gerar valor e obter riqueza em um capitalismo especulativo, globalizado e com precarização do trabalho instava os sujeitos a combinarem “hiperracionalização com a efervescente disseminação de práticas ocultistas inovadoras e de magia para atrair dinheiro”. A fantasia de abundância sem esforço remeteu então a outras “mãos invisíveis” que regeriam o universo econômico e social. Esses saberes-poderes místico-religiosos, que já existiam previamente, foram reconfigurados pelo neoliberalismo primeiro de modo a oferecer respostas à opacidade do mercado e, depois de 2008, como “conspiritualidades” visando explicar a crise econômica e o fracasso individual e reforçar processos de *othering* contra aqueles que desafiam a ordem (Ward e Voas, 2011; Andrade; Casarões; Cesarino e Côrtes, inédito).

É interessante notar que essa hibridização do neoliberalismo com saberes-poderes místico-religiosos não se delimita apenas às classes populares, podendo igualmente ser encontrada na parte de cima da pirâmide social, estando presente entre investidores financeiros e gestores, tanto do Norte quanto do Sul global (Comaroff e Comaroff, 2000). Esse caso ilustra que, de modo geral, a hibridização do neoliberalismo com diferentes lógicas de condução da vida é comum tanto no neoliberalismo “de cima para baixo” quanto no “de baixo para cima”, operando de maneiras variadas nos países em desenvolvimento e nos desenvolvidos.

Por isso, o trio de geógrafos e urbanistas Jamie Peck, Nick Theodore e Neil Brenner (2012: 269) afirma que os processos de neoliberalização promovem de maneira sistêmica uma diferenciação geoinstitucional de lugares, territórios e escalas. A produção dessa variação seria uma característica da lógica operacional básica do neoliberalismo em todos os países, já que, como modo de regulação, o neoliberalismo não consegue sobreviver de maneira pura em lugar nenhum do mundo, constituindo-se necessariamente de maneira híbrida com outras formações políticas e sociais estranhas ao seu funcionamento.

O neoliberalismo, segundo Peck (2010), é marcado por sua natureza contraditória de governo de mercado assistido politicamente. Ele é crítico ao Estado e, ao mesmo tempo, tem por objetivo principal capturá-lo e transformá-lo. Como a visão utópica em relação a uma sociedade baseada no livre mercado autorregulado é inatingível, o neoliberalismo se constitui sempre como uma audaciosa experimentação seguida de fracasso, impondo o retorno de uma regulação envergonhada por parte do Estado. Desse modo, ainda que se cristalice em certas formações regulatórias, o neoliberalismo se articula apenas em modalidades incompletas, em híbridos impuros com as formas previamente existentes, que

são continuamente retrabalhadas de forma contextualmente específica (Peck; Theodore e Brenner, 2012a: 271).

Esse aspecto parasitário permite que o neoliberalismo, diante das crises, sempre volte a acusar o Estado e outras lógicas regulatórias pelas falhas de seu próprio projeto, o que lhe permite se propor novamente como solução e seguir errando. Por isso, para Peck (2010: 7), o que importa é o processo aberto e contraditório de reestruturação regulatória que marca a neoliberalização. Esse tipo de projeto intervencionista evidentemente não é teleológico, nem mesmo o modelo americano podendo ser tomado como ponto de referência para os demais processos, pois o neoliberalismo é polimórfico. Não é possível antecipar a forma que o Estado irá assumir, sendo necessário sempre fazer uma referência histórica e geográfica do processo.

O mesmo vale para outras escalas do neoliberalismo, como a escala da regulação dos mercados financeiros e comerciais globais ou a escala da agência dos governados que constituem formas de organização de baixo para cima, já que, além do hibridismo em cada nível, há uma causalidade de mão dupla entre elas: as regras internacionais, a mobilidade de capital e o comércio externo constituem uma espécie de “dominância ecológica” que opera como ponto de partida para a política nacional, mas inovações (por exemplo, de políticas públicas) realizadas no âmbito local e nacional podem se difundir pelos mercados e governos e afetar a escala global. Igualmente, formas de autogoverno que se hibridizam ou resistem ao neoliberalismo podem afetar a política nacional ou mesmo se integrar com outros movimentos constituídos mundo a fora, alterando dinâmicas estatais e globais (como ocorreu, por exemplo, nos “Movimentos das Praças”, de 2011 a 2016 – Gerbaudo, 2017).

O neoliberalismo pode apresentar transformações em cada um desses múltiplos níveis e igualmente na relação que eles estabelecem entre si, sendo um processo eminentemente dinâmico. Por isso, o único modo de compreender o fenômeno é seguir os seus movimentos, que ora promovem o desmonte de instituições estranhas à sua lógica (*roll back*), ora promovem a expansão de novas formas regulatórias orientadas para o mercado (*roll out*), rearranjando as combinações com outras racionalidades políticas heterogêneas.

Não se trata, no neoliberalismo, de transformações totalizadoras que envolveriam todos os aspectos da estrutura regulatória, mas de um entre vários outros processos de reestruturação que competem e se combinam entre si. Os processos de neoliberalização se desenvolvem em ondas descontínuas de transformação regulatória, que se chocam contra e se combinam com arranjos sociais e institucionais previamente existentes. Nas palavras de Peck, Theodore e

Brenner (2012a: 269), a “neoliberalização representa uma tendência padronizada, historicamente situada, irregularmente desenvolvida e híbrida de reestruturação regulatória de disciplina de mercado”.

Com base na teoria do hibridismo governamental, abre-se toda uma agenda de pesquisa coletiva para analisar como as ondas de neoliberalização se compuseram de maneiras dinâmicas e variadas com outras racionalidades políticas. Importa, assim, definir essas outras lógicas estratégicas heterogêneas ao neoliberalismo, suas práticas de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais e seus objetivos de conjunto e também como se constituíram pontes, junções e conexões múltiplas e diversas com o neoliberalismo. Ou ainda, como operaram como formas de resistência e de transgressões, permitindo transformações locais ou globais. É para essa agenda coletiva de pesquisa que esse dossiê pretende contribuir.

Referências

- ANDRADE, Daniel Pereira. Emotional economic man: power and emotion in the corporate world. *Critical Sociology*. [S. l.], v. 44, n. 4-5, 2015, pp. 785-805.
- . O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade & Estado*. Brasília, v. 34, n. 1, 2019a, pp. 211-239.
- . Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 38, n. 1, 2019b, pp. 109-135.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CASARÕES, Guilherme; CESARINO, Letícia e CÔRTEZ, Mariana. *Occult enemies of market order*. Inédito.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana e ALMEIDA, Sílvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-26.
- ANDRADE, Daniel Pereira e OTA, Nilton. Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*. São Paulo, v. 27, n. 1, 2015, pp. 275-316.
- BOAS, Taylor e GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. *Studies in Comparative International Development*. Nova Iorque, v. 44, n. 2, 2009, pp. 137-61.
- BRENNER, Neil, PECK, Jamie e THEODORE, Nik. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*. [On-line], v. 10, n. 2, 2010, pp.1-41.
- BROWN, Wendy. *Les Habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris, Les Prairies Ordinaires, 2003.
- . *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York, Zone Books, 2015.

- CLARKE, John. Living with/in and without neoliberalism. *Focaal*. [On-line], v. 51, n. 1, 2008, pp. 135-147.
- COLLIER, Stephen. Neoliberalism as big Leviathan, or...? A response to Wacquant and Hilgers. *Social Anthropology*. [On-line], v. 20, n. 2, 2012, pp. 186-195.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming. *Public Culture*. Nova Iorque, v. 12, n. 2, 2000, pp. 291-343.
- CÔRTEZ, Mariana. A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonaroismo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, p. 1-24.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découverte, 2009.
- . Introduction to the English Edition. In: *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. Londres/Nova York, Verso, 2014.
- DAVIES, William. *The limits of neoliberalism. Authority, sovereignty and the logic of competition*. Los Angeles; London; New Delhi, Sage, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris, Seuil; Gallimard, 2004.
- . *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- . O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.
- . *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2006.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Elefante, 2018.
- GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag*. Oxford, Oxford University Press, 2017.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for “other worlds”. *Progress in Human Geography*. Newbury Park, v. 32, n. 5, 2008, pp. 613-632.
- GOLDSTEIN, Daniel. Decolonialising “actually existing neoliberalism”. *Social Anthropology*. [On-line], v. 20, n. 3, 2012, pp. 304-309.
- HILGERS, Mathieu. The historicity of the neoliberal state. *Social Anthropology*. [On-line], v. 20, n. 1, 2012, pp. 80-94.
- KLEIN, Caroline. A Influência do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado no Brasil. Uma perspectiva através dos acordos de cooperação entre Brasil e Alemanha e das Fundações Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann. Tese de Doutorado, História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

- LYNCH, Christian. “Nada de NOVO sob o sol”: teoria e prática do neoliberalismo brasileiro. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 91, 2021. Disponível em <<https://inteligencia.insightnet.com.br/nada-de-novo-sob-o-sol-teoria-e-pratica-do-neoliberalismo-brasileiro/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- MUDGE, Stephanie. What is neo-liberalism? *Socio-economic Review*. [On-line], v. 6, n. 1, 2008, p. 703-731.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London, Duke University Press, 2006
- . Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Reino Unido, v. 32, 2007, pp. 3-8.
- PECK, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik e BRENNER, Neil. Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession. *The South Atlantic Quarterly*. Durham, v. 111, n. 2, 2012a, pp. 265-88.
- . Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 92, 2012b, pp. 59-78.
- RAMÍREZ, Hernán. Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena. *Confluente. Rivista Di Studi Iberoamericani*. Bolonha, v. 4, n. 2, 2012, pp. 63-81.
- . La influencia alemana en el pensamiento y las políticas económicas brasileñas: desdemediados de los cincuenta a los setenta. Ponencia presentada en ADLAF: Grupo de Trabajo Relaciones Internacionales. Simposio online: Latinoamérica en el nuevo contexto internacional, 11 y 12 diciembre de 2020.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo, Todavia, 2021.
- SAAD FILHO, Alfredo e MORAIS, Lécio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- SAAD FILHO, Alfredo, COLOMBI, Ana Paula e GRIGERA, Juan. *Neoliberalism or Developmentalism. The PT Governments in the Eye of the Storm*. Leiden/Boston, Brill, 2021.
- SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo/Rio de Janeiro, FLACSO, 2013.
- SLOBODIAN, Quinn. *Globalists. The end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge/London, Harvard University Press, 2018.

VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as Concept. *Economy and Society*. [On-line], v. 44, n. 2, 2015, pp. 165-87.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*. Salvador, v. 25, n. 66, 2012, pp. 505-518.

WARD, Charlotte e VOAS, David. The Emergence of Conspiritoriality. *Journal of Contemporary Religion*. Salvador, v. 26, n. 1, 2011, pp. 103-121.

Recebido em: 12/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. Brasil, neoliberalismo híbrido. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 655-674.



RODADAS HISTÓRICAS DE NEOLIBERALIZAÇÃO NO BRASIL

Daniel Pereira Andrade¹

Resumo: O artigo discute inicialmente a emergência histórica do neoliberalismo no Brasil, reconhecendo o surgimento de elementos dispersos e desarticulados durante a Ditadura Militar que só ganharam coerência estratégica de conjunto, constituindo o dispositivo de governamentalidade, na década de 1990. A partir de então, ocorreram três rodadas históricas de neoliberalização: 1) integração aos mercados comerciais e financeiros globais e reforma gerencial das empresas e do Estado; 2) emergência da “nova classe média” como objeto de poder e saber; 3) resposta à crise econômica de 2015, com radicalização das reformas neoliberais e uberização do trabalho.

Palavras-chave: neoliberalismo; governamentalidade; processo histórico de neoliberalização brasileiro; emergência histórica do neoliberalismo no Brasil.

HISTORICAL ROUNDS OF NEOLIBERALIZATION IN BRAZIL

Abstract: *The paper initially discusses the historical emergence of neoliberalism in Brazil, recognizing the emergence of dispersed and disarticulated elements during the Military Dictatorship that only gained strategic coherence, constituting the device of governmentality, in the 1990s. From then on, three historical rounds of neoliberalization occurred: 1) integration to global commercial and financial markets and managerial reform of enterprises and the state; 2) emergence of the “new*

1 Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) - São Paulo - Brasil - dpaaa@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5668-0813>

middle class” as the object of power and knowledge; 3) response to the economic crisis of 2015, with radicalization of neoliberal reforms and uberization of labor.

Keywords: *neoliberalism; governmentality; Brazilian historical process of neoliberalization; historical emergence of neoliberalism in Brazil.*

ETAPAS HISTÓRICAS DE NEOLIBERALIZACIÓN EN BRASIL

Resumen: El artículo discute inicialmente la emergencia histórica del neoliberalismo en Brasil, reconociendo el surgimiento de elementos dispersos y desarticulados durante la Dictadura Militar que sólo ganaron coherencia estratégica, constituyendo el dispositivo de gubernamentalidad, en la década de 1990. A partir de entonces, se produjeron tres rondas históricas de neoliberalización: 1) integración a los mercados comerciales y financieros globales y reforma gerencial de las empresas y del Estado; 2) surgimiento de la “nueva clase media” como objeto de poder y saber; 3) respuesta a la crisis económica de 2015, con radicalización de las reformas neoliberales y uberización del trabajo.

Palabras-clave: neoliberalismo; gubernamentalidad; proceso histórico de la neoliberalización brasileña; surgimiento histórico del neoliberalismo en Brasil.

Em um importante artigo, Aihwa Ong (2007: 4) alertava para a necessidade de se afastar da metáfora do neoliberalismo como “um tsunami econômico que se derrama sobre espaços nacionais, representados como recipientes inertes das forças de mercado e de seus efeitos”. Ong criticava a visão de um Neoliberalismo com “N” maiúsculo, visto como “uma condição estrutural dominante que projeta mudanças sociais totalizantes através das nações”.

A observação de Ong chama a atenção para duas dimensões importantes da análise do neoliberalismo. Primeira, o neoliberalismo não deve ser pensado como um modelo econômico monolítico que se repetiria em série nos países, mas, sim, como diversas tecnologias de governo das condutas e/ou formas de regulação social e política que se disseminam de maneira irregular e seletiva conforme os contextos locais, definindo uma norma de vida. Segundo, o neoliberalismo como governamentalidade e/ou modo de regulação não substitui necessariamente outras racionalidades políticas já existentes. Antes, ele se compõe de maneiras dinâmicas e variadas com elas, alterando as constelações históricas, dando origem a invenções político-institucionais e moldando diferentes formações sociais.

O reconhecimento da singularidade dos processos históricos e geográficos de neoliberalização precisa ainda levar em consideração um terceiro ponto. Na medida em que as transformações introduzidas não são totalizadoras, os processos de neoliberalização não se dão de uma só vez. Eles se desenvolvem em ondas descontínuas de transformação regulatória e estratégica, que se chocam contra e se combinam com arranjos sociais e institucionais previamente existentes (Peck, 2010; Peck, Theodore e Brenner, 2012a e 2012b). Assim eles dão ocasião a agenciamentos dinâmicos que constituem as camadas cumulativas que serão a base para novas rodadas de neoliberalização. Cada onda não encerra necessariamente os seus efeitos com a chegada de uma nova, podendo se sobrepor e se cruzar com as novidades que chegam.

O objetivo deste artigo é justamente analisar as ondas ou rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. O artigo parte da definição de neoliberalismo já esmiuçada na apresentação deste e de outro dossiê (Andrade e Côrtes, 2022; Andrade, Côrtes e Almeida, 2021), enfatizando a construção política e normativa da sociedade em torno do modelo de mercado, o que implica duas estratégias complementares: a construção política e institucional de mercados blindados das demandas democráticas e a introdução da lógica do mercado em esferas da vida fora do próprio mercado. A construção de mercados financeiros e comerciais globais colocou os Estados nacionais em concorrência entre si, definindo, assim, a racionalidade política baseada na competitividade econômica que tanto molda a administração e as políticas públicas quanto governa a população para e pelo modelo de mercado, disseminando a dupla norma da concorrência e da forma-empresa por todas as esferas da vida e constituindo os sujeitos como empreendedores de si (Andrade, 2015, 2019a e 2019b; Foucault, 2004; Dardot e Laval, 2009; Wacquant, 2012; Davies, 2014; Brown, 2015; Slobodian, 2018).

Ao trabalhar o neoliberalismo como uma racionalidade política e/ou como um modo de regulação, sob inspiração foucaultiana (Foucault, 2004; Dardot e Laval, 2009; Brown, 2003; 2015; Ong, 2006; 2007) e regulacionista (Brenner; Peck e Theodore, 2003; Peck, 2010; Peck; Theodore e Brenner, 2012a; 2012b), o foco da análise não recai tanto nas políticas econômicas, que já foram objeto de outros estudos (Saad Filho e Morais, 2018; Saad Filho; Colombi e Grigera, 2021), mas, de maneira complementar a elas, na constituição do arcabouço jurídico e institucional e na difusão das tecnologias de governo presentes nas políticas públicas e nas lógicas de gestão pública e privada. As ondas de neoliberalização foram definidas tanto por diferentes rodadas de reformas quanto pela extensão da norma de vida neoliberal a novos recortes populacionais.

1. Emergência histórica do neoliberalismo no Brasil

No caso brasileiro, a entrada do neoliberalismo se deu na esteira do desmonte do chamado Estado Vargas, cujo momento histórico preciso segue em debate: se foi na transição da década de 1990, como resposta à crise política e econômica da Ditadura, associada à dívida externa e à hiperinflação (Saad-Filho e Moraes, 2018; Sallum Jr., 1999); ou se ocorreu ainda antes, com o golpe de 1964 e o pacote de reformas (administrativa, fiscal, financeira e monetária) levado a cabo pela Ditadura Militar para “modernizar” a engrenagem de acumulação do país (Arantes, 2010; Ramírez, 2012).

De fato, a Ditadura parece ter antecipado uma série de formas de saber, de regramentos jurídicos, de inovações institucionais e de dispositivos que seriam coordenados e disseminados nas décadas de 1980 e 1990. Os trabalhos de Hayek e de Mises, por exemplo, já circulavam entre economistas e empresários brasileiros desde os anos 1950 e 1960, com ao menos parte deles vindo a apoiar o golpe de 1964 (Rocha, 2021). A produção do saber neoliberal teve também sua vertente nacional na segunda metade do século XX, contando com teóricos e homens de governo como o engenheiro e economista Eugênio Gudin (ministro da fazenda do governo Café Filho), o jurista e escritor Henrique Orcioli, o economista e diplomata Roberto Campos (ministro do planejamento do governo Castelo Branco) e o diplomata José Osvaldo Meira Penna (Lynch, 2021). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, igualmente promoveu o ideário pró-mercado em nome do anticomunismo, mas a princípio mais próximo da via do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado alemã (Klein, 2020; Ramírez, 2020). Na metade dos anos 1970, o empresário Henry Maksoud, por meio da revista *Visão*, divulgou as ideias de Hayek, Mises e Friedman para formadores de opinião, de modo a atingir um público mais amplo (Rocha, 2021).

Além da produção e circulação de saberes, houve a formulação de políticas públicas, a produção de pesquisas econômicas e a formação de quadros que ingressaram nos governos autoritários tanto por parte do IPES quanto da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes), fundada em 1964 por Roberto Campos (Ramírez, 2012; Rocha, 2021). Esses primeiros *think tanks* brasileiros encamparam propostas neoliberais relativas à descentralização do Estado, reforma da administração pública, abertura do mercado de capitais para facilitar o influxo de investimento externo, desregulamentação dos mercados internos, liberação de preços, quebra de monopólios estatais, vinculação de aumentos salariais a ganhos de produtividade, perda de estabilidade no setor

privado, reforço dos mercados de Ensino Superior e de saúde privados, reforma gerencial do Ensino Superior Público com vista à produtividade econômica, entre outras (Carlotto, 2014; Ramírez, 2012).

Parte dessas medidas foram implementadas no primeiro Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-1967) e nos anos seguintes, definindo uma “engenharia anti-Vargas do Estado de exceção” (Arantes, 2010: 220). Foi assim que se realizou a reforma administrativa e se construiu o arcabouço legal e institucional do sistema tributário, monetário e financeiro (com destaque para a criação do Banco Central do Brasil e para o fortalecimento do mercado de capitais/ações), que seguiu em larga medida em vigor após a redemocratização (Bercovici, 2010).

Adotando o discurso da ortodoxia econômica, o governo Castelo Branco incorporou à Constituição de 1967 o “princípio da subsidiariedade” do Estado em relação à iniciativa privada. Na reforma administrativa do mesmo ano, consagrou-se a ideia de que o setor público deveria ter condições de funcionamento, operação e eficiência idênticas às do setor privado, o que foi buscado por meio da descentralização na execução das atividades governamentais e da autonomia das empresas estatais em relação ao governo. As estatais ganharam o mesmo *status* legal de empresas capitalistas privadas, podendo buscar fontes alternativas de financiamento (autofinanciamento, bolsa de valores e empréstimos no exterior), expandir suas atividades para ramos mais rentáveis, criar subsidiárias das empresas existentes e formar *holdings* setoriais, o que levou a uma ampliação da participação estatal na economia, contrariando o discurso oficial de restrição de sua atuação. A adoção da “racionalidade empresarial” lucrativa substituiu assim a persecução do interesse público (Bercovici, 2010). Paralelamente, ocorreu uma política de controle dos gastos públicos e de centralização monetária e orçamentária, o que veio a compensar a perda de poder decorrente da descentralização administrativa. A mudança de função do orçamento público, definindo a blindagem monetária e do sistema da dívida pública, colocou a mesa para a virada rentista nas décadas seguintes (Bercovici, 2010; Bercovici e Massoneto, 2006; Arantes, 2010).

Sem dúvida é possível remeter à época da Ditadura Militar a circulação de saberes, a definição de políticas e a construção de parte do arcabouço jurídico e institucional que permitiria a posterior emergência do neoliberalismo no Brasil. Mas tomar o primeiro PAEG como ponto inicial, além de não levar em conta a composição desses elementos dispersos com uma série de dispositivos e políticas desenvolvimentistas reforçadas no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (Saad Filho e Morais, 2018), deixa de lado o fato de que a efetiva constituição de

uma coerência estratégica de conjunto e a consequente definição de uma norma de vida e forma social da existência só viria a ocorrer na década de 1990. Esse *gap* se deve à ausência de ao menos sete fatores decisivos, que só viriam a se consolidar mais tarde:

- 1) a financeirização generalizada da economia brasileira, que ocorreu pelo recurso do capital produtivo industrial a mecanismos financeiros especulativos como forma de proteção contra a hiperinflação desde a década de 1980 e pela liberalização financeira e do fluxo internacional de capitais, que permitiu a integração do capital brasileiro aos conglomerados transnacionais e aos mercados financeiros globais no final dos anos 1980 e início dos 1990 (Saad Filho e Morais, 2018);
- 2) a abertura comercial da economia brasileira a partir do governo Collor, com a eliminação de restrições não tarifárias e a redução progressiva das tarifas médias de importação, e a posterior adesão aos acordos de liberalização na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995;
- 3) o surgimento de uma nova forma de gestão flexível e pela concorrência propriamente neoliberal, cujos dispositivos só viriam a ser desenhados na década de 1980 e implementados nas empresas privadas e na administração pública brasileira na de 1990;
- 4) os efeitos da financeirização e das novas formas de gestão sobre o mercado formal de trabalho, introduzindo novas modalidades de precarização e desfazendo o horizonte político de universalização da sociedade salarial (embora baixos salários, más condições e formas de discriminação não fossem uma novidade nos mercados formais e informais brasileiros e a legislação relativa ao emprego temporário e à terceirização já datasse de 1974 para o setor privado e 1967 para o público);
- 5) a mudança do papel do Estado na economia, passando de produtor para regulador e assumindo os novos objetivos de promover a concorrência e a competitividade;
- 6) a reformulação das políticas de educação e combate à pobreza pela racionalidade econômica neoliberal na década de 1990, ainda que a concepção da educação como instrumento de desenvolvimento econômico date da década de 1960 e que os primeiros estudos sobre educação e distribuição de renda no Brasil pela ótica do capital humano datem dos anos 1970 (Almeida, 2008; Cariello, 2012); e
- 7) a constituição de uma nova norma de vida em torno do empreendedorismo de si, embora já existissem diversas estratégias de viração popular que ainda não haviam sido reconfiguradas e invisibilizadas pelo discurso do empreendedorismo.

Desse modo, é possível definir o período da Ditadura como uma espécie de “protoneoliberalismo” no Brasil, em que saberes, políticas e elementos do arcabouço legal e institucional surgiram de maneira dispersa, mas sem haver ainda a generalização das suas técnicas de governo nem a formação de uma coerência estratégica de conjunto. Somente na década de 1990, com a emergência de novos elementos, articulou-se o dispositivo geral de governamentalidade, com sua norma de vida e forma da existência. O ponto crítico de constituição da racionalidade neoliberal foi a resposta à crise econômica e política da Ditadura Militar. A história brasileira reafirma, assim, a percepção internacional de que as crises foram os acontecimentos decisivos para a virada neoliberal, seguindo depois como impulsionadoras de rodadas sucessivas de reformas, já que o neoliberalismo se vale de uma forma de governo pelas crises (Andrade, 2019b; Dardot e Laval, 2016; Peck, Theodore e Brenner, 2012a; 2012b).

A resposta às crises levou a uma dupla transição no Brasil. Primeiro, à transição democrática, ocorrida durante a década de 1980 e consolidada com a Constituição de 1988. Segundo, à transição neoliberal, realizada na década de 1990 como resposta ao endividamento externo e à hiperinflação. O desmonte apenas parcial e a metamorfose da racionalidade política autoritária herdada da Ditadura Militar, assim como o fato de a transição democrática ter ocorrido alguns anos antes das reformas neoliberais foram elementos decisivos na definição de outras racionalidades políticas heterogêneas que permaneceram e se combinaram com o neoliberalismo (Andrade, 2021; 2022). O processo de neoliberalização no Brasil ocorreu em três ondas sucessivas e sobrepostas.

2. Primeira onda de neoliberalização: globalização financeira e comercial e transformação da racionalidade gerencial das empresas e do Estado

Com relação à difusão do neoliberalismo como racionalidade política, portanto, a década de 1990 foi o momento decisivo. Essa mudança foi precedida e acompanhada por consistente ofensiva ideológica após o fracasso dos planos de estabilização econômica da década de 1980. A grande imprensa havia forjado um consenso ao interditar o debate e estigmatizar posições contrárias à agenda neoliberal, alinhando-se ao projeto internacional elaborado pelo G-7, por organismos internacionais (FMI, BIRD e Banco Mundial), pela rede transnacional de *think tanks* e pelas agências de notícias norte-americanas (Fonseca, 2005). Os Institutos Liberais, entidades parceiras da rede de *think tanks* financiadas por setores do empresariado nacional, também se dedicaram a moldar a visão de mundo de empresários, autoridades civis e militares e de formadores de

opinião, como jornalistas, educadores e professores universitários. A atuação dos Institutos Liberais se concentrou em influenciar a constituinte na década de 1980 e, mais tarde, em reformar a Constituição e definir diretrizes de políticas públicas (Gros, 2004).

Se do ponto de vista da difusão ideológica a grande imprensa e os *think tanks* jogaram papel importante, da perspectiva da prática governamental os grupos decisivos foram os economistas e a classe média gerencial. Essa mudança ocorreu no contexto de resposta à crise de hiperinflação e da nova estratégia de integração da economia nacional aos mercados globalizados. Primeiro, a nova política econômica buscou superar os impasses do desenvolvimentismo com medidas de “modernização” que envolveram “cortes de despesas, privatizações em larga escala, liberalização do comércio, das finanças e dos fluxos internacionais de capital, além de reformas fiscal, tributária e do sistema de seguridade social [...] propiciando a integração do capital brasileiro aos conglomerados transnacionais e aos mercados financeiros internacionais” (Saad Filho e Moraes, 2018). Essas reformas foram implantadas de maneira gradual a partir do final da década de 1980, ainda no governo Sarney, e depois foram adotadas de maneira cada vez mais sistemática nos governos seguintes. O governo Collor, por exemplo, teve importante papel ao eliminar as restrições não tarifárias e as agências governamentais que cuidavam delas, desmontando, assim, a política de comércio exterior de “substituição de importações” do Estado Vargasista. Também promoveu a união aduaneira do Mercosul, a redução gradativa das tarifas de importação (política de competição), o estímulo ao investimento privado e à incorporação de novas tecnologias (política de competitividade) e privatizações. Por fim, Collor avançou na liberalização dos fluxos financeiros entre o Brasil e o exterior iniciada no governo Sarney, criando o Mercado de Câmbio Livre (dólar comercial) e abrindo a possibilidade de investidores institucionais estrangeiros investirem no mercado acionário brasileiro e negociarem no exterior títulos emitidos no Brasil (Sallum Jr., 2011).

No primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foi realizada uma importante rodada de reformas constitucionais que “suprimiram as distinções existentes entre os capitais nacional e estrangeiro, eliminaram monopólios estatais [nas áreas de telecomunicações, energia e minérios e flexibilizaram na área de petróleo] e removeram dispositivos constitucionais limitadores da ação capitalista em um contexto econômico de reformas orientadas para o mercado” (Couto, 1998). Essas reformas desmontaram a estratégia desenvolvimentista e criaram formas de regulação para a abertura econômica, com a consequente desnacionalização e fusão de capitais nacionais e estrangeiros no âmbito das

empresas. Desfez-se, assim, a divisão de papéis entre capital interno, capital externo e Estado, característica da Ditadura Militar (Saad Filho e Morais, 2018).

Em paralelo, visando estabilizar a moeda, o Plano Real valorizou o câmbio e incentivou as importações, de modo a conter a alta inercial de preços, criando a necessidade de atrair fluxos de capital financeiro para obter reservas e fechar o balanço de pagamentos. O país passou, assim, por uma fase de financeirização de sua economia em detrimento do sistema produtivo, com a indústria sendo sufocada, de um lado, pelos altos juros que desestimulavam os investimentos e, de outro, pela concorrência dos produtos importados. Ao mesmo tempo, o governo FHC apontou para um novo modelo de desenvolvimento que, ao invés de construir um parque industrial completo com ampla participação do Estado, procurava se especializar em áreas em que a produção nacional pudesse ser competitiva, com o Estado transferindo suas funções empresariais para a iniciativa privada e a capacidade de alocar recursos e controlar o nível e a composição da produção para o setor financeiro. Os altos juros e a redução dos investimentos produtivos levaram a um baixo crescimento do PIB e a uma limitação das receitas tributárias, colocando a dívida pública (que já havia aumentado em função da nacionalização da dívida externa) em uma trajetória explosiva. A dívida não foi amenizada sequer pelas privatizações, pelo aumento de impostos e pela redução das despesas primárias e do *deficit* do setor público. A falta de competitividade da economia brasileira, exceção feita ao agronegócio e algumas áreas pontuais, juntamente com os efeitos destrutivos das políticas anti-inflacionárias e com a dependência do sistema financeiro internacional levaram o país a uma especialização regressiva, a baixas taxas de crescimento e, a partir de 1996, a altas taxas de desemprego (Sallum Jr., 1999).

Esse contexto atingiu diretamente os jovens gerentes que buscavam sua inserção no mercado brasileiro, desencadeando uma mudança geracional da racionalidade e das práticas de gestão. Em primeiro lugar, com alto desemprego e competitividade acirrada, era preciso criar estratégias de inserção profissional via desestabilização dos antigos gerentes das grandes empresas do período desenvolvimentista (Grün, 1998). Em segundo lugar, com a globalização, era preciso se alinhar às modas gerenciais internacionais, particularmente norte-americanas, atualizando-se nas escolas de negócios. E, por fim, com a financeirização da economia, era preciso compactuar com os interesses dos investidores, constituindo formas de governança corporativa que vinculavam as decisões gerenciais à valorização das ações no curto prazo.

Tais imperativos introduziram, no discurso da gestão, um dissenso que levou a mudanças determinantes. A oposição central desse discurso passou a se

dar entre empreendedores *versus* burocratas. A figura do empreendedor não se reduzia àquele que abre o seu próprio negócio, estendendo-se, conforme a definição clássica de Schumpeter, a todo aquele capaz de implementar inovações e assumir os riscos. Além de incluir a classe gerencial, a atitude empreendedora se converteu em uma norma geral de vida, em uma ética empresarial do trabalho a ser difundida por toda sociedade, caracterizando um novo espírito do capitalismo e formas de disposição subjetiva (Dardot e Laval, 2009; López-Ruiz, 2007).

A própria concepção de empresa se alterou. Ela deixou de ser vista como uma estrutura hierárquica com obrigações de reciprocidade que garantiam a percepção de organização e de justiça, em que aquele que trabalha duro será recompensado com promoções e aumentos salariais (empresa fordista). Ela passou a ser concebida como um feixe de contratos, onde se difunde a terceirização, a subcontratação e os vínculos precários de trabalho, com a generalização da ideia de que os empregos não são estáveis e que cada um deve ser responsável por sua própria carreira (empresa neoliberal) (Grün, 1998). O trabalhador se tornava, assim, inclusive do ponto de vista da pessoa jurídica, uma empresa de si mesmo, em que cabe a cada um zelar pelos investimentos, disciplina e *marketing* pessoais (Gorz, 2005). A empresa se converteu, então, em uma conexão de outras empresas, já que uns investiriam seu capital financeiro e, outros, seu capital humano, sendo vistos como “colaboradores” em uma relação “ganha-ganha”, e não mais como patrões e empregados em uma relação salarial (López-Ruiz, 2007).

Nessa relação instável, os gerentes se associaram aos investidores financeiros e seus interesses de curto prazo. Sendo avaliados e remunerados pelo desempenho da empresa na bolsa de valores, os executivos se tornaram obcecados pelos balanços financeiros trimestrais e subdividiram as empresas em unidades contábeis menores, aferindo permanentemente seus resultados. Os executivos promoveram, então, cortes de custos, demissões em massa, precarização dos vínculos de trabalho, novos métodos de avaliação individual de desempenho de caráter contábil, concorrência interna generalizada e metas muitas vezes irrealistas, com a ameaça de desemprego pairando permanentemente sobre a cabeça dos trabalhadores (Dardot e Laval, 2009).

Ao lado do predomínio das reengenharias e terceirizações nas grandes empresas, a lógica neoliberal foi disseminada na década de 1990 pela moda das franquias, que renovaram o pequeno comércio tradicional. Como explica Grün (1998), os franqueados assumiram uma “maneira gerencial de ver o mundo”, marcada pelo conhecimento formal expresso em pesquisas de mercado, definição de tipos de clientela e pontos de venda, acompanhamento de processos,

garantia de qualidade e valor da marca. A racionalidade gerencial foi justamente o elemento “moderno” que permitiu aos franqueados se diferenciarem do saber prático do pequeno comerciante tradicional.

No âmbito do Estado, a primeira fase do neoliberalismo passou pelo desmonte de sua lógica desenvolvimentista, evidenciada nos governos Collor e FHC por processos de privatização e pelas reformas constitucionais, especialmente da constituição econômica, que permitiram desfazer o arcabouço nacional-desenvolvimentistas inscrito na letra da lei durante a constituinte. Ocorreu igualmente a flexibilização das leis trabalhistas e a precarização dos contratos de trabalho, embora nenhuma reforma efetiva tenha sido feita nesse período. Entre as mudanças, destacaram-se a desindexação salarial, a extensão da abrangência do contrato por tempo determinado, a instituição do banco de horas, a simplificação das demissões voluntárias, a suspensão temporária do contrato de trabalho com vistas à qualificação profissional, a instituição do regime de trabalho em tempo parcial e a introdução da mediação trabalhista e das comissões de Conciliação Prévia (Draibe, 2003: 86).

Mas o período de contração regulatória (*roll back*, Peck, 2010) logo encontrou seus limites. Como observam Brasília Sallum Jr. e Jefferson Goulart (2016: 124): “Nada contradiz a adesão predominante à orientação neoliberal do primeiro governo Cardoso, porém, as pressões externas ao governo, as exigências político-institucionais e as demandas de diferentes grupos sociais forjaram uma mitigação das políticas associadas ao neoliberalismo”. Na verdade, na segunda metade da década de 1990, o neoliberalismo não foi mitigado, apenas passou do desmonte para a introdução mais consistente de um novo modelo regulatório (*roll out*, Peck, 2010). A racionalidade política gerencial deu início à reforma do Estado brasileiro, a qual viria a se sobrepor e a se combinar com a lógica social-democrata promovida pela Constituição de 1988 e com o resquício metamorfoseado de outras racionalidades do Estado Vargasista.

A nova lógica que adentrou o Estado e a administração pública pode ser apreendida no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (1995), discurso de governamentalidade que ofereceu os princípios dirigentes da renovação e racionalização das práticas de governo. Segundo esse documento, a crise do Estado era global, mas no Brasil se manifestou na década de 1980 por meio da crise fiscal, do esgotamento da estratégia de substituição de importações e da concentração excessiva e rigidez dos procedimentos, normas e regulamentos (MARE, 1995: 11). Recusando o Estado mínimo como utópico, o plano propôs a reforma gerencial, com vistas a recuperar a autonomia financeira e resgatar a capacidade de implementação de políticas públicas. Foram cinco os seus pontos

principais: “(1) Ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas” (MARE, 1995: 11).

O horizonte do Plano era mudar o papel do Estado: de produtor e responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para o de regulador da economia e promotor do desenvolvimento, transferindo para o setor privado a produção de bens e serviços. O pressuposto era que as empresas são mais eficientes do que o Estado na execução dessas funções em razão da concorrência de mercado em contraposição ao monopólio estatal. Por isso, o Estado devia privatizar ou “publicizar” suas funções, ou seja, transferir para o setor público não-estatal a execução de serviços financiados pelo Estado (especialmente os que envolviam investimento em capital humano, como educação, saúde, cultura e pesquisa científica, sendo considerados serviços competitivos e não exclusivos do Estado). No seu papel de regulador, o objetivo principal era promover a concorrência no mercado interno, via abertura da economia, e a inserção competitiva da economia nacional no mundo globalizado. Para essa função, levou-se a cabo a criação de novas instituições, como as agências reguladoras de diversos setores (energia elétrica, telecomunicações, saúde complementar, aviação civil, transportes terrestres e aquaviários, cinema, petróleo, águas e vigilância sanitária). As agências foram constituídas como autarquias com autonomia decisória, mas sofrendo, em função da necessária especialização técnica, com a porta giratória dos seus profissionais com o mercado. São, portanto, porosas aos interesses privados que se propõem a regular, a despeito das formas de controle e *accountability*.

A construção da concorrência foi estendida para as relações federativas. O padrão predatório de competição não-cooperativa foi promovido pela guerra fiscal entre estados, iniciada com a Constituição de 1988. Ela resultou da descentralização política e da autonomia conferida aos estados para fixarem as alíquotas de ICMS, sua principal base de receita. Com isso, os estados entraram em uma luta pela competitividade, oferecendo isenções às empresas em um contexto de abertura econômica e busca de investimentos internacionais, com foco em atrair multinacionais e indústrias (especialmente do setor automobilístico). Como não houve muita preocupação com o custeio desse processo, a

sua resolução financeira se deu pela acumulação de dívidas ou pelo repasse dos custos para o nível federal (Abrúcio, 2005; Dulci, 2002).

Internamente, o próprio Estado aderiu ao modelo de gestão da empresa privada e da concorrência, embora reconhecendo que sua receita viesse dos impostos e que seu objetivo era o interesse público, e não o lucro. O modelo gerencialista pensa o cidadão-contribuinte como um cliente e busca emular as formas flexíveis de gestão, como a horizontalização das estruturas, a descentralização de funções e os incentivos à inovação e criatividade típicos das empresas neoliberais (MARE, 1995: 16-17).

Nessa mimetização, sob a alegação de focar na satisfação do cidadão-cliente, foram aplicados instrumentos microeconômicos de análise às políticas públicas, proliferando indicadores quantitativos de performance, produção de *benchmarks* e de *rankings* nas mais diversas áreas de atuação estatal. A construção dessa estrutura de avaliações introduziu a competição administrada no interior do Estado, constituindo uma “economia de incentivos” voltada para o funcionalismo público. Como explica o Plano Diretor (MARE, 1995: 25-30 e 37-40), a nova política de recursos humanos procurou desfazer os impedimentos legais “protecionistas e inibidores do espírito empreendedor”, promovendo instrumentos de avaliação e recompensa individuais que, aliados à perda de estabilidade (o que não chegou a ocorrer para o funcionalismo concursado), criariam um sistema de motivação material e psicossocial capaz de alterar a cultura e os valores dos administradores públicos (Davies, 2014; Elias, 2018).

A racionalidade econômica engolfou, assim, a formulação e avaliação de políticas públicas de outras áreas além das macroeconômicas, como a da educação (ao menos desde a gestão do ministro Paulo Renato nos governos FHC) e do combate à pobreza e à miséria (com as políticas focalizadas do segundo governo FHC e com o programa bolsa família na era petista). Os economistas substituíram os profissionais especializados dessas áreas, tornando-se, ao lado dos gestores, o grupo central no planejamento das políticas e da administração pública (Almeida, 2008). Importante notar que, enquanto os economistas substituíram os educadores e assistentes sociais no desenho das políticas públicas em função de seus conhecimentos econométricos exclusivos, no âmbito da execução dos serviços, o mesmo não necessariamente ocorria com relação aos gestores, já que, inversamente, eram os profissionais das áreas que incorporavam e aplicavam a nova lógica de gestão (Carlotto, 2014).

As políticas sociais passaram a ser enquadradas pela lógica econômica em duas frentes. De um lado, pelo critério empresarial, que convertia eficiência (produzir mais com menor custo) em efetividade (atuar com menor custo,

gerando maior impacto). Essa era a consequência do ajuste fiscal permanente e da priorização orçamentária do pagamento da dívida pública, que se deram em detrimento dos gastos sociais e da função redistributiva do Estado (Bercovici e Massoneto, 2006; Cohn, 1999). De outro lado, pela ótica do capital humano, que criou a política de incentivos nos recursos humanos da área pública e introduziu condicionalidades para os beneficiários terem acesso a direitos. A convergência do acesso aos direitos sociais com políticas disciplinares de capacitação e competitividade visava a inserção (presente ou futura) dos beneficiários na sociedade de mercado (Sallum Jr. e Goulart, 2016). Essas duas dimensões complementares racionalizavam as políticas públicas segundo a lógica do investimento e retorno, tendo como objetivo prioritário o crescimento econômico do país e a sua competitividade internacional. A garantia de direitos em nome da dignidade humana, concepção socialdemocrata promovida pela redemocratização, era, assim, relegada a segundo plano, já que a esfera de cidadania não era resguardada do mercado, mas organizada para e pela sua lógica.

Do mesmo modo que nas empresas privadas, o modelo gerencialista foi proposto como solução para a rigidez e ineficiência do modelo burocrático, mas, no caso estatal, foi acrescido de uma suposta defesa da coisa pública contra o patrimonialismo. O paradoxo era que, em nome da defesa da *res pública*, afirmava-se “que a administração pública deve ser permeável à maior participação de agentes privados” (MARE, 1995: 16). As portas do Estado foram, assim, abertas a empresários, investidores e consultores que participaram da definição de agendas, da formulação de políticas públicas, da concepção de normas e legislações, do estabelecimento de critérios de licitações e da concessão de subsídios fiscais. Igualmente, ampliou-se a autonomia do gestor público, que passou a adotar os critérios da empresa privada na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe foram colocados à disposição (MARE, 1995: 16). O que quer dizer que não apenas a execução de serviços públicos, mas, por vezes, também as decisões a seu respeito foram progressivamente transferidas dos representantes eleitos para atores de mercado ou para administradores públicos que seguem os critérios contábeis da gestão privada, como se não houvesse qualquer tipo de conflito de interesse com a busca do bem público (Crouch, 2013).

A porosidade aos agentes privados e a terceirização de funções públicas, sempre sob a alegação de maior eficiência, mas muitas vezes atendendo a demandas do mercado, deixam claro que, ao incorporar a racionalidade neoliberal, o Estado passou a tomar o interesse das empresas e dos investidores como sinônimo do interesse público. De fato, a racionalidade econômica neoliberal estende a lógica de mercado por toda parte, tomando as instituições

(inclusive o próprio Estado) e os indivíduos como empresas em concorrência entre si. Em última instância, as empresas são as verdadeiras unidades sociais (e não os cidadãos ou os grupos). Daí a identificação do bem das empresas e dos investidores com o bem comum. Por isso, o papel do Estado não seria a representação dos interesses dos grupos sociais, mas fundamentalmente a construção de mercados e o fomento da concorrência e da competitividade, criando as regras para que as empresas realizem cálculo de investimento, sejam eficientes e tenham lucratividade.

Sendo o empreendedorismo um valor central do neoliberalismo, o Estado brasileiro se articulou com empresas privadas, terceiro setor, Sebrae, instituições de ensino e governos locais para desenvolver políticas de fomento e proteção às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O colapso do projeto desenvolvimentista de industrialização assentado no tripé Estado-capital internacional-capital nacional associado fez com que as MPMEs emergissem como alternativas para o desenvolvimento econômico e geração de empregos, embora tendo desvantagens competitivas devido ao seu tamanho. Por isso, elas foram objeto de legislação específica visando simplificar e reduzir a burocracia e os encargos fiscais e facilitar o acesso a linhas exclusivas de financiamento e de crédito, de modo a facilitar a sua abertura e fechamento, seu desenvolvimento e o prolongamento de seu ciclo de vida. Além disso, a partir da década de 2000, surgiram políticas de fomento ao empreendedorismo visando, de um lado, a formalização daqueles que trabalham por conta própria, como no caso do MEI (microempreendedor individual), e, de outro, o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e de programas de incentivo à inovação e aceleração de negócios tecnológicos, como o Startup Brasil. O Estado, desse modo, expandia o sentido do empreendedorismo e difundia institucionalmente a sua lógica na sociedade, reforçada também por programas de ensino destinados a reforçar essa cultura tanto nas primeiras etapas da educação básica quanto no Ensino Superior (Fernandes, 2019).

Em função da racionalidade neoliberal, o Estado brasileiro assumiu os objetivos de promover a competição e a competitividade nos mercados globalizados e se reformou internamente incorporando a lógica de gestão da empresa privada, a concorrência administrada e a lógica econômica no desenho das políticas públicas. O Estado igualmente buscou governar a população para e pelo modelo de mercado, adotando a grade de análise do capital humano na formulação das políticas sociais, reduzindo a cidadania progressivamente à capacitação e inserção no mercado e criando uma regulação que favorecia a conversão do trabalhador em empreendedor de si.

Seja no Estado, nas empresas privadas ou no pequeno comércio, economistas e gestores foram agentes centrais da primeira onda de neoliberalização no Brasil, estendendo a sua ação continuamente até o presente. Os economistas o fizeram não apenas por meio de reformas estruturais e políticas macroeconômicas voltadas para o mercado, mas também aplicando sua grade de análise para o planejamento e desenho de políticas públicas nas mais variadas áreas. Já os gestores passaram por uma transformação da sua racionalidade prática, constituindo uma nova normatividade que impuseram primeiro a si mesmos, mas que rapidamente se estendeu para outros grupos profissionais de classe média e depois para a classe trabalhadora. Os gestores tornaram-se, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos dos dispositivos neoliberais de governo, convertendo-se nos portadores por excelência de sua lógica no cotidiano das organizações. Foi assim que eles renegaram os empregos maçantes do passado, acreditando que a nova situação de concorrência forçaria o indivíduo a se questionar sistematicamente, a investir em novas qualificações e a se tornar mais aberto e flexível, com repercussões positivas também em sua vida privada (Grun, 1998).

Muitos gestores aplicaram o cuidado de si de tipo gerencialista às próprias vidas, convertendo-as em *business* e tornando inseparável o sucesso profissional do pessoal. Segundo a nova norma de vida, era preciso se valorizar conforme as demandas do mercado, emulando a lógica empresarial e investindo no próprio capital humano nas mais variadas esferas da vida. Nessa “ultrassubjetivação” (Dardot e Laval, 2009), a liberdade de iniciativa logo se converteu em obrigação de desempenho, fazendo-se sentir não apenas nas metas inflacionadas de trabalho e de resultados financeiros, mas igualmente na busca de lazer, bem-estar, saúde e até mesmo na sexualidade. Não por acaso, Alain Ehrenberg (1991) falou de um “culto da performance”, que faz da ação individual a referência em um mundo guiado pela concorrência e que impõem a cada um a tarefa de se construir autonomamente, embora essa autonomia seja, de fato, uma servidão voluntária.

3. Segunda onda de neoliberalização: a “nova classe média”

Essa racionalidade foi *a posteriori* estendida para as classes populares. Essa foi a segunda onda de neoliberalização ocorrida no Brasil, hibridizando-se com as racionalidades socialdemocrata e novo-desenvolvimentista durante os governos petistas.

É fato que as novas formas de precarização derivadas da financeirização, da gestão neoliberal e da flexibilização das leis trabalhistas atingiram em primeiro

lugar a parcela de trabalhadores formalizados, fechando cerca de 1,5 milhão de postos na indústria, gerando demissões em massa nas empresas privatizadas, reduzindo os salários reais médios (queda de 8% entre 1994 e 2001) e a participação dos salários na renda nacional (de 50% em 1980 para 40% em 2000), aumentando o desemprego, o emprego precário e o trabalho terceirizado e definindo um novo padrão de emprego centrado em vagas de baixa produtividade e em serviços urbanos de baixa remuneração para mulheres (Saad Filho e Morais, 2018). O grau de informalidade no mercado de trabalho metropolitano brasileiro variou de 40,91% em 1991 a 50,87% em 2000, sendo o crescimento em grande parte explicável pelas demissões e terceirizações realizadas pelas indústrias e pela posterior absorção desse contingente pelo setor de serviços, mas sem carteira assinada (Meneguín e Bugarin, 2008).

As novas formas de precarização e a deterioração econômica no final da década de 1990 degradaram ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Mas o fato é que os baixos salários, as formas de discriminação, as más condições, a flutuação entre trabalho e não trabalho e a informalidade sempre estiveram presentes no mercado nacional (Braga, 2012). Daí já ser amplamente difundida entre a classe trabalhadora brasileira tanto a precariedade quanto a prática da “viração”, ou seja, a “mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcadas pela instabilidade e pela inconstância, assim como entre expedientes legais e ilegais, [sendo] um tipo de trabalho que depende do ‘fazer acontecer’ a cada dia (seja para vender, seja para garantir a permanência do ponto)” (Silva, 2011: 59).

A novidade agora era o fim do sonho da cidadania salarial, com o deslocamento do trabalho (inclusive o formal) dos dispositivos do emprego para as formas variadas de trabalho precário, intermitente e descontínuo, contando ainda com uma miríade de expedientes de sobrevivência dos sobrantes do mercado de trabalho. Passou-se, assim, a se demandar do trabalhador formal os mesmos atributos de flexibilidade, polivalência e iniciativa do trabalhador informal. Com isso, a viração, antes concebida como a exceção do mercado formal vinculado a direitos (que, se não era predominante, ao menos operava como horizonte normativo de realização), virou a nova norma de trajetórias de vida erráticas (Oliveira, 2003; Telles, 2006; Abílio; Amorim e Grohmann, 2021).

Mas foi somente na década de 2000 que o *ethos* neoliberal do empreendedorismo efetivamente se popularizou, ressignificando e invisibilizando a viração. O acontecimento decisivo foi a ascensão das classes trabalhadoras pouco ou não qualificadas e o espraio de novos dispositivos para governá-las. A emergência da chamada “nova classe média” consolidou, portanto, a nova norma de

vida. A ascensão social foi impulsionada pelo crescimento de empregos formais (com predominância de baixos salários e vínculos contratuais precários), pelo aumento do valor real do salário mínimo, pela ampliação do crédito popular e pelas políticas sociais e de transferência de renda (Singer, 2012). A melhora do poder de compra, ainda que modesta, foi percebida a partir de 2007 por pesquisas de mercado em um momento em que as empresas transnacionais haviam definido como estratégia internacional o foco no mercado de baixa renda e o impulso ao empreendedorismo como solução para a pobreza (Lenderman, 2010; Prahalad, 2010). Com isso, a chamada “classe C” na linguagem das pesquisas de mercado, rebatizada posteriormente como “nova classe média” por pesquisas econômicas (Neri, 2011) e pelo próprio governo federal (SAE, 2012), emergiu como objeto de conhecimento e como alvo de dispositivos empresariais, financeiros e governamentais que a transformaram em um novo sujeito econômico.

As empresas tiveram que se adaptar a essa nova realidade dos mercados. Até então voltadas para o público de classe média tradicional, as empresas precisaram desenvolver estratégias dirigidas para o varejo de baixa renda. Era preciso conhecer esse novo consumidor e, mais do que isso, moldar a sua conduta de consumo, de tal maneira que a renda incrementada e o acesso facilitado ao crédito se convertessem em compras. Buscou-se fazer isso por meio de uma série de estratégias: facilidades nas formas de pagamento, aumento do número de parcelas (acompanhadas de altos juros), instalação de lojas e *shopping centers* nos limites ou no interior dos bairros pobres, desenvolvimento de modelos de produtos mais simples e baratos, formas de *marketing* e de publicidade simbolicamente reorientadas, marcas expressas em logotipos com letras grandes para acentuar a melhoria de *status*, muito colorido e extravagância para chamar a atenção, grandes eventos de vendas com técnicas de efervescência coletiva, de modo a promover compras por impulso, sem falar da redução de tarifas e impostos por parte do governo para estimular a compra de determinadas linhas de produto (por exemplo, redução de IPI para automóveis, móveis, refrigeradores, micro-ondas, máquinas de lavar etc.).

Com a ampliação do consumo, os trabalhadores emergentes também tiveram acesso crescente à *internet* e às redes sociais, primeiro por meio de *lan houses* e, a partir de 2010, por meio de *smartphones*. A “nova classe média” compartilhou, assim, da experiência cotidiana de imersão no mundo virtual que, devido à infraestrutura das plataformas, convergiu de diferentes maneiras com o neoliberalismo: a gestão do perfil nas redes sociais como valorização do portfólio de capital humano, a competição pela existência na economia da atenção, a customização e gestão da experiência de consumo pelos algoritmos, a

percepção de crise permanente desencadeada pela apresentação de eventos sucessivos que produzem fluxo de atenção, as metas corporativas de tempo de tela, a inflexão espaço-temporal que substitui a lógica linear do projeto pela pontual do imediato, o deslocamento da percepção de progresso por uma concepção de futuro calcada em um tempo distante e imprevisível controlado por forças inescrutáveis (mão invisível do mercado, algoritmos, concepções religiosas) etc. (Cesarino, 2021; Chun, 2016; Brown, 2015). O acesso à *internet* operou, assim, como um suporte digital para o governo neoliberal das subjetividades.

Além disso, a bancarização de enormes contingentes em função dos programas de transferência de renda e das contas-salário dos novos empregos formais e as facilidades de crédito resultantes de políticas do governo (sendo oferecido primeiro por bancos públicos e, depois, por bancos, financeiras e lojas privadas) introduziram as classes populares nos circuitos financeiros. Se é verdade que políticas estatais (e paraestatais) de inserção produtiva via microcrédito já existiam desde a década de 1990 (Draibe, 2003; Lima, 2010), elas ganharam outra escala no início do século XXI. O endividamento via consumo se disseminou, mas igualmente a tomada de crédito para investimentos mais estruturantes, como compra da casa própria, de veículos, financiamento estudantil e capital de giro para o microempreendedorismo. Para que o endividamento não saísse do controle, implicando uma inadimplência generalizada, diversos programas de educação financeira foram desenvolvidos por bancos públicos e privados, Sebrae, ONGs e governos, moldando uma nova racionalidade econômica.

Nos empregos formais, os novos métodos de gestão flexível e pela concorrência buscaram disciplinar os trabalhadores (efetivos, terceirizados ou subcontratados) segundo o *ethos* neoliberal do empreendedorismo, na tentativa de incutir o novo espírito do capitalismo mesmo nos níveis hierárquicos inferiores menos qualificados. O ideário da participação e da responsabilização individual nas empresas e a utilização do autocontrole e autogestão nas equipes de trabalho fizeram com que a maior autonomia viesse paradoxalmente acompanhada de maior subordinação (Lima, 2010). Inversamente, quanto mais disseminavam os métodos neoliberais de gestão, fazendo os trabalhadores assumirem a tomada de decisões e a disciplina de si mesmos, mais a função gerencial clássica de comando e controle era esvaziada. Os diretores, gerentes e supervisores passaram, então, a sofrer as consequências do seu próprio sucesso, com novas rodadas de reengenharia e de fusões e aquisições fechando mais de um milhão de seus postos de trabalho entre 2007 e 2017 (Andrade, 2019c; 2021).

O governo também buscou formalizar atividades, facilitando a abertura de micro e pequenas empresas por meio de dispositivos jurídicos como o MEI ou o

Simple. Foram desenvolvidas políticas públicas em diversos níveis federativos de incentivo ao empreendedorismo popular e de fiscalização e regularização. Foram adotadas, inclusive, medidas de formalização forçada, como no caso em que órgãos governamentais e o Sebrae acompanhavam operações militares de “pacificação”, regularizando o comércio e os serviços locais (Ost e Fleury, 2013). Com isso, os emergentes informais, como camelôs ou pequenos comerciantes, eram instados a se converter em pessoas jurídicas e empreendedores formais, seduzidos ainda pela facilidade de acesso ao microcrédito.

A “nova classe média” foi igualmente impulsionada e moldada por uma série de políticas sociais que se hibridizaram de diferentes maneiras com a lógica neoliberal: condicionando o acesso aos direitos ao investimento em capital humano, vinculando o combate à pobreza a políticas de capacitação e competitividade, reforçando a responsabilização individual e familiar (com foco nas mulheres), colocando os beneficiários em concorrência entre si, induzindo ao endividamento via financiamento público de cursos superiores privados, fomentando o mercado do empreendedorismo social, introduzindo o modelo da gestão privada na prestação pública de direitos universais, desenhando as políticas públicas por meio de mecanismos microeconômicos de aferição, avaliação e definição de melhores práticas (*benchmarking*) etc. (Andrade, 2022; Sallum Jr. e Goulart, 2016). Essas políticas públicas, ao mesmo tempo em que favoreceram a ascensão social por meio de uma série de benefícios entrecruzados, deslocaram a lógica universalista dos direitos pela gestão focalizada e favoreceram a responsabilização meritocrática do empreendedor de si, tornando os beneficiários rentáveis ao invés de dependentes ou assistidos (Georges; Rizek e Ceballos, 2014).

As religiões neopentecostais também contribuíram para a produção de um empreendedorismo de baixo para cima nas periferias das grandes cidades e no interior do país, surfando na onda do aumento do poder de compra dos estratos inferiores de renda. Se o neoliberalismo precisa da liberdade como sua condição de possibilidade, a agência dos governados no neopentecostalismo retroalimentou o neoliberalismo ao definir uma prática da fé que racionalizava a vida cotidiana, instando ao cumprimento de desafios semanais, ao estabelecimento de metas conforme grupos específicos e à valorização do próprio capital humano. Além disso, igrejas como a Universal (IURD) desestimularam a permanência em empregos formais que implicavam subordinação ao patrão, substituindo o sonho progressista da estabilidade e do acesso a direitos pelo estímulo ao empreendedorismo no mercado informal, ainda que na figura precária do empreendedor da ralé (Côrtes, 2021). A mídia também favoreceu a disseminação da

concepção idealizada do empreendedorismo popular, seja por meio de novelas, de matérias em telejornais ou de páginas nas redes sociais.

Amparada nos dispositivos neoliberais e neopentecostais, a lógica neoliberal ressignificou e conferiu nova aura à viração. A viração, que sempre esteve associada ao caráter efêmero do trabalho das camadas de baixa renda, sendo um expediente de sobrevivência, ganhou novo reconhecimento social ao ser caracterizada como atitude empreendedora. A “nova classe média” incorporou assim os valores do novo espírito do capitalismo, conformando-se ao modelo normativo neoliberal, impulsionada ainda pela pressão do endividamento e pelo fascínio do consumo (Lopez-Ruiz, 2007; Boltanski e Chiapello, 1997; Souza, 2012). Ao ser convertido em empresário de si mesmo, o trabalhador foi responsabilizado pela sua empregabilidade e autogerenciamento, invisibilizando, assim, a precariedade e embaralhando as fronteiras entre o emprego e o desemprego, o formal e o informal (Penteado e Cruz Júnior, 2021; Machado, 2002).

A “nova classe média” foi construída, portanto, como um sujeito empreendedor, consumidor e financeiro, mas em uma condição objetiva e subjetiva muito mais precária, vulnerável e subordinada do que a da classe média gerencial. Nesse sentido, o termo “nova classe média” pode ser levado mais a sério. Não porque se trate de afirmar que é uma classe média “no sentido estatístico” das camadas intermediárias de renda ou de equipará-la falsamente em termos de capital econômico, cultural ou de estrutura ocupacional (Neri, 2011; Souza, 2010; Pochmann, 2014). Mas porque a moralização, as categorias jurídicas e os dispositivos de gestão mobilizados pelas classes médias gerenciais efetivamente buscaram construir as classes emergentes à imagem e semelhança de sua norma de vida e visão de mundo. Na medida em que a conduta das classes emergentes se tornou objeto do investimento governamental e elas passaram a se identificar por meio do consumo e do empreendedorismo, esses grupos tenderam a adotar demandas individualizantes típicas da lógica neoliberal (diminuição da burocracia, redução dos impostos, acesso facilitado ao crédito etc.) (Penteado e Cruz Júnior, 2021). Abandonando ao menos parcialmente a gramática dos direitos da redemocratização em proveito de uma nova política calcada na autoafirmação individual, no “direito ao prazer” e na ostentação insubordinada de símbolos de *status*, esses novos sujeitos de mercado contribuíram para esvaziar as condições de possibilidade de sua própria ascensão social (Andrade; Côrtes e Almeida, 2021; Pinheiro-Machado; Scalco, 2018; 2020). Dada a diferença de capital econômico e cultural, a subjetivação das classes emergentes como “nova classe média” as condenou a uma condição desigual na competição, destinando-as a um lugar subalterno no mercado em favor das classes médias tradicionais.

4. Terceira onda de neoliberalização: crise econômica, reformas neoliberais e uberização

Com a crise econômica e política a partir de 2015 e com a intensificação da divulgação do ideário de livre mercado e conservador por parte de novos movimentos de direita e por uma rede transnacional de *think tanks* (Casimiro, 2018; Rocha, 2021), iniciou-se a terceira e mais radical rodada de neoliberalização no Brasil. As políticas de austeridade tiveram início ainda no governo de Dilma Rousseff, com o ministro da fazenda Joaquim Levy, embora fossem vistas como um ajuste transitório. Após o *impeachment*, no entanto, o que era visto como um mal necessário se converteu em virtude, constituindo um projeto de país que acelerou drasticamente as reformas neoliberais nos governos seguintes. A crise da dívida pública brasileira favorecida por um excesso de isenções fiscais concedidas a grandes empresas em um momento de queda do comércio mundial, do preço das commodities e da arrecadação de impostos teve seu diagnóstico imediatamente reconvertido na retórica conservadora de que os direitos garantidos pela Constituição de 1988 não caberiam no PIB. Buscou-se, então, a passagem, nas palavras do ministro Paulo Guedes, do modelo da “socialdemocracia”, consagrado na Constituição de 1988 e incipientemente construído pelos governos da Nova República, para o modelo da “liberal-democracia”, de modo a “completar a transição para a economia de mercado” (Salomão, 2019). Na prática, tratava-se de uma nova fase do neoliberalismo brasileiro que substituiu o hibridismo com as políticas sociais e participativas da Nova República pelo ataque à democracia e pelo desmonte generalizado, apostando novamente no *roll back* e na expansão da lógica autoritária da guerra ao inimigo interno (Peck, 2010; Andrade, 2021; 2022).

O diagnóstico da crise proposto pelo ministro Paulo Guedes e por outros economistas de mercado era que todas as tentativas de estabilização econômica do país nos últimos 40 anos não teriam enfrentado o maior dos males: o problema fiscal criado pela expansão descontrolada dos gastos públicos em relação ao PIB, suposta causa profunda das disfunções financeiras ao longo do tempo. Para conter a inflação, teria sido adotada uma combinação de juros altos com câmbio sobrevalorizado, resultando em uma bola de neve de endividamento público. A razão histórica do aumento dos gastos públicos teria sido a insistência na concepção do Estado como motor do crescimento e como promotor de justiça social, o que teria levado à estagnação e à corrupção. A saída, conseqüentemente, seria migrar para uma economia de mercado e fazer uma reforma do Estado. O resultado seria um sonhado ciclo virtuoso de crescimento econômico, inclusão social, emprego, renda e arrecadação (Andrade, 2020).

Tal diagnóstico da crise impulsionou a aprovação de reformas por meio de emendas constitucionais e de leis complementares que retiraram direitos e entronizaram juridicamente a política econômica neoliberal, inviabilizando a sua alteração a despeito da alternância dos governantes eleitos. Promovia-se, assim, um arcabouço jurídico que blindava os mercados e os interesses capitalistas em relação à democracia, esvaziando-a da possibilidade de escolha de outro modelo político, econômico e social.

A primeira medida, aprovada em dezembro de 2016, foi a Emenda Constitucional n. 95, que limitou o crescimento dos gastos públicos do governo federal à inflação dos últimos 12 meses, tendo validade por 20 anos. Com isso, as despesas com saúde, educação, programas sociais e funcionalismo foram restringidas. Sob a mesma alegação de resposta emergencial à crise econômica, o ataque aos direitos seguiu em outras duas direções. Primeiro, no governo Temer, a aprovação da mais radical reforma trabalhista realizada desde a promulgação da CLT. A nova lei instituiu, entre outras medidas, a precedência do negociado sobre o legislado, a flexibilidade da jornada diária de trabalho para além das 8 horas, o trabalho intermitente, a terceirização da atividade fim e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Segundo, no início do governo Bolsonaro, a reforma da Previdência Social, que instituiu o aumento da idade e do tempo de contribuição mínimos para homens e mulheres, a redução da pensão por morte e do benefício por incapacidade e as regras de transição. A combinação da precarização do trabalho com o maior tempo de contribuição previdenciária criou condições consideravelmente mais difíceis para os trabalhadores obterem suas aposentadorias.

Também foi aprovada a importante Lei da Liberdade Econômica (n. 13.874, de 20 de setembro de 2019), que “estabelece garantias de livre mercado”, ou seja, “normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador”. Por meio dela, o Estado, que já havia perdido sua característica de produtor direto na reforma dos anos 1990 (exceto em casos de segurança nacional e de relevante interesse coletivo), agora foi restringido na própria ação regulatória e na sua missão constitucional de fiscalizar, incentivar e planejar a atividade econômica. Foram três os seus pontos principais. Primeiro, sob a alegação de diminuir a burocracia e melhorar o clima de negócios, a lei eliminou grande parte das autorizações públicas necessárias para se abrir, continuar ou encerrar um negócio e definiu prazos máximos para a emissão pelos entes públicos das autorizações sob o risco de aprovação tácita. Segundo, nos contratos civis e empresariais “paritários”, o acordado entre as partes ganhou destaque, deixando o direito empresarial

como subsidiário ao avançado, embora os termos não possam suplantar “as normas de ordem pública”. O terceiro e mais decisivo ponto foi a figura do “abuso do poder regulatório”, que deixou como subsidiária e excepcional a intervenção do Estado sobre o exercício das atividades econômicas. Entre outras coisas, o Estado não pode mais: criar reservas de mercado, impedir a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros, impedir ou retardar inovações e a adoção de novos processos e modelos de negócios, criar custos de transação sem demonstrar benefícios, criar demanda artificial ou compulsória para produtos, serviços ou atividades profissionais, limitar a formação de sociedades empresariais e restringir publicidade e propaganda. No caso de propor medidas regulatórias, caberá ainda ao Estado o ônus de realizar análises de impacto prévias. O Estado fica, assim, impedido de ser parceiro do capitalismo nacional em nome de um suposto direito da pessoa humana a empreender (Fernandes, 2019). Com isso, a ordem de livre mercado foi estabelecida em lei, cabendo às políticas econômicas alternativas justificarem previamente cada uma de suas medidas.

Outra lei complementar aprovada foi a que prevê a autonomia do Banco Central, definindo seus objetivos e dispondo sobre nomeações e exonerações (lei complementar n. 179, de 24 de fevereiro de 2021). A lei conferiu ao Banco o objetivo fundamental de controlar a inflação e, secundariamente, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica, zelar pela solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional e fomentar o pleno emprego. A proposta fixa por quatro anos o mandato para os dirigentes da autarquia, sendo o presidente nomeado apenas no terceiro ano de mandato do presidente da República. Essa decalagem entre os mandatos da presidência da República e do Banco Central visa justamente garantir a autonomia da política monetária, embora o estabelecimento de suas metas fique a cargo do Conselho Monetário Nacional. Com isso, ao menos parte da política econômica fica fora do alcance dos governantes eleitos e, conseqüentemente, das decisões democráticas (Baptista, 2020).

Duas reformas ainda foram encaminhadas ao Congresso e aguardam votação. A primeira foi a reforma tributária (PEC110/2019), com o propósito de “simplificar o atual sistema, permitindo a unificação de tributos sobre o consumo e, ao mesmo tempo, reduzindo o impacto sobre os mais pobres”. A ideia seria aumentar “gradativamente os impostos sobre a renda e sobre o patrimônio e melhorar a eficácia da arrecadação, com menos burocracia”. Espera-se, assim, “conseguir menor custo de produção; aumento da competitividade; menor custo de contratação; mais emprego; maior poder de consumo”.

A segunda foi a reforma administrativa (PEC32/2020), que propõe uma mudança abrangente do aparelho burocrático do Estado. Entre as principais

propostas, constam: a diferenciação dos vínculos empregatícios, acabando com o Regime Jurídico Único e restringindo a estabilidade aos serviços essenciais enquadrados como Cargos Típicos do Estado; a redução da estabilidade dos servidores, abrindo espaço para dispensas arbitrárias e perseguições políticas; a precarização dos vínculos, com ampliação dos funcionários terceirizados e temporários, aumentando os problemas da rotatividade e da porta giratória com o mercado; a extensão da livre nomeação para além das atuais restrições de funções (direção, chefia e assessoramento) e de proporcionalidade; a redução dos salários iniciais dos servidores; um novo sistema de incentivos baseado no desempenho e realizado em diversas etapas, podendo ocorrer demissão por mau desempenho nos casos em que não há estabilidade; fim de promoções automáticas por tempo de serviço e extinção de uma série de benefícios; concessão de poder ao presidente da República para extinguir cargos, gratificações, funções e ministérios e transformar cargos vagos, gerando distorções no sistema de freios e contrapesos e na separação de poderes etc. Tal como proposta, a reforma administrativa ameaça a continuidade da administração pública, das políticas constitucionais e mesmo do próprio Estado, favorecendo a sua captura por interesses políticos e econômicos. Além disso, passa ao largo de problemas históricos, como a estrutura administrativa engessada, o controle disfuncional e a desigualdade dentro do serviço público, deixando de fora da reforma os membros do Judiciário, do Legislativo e das Forças Armadas (Baird e Lotta, 2021; Peci, 2020).

Essas reformas, leis e propostas legislativas agiram no sentido de blindar legalmente as políticas econômicas neoliberais, constitucionalizar a ordem de mercado, dificultar políticas desenvolvimentistas, fragilizar a administração pública diante de interesses políticos e econômicos, estrangular o financiamento das políticas sociais, reduzir direitos, precarizar ainda mais as relações trabalhistas e reduzir os custos tributários, trabalhistas e previdenciários do capital em nome da competitividade, permitindo uma abertura ainda maior da economia brasileira. Mas, ao contrário da previsão do ministro Paulo Guedes, ao invés de um novo ciclo de crescimento econômico, o avanço das reformas levou a uma redução do crescimento, como reconheceu o próprio presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (Salomão, 2022). Já a desigualdade social e as condições trabalhistas pioraram acentuadamente.

Além dessas medidas, a nova rodada de neoliberalização contou com o surgimento e expansão da uberização (Abílio, 2017). Trata-se de um novo modelo de negócios em que grandes corporações monopolizam ou oligopolizam o acesso de prestadores de serviços e de provedores de bens aos clientes, intermediando

a relação por meio de plataformas digitais. A uberização é uma espécie de neoliberalismo de segundo grau, já que a construção e a regulação dos mercados passam a ser, em larga medida, realizadas pelas próprias empresas-aplicativos por meio de algoritmos secretos, embora não deixem de se combinar com (e de alterar) a regulação estatal e seus arcabouços legais e institucionais. Essas empresas internalizam os mercados, (re)desenhando-os digitalmente, por vezes definindo dinamicamente o valor do serviço conforme a demanda, e cobrando taxa dos provedores, mas mantendo-os como empreendedores autônomos, sem vínculos empregatícios. A uberização tanto promove a lógica neoliberal do mercado e da concorrência, que são construídas algorítmicamente por meio de avaliações dos consumidores associadas a premiações e à priorização na distribuição das oportunidades, como difunde o modelo do “autogerenciamento subordinado” de trabalhadores *just-in-time* (Abílio, 2020). Esses mercados podem já existir previamente, passando então por uma reorganização, ou podem ser novos, criados a partir dos aplicativos.

No Brasil, a uberização se fez inicialmente visível no novo mercado de transporte privado e depois no de entregas. Essa ocupação se tornou a principal alternativa de renda para trabalhadores de centros urbanos que ficaram desempregados com a crise, atraindo pessoas provenientes tanto das classes médias gerenciais e profissionais quanto das classes emergentes. No caso da classe média tradicional, vale notar que ocorreu uma precarização crescente e ininterrupta de suas profissões desde a década de 1990, levando à desestabilização e vulnerabilização também de trabalhadores qualificados, como no caso dos próprios gerentes. Some-se ainda o aumento das falências e pedidos de recuperação judicial de pequenas e médias empresas, que cresceu consideravelmente a partir da crise de 2015. Com perspectivas reduzidas de encontrar colocações semelhantes, o transporte privado se tornou uma espécie de solução imediata de autoemprego, ampliando a participação das camadas médias tradicionais no mundo da viração ressignificada como empreendedorismo (Franco, 2021).

Mais do que uma alternativa à crise, a uberização encontrou nela a sua condição de possibilidade e levou à transformação dos mercados formais de variadas profissões. Como extensão da lógica neoliberal de gestão, a uberização aprofundou a precarização do trabalho, colocando os mercados informais como horizonte de realização dos formais. O próprio Presidente Jair Bolsonaro anunciou sua intenção de consolidar juridicamente essa transformação, com novas rodadas de reformas trabalhistas que tornariam os empregos formais e informais praticamente indistinguíveis, como proposto na lei da “carteira de trabalho verde e amarela”.

Inversamente, para a “nova classe média”, foi a sua trajetória até então ascendente que criou as condições de possibilidade para atuar nos setores uberizados de transporte e entregas. Foi a melhoria da renda e a ampliação do crédito popular que facilitaram o acesso a automóveis, motocicletas e *smartphones*, permitindo a familiarização com os aplicativos. Com a crise e o desemprego, as classes emergentes viram nessa atividade uma forma de viração associada a um mercado organizado pela alta tecnologia, mas sem transparência nem qualquer garantia legal e ainda com o agravante de repassar os riscos e custos para o trabalhador e de remunerá-lo por tarefa, transformando-o em um prestador de serviço *just in time* (Abílio, 2020; Franco, 2021).

As plataformas digitais também abarcaram outras profissões precárias dessa fração de classe, como manicures, mecânicos, motoboys, diaristas etc. Desse modo, assim como os mercados formais, os mercados informais também foram transformados pelo neoliberalismo via uberização. A novidade aqui, evidentemente, não vem da existência de condições precárias, mas da extensão de formas inéditas de gerenciamento centralizado do trabalho para o mercado informal (Abílio, 2017; Abílio; Amorim e Grohmann, 2021; Franco, 2021). O neoliberalismo em países periféricos como o Brasil, portanto, não se caracteriza simplesmente pela extensão da lógica precária e da informalidade previamente existentes para os mercados formais, mas também pela introdução de novas formas de controle que criam as condições tanto para essa “periferização do centro” quanto para a subsunção dos mercados informais.

5. Considerações finais

O processo de neoliberalização brasileiro, portanto, constituiu-se depois de uma fase prévia em que emergiram elementos dispersos e desarticulados do arcabouço legal e institucional, de políticas públicas e de dispositivos de gestão, mas ainda imbricados em uma governamentalidade desenvolvimentista durante a Ditadura Militar. Foi somente na década de 1990, como resposta à crise política e econômica do Estado Vargasista, que esses elementos foram rearranjados e combinados com novas formas de regulação e tecnologias de governo, criando a coerência estratégica de conjunto do dispositivo geral de governamentalidade. A partir de então, ocorreram três rodadas de neoliberalização: 1) primeira onda: vinculação institucional e legal da economia brasileira aos mercados comerciais e financeiros globais e a reforma gerencial das empresas e do Estado, tendo economistas e gestores como principais artífices de políticas públicas e dispositivos de governo, com efeitos precarizadores sobre o mercado de trabalho;

2) segunda onda: emergência da “nova classe média” como objeto de poder e saber do neoliberalismo, conformando as classes trabalhadoras ascendentes à sociedade de mercado como sujeitos empreendedores, financeiros e consumidores; 3) terceira onda: como resposta emergencial à crise econômica de 2015, radicalização das reformas neoliberais, constitucionalizando a ordem de mercado, blindando as políticas econômicas, fragilizando a administração pública, estrangulando o financiamento das políticas sociais, desmontando os direitos sociais e previdenciários, precarizando ainda mais as relações trabalhistas por meio de reforma legal e da uberização e reduzindo os custos tributários, trabalhistas e previdenciários do capital em nome da competitividade.

Essas rodadas estabeleceram diferentes relações com a lógica socialdemocrata advinda da redemocratização e inscrita em partes da Constituição de 1988, com as práticas autoritárias remanescentes da Ditadura e metamorfoseadas na Nova República e com políticas novo-desenvolvimentistas, que readaptaram as fórmulas desenvolvimentistas à nova realidade dos mercados financeiros e comerciais globais. Entender as relações dinâmicas e variadas que cada onda de neoliberalização estabeleceu com outras racionalidades políticas, por vezes promovendo contradições, bloqueios recíprocos e desmontes, por outras criando pontes para operar conjuntamente, permite compreender tanto as configurações históricas do Estado brasileiro quanto as normas de vida que definiram a forma social da existência de diferentes grupos da população durante a Nova República e sua crise atual.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passapalavra*. [On-line], 2017. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- _____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 34, n. 98, 2020, pp. 111-126.
- ABILIO, Ludmila, AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 23, n. 57, 2021, pp. 26-56.
- ABRÚCIO, Fernando. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, 2005, pp.41-67.
- ALMEIDA, Ana Maria. O assalto à educação pelos economistas. *Tempo Social*. São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, pp. 163-178.

- ANDRADE, Daniel Pereira. Emotional economic man: power and emotion in the corporate world. *Critical Sociology*. [On-line], v. 44, n. 4-5, 2015, pp. 785-805.
- . O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade & Estado*. Brasília, v. 34, n. 1, 2019a, pp. 211-239.
- . Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 38, n. 1, 2019b, pp. 109-135.
- . Escorpião enlacrado. *GV-executivo*. São Paulo, v. 18, n. 3, 2019c, pp. 37-39.
- . Neoliberalismo autoritário no Brasil. Reforma econômica neoliberal e militarização da administração pública. *Sens Public*. Montréal, 2020.
- . Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-34.
- . Neoliberalismo e lógica da democracia social na Nova República. Trabalho apresentado no 46º Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: <https://www.encontro2022.anpocs.com/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnJoiYT0xOntzOjEyOiJRRF9BVElWSURBREUio3M6MzoiMTA3IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6ImU4Njg5MjQoZTVhNTEoMTUyM2M3MDZjMGRjZTQ3YWZlIj9&ID_ATIVIDADE=107>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana.; ALMEIDA, Sílvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-26.
- ANDRADE, Daniel Pereira e CÔRTEZ, Mariana. Brasil, neoliberalismo híbrido. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, 2022.
- ANDRADE, Daniel Pereira e OTA, Nilton. Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*. São Paulo, v. 27, n. 1, 2015, pp. 275-316.
- ARANTES, Paulo. 1964, o ano que nunca terminou. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2010, pp. 205-236.
- BAIRD, Marcello e LOTTA, Gabriela. Reforma administrativa ameaça a democracia. *Piauí*, 20 set. 2021.
- BAPTISTA, Rodrigo. CAE aprova autonomia do Banco Central com novos objetivos. *Senado Notícias*, 18 fev. 2020.
- BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010, pp. 77-90.
- BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A Constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. *Separata de Boletim de Ciências Econômicas*. Coimbra, v. 49, 2006, pp. 1-23.

- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 1997.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- BRENNER, Neil, PECK, Jamie e THEODORE, Nik. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*. [On-line], v. 10, n. 2, 2010, pp.1-41.
- BROWN, Wendy. *Les Habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris, Les Prairies Ordinaires, 2003.
- . *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York, Zone, 2015.
- CARIELLO, Rafael. O liberal contra a miséria. Ricardo Paes de Barros, o economista que idealizou o maior selo da era Lula. *Piauí*. Rio de Janeiro, v. 74, nov. 2012.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitas semper reformanda?: a história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. Tese de doutorado, Sociologia, USP, 2014.
- CASIMIRO, Flávio. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021.
- CHUN, Wendy. *Updating to remain the same: habitual new media*. Cambridge, MA, The MIT Press, 2016.
- COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. *Tempo Social*. São Paulo, v. 11, n. 2, 1999.
- CÔRTEZ, Mariana. A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-24.
- COUTO, Cláudio. A Longa Constituinte: Reforma do Estado e Fluidez Institucional no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998, pp. 51-86.
- CROUCH, Colin. From Market versus States to Corporations versus Civil Society?. In: SCHÄFER, Armin e STREECK, Wolfgang (Org.). *Politics in the Age of Austerity*. Cambridge, Polity Press, 2013, pp. 219-38.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découverte, 2009.
- . Introduction to the English Edition. In: *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. Londres/Nova York, Verso, 2014.
- . *Ce cauchemar qui n'en finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris, La Découvert, 2016.
- DAVIES, William. *The limits of neoliberalism. Authority, sovereignty and the logic of competition*. Los Angeles; London; New Delhi, Sage, 2014.

- DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2003, pp. 63-101.
- DULCI, Otávio. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, 2002, pp. 95-107.
- EHRENBERG, Alain. *Le culte de la performance*. Paris, Calmann Lévy, 1991.
- ELIAS, André. Do planejamento educacional à gestão por incentivos: percursos da Economia da Educação e seus rastros neoliberais. Dissertação de mestrado, Educação, USP, 2018.
- FERNANDES, Rene. Análise crítica do discurso de apoio às MPMEs e de fomento ao empreendedorismo no Brasil pós-redemocratização. Tese de doutorado, Administração Pública e Governo, FGV EAESP, 2019.
- FERNANDES, Maria. A MP do Estado anarcocapitalista. *Valor Econômico*, 15 ago. 2019.
- FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- . O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.
- . *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- . *Naissance de la biopolitique*. Paris, Seuil; Gallimard, 2004.
- FRANCO, Fábio. Neoliberal Platform Capitalism and Subjectivity: A Study of the Hybridization between Labor Platformization and Viração in Brazil. *The South Atlantic Quarterly*, v. 120, n. 4, October 2021, pp. 795-808.
- GAGO, Verônica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Elefante, 2018.
- GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele e CEBALLOS, Marco. As políticas sociais brasileiras - o que há de novo? *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 457-461.
- GORZ, Andre. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Annablume, 2005.
- GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 54, 2004, pp. 143-159.
- GRÜN, Roberto. A classe média no mundo do neoliberalismo. *Tempo Social*. São Paulo, n. 10, v. 1, 1998, pp. 143-163.
- KLEIN, Caroline. A Influência do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado no Brasil. Tese de doutorado, História, Unisinos, 2020.
- LENDERMAN, Max. *Admirável marketing novo*. Rio de Janeiro, Best Seller, 2010.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*. Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2010, pp. 158-198.

- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro, Azougue, 2007.
- LYNCH, Christian. “Nada de NOVO sob o sol”: teoria e prática do neoliberalismo brasileiro. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 91, 2021.
- MACHADO, Luiz. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. *Caderno CRH*. Salvador, n. 37, v. 15, 2002, p. 81-109.
- MARE (Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado). *Plano diretor da reforma do aparelho de Estado*. Brasília, Imprensa Nacional, 1995.
- MENEGUIN, Fernando e BUGARIN, Maurício. A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. *Economia Aplicada*. Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, 2008, pp. 341-363.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Rio de Janeiro, FGV; Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London, Duke University Press, 2006.
- . Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*. [On-line], v. 32, 2007, pp. 3-8.
- OST, Sabrina e FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? *Dados*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, pp. 635-671, 2013.
- PECK, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford, Oxford Univ Press, 2010.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik e BRENNER, Neil. Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession. *The South Atlantic Quarterly*. [On-line], v. 111, n. 2, 2012a, 265-88.
- . Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 92, 2012b, pp. 59-78.
- PENTEADO, Cláudio e CRUZ JUNIOR, Brauner. A germinação do empreendedor do Brasil contemporâneo: O neoliberalismo visto sob o contexto nacional recente. *Estudos de sociologia*. Araraquara, v. 25, n. 49, 2021, pp. 343-366.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Revista IHU On-Line*, [s. l.], 4 out. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em: 8 out. 2021.
- . From hope to hate: the rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*. London, v. 10, n. 1, 2020, p. 21-31.
- POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo, Boitempo, 2014.

- PRAHALAD, Coimbatore. *A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro*. Porto Alegre, Bookman, 2010.
- RAMÍREZ, Hernán. Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena. *Confluente. Rivista Di Studi Iberoamericani*. [On-line], v. 4, n. 2, 2012, p. 63-81.
- . La influencia alemana en el pensamiento y las políticas económicas brasileñas: desde mediados de los cincuenta a los setenta. Ponencia presentada en Simposio online: *Latinoamérica en el nuevo contexto internacional*, 11 y 12 de diciembre de 2020.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises*. O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo, Todavia, 2021.
- SAAD FILHO, Alfredo e MORAIS, Lécio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- SAAD FILHO, Alfredo, COLOMBI, Ana Paula e GRIGERA, Juan. *Neoliberalism or Developmentalism. The PT Governments in the Eye of the Storm*. Leiden, Brill, 2021.
- SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo/ Rio de Janeiro, FLACSO, 2013.
- SAE. *Vozes da nova classe média*. Cadernos 1-4. Brasília, Edições Marco Zero, 2012.
- SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, n. 11, v. 2, pp. 23-47, 1999.
- . Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011, pp. 259-288.
- SALLUM JR, Brasílio e GOULART, Jefferson. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, n. 60, 2016, pp. 115-135.
- SALOMÃO, Alexa. “Dá para esperar 4 anos de um liberal-democrata após 30 de centro-esquerda?”, diz Guedes. *Folha de S. Paulo*, 3 de novembro de 2019.
- . Brasil precisa discutir por que cresce menos após reformas, diz Campos Neto. *Folha de S. Paulo*, 27 de março de 2022.
- SILVA, Carlos. Viração: O comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele e TELLES, Vera. *Saídas de emergência*. São Paulo, Boitempo, 2011, pp.57-74.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.
- SLOBODIAN, Quinn. *Globalists. The end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge/London, Harvard University Press, 2018.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*. São Paulo, v.18, n.1, 2006, pp. 173-195.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*. Salvador, v. 25, n. 66, 2012, pp. 505-518.

Recebido em: 12/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

ANDRADE, Daniel Pereira. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 675-708.



É CULPA DE QUEM? GUERRA, HUMILHAÇÃO E VERDADE NAS RELAÇÕES ENTRE PENTECOSTALISMO E BOLSONARISMO

Mariana Côrtes¹

Resumo: O presente artigo se baseia na premissa de que o processo de neoliberalização da sociedade brasileira não acontece apenas de cima para baixo, mas conjuga-se, de forma híbrida, com regimes governamentais que nasceram nas periferias: mundo do crime, o pentecostalismo e as milícias. Em sua fase autoritária, a partir da ascensão da extrema direita e da implementação do governo Bolsonaro, parte desses dispositivos governamentais passam a ocupar o centro do Estado. Ao focar no pentecostalismo, o texto propõe uma genealogia sobre a virada autoritária brasileira, buscando as afinidades entre o pentecostalismo e bolsonarismo, com base na análise do diagrama da guerra, na recusa da humilhação, na ética de retribuição e na emergência de um novo regime de verdade.

Palavras-chave: Neoliberalismo híbrido; crime; pentecostalismo; guerra; humilhação; retribuição; verdade.

WHOSE FAULT IS IT? WAR, HUMILIATION AND TRUTH IN THE RELATIONS BETWEEN PENTECOSTALISM AND BOLSONARISM

Abstract: *The present paper is based on the premise that the process of neoliberalization of Brazilian society does not only occur from the top down, but conjugates*

1 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia – Brasil - marianampcortes@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-0679-5524>

in hybrid form with governmental regimes that were born in the peripheries: the criminal world, Pentecostalism, and the militias. In its authoritarian phase from the rise of the extreme right and the implementation of the Bolsonaro government, part of these governmental devices come to occupy the center of the state. By focusing on Pentecostalism, the text proposes a genealogy of the Brazilian authoritarian turn, seeking affinities between Pentecostalism and “bolsonarism”, based on the analysis of the war diagram, the refusal of humiliation, the ethics of retribution and the emergence of a new regime of truth.

Keywords: *Hybrid neoliberalism; crime; Pentecostalism; war; humiliation; retribution; truth.*

¿DE QUIÉN ES LA CULPA? GUERRA, HUMILLACIÓN Y VERDAD EN LAS RELACIONES ENTRE PENTECOSTALISMO Y BOLSONARISMO

Resumen: El presente artículo parte de la premisa de que el proceso de neoliberalización de la sociedad brasileña no ocurre sólo de arriba hacia abajo, sino que se conjuga en forma híbrida con regímenes gubernamentales que nacieron en las periferias: el mundo criminal, el pentecostalismo y las milicias. En su fase autoritaria a partir del ascenso de la extrema derecha y la implementación del gobierno de Bolsonaro, parte de estos dispositivos gubernamentales pasan a ocupar el centro del Estado. Al centrarse en el pentecostalismo, el texto propone una genealogía sobre el giro autoritario brasileño, buscando afinidades entre el pentecostalismo y “bolsonarismo”, a partir del análisis del diagrama de guerra, el rechazo a la humillación, la ética de la retribución y la emergencia de un nuevo régimen de verdad.

Palabras-clave: Neoliberalismo híbrido; crimen; pentecostalismo; guerra; humillación; retribución; verdad.

1. Um corpo dependurado

O aplicativo de conversas WhatsApp me notificou que uma nova mensagem havia chegado em um dos meus grupos de família. A mensagem mostrava a foto de um corpo negro morto dependurado com a cabeça presa a um vitrô de uma escola pública. Abaixo da imagem, lia-se a legenda: “Após ladrão morrer entalado na janela, Maria do Rosário cria decreto obrigando a instalação de janelas maiores para evitar a morte de ‘vítimas da sociedade’. Maria do Rosário

– Ministra dos Direitos dos Bandidos”². Segundos depois, reações pipocavam na minha tela: *emojis* chorando de ir; *hahahahahahaha*; “essa foi boa”; “vou ter que repassar”; figurinhas e *GIFs* com pessoas gargalhando. Em um grupo com mais de cem pessoas, é provável que a mesma imagem tenha sido reencaminhada para outros grupos de pertencimento: o pessoal do círculo de oração; a moçada do Ensino Médio; os companheiros de pelada; a galera da moto; a turma da academia; as amigas das correntes de dieta; os colegas de trabalho; os irmãos da igreja. Alguns, contudo, fizeram silêncio.

O ano era o de 2016, ano em que a presidente Dilma Housseff havia sofrido um golpe político-parlamentar e o ciclo petista, após mais de treze anos, esgotava-se. O uso de *smartphones* tinha se popularizado e o WhatsApp havia se tornado um aplicativo de conversas comum no Brasil. Quando recebi a mensagem, estava em um quarto de hotel na Avenida Paulista. Mais tarde, eu pegaria o trem para Perus, distrito situado na zona noroeste do município de São Paulo, para conversar com um pastor, que eu havia entrevistado em 2003, quando iniciava meu trabalho de campo com “ex-bandidos” que haviam se tornado pregadores evangélicos (Côrtes, 2007). É provável que parte das pessoas no Brasil tenham uma história para contar sobre quando perceberam, como um golpe seco na barriga ou uma sensação de envenenamento no cotidiano, que alguma coisa na percepção dos sentidos da questão social no Brasil tenha se deslocado, e uma outra atmosfera pairava no ar. A nova direita ou extrema direita havia ganhado o espaço público das cidades brasileiras desde as “Jornadas de Junho” de 2013.

Em 2015, havíamos assistido às reivindicações de rua que demandavam a saída da presidente Dilma Housseff. Movimentos sociais do espectro ideológico da direita (que variavam da crítica ao Estado como agente expropriador da liberdade individual a conclamação à intervenção militar e ao solapamento das instituições democráticas de direito) se articulavam. Seu engajamento digital em redes sociais se multiplicava, e tornava-se objeto de pesquisas nas áreas de ciências sociais, que inovaram do ponto de vista metodológico ao empregar *softwares* de análise que mapeavam os *clusters* informacionais (Ortellado; Solano e Moretto, 2016).

Embora presságios do que estava por vir estavam claros desde 2013, foi em 2016, naquele quarto de hotel, que um nó embrulhou o meu estômago e eu tive uma sensação de que alguma esquina havia sido dobrada na nossa vacilante trajetória de redemocratização, e se tornou possível que a imagem de um corpo

2 Maria do Rosário Nunes foi secretária de Direitos Humanos durante o governo de Dilma Housseff, de 2011 a 2014. Ela ocupa o cargo de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores desde 2003.

negro dependurado circulasse impunemente em grupos de família sob o escrutínio de senhoras respeitáveis e “homens de bem”, que riam, sem vergonha, daquele corpo. Não só riam, como se davam ao trabalho de reagir com *emojis*, figurinhas, *GIFs* e memes, ao passo que apertavam, na tela *touchscreen*, o ícone “compartilhar”, para que a foto circulasse em outros círculos de sociabilidade, como se a representação daquele cadáver precisasse se fazer multiplicar – ser dado a ver, a novos olhares, que haviam perdido a capacidade de experimentar embaraço. Não se sentiam infames, sentiam-se no direito. Ao lado da imagem, lia-se a frase: “Após ladrão morrer entalado na janela, Maria do Rosário cria decreto obrigando a instalação de janelas maiores para evitar a morte de ‘vítimas da sociedade’”. O horror da imagem reverberava na frase que anunciava o escárnio da suposta troça. A hipotética resposta da esquerda, representada na figura da deputada federal do Partido dos Trabalhadores, seria de ordem técnica: se as janelas das escolas fossem ampliadas, ladrões poderiam fugir impunes. A engenharia da solução para a sobrevivência do ladrão denunciava, por inversão, a manufatura da solução também para seu assassinato: vitrôs estreitos faziam, quase que faceiramente, com máxima eficiência, sem nenhum ônus, o trabalho sujo que se espera do empenho diligente das milícias ou dos expedientes hodiernos dos policiais militares. Por meio de um estranho parentesco, ambas soluções operariam no estado de exceção (Agamben, 2004), seja nos supostos decretos do executivo que dispensam as deliberações do legislativo, seja na aniquilação dos indesejáveis, nas fronteiras do legal e do ilegal.

A arquitetura gráfica de um corpo pendido na posição vertical remetia a ecos de outros mortos, como os linchamentos dos negros no Sul dos Estados Unidos, que às vezes tinham seus corpos dependurados nas árvores, imagem pavorosa narrada na composição *Strange Fruit*, eternizada na voz de Billie Holiday. Na década de 1930, quando a canção foi escrita, os linchamentos ainda eram recorrentes, embora estivessem diminuindo desde o fim da Guerra Civil (Viana, 2016). Em uma das imagens que circularam na época, tem-se a foto de um linchamento ocorrido em 1930, no estado de Indiana. Dois corpos negros dependurados em uma árvore, em roupas esfarrapadas. Abaixo, na imagem, uma aglomeração de homens, mulheres e crianças brancos. Algumas pessoas sorriem, outros olham para a câmera. Dentre elas, um homem de bigode, com uma tatuagem indecifrável no antebraço, olha fixamente para a lente e aponta a árvore, como se fosse necessário atestar o evento que já aparecia encharcado em sua cotidianidade rançosa e espectral.

Em apresentação em um evento acadêmico, Adriana Vianna (2019) descreve uma cena que presenciou na fila de espera da Casa de Custódia de Benfica no

Rio de Janeiro, na qual mães aguardavam informações sobre o destino dos seus filhos e/ou parentes que estavam detidos em uma das instituições que representa a porta de entrada do sistema prisional. Depois das treze horas, abre-se um portão e um agente prisional se dirige a uma árvore que tem na frente do prédio e dependura uma prancheta que contém as informações das audiências de custódia que ocorrerão naquele dia:

No que a prancheta é amarrada à árvore com barbante, familiares ansiosos tentam pegá-la, trazê-la para perto, e vasculhar as audiências para ver se seu parente estava lá. Irritado, o agente se retira e sai em direção ao portão, privando a todos dessa precária informação. “Vocês não sabem se comportar. Ninguém vai ver é nada”. Ficamos todos perplexos e indignados. A indignação, porém, não é gritada, mas tem o volume e a frequência da injustiça que precisa ser engolida (...). Passe-se um tempo e a espera faz seu trabalho ativo uma vez mais. O mesmo agente retorna, peito estufado, prancheta em mãos. “Se alguém chegar perto da prancheta, eu tiro e não coloco de volta”. Faz-se um perímetro respeitoso ao redor da árvore. Corpos se contêm, e mãos contêm outros corpos que parecer querer avançar na prancheta. As pessoas estão se comportando direito. A ansiedade é agora veneno que corre em temperatura controlada. A senhora com a bolsa cheia de coisas vai embora. O nome do seu filho não estava na lista. “Vou voltar amanhã”, nos diz³.

Quase um século depois do linchamento de Indiana, o recurso do ato de dependurar, que não é em si mesmo inocente ou neutro, reaparece encenado em um ato de Estado. Não o grande ato performático presente nos rituais democráticos ou antidemocráticos, atualizações rituais da glória da soberania (Agamben, 2011), mas o ato miúdo e cotidiano (Viana, 2019), do desdém contido na provisoriedade de uma prancheta amarrada em uma árvore. Não à toa, nem despreocupadamente, uma árvore aparece de novo na cena. A desobediência dos familiares dos presos, supostamente incapazes de conter suas pulsões, aparece na ânsia desajeitada de vasculhar informações na prancheta, que gira em falso em torno do precário fio que a sustenta e escorrega das mãos que correm para agarrá-la. Sem demora, a desobediência é punida pelo agente prisional, como se a incivilidade estivesse escancarada em seus gestos indisciplinados, e

3 Transcrição de trecho da fala de Adriana Vianna na Mesa de Encerramento “Margens da Política e política dos governados”, do evento Seminário Internacional – Três décadas de transformação da América Latina, realizado na Universidade de São Paulo, em 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e88L4NyRIOI&t=4551s>>. Acesso em: 16 set. 2022.

não no ato que encena e produz a violência do Estado. Quando o agente retorna, peito estufado e soberbo, a punição já havia conquistado o efeito esperado. Corpos agora domesticados coreografam um “perímetro respeitoso ao redor da árvore”. A ansiedade, antes impulso descontrolado e frenético, agora corre nas veias como veneno lento, que faz seu trabalho no cotidiano, na gestão das vidas, mortes, quase vidas e quase mortes dos pobres e pretos da sociedade brasileira. Na prancheta, registra-se a roleta russa dos nomes dos filhos, maridos, irmãos, sobrinhos, cunhados, e seus destinos incertos. Na relação com as margens, o Estado também se encena e produz como “bagatela”, diz Adriana Viana (2019).

O que uma prancheta dependurada diz? O que um corpo dependurado diz? O que não dizem? O que deixaram de dizer? O que não foi ouvido? O que nunca foi dito? Por volta das 11 horas do dia 25 de maio de 2022, Genivaldo de Jesus Santos, um homem negro de 38 anos, foi abordado por três agentes da Polícia Rodoviária Federal no quilômetro 180 da BR-101, no município de Imbaúba, no estado de Sergipe⁴. Ele não usava o capacete enquanto dirigia uma motocicleta. Os policiais o apreenderam em uma blitz e o levaram para a beirada da rodovia. Um vídeo disponível na plataforma Youtube⁵ registra os ruídos e berros: “Vai ficar pior para você. Bota a porra da mão aqui... Alguém é palhaço aqui? Caralho! Cala a boca! Cala a boca! Caralho! Porra! Bota a mão na cabeça! Bota a mão na cabeça, porra! Pro chão, porra! Caralho! Vai pro chão, porra!”. Uma testemunha ao fundo diz: “Se acalma, se acalma, se acalma...”. Em vão. Enquanto os policiais imobilizam Genivaldo com a cabeça pressionada sobre um chão de terra, outro homem murmura: “Ele tem problema mental... Imbaúba, Sergipe. Se seu parente tem doença mental, você tem que avisar, cara... Caraca, mano. Se ele tem problema mental, você tem que falar, pô”. O homem que adverte alguém ao lado que é necessário que se reporte o dado sobre o transtorno mental de Genivaldo também faz questão de registrar a cidade onde a tortura acontece, como se fosse necessário inscrever a localização do ato como contraparte do dever de testemunhar. Outra pessoa diz: “Já falou, já...”, ao se referir ao diagnóstico de esquizofrenia de Genivaldo. Próxima cena. Após jogar Genivaldo no porta malas da viatura e arremessar uma bomba de gás lacrimogêneo dentro do carro, os policiais esmagam a porta do porta-malas sucessivas vezes contra as pernas de Genivaldo, que se debatem do lado de fora. Das laterais da traseira do carro, observa-se o gás que escapa pelos lados. Alguém diz ao fundo: “Vai matar o cara

4 Sobre o caso, ver reportagem: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/06/06/eles-lamentam-todo-o-ocorrido-diz-advogado-de-defesa-de-policiais-rodoviaros-federais-envolvidos-na-morte-de-genivaldo-santos.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2022.

5 Vídeo disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=MpwWOIMyiOg>>. Acesso em: 16 set. 2022.

dentro do carro”. Outro diz: “Vai matar mesmo”. “Meu Deus do Céu, cara”. “Vai matar o cara ali dentro”. Uma voz grita para o policial: “Vai matar o cara...”. Não adiantava mais. O público que se amontoava em torno do evento assiste impotente. As pernas dependuradas para fora já não se movem mais.

No texto *The bondaries of the we: Cruelty, Responsibility, and Forms of Life*”, publicado no livro *Textures of the ordinary: Doing Anthropology after Wittgenstein*, Veena Das pergunta:

If the present conditions of our life are framed by practices of violence perpetrated through the apparatus of the state with the connivance of citizens, then what kind of responsibility devolves on us, members of such political communities, even if we have not given our explicit consent of such projects of spectacular or hidden violence (Veena Das, 2020: 198).

Ela continua: “Do such conditions that make our societies unjust is an overall sense make our thought itself clouded? How might we then recover the ability to think otherwise?” (Das, 2020: 198). Embora eu já havia pensado que viver em uma sociedade injusta coloca aos seus membros ultimatoss éticos, antes de ler esse texto de Veena Das (2020), nunca tinha me ocorrido que a recorrência da injustiça poderia ter como efeito um turvamento do pensamento. E, mesmo que nos empenhemos em pensar as recorrências da violência, movidos por esforços sinceros e nobres intenções, as próprias possibilidades do nosso pensamento estão comprometidas de saída, manchados pela própria injustiça que tentamos desvelar. Não só a capacidade de reflexão estaria alijada pela armadura de uma injustiça que tornou viciada a forma como elaboramos questões, como a imaginação de confabular outros horizontes de vida também se estreita no passo que a violência rosqueia o futuro.

Ao comentar o romance *À espera dos bárbaros*, de J. M. Coetzee (2006), Veena Das (2020) se interroga se a população do mundo civilizado que contribui para a manutenção da tortura sem se engajar nesta, que acontece nos porões subterrâneos ou a céu aberto, estaria realmente cercada do lado de fora da zona de vida em que o torturador vive. Se imaginamos que ocupamos um espaço fora, imune ao horror que ocorre dentro da cerca, será que ainda assim poderíamos confiar sobre a inviolabilidade da cerca? Sua intransigência? Sem oferecer conforto moral, Veena Das pergunta: “What is the texture of this fencing off?” (Das, 2020: 206). Impermeável como aço ou porosa como esponja? Para ela, contudo, está claro que ocupar um mundo onde o mal é permitido é engatinhar sob os escombros de uma vida em que a vergonha impregna no corpo como piche.

Das, como a maioria de nós, não participou em nada que poderia corroborar com manifestações de tortura. Contudo, diz: “I can never imagine I have led a blameless life” (Das, 2020: 214). A cerca se esfuma quando passamos a habitar o mundo do torturador não apenas porque falhamos em estabelecer critérios compartilhados de convenções comuns, mas porque não somos mais capazes de reconhecer os momentos em que a vida desliza para a não vida, ou que o humano se torna monstruoso, ainda que o torturador conserve todos os traços de uma pessoa ordinária. Das comenta como a personagem do magistrado do romance de J. M. Coetze (2006) enxerga a personagem do torturador: “For the magistrate, the problem is that the torture is not a figure of horror to himself: the horror the torturer evokes does not lie in his taking a monstrous shape but in the human shape of things in which he can still engage” (Das, 2020: 206).

O torturador pode ser filmado em vídeos de celular (e até transmitidos ao vivo nas redes sociais) enquanto assassina um homem negro na beirada da rodovia por meio do engenho de uma câmera de gás improvisada. A vocação para a gambiarra, sina de uma sociedade que transformou a informalidade do trabalho em astúcia da viração (Telles, 2010; Abílio, 2020), aparece no engenho do artesanato que improvisa novas modalidades de tortura para a audiência que assiste perplexa (mas nem tanto), como se os policiais tivessem certos que não fizeram nada demais, apenas “deram jeito” na insubordinação de mais “um”, dia normal de expediente. A gambiarra também é encenada na prancheta amarrada com fio de barbante na árvore em frente à Casa de Custódia, pois sua precariedade constitutiva não é ingênua: ela não apenas encena uma violência, como a produz (Viana, 2019). As mulheres em seu entorno disputam, em solavancos, qualquer naco de rumor que possa oferecer uma pista sobre o destino dos seus familiares. A audiência de custódia não será hoje, diz os dados contidos na prancheta: há de se voltar amanhã, ou depois de amanhã. A cada dia, a prancheta pende sob a árvore. Em outros contextos, o público não apenas assiste, mas se engaja ativamente na tortura, quando, em grupos de WhatsApp, torce-se para o destino trágico do ladrão comum, que agoniza sufocado na janela apertada de uma escola pública. O atropelo da fuga se converte na gambiarra de sua morte, aplaudida por “pessoas de bem”, que não parecem experimentar outra coisa senão alívio.

Seja sob o ato das coisas/pessoas/membros dependurados, seja sob a gambiarra da fabricação da tortura, nas redes sociais, no sistema prisional, nas batidas policiais, as cenas anteriormente descritas evocam fragmentos dos horrores que se estabelecem na relação entre o Estado e suas margens, na última década da sociedade brasileira. De um lado, é preciso reconhecer que a violência

escancarada nas cenas descritas não faz sua aparição na sociedade brasileira como algo novo. O Brasil foi formado sob marcas da violência: o empreendimento colonial de extermínio, domesticação e conversão dos povos nativos; a empreitada transnacional de escravização das populações africanas; os laboratórios de experimentação dos estados de exceção das ditaduras militares; os esquadrões da morte que funcionam como organizações ao mesmo tempo estatais e paraestatais, o trabalho sujo dos bandeirantes, jagunços e milicianos; a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, moradia e demarcação de terras indígenas; o aparelho penal-punitivo e o encarceramento que produz uma máquina de marginalização; as modalidades de expropriação do trabalho; a agressão doméstica que mata, viola e humilha as mulheres; o racismo estrutural que demarca os horizontes de vida, sobrevida e morte dos pretos; a cólera simbólica e física contra os sujeitos LGBTQIA+. Os exemplos não caberiam em poucas linhas. De outro lado, é preciso ainda interrogar o que se instituiu de inédito a partir da emergência da extrema direita como a costura de uma nova tessitura da sociedade civil: da fisionomia pública e corporativa dos *think tanks* das elites articuladas em canais internacionais (Cooper, 2021; Finlayson, 2021), até sua espessura comezinha e miúda, nas redes de amizade, vizinhança, trabalho, lazer e espaços congregacionais da vida cotidiana.

Para o contexto brasileiro, duas escalas de análise (espaço-temporais) se intercalam: o que se estrutura desde a genealogia colonial; o que emerge de novo no fenômeno do bolsonarismo. Os dois se imbricam; e o último reforça o primeiro, como tentaremos demonstrar. Nesse processo de radicalização da violência, a novidade histórica do bolsonarismo talvez não resida na violência (em si mesma, não nova), mas talvez justamente na “textura da cerca” que supostamente separaria os membros da comunidade política e os perpetradores das modalidades de tortura. Pensar sobre isso nos obriga a revisitar as mais de três décadas da Nova República. Na década de 1990, na esteira da superação da ditadura militar e da instauração de um projeto universalista de cidadania, apostava-se que era possível delimitar com precisão os limites da “cerca”, uma vez que o espaço público mediado pela deliberação democrática demarcaria um novo regime de sociabilidade que distinguiria lei e exceção, legal e ilegal, palavra e violência (Côrtes; Jardim e Miagusko, 2018; Telles, 2020; Feltran, 2011; Rizek e Paoli, 2007).

Se, no sonho que animou a redemocratização, havia a expectativa que os contornos da “cerca” fossem claros, na história da formação das periferias das cidades brasileiras, a delimitação da tessitura da “cerca” sempre esteve em tensão: para grande parte dos sujeitos periféricos, não habitar o mesmo mundo

dos que perpetram a violência (seja a do Estado, seja a do crime) nunca foi uma opção (Feltra, 2011; Leite, 2014; Machado da Silva, 2008). As fronteiras da “cerca” sempre foram móveis e situacionais, em permanente disputa. Contudo, sob o governo Bolsonaro, a própria opacidade da cerca é assumida como política de Estado. Quando a tortura é encarada como estratégia de punição das organizações estatais e paraestatais e as práticas de genocídio (da exterminação física à exposição à morte) são legitimadas como recursos de governo, passa-se a habitar a devastação da violência no cotidiano, que se envenena sob o embotamento da capacidade de imaginar outra possibilidade de mundo (Das, 2020). Em 2022, no ano em que escrevo esse texto, quase não se pode mais enxergar qualquer “cerca”. A miragem da cerca se tornou turva. Passamos a ocupar uma zona cinzenta (Agamben, 2008), cravando os pés no mesmo chão dos torturadores. Alguns de nós torcem por eles, sem culpa nem pejo, no murmúrio das redes sociais, na experiência dos círculos privados ou nas arenas da política institucional. Importantes esforços acadêmicos vêm sendo empreendidos para compreender quais os sentidos sociais da virada autoritária no Brasil (Safatle, 2021; Andrade; Côrtes e Almeida, 2021; Andrade, 2021; Cesarino, 2021; Côrtes, 2021; Franco, 2021). O artigo não pretende oferecer teses definitivas, mas convida o leitor para percorrer junto à neblina.

No debate internacional, discute-se se a ascensão da extrema direita a partir da crise financeira de 2008 (Davies e Gane, 2021; Davies, 2021; Cooper, 2021; Geva, 2021; Finlayson, 2021; Brown, 2018). Parte dos pesquisadores no campo dos estudos sobre neoliberalismo se empenham para compreender se alguma coisa mudou, e se sim, qual o significado dessa mudança: quais são as rupturas, mas também quais são as continuidades. No próximo tópico, o artigo propõe uma possível genealogia sobre a especificidade da guinada autoritária brasileira, na expectativa de esquadrihar, na produção acadêmica desde a década de 1990, tanto a percepção dos *sinais* que antecipavam o que estava por vir quanto dos *ponto-cegos* que obscurecia os futuros desdobramentos.

2. O que não vimos

Na investigação em curso, pretende-se oferecer uma contribuição para a problemática teórico-metodológica que move o presente dossiê em torno da proposta conceitual do(s) neoliberalismo(s) híbrido(s). Segundo essa proposta, o neoliberalismo não se expande pelo mundo como um “tsunami econômico” que encharca espaços vazios que aguardam, de forma passiva, por sua enchente irrefreável (Ong, 2006); inversamente, ele só se torna produtivo na medida em

que se hibridiza com lógicas governamentais operantes nos países nos quais se introduz. Sob essa perspectiva, analisa-se como o *modus operandi* do neoliberalismo se hibridizou com regimes governamentais que se tornam atuantes nas periferias brasileiras, de forma mais intensa, desde as décadas de 1980/1990: o mundo do crime, as igrejas pentecostais e as formações milicianas.

Na relação entre o Estado e as margens, produzem-se interseções por meio das quais os dois se coproduzem ao mesmo tempo, um perante o outro; por vezes em tensão, por vezes em colaboração. Pesquisadores brasileiros vêm pensando o movimento que vai do Estado às margens, e inversamente, o movimento que também vai das margens ao Estado, quando pentecostalismo e milícias passam a ocupar – e pôr em funcionamento – a própria máquina estatal, nas engrenagens dos poderes legislativo, judiciário e executivo. A força centrípeta (Feltran, 2021) que empurra as bordas para o centro coincide historicamente com o torvelinho autoritário brasileiro, que emerge na cena pública nas Jornadas de Junho de 2013 e consolida-se com o governo Bolsonaro desde 2019. Contudo, é preciso dar alguns passos para trás e revistar a pesquisa sociológica e antropológica da década de 1990, quando as esperanças da redemocratização, ainda animadas pela atmosfera de otimismo dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 e pela promulgação da Constituição de 1988, começaram a se chocar, num misto de ceticismo e entorpecimento, com os desafios acadêmicos e políticos inaugurados pela explosão da criminalidade violenta e do *boom* do movimento pentecostal.

Nas décadas de 1980 e 1990, parte da literatura brasileira das ciências sociais se voltava para a análise de dois fenômenos presentes nas periferias urbanas: de um lado, o aumento expressivo das taxas de homicídios e da expansão do tráfico de drogas nas grandes metrópoles⁶; de outro, a multiplicação das denominações pentecostais nas margens das cidades, o que contribuiu para o salto demográfico dos evangélicos na população brasileira⁷. No texto *Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil*, publicado em 1998, Alba Zaluar formulou hipóteses para a constituição de um *ethos guerreiro* entre

6 Na região metropolitana do Rio de Janeiro a taxa de homicídio triplicou na década de 1980, de 23 mortes em cada 100 mil habitantes em 1992 para 63,03 em 1990. Em São Paulo, a taxa de mortalidade por assassinatos passou de 12,8 óbitos por 100 mil habitantes em 1980 para 44,2 em 1999, principalmente devido ao aumento da mortalidade entre jovens, negros e homens.

7 Segundo os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de evangélicos era de 6,6% em 1980 e passou para 9% em 1991. Em 2000, cerca de 26,2 milhões de pessoas se disseram evangélicas, ou 15,4% da população. De 2000 para 2010, o número de evangélicos no Brasil aumentou 61,45%, chegando a 42,3 milhões, ou 22,2% dos brasileiros. Segundo pesquisa recente do Data Folha, os evangélicos totalizam atualmente cerca de 30% da população brasileira.

jovens pobres e pretos que produzia mortes violentas nas disputas de facções por domínios de território de venda de cocaína nas favelas do Rio de Janeiro, no mesmo passo que recrudescia o confronto das polícias militares contra essas populações, que começaram a operar como tropas militares de conflito urbano. Para a antropóloga, perscrutar os enigmas da violência no Brasil implicava uma interrogação sobre o declínio das formas comunitárias de mediação de conflitos que se constituíram entre as classes trabalhadoras urbanas durante o século XX. Entre elas, a autora destaca o samba como manifestação cultural capaz de traduzir, no plano estético, os conflitos de classe e raça nas músicas, letras e provocações poéticas, em um palco no qual se dava as trocas entre brancos e negros, morro e cidade, sambistas e policiais (Zaluar, 1998). Na ausência de um sistema de justiça, o samba criou princípios de reciprocidade que preencheram os vazios institucionais, em um processo civilizador cuja camada portadora não foi a sociedade de corte (Elias, 2001), mas as classes populares. O declínio dos mecanismos internos de pacificação, combinado com o ingresso da sociedade brasileira nos processos de globalização, individualização e consumo, incluindo as redes transnacionais do narcotráfico, teria produzido efeitos perversos para parte dos jovens moradores das comunidades cariocas, que se sentiram atraídos pela dimensão agonística das lutas contra os inimigos, seja a facção rival seja a polícia militar.

Após mais de duas décadas que nos separam da reflexão de Alba Zaluar (1998), olhar retrospectivamente para o texto, e a maneira como o fazemos, informa-nos tanto sobre os espaços de experiências e os horizontes de expectativas que fomentavam a produção acadêmica do período quanto revela como se constitui o nosso próprio olhar no presente, impactado pela virada autoritária que conduziu à eleição do presidente Bolsonaro, em 2018. O exercício nos conduz a pensar sobre o que se antevia no final da década de 1990, mas também o que não se antevia: processos que se encontravam latentes, mas cujas consequências radicalizadas farão sua aparição na cena pública e na política institucional apenas ao longo da década de 2010. Embora Zaluar (1998) reconheça que a “violência política” não esteve de “todo ausente no cenário passado e recente do país” (Zaluar, 1998: 270), para ela não é nessa chave argumentativa que deve se buscar “a explicação para o surto atual de violência interpessoal e privada”. Em sua avaliação, “a explosão de ódio social, racial e religioso não deixaram grandes feridas que sangrassem por todo o país” (Zaluar, 1998: 271). E embora ela reconheça que o militarismo explique “a continuidade das práticas militares na polícia e o surgimento do Esquadrão da Morte nos anos 60 e seus congêneres” (Zaluar, 1998: 271), em sua avaliação, a geração de jovens periféricos que se

engajavam no “etos guerreiro” não é a mesma geração que vivenciou o regime militar. Na produção acadêmica do período, observa-se uma mesma constatação, impregnada de desapontamento e perplexidade, sintetizada nas palavras de Zaluar: “Justamente quando o país reentrava na democracia o crime violento recrudesciu” (Zaluar, 1998: 271). O enigma permanece – e ainda nos assalta.

Contudo, mais de vinte anos depois, não é mais possível não enxergar as modalidades de ódio que esgarçam o tecido social, como também não dá mais para não reconhecer que a violência política, tanto como violência do Estado como violência da sociedade civil, faz-se presente na vida cotidiana da sociedade brasileira. O crime violento parecia conter seu próprio *modus operandi* nas guerras de facções, como Zaluar (1998) trouxe à luz em sua etnografia fina. Os processos históricos, em combinação com as reflexões acadêmicas, demonstraram que as lutas entre meninos/homens, e seu rastro de sangue durante os anos 90, funcionaram por meio de ciclos intermináveis de vingança privada. No entanto, essa “máquina da revolta” (Zaluar, 1985) não funcionava em separado da engrenagem violenta que costurava as relações entre Estado e margens no Brasil. Zaluar (1998) foi uma das primeiras pesquisadoras a descrever as dinâmicas de guerra entre os jovens das favelas, e abriu caminho para outras pesquisas empíricas. O diagrama da guerra estava lá, mas, no final do século passado, ele aparecia como uma esfera que havia se autonomizado das demais – um etos guerreiro que nasceu das sombras do Estado, e seu sistema de justiça, como também se constituía como sintoma das ruínas dos arranjos civilizatórios criados nas favelas cariocas que declinavam quando essas ingressavam nos circuitos internacionais de consumo, incluindo as drogas ilegais.

Na esteira da proposta teórica do presente dossiê, revisitar a literatura sobre crime dos anos 90 nos permite retraçar uma genealogia da relação entre o Estado e as margens com base no conceito de neoliberalismo(s) híbrido(s). Como Foucault (2008a; 2008b) demonstra em sua obra, o Estado não é um grande demiurgo que comanda a sociedade a partir de uma vontade soberana perfeitamente evidente, cujo segredo se reproduz eternamente igual a si mesmo ao longo dos séculos, na espera pelo desvelamento dos teóricos. O Estado é um experimento, um dispositivo – que movimenta operações ininterruptas, sem um *telos* preciso a ser alcançado. E como tal, o centro da máquina governamental (sua substância) está vazio, girando em um *looping* enfatiado e sem forma (Agamben, 2013). Contudo, a máquina não pode parar. Onde então o Estado se faz, produz-se, cria-se? Não apenas em seus grandes atos públicos de ostentação da glória (Agamben, 2011), mas nos seus atos comezinhos do cotidiano, na prancheta dependurada em uma árvore com o registro das audiências de

custódia, ou na blitz policial que apreende um homem por não usar o capacete na rodovia e o executa em uma câmara de gás no porta-malas de uma viatura.

Como na argumentação de Das e Poole (2004), o Estado se faz nas margens, em seus experimentos com as margens – e os sujeitos que as ocupam. Assim, embora parte da geração de meninos/homens que se engajaram nas guerras no final do século passado, em grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não tenham vivido o regime militar, eles habitavam a experimentação do Estado com as margens desde que nasceram. Os esquadrões de extermínio, experimentos inventados na Ditadura Militar (Alves, 2020), e recriados no período democrático na forma das milícias (Manso, 2020), atualizavam, em cada ato performado de desaparecimento/morte, uma nova rosqueada no parafuso que nubla o futuro. Na experiência das margens, as formas de vida dos moradores, em uma viscosidade impossível de arrancar da pele, encontram-se misturada com as formas de vida dos que perpetraram a tortura e o assassinato.

Quando o Brasil se redemocratiza e passamos a viver a primeira rodada de neoliberalização (Andrade, 2019a; 2019b; Andrade; Côrtes e Almeida, 2021), as políticas públicas de Estado se voltam para a abertura para o mercado exterior, a reforma administrativa dos aparelhos governamentais, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação do mundo do trabalho, a implementação do *new management* nos espaços corporativos. Na década de 1990, a governamentalidade neoliberal, no conceito criado por Michel Foucault (2008a; 2008b), é testada no maior país da América do Sul, que se encontrava no processo de sair de um regime militar que durante vinte anos havia rompido qualquer forma de mediação pública com as demandas por direitos da sociedade civil. O neoliberalismo não entra no Brasil sob a contestação da ineficiência burocrática ou a vocação parasitária do Estado do Bem-Estar Social, como nos países centrais do capitalismo, mas sob o trauma histórico de uma ditadura militar que havia produzido a experiência do terror nas fissuras da vida cotidiana.

Como mostra Foucault (2008a; 2008b), o neoliberalismo não opera, ou pelo menos não opera fundamentalmente, por meio da esfera da soberania, da estrutura jurídica ou do diagrama dos direitos. Ao traçar a genealogia do neoliberalismo, Foucault se volta, em seu curso no *Collège de France*, intitulado *Segurança, território, população*, de 1978, para a emergência do liberalismo na segunda metade do século XVIII, na França, que nasce menos como um pensamento econômico e mais como uma forma de governo, como uma nova resposta para uma questão que ele denomina como a problemática da governamentalidade ou problema do governo: como conduzir a conduta do outro? Como outrora fez em suas pesquisas de arquivo (sobre a doença, a loucura, o crime, a delinquência,

a sexualidade), Foucault (2008a) introduz o tema do liberalismo a partir de um acontecimento: a escassez de cereais. A ameaça da escassez de cereais e a consequente carestia de cereais era algo que atormentava o Antigo Regime, interpretado segundo a explicação cosmológica de má fortuna ou segundo a avaliação moral de punição divina contra a ganância dos homens. Como algo que carregava o perigo eminente da revolta urbana, a escassez alimentar deveria ser evitada a qualquer custo. O aparelho jurídico-disciplinar das monarquias absolutistas era acionado para impedir que a escassez acontecesse, por meio de decretos do rei que proibiam a estocagem de cereais e puniam produtores rurais que o fizessem com o intuito de fazer o preço do alimento aumentar.

Contudo, um grupo de pensadores denominados fisiocratas propõe uma solução diferente: e se não fizessemos nada, *laissez-faire, laissez-passer, laissez-aller*? Como sabemos, a ideia ousada pressupunha que o mercado se autorregularia, porque os indivíduos – agora *homo oeconomicus* que seguem seus próprios interesses irrenunciáveis – fariam escolhas racionais sobre o tempo correto da estocagem e a espera adequada pela valorização dos preços dos produtos. Entretanto, até que o mercado empreendesse a autorregulação, poderia acontecer, no meio do caminho, alguns efeitos colaterais. Poderia acontecer de algumas pessoas passarem fome, ou até, morrerem de fome. Mas, o fato mesmo dessas mortes não deveria ser encarado segundo um princípio cosmológico ou moral. A escassez não deveria ser considerada nem boa nem ruim, apenas um princípio da natureza, uma física das coisas, e as coisas são intransigentes – é preciso reconhecer, segundo essa nova racionalidade, a intransigência das coisas. Nessa nova racionalidade governamental, população e povo não são exatamente a mesma coisa.

O liberalismo funciona por meio de cesuras biopolíticas, que recortam aqueles que são considerados as séries de indivíduos que operam por meio da ilha soberana do sujeito econômico, e o resto da população, outras séries de indivíduos que não necessariamente compreendem a mecânica dos interesses, e são, portanto, *povo* – o “nível não-pertinente” da população, um objeto ingovernável que impõe o limite do governo, a fronteira para além da qual os “dispositivos de segurança” não conseguem alcançar. Ao final do processo, interessa que algo tenha sido obtido no nível geral da população e a autorregulação do mercado tenha atingido um nível ótimo de “homeostase” – se no meio do caminho alguns pereceram, isso não é nada mais do que parte do jogo, o que começa a ser compreendido desde então como o jogo específico do mercado.

Nesse sentido, esquadrihar a população segundo recortes biopolíticos, o que implica fomentar o dispositivo econômico em determinadas séries de

indivíduos e condenar outras séries de indivíduos à exposição da fragilidade, da doença e, no limite, da morte, é uma invenção originária da racionalidade liberal. Contudo, como argumenta Mbembe (2018) em sua crítica ao Foucault (2008a), o dispositivo de seleção dos indivíduos, segundo critérios raciais, foi experimentado durante os laboratórios coloniais e imperiais, que ocorreram nas margens do Ocidente, sob as penumbras do Iluminismo. Na novidade da racionalidade liberal, os desdobramentos do princípio de seleção advêm das consequências não previstas das dinâmicas “naturais” – e como tais, inescapáveis – dos mecanismos de autorregulação do mercado. No solo europeu, como mostra Foucault (2008a), nas experiências totalitárias que se seguiram ao experimento liberal, aquilo que se colocava na conta dos “efeitos colaterais” do mercado se tornou depois programa de genocídio promovido pelo Estado, o que contribui para a compreensão das razões pelas quais períodos democráticos e períodos totalitários se deslizaram um sobre o outro durante todo o século XX nos países centrais da civilização ocidental.

Por meio desse curto incurso pela genealogia do neoliberalismo empreendida pelo Foucault (2008a; 2008b), podemos então voltar à perscrutação das armadilhas nas quais encontrávamos amarrados na década de 1990 no Brasil, que saía da ditadura militar e adentrava na racionalidade neoliberal. Os movimentos sociais que se constituíram contra a Ditadura Militar durante os anos 70 e 80, em uma constelação de atores que incluía partidos, sindicatos, associações de bairro, setores progressistas da Igreja Católica, foram em parte responsáveis pelos esforços que animaram a declaração da Constituição de 1988. Quando o Brasil se redemocratiza na década de 1990, parte dos movimentos sociais e do universo acadêmico das ciências humanas concentravam suas apostas no *diagrama dos direitos*, na esteira do sonho de ampliação dos direitos sociais que havia se realizado em parte nas democracias centrais do pós-guerra.

Contudo, no Brasil, a redemocratização coincide com a neoliberalização: o diagrama dos direitos sai de cena no mesmo passo que se introduz uma tecnologia política que produz cesuras biopolíticas na população e opera um governo seletivo que distingue os grupos populacionais segundo os critérios de governabilidade, vulnerabilidade e perigo, do qual eles são supostamente portadores, dirigindo a cada recorte populacional uma política setorizada destinada a gerir os sujeitos, mas não reparar injustiças. A arte de governar neoliberal administra a população não como um bloco homogêneo que deve ser direcionado por um plano que foi previamente traçado, mas gere os indivíduos segundo critérios diferenciais: pobres, carentes, precários, vulneráveis, perigosos, dependentes químicos, jovens em conflito com a lei, assaltantes, traficantes, vítimas de violência

doméstica, adolescentes grávidas, comerciantes ambulantes, trabalhadores informais, catadores de lixo, moradores de rua.

Os sujeitos que habitam as periferias passam, segundo os próprios critérios a partir dos quais foram recortados, a criar dispositivos de condução das condutas que os permitem inventar formas de gerir os conflitos que advêm dos pontos de fricção, tensão e confronto entre o Estado e as margens (Feltran, 2014), como também formas de habitar a devastação da violência produzida por eles (Das, 2020). Nesse processo, justamente nos anos 90, o mundo do crime e o movimento pentecostal se constituem como forma de governo das margens e pelas margens. Como um dos desdobramentos da “hybrid nature of neoliberalism” (Davies e Gane, 2020: 4), a introdução da racionalidade neoliberal no Brasil se compõe, se hibridiza e se metamorfoseia na relação com as margens. Nesse sentido, o crime, como também o pentecostalismo, não cresceu nas sombras do Estado ou na ausência do Estado. Ao contrário, produziu-se na e pela relação com o Estado (e sua violência política). Mas essa não é uma relação simples, e nem óbvia. No próximo tópico, discutiremos essa relação a partir do pentecostalismo.

3. Da justiça social para a ética de retribuição

Na argumentação em curso, estamos fazendo o caminho que vai do Estado às margens, na primeira onda de neoliberalização nos anos 1990 (Andrade; Côrtes e Alves, 2021), e nos agenciamentos híbridos entre a introdução da racionalidade neoliberal e a emergência de regimes governamentais nas periferias. No último tópico, investigaremos o movimento que vai das margens ao Estado, em uma nova hibridização, quando os dispositivos governamentais que nascem das margens (aqui especificamente as organizações milicianas e as agências pentecostais) ocupam o governo Bolsonaro e uma parcela dos poderes legislativo, executivo e judiciário (Almeida, 2017; 2021; Vital da Cunha, 2020; Machado, 2020; Teixeira, no prelo). Dois processos coincidem historicamente: o deslocamento que empurra as margens para ao centro e a virada autoritária do neoliberalismo brasileiro a partir de 2013. Antes disso, porém, é importante ainda voltar aos anos 90, no esforço de rastrear algumas pistas para a compreensão da genealogia da ascensão da extrema direita no Brasil. Esse texto pretende apenas oferecer uma contribuição teórica e empírica para o esforço coletivo que as ciências sociais brasileiras empreendem hoje em torno da investigação do que se denomina como *bolsonarismo*, cuja multicausalidade histórica ultrapassa, em muito, as pretensões deste artigo. No tópico anterior, discutimos parte das análises sócio-antropológicas da década de 1990 sobre o mundo do crime,

pensando, em retrospectiva, sobre o que não vimos, o que se encontrava nos pontos-cegos do retrovisor: a violência política que costurava as relações entre Estado e margens no Brasil. Neste tópico, discutiremos, ao contrário, alguns sinais que anteviam o que estava por vir.

No texto “Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência”, Clara Mafra (1998), em 1998, analisa as redes associativas que se constituíram, em momentos diferentes, na favela Dona Marta, no Rio de Janeiro, e suas relações com o tráfico de drogas: a instituição católica tradicional que prestava serviços em torno da noção de *caridade*; o movimento católico progressista que desenvolvia atividades voltadas para a valorização da participação democrática da comunidade, segundo ideais de *justiça e equidade*; e por último, as denominações pentecostais, constituídas por evangélicos moradores do morro, que travam uma *guerra espiritual* entre os homens como palco da batalha cósmica entre Deus e o diabo. Embora as redes associativas católicas, tradicionais ou progressistas, tinham uma longa tradição de atuação na favela, suas estratégias políticas e semânticas pareciam perder lugar para a expansão das denominações pentecostais. Contudo, essa expansão se fazia em forma de paradoxo: “os grupos pentecostais crescem em contextos de violência justamente por não darem respostas diretas à presença da violência” (Mafra, 1998: 289). Os “crentes” não se apoiavam em um princípio geral de reciprocidade ou em uma utopia de transformação social, que implicaria a mudança do estado de coisas, seja por meio da recuperação de algo que foi perdido ou da fabricação de um porvir a ser construído.

Ao se basear na conceituação das modalidades de linguagem proposta por Luc Boltanski (1990; 1993), Mafra argumenta que os pentecostais produzem sua linguagem no regime do ágape ao focar sua ação no presente, segundo a suposição de “aquele que ama faz surgir no outro o amor”, como se o ato de pregação em si mesmo produzisse no outro a disposição para regeneração da trajetória biográfica, como se algo passasse a existir apenas por causa da convicção da sua existência. “Essa economia de reciprocidade independe do contra-dom e sem passar pelo cálculo do ganho e da falta encaminha a expansão do ágape no silêncio da linguagem” (Mafra, 1998: 290). Na análise de Mafra, não deixa de ser surpreendente a constatação sobre o paradoxo entre o silêncio da linguagem e a verbosidade dos pentecostais, pois o discurso se assenta não na premissa do convencimento retórico ou da ponderação racional, mas na pressuposição de que a palavra produz ação em si mesma, encharca o outro da experiência independente do outro, a despeito do outro, em certa medida, sem o outro. Um dom que dispensa o contra-dom.

Nesses termos, segundo Mafra (1998), ação ágape e ação violenta, pentecostalismo e crime se tocam nos extremos, pois ambos, em alguma medida, recusam a linguagem argumentativa e interrompem o circuito de reciprocidade com a alteridade. Revisitar esse argumento não deixa de causar um certo estranhamento, pois se torna praticamente inevitável não pensar no abismo entre o efeito que o artigo de Mafra me causou quando entrei em contato com ele no final do século passado e o impacto que sua leitura teve em mim agora, mais de duas décadas depois, após a virada autoritária. Por um lado, o texto de Mafra, e grande parte da literatura acadêmica dos anos 1990, parecem hoje quase dissonantes, quando pensamos que a aposta no “gerenciamento democrático do espaço coletivo” (Mafra, 1998: 282) ainda estava muito presente. Embora a perscrutação de sintomas de que o “buraco negro” da violência ou o “silêncio da linguagem” do pentecostalismo poderiam produzir a “não-reversibilidade da troca” (Mafra, 1998: 282) começasse a assombrar, insidiosamente, a literatura, o projeto assentado no diagrama dos direitos ainda se encontrava presente.

Por outro lado, enquanto parte do debate acadêmico sobre o pentecostalismo concentrava no problema da remagificação do campo religioso, da ameaça à secularização e da persistência do nosso atraso (Pierucci e Prandi, 1996), Mafra apontava para o *modus operandi* da linguagem pentecostal, que fazia da palavra que opera no vácuo da reciprocidade seu modo de expansão. A pregação, por si mesma, produz no outro a criação de uma experiência que inexistia antes, e uma nova relação de si consigo mesmo pode ter lugar a partir da tessitura de um testemunho que recompõe uma narrativa que permite a habitação da devastação do cotidiano. Um paradoxo intervém: a mesma operação que considera o outro, em sua singularidade de carne e osso (aquele que sofre) também o dispensa, pois a oferta do amor (sem objeto) será realizada independente do desejo ou consentimento a quem ela é dirigida. Essa forma de operação da linguagem anunciava, para Mafra (1998), um abandono do diagrama dos direitos e uma incursão no discurso da guerra – uma guerra do bem contra o mal, que era representado em dois planos paradoxais: 1) no plano abstrato do conceito da pobreza, do vício, do crime; 2) no plano concreto que se encarna na pessoa pobre, viciada e criminoso. Os pentecostais rejeitavam o mal em abstrato, mas colocam toda sua diligência missionária em ação para arrancar o mesmo mal das pessoas que compunham suas redes de parentesco, vizinhança e amizade – parte da razão que os tornavam (e tornam) particularmente eficazes no seu crescimento em contextos de violência, ao contrário dos esforços católicos provenientes de instituições cuja origem residia fora das comunidades. Os direitos deixavam o palco e a guerra ocupava a cena.

A expectativa de justiça (no sentido da reparação pela violência dos direitos no espaço político e no campo jurídico) também dava lugar a um desejo teológico (e cósmico) de retribuição. Nesse processo, o pentecostalismo se voltava para o Deus da guerra do Antigo Testamento. Como Max Weber (1982; 2000) argumentou, a ética de retribuição está presente em algumas das religiosidades dos dominados. Mas, para ele, nunca houve um Deus tão vingativo quanto Jeová, que conclama uma vingança implacável contra os ímpios e promete uma retribuição messiânica aos eleitos. Como religião dos dominados, tendo como camada portadora as populações que habitam as margens da consolidação do capitalismo na periferia do Sul Global, o pentecostalismo se constituiu na América Latina como os bastardos negros e pobres do protestantismo branco e rico (Côrtes, 2021). O pentecostalismo contesta a autoridade teológica do puritanismo ascético e reivindica a intervenção visceral da experiência corpórea da intervenção do Espírito Santo. Ao subverter o jogo do campo religioso, o movimento pentecostal também solicita uma ética de retribuição, na qual “os humilhados serão os exaltados”. A guerra estava posta – e crescia em contextos marcados pelo *ethos* guerreiro do crime. O desejo de retribuição, que nasceu da experiência limite de um povo-pária, atualizava-se nos cinturões periféricos das cidades brasileiras – o “Deus dos exércitos” tomava o espaço dos cultos pentecostais. A lógica de feição, seja a da congregação pentecostal, seja a do mundo do crime, tornava-se estruturante de um certo modo de vida.

Na história das religiões de salvação no mundo ocidental, a ética universalista da fraternidade do cristianismo, que se dirige ao estranho, ao próximo e, no limite, ao inimigo, no acosmismo de um amor sem objeto, como define Weber (1982), rompe com o “clã natural” (a comunidade original de parentesco) ao propor que os sujeitos dissolvam seus laços primários para formar uma congregação soteriológica de fiéis, nos quais os “irmãos de fé” se sobrepõem aos “irmãos de sangue” (Weber, 1982; 2000; Pierucci, 2006). Assim, o cristianismo desfaz o dispositivo segmentário do povo-pária ao colocar em funcionamento uma religião de conversão voltada para toda a humanidade. Contudo, o pentecostalismo produz uma composição híbrida entre judaísmo e cristianismo; Antigo e Novo Testamento. Seu impulso diligente e missionário de conversão não tem como fundamento ético-motivacional o amor abstrato e impessoal, mas a pulsão que se volta para a concretude de um sujeito específico, que entra em contato com sua própria história de vida ao aceitar Jesus como único e pessoal salvador. Ao operar no modo imperativo, o dom da anunciação prescinde de qualquer contradom – aquilo que se diz tem o poder de já ser. Nas formas de expansão do pentecostalismo pelas periferias das cidades brasileiras, o que se

produz então é menos uma grande associação de irmãos de fé (no sentido da ética universalista da fraternidade), e mais uma combinação de denominações, congregações, ministérios, organizadas em distintas modalidades: em grandes empresas centralizadas, hierarquizadas e autocráticas, com grandes conglomerados midiáticos (como a Igreja Universal do Reino de Deus); comunidades vicinais com relações densas, pessoais e cotidianas (como a Congregação Cristã no Brasil); formações provisórias cuja existência pode ser precária, resultado de empreendimentos privados de pregadores autônomos.

Nesse espectro múltiplo, plástico e variado do movimento pentecostal, a lógica universalista foi sendo sobreposta pela lógica faccional, na qual o dispositivo da humilhação se atualiza permanentemente na narrativa da perseguição⁸, que ganha materialidade nas experiências de sujeitos que habitam a devastação de vidas “sob cerco” (Machado da Silva, 2008). Sob as violências do Estado, do mercado, do crime, a categoria teológica da humilhação se torna um operador simbólico importante para encharcar de significantes (com todo o excesso disruptivo e transbordante da máquina profética) os marcadores de classe, raça e gênero.

Como vimos, a racionalidade neoliberal se introduz na sociedade brasileira a partir da década de 1990 ao compor um híbrido impuro com os regimes governamentais que se constituem nas periferias: o mundo do crime e o movimento pentecostal. O diagrama do mercado como instância última de associação social se perpetua nas formações criminais e sacrais das margens, como formas de afirmação de uma defesa do mercado, pelo mercado e para o mercado. Do lado do crime, tem-se os dispositivos ilegais da economia movimentada pelo crime (do tráfico de drogas ao roubo de carros). Do lado do pentecostalismo, tem-se uma economia complexa de trabalho religioso: o ofício de pregação (do pastor assalariado ao pregador autônomo); a mobilização financeira em torno de uma exuberante indústria de bens e serviços, que inclui bíblias, livros, roupas, objetos, materiais midiáticos ligados à música gospel e à prelação pentecostal; a expansão das redes *Instagram*, *Twitter*, *Youtube*, *Facebook* como espaços de influenciadores digitais cristãos, que capitalizam curtidas, compartilhamentos e seguidores em rendimentos algorítmicos. Além da geração de renda ligada diretamente ao trabalho religioso, a defesa do mercado aparece em anos recentes no discurso neopentecostal na injunção ao engajamento no mercado informal de trabalho. O

8 Essa análise sobre como a narrativa de perseguição ganha materialidade na vida de pessoas marcadas por violências de classe, raça e gênero foi desenvolvida por Jacqueline Moraes Teixeira, no Seminário Especial Laicidade e Democracia em Perspectiva, coordenado por Jacqueline Moares Teixeira e Tatiane dos Santos Duarte, na Reunião Brasileira de Antropologia de 2022.

investimento em uma espécie de empreendedorismo popular encontra uma justificação teológica convincente na premissa de que ser empreendedor é se libertar da submissão a um patrão. Ter o seu próprio negócio é se livrar das amarras que coloca o fiel preso a uma relação de escravidão, em uma atualização criativa da diáspora velho-testamentária de emancipação dos judeus perante a opressão dos faraós egípcios (Côrtes, 2021). A guerra do crime, a guerra por território, a guerra teológica – também se traduzem em uma guerra econômica que atravessa a todos, convocados a se tornarem “empreendedores de si mesmo” como forma de sobrevivência no mercado. Ao funcionar como uma máquina polifórmica, o neoliberalismo não se expande apenas como um mecanismo de cima para baixo, mas por meio de dispositivos governamentais que são recriados pela engrenagem neoliberal do mesmo jeito que também a recria, de baixo para cima, segundo o engenho dos governados, para os governados.

Na presente reflexão, pretendemos ensaiar uma investigação que jogasse alguma luz sobre a genealogia da virada autoritária brasileira, e como ela se insere, em sua especificidade, nas tendências autoritárias entrevistas nas experiências políticas de outros países, como Estados Unidos, Reino Unido, países da Europa Central, Leste Europeu, e países asiáticos. No debate internacional, discute-se se a ascensão da extrema direita a partir da crise financeira de 2008 significaria o esgotamento da racionalidade neoliberal ou uma virada autoritária no âmbito da própria governamentalidade neoliberal, sob a forma de uma vingança da *soberania* contra o *governo* (Davies, 2021), de uma aliança insuspeitada entre paleo-conservadorismo, libertarianismo e neoliberalismo (Cooper, 2021), do governo algorítmico do mundo do trabalho, dos afetos e subjetividades (Finlayson, 2021), entre outras hipóteses.

Para a singularidade de cada contexto, é preciso estar atento para as minúcias que levem em conta as formas pelas quais a governamentalidade neoliberal se hibridizou com dispositivos governamentais pré-existentes na história de formação política de cada país, suas relações com o cristianismo fundamentalista (Cooper, 2021), seus operadores de ilegalidade, suas estratificações sociais, suas condições como ex-colônias do Império Soviético (Geva, 2021), as condições coloniais do Sul Global, para mencionar alguns exemplos. No caso brasileiro, as formas de investigação do bolsonarismo variaram conforme a ênfase que se imprimiu à definição de quais eram as classes sociais, frações de classe social, grupos profissionais ou segmentos religiosos que lhe davam fundamentação material e simbólica, em suma, quem eram seus “portadores” (Weber, 1982; 2000): seria uma conspiração das elites patrimoniais, industriais e financeiras

contra os pobres; um engajamento de uma fração específica da classe média que ocuparia um nicho vacilante e incerto como “lumpem-elite” (Nunes, 2021); ou, ao contrário, o bolsonarismo seria um movimento fundamentalmente popular, um movimento de massas que o sustenta nas periferias (Pinheiro-Machado e Scalco, 2018; Feltran, 2020; 2021). Ainda que a hipótese presente admita que o bolsonarismo é um fenômeno intraclasses, de complexidade multifatorial, o argumento em curso procura decifrar um dos fios do nosso novelo autoritário sob a perspectiva das margens, segundo a genealogia do diagrama da guerra, da ética de retribuição e da recusa da humilhação que começa a se formar nas periferias brasileiras a partir dos anos de 1990. E como veremos no último tópico, quando a gramática de direitos entra em declínio, uma nova relação com a verdade se estabelece.

4. Bolsonaro diz a verdade

Em artigo publicado recentemente (Côrtes, 2021), argumentei que tanto o pentecostalismo como o bolsonarismo poderiam ser pensados como uma “revolta dos bastardos”, pois ambos desejam uma reparação, uma espécie de vingança que dê uma resposta simbólica a uma sensação de humilhação. Ambos acreditam estar “ungidos” ou “insuflados” por uma verdade que não se apoia na evidência procedimental dos campos universitários, mas no caráter inspiracional e aletúrgico (Foucault, 2014) de um discurso que é sentido pela linguagem do coração, mediado pela intervenção do Espírito Santo ou pela confirmação da experiência, contra a *doxa* acadêmica e arrogante dos especialistas (Bourdieu, 2001). A posição de bastardo (Bourdieu, 1999) não é uma posição fixa e dada de uma vez por todas: ela é sempre situacional e relacional, conforme as lutas simbólicas de cada campo. Em grande parte da história das religiões de salvação do mercado sacral brasileiro, o protestantismo era o bastardo do catolicismo oficial. Por sua vez, dentro do protestantismo, o movimento pentecostal nasce tendo como camada portadoras os pobres, pretos e mulheres (Souza, 2012; Mariano, 1999), sujeitos periféricos que contestavam a autoridade da teologia na medida em que usurpavam, tomavam para si, por assalto, o direito de testemunharem sobre suas experiências infames e seus corpos impuros – e dentro deles, por eles, tiveram também a empáfia de autorizarem curas e profetizarem destinos, sempre em uma espiral atordoante que oscila entre a “queda” e a “redenção”, a “danação” e a “glória” (Machado, 2014; 2020).

Quando o processo de neoliberalização entra em sua fase autoritária a partir de 2013, no Brasil, o movimento de extrema direita também passa a portar

o discurso dos “bastardos”, não apenas os bastardos do campo religioso, mas agentes que ocupavam posições vacilantes, mancas e ambíguas em seus campos de atuação: nas Forças Armadas, nas câmaras legislativas, nos órgãos diplomáticos, nos setores universitários, na indústria do entretenimento (Côrtes, 2021). Por cruzamentos imprevistos, e certamente conjunturais, parte dos sujeitos dessas frações de classe e grupos profissionais, juntamente com lideranças associadas ao universo das denominações evangélicas e das forças policiais, passaram a compor não apenas a porcentagem da população que se identifica com o bolsonarismo, mas também o *staff* administrativo, midiático e digital do governo Bolsonaro, em duplo sentido: no sentido oficial de sua gestão executiva como no sentido amplo de condução das condutas, no gerenciamento algorítmico das subjetividades fomentado pelas redes sociais.

Nesse momento, como argumenta Feltran (2021), observa-se um movimento centrípeto das margens ao centro: sujeitos pertencentes aos mercados pentecostais e aos mercados de proteção/extorsão (provenientes das polícias militares e se organizando como milícias) passam a ocupar quadros institucionais na administração do governo Bolsonaro, tanto no poder executivo como também nos poderes legislativos e judiciário. O pentecostalismo e as milícias se tornaram eixos permanentes de *governamentalização do Estado* (Foucault, 2008a). Ambas tecnologias nasceram a partir da fricção entre Estado e margens durante as mais de três décadas da Nova República. Por uma espécie de volta inaudita do parafuso, essas tecnologias marginais passam a ocupar o centro do poder – seu centro de operação (Feltran, 2020; 2021).

Contudo, no caso brasileiro, ao contrário do que se pode imaginar à primeira vista, não se trata de uma vingança da *soberania* contra o *governo*, uma vitória da *nação* contra a *tecnocracia*, como William Davies e Nicholas Gane (2021) observaram em parte das experiências autoritárias no cenário internacional. Não se trata de um desejo de restaurar os poderes do Estado-nação supostamente roubados pelas autoridades tecnocráticas, multilaterais e financeiras, em rejeição ao *status quo* do *new management* vigorado na racionalidade neoliberal até então (Davies e Gane, 2021). Ao contrário, acompanhando outras tendências também observadas pelos autores, as experiências autoritárias contemporâneas “operate on the margins, unsettling the capacity of government to govern, and reasserting the authority of private ownership and modes of private governance” (Davis e Gane, 2021: 4). No governo Bolsonaro, a insurreição dos bastardos produziu uma espécie de crise permanente e uma espécie de revolta contra a ordem dentro da própria ordem.

Na administração Bolsonaro (2018-2022), desestabilizou-se, ou, no limite, tornou-se inoperante parte das instituições democráticas da Nova República, como órgãos de financiamento de pesquisa acadêmica; centros de prevenção às doenças infecciosas; e os organismos responsáveis por fiscalizar a delimitação das terras indígenas, os marcos de proteção ambiental dos ecossistemas naturais, as formas de violação contra os direitos das minorias; entre outros. No seu lugar, abriu-se espaço para a ocupação de agências que introduzem uma lógica privada de governança, que funcionam como milícias, o que inclui a abertura para empreendimentos de desmatamento da floresta amazônica; uso de terras demarcadas para exploração de minérios; ações de missionários cristãos para conversão de povos nativos; práticas de extorsão, chantagem, ameaça e venda de serviços por agentes paraestatais nos territórios urbanos, em alguns exemplos. Assim, não se trata exatamente de reconstruir uma soberania ameaçada por uma conspiração globalista (e muitas vezes pensada como comunista), mas abrir caminho para a atuação de milícias, que operam nas fronteiras entre o legal e o ilegal, em uma espécie de atualização da nossa vocação colonial.

Nesse processo, não há intenção de manter nenhuma ilusão de inviolabilidade da cerca, que manteriam separados aqueles que se colocam de fora da ação violenta daqueles que estão com as mãos sujas de violência, em referência à metáfora sugerida por Veena Das (2020). Não há nenhuma cerca, e certamente não há qualquer reivindicação que haja qualquer cerca. Antes, a percepção de que nunca houve qualquer cerca era vivida pelos habitantes das margens, nas experiências cotidianas de habitação de vidas sob a ameaça permanente do extermínio estatal. Agora Bolsonaro e o bolsonarismo (que certamente ultrapassa a personagem carismática de Bolsonaro) pretendem deixar claro que essa cerca não existiu e nem deve existir, para ninguém: estamos todos com os pés firmemente enterrados na mesma lama em que pisam os torturadores, como o presidente disse no ato público que talvez seja a data simbólica de emergência da nossa rasgada autoritária, quando declarou o seu voto a favor do *impeachment* de Dilma Housseff, em 2016: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Almirante Ustra, o pavor de Dilma Houseff”⁹. Também em 2016, não por acaso, circulava nos grupos de WhatsApp a foto de um homem preto dependurado com o pescoço preso em um vitrô estreito de uma escola pública, imagem com a qual começamos este texto.

9 Video disponível no YouTube no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 16 set. 2022.

Nesse sentido, o que é mais trágico no monstro que nos espreita não é somente a capacidade engenhosa de fabricar mentiras, por meio da disseminação algorítmica de *fake news*, e sim a facilidade com que Bolsonaro, e sujeitos importantes que ocupam posições-chave na administração do governo e nas plataformas digitais, dizem a verdade. Em relação à pandemia do coronavírus, parte dos pesquisadores e jornalistas qualificaram a posição do poder executivo como negacionista. Contudo, a partir do final de mês de março, menos de um mês depois de declarada a disseminação global do vírus Sars-Cov-2, no dia 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, Bolsonaro reconheceu a capacidade letal do vírus e, ainda assim, afirmou que era preciso enfrentar a doença por meio de uma espécie de *etos* viril. No dia 29 de março, diante de membros da imprensa e grupos de apoiadores que o aguardam no caminho para o Palácio da Alvorada, declarou: “O vírus tá aí, vamos ter que enfrentá-lo. Mas enfrentar como homem, pô! Não como moleque, com a realidade. É a vida. Todos nós vamos morrer um dia”. No dia seguinte, no dia 30 de março, Bolsonaro afirmou: “Vai morrer gente? Vai!”. Qualificar a posição de Bolsonaro como exclusivamente “negacionista” é alimentar a ilusão de que bastaria uma força tarefa de iluministas esclarecidos para dissipar o erro, arrancar o véu e restituir a verdade.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek sustentou a tese de que não estaríamos mais submetidos ao velho formato da ideologia como ocultamento da realidade. A ideologia havia se metamorfoseado: “o que as pessoas desconsideram, o que desconhecem, não é a realidade (...). Elas sabem muito bem como as coisas realmente são, mas continuam a agir como se não soubessem” (Žižek citado por Viana, 2014). Como desvendou Silvia Viana (2014) em sua análise sobre os *realities shows*, o desafio à compreensão acadêmica não é o que sustenta o saber das pessoas, mas como opera sua prática, em outros termos, como a prática se produz de forma cotidiana a despeito do saber que a contradiz. Žižek denominou essa dissociação entre o saber e a prática de cinismo. Do mesmo modo, Bolsonaro não mentiu quando afirmou que a grande maioria dos trabalhadores da sociedade brasileira não podiam ficar em casa na modalidade de trabalho remoto, mas teriam que arregaçar as mangas e ir trabalhar nos espaços públicos, com o risco eminente de contágio pelo vírus. Para parte da população brasileira, o que ele afirmou fez perfeitamente sentido, pois era um dado da realidade econômica impossível de ignorar, ao mesmo tempo que estumou o ressentimento contra aqueles que tinham as condições objetivas de permanecer em casa graças ao trabalho digital.

De um lado, a máquina de propaganda do governo Bolsonaro, pulverizada em milhares de conteúdos produzidos pelas redes sociais, ao fazer uso do “*hedging narrativo*”¹⁰ (Cesarino, 2021), pode provocar desinformação pelo espriamento de rumores falsos. De outro, sua estratégia tem ressonância porque também é capaz de diagnosticar problemas e descrever experiências que estão assentadas na vida cotidiana das pessoas (Nunes, 2021). Como argumenta Hannah Arendt sobre o nazismo, a propaganda dos movimentos totalitários é “invariavelmente tão franca quanto mentirosa” (2012: 357). Para ela, o que caracterizava os governos totalitários era menos sua criatividade em inventar mentiras e mais sua disposição em confessar a maldade, “vangloriando-se dos crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros”¹¹ (2012: 357). Assim, o que caracteriza o bolsonarismo não é apenas a máquina de *fake news* (ainda que esta esteja presente como uma das suas estratégias centrais), mas justamente o contrário: a disposição de falar a verdade, diagnosticar o mal, compactuar com este e, no limite, assumir o trabalho sujo necessário para realizá-lo.

Em evento recente, quando o indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Philips foram dados como desaparecidos na Floresta Amazônica, em um momento em que a investigação da Polícia Federal já havia apreendido como suspeitos aqueles que depois seriam julgados como os assassinos dos dois ativistas, Bolsonaro afirmou: “E realmente duas pessoas somente num barco numa região daquelas... completamente selvagem... uma aventura que... não é recomendável. Tudo pode acontecer. Pode ser um acidente... pode ser que eles tenham sido executados”¹². A frase reconhece o mal ao mesmo tempo que confirma sua inevitabilidade. A execução de militantes da causa ambiental por milícias paraestatais é um dado em si mesmo, fora de questão. O que é colocado em questão é a atitude imprudente, irresponsável e “não recomendável” dos ativistas. O desnudamento do mal e o cumprimento do mal se fundem em uma síntese intransponível. O esforço iluminista de desvelamento da

10 Segundo Leticia Cesarino (2021), a condutava caótica do presidente, que oscila sua posição entre extremos, revela uma racionalidade própria que ela denominou de “*hedging narrativo*”. Oriundo do mundo dos mercados, “o termo *hedging* faz referência a uma estratégia de risco que visa compensar as perdas em um certo investimento apostando em outro ativo, que vai na direção oposta”. Desse modo, aposta-se em jogo de ganha-ganha, pois em um cenário ou no outro, é possível catalisar algum tipo de ganho ou, inversamente, desresponsabilizar-se por resultados negativos (Cesarino, 2021).

11 Em outros termos, H. Arendt diz, em referência aos governos totalitários: “Não se pode atribuir essa popularidade ao sucesso de uma propaganda magistral e mentirosa que conseguiu arrolar a ignorância e a estupidéz” (2012: 356).

12 Vídeo disponível na plataforma do YouTube no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=IR5zjfjLpLs&t=52s>>. Acesso em: 16 set. 2022.

verdade, desnudamento da realidade e apontamento do erro estão impedidos. O mesmo já foi feito por quem apoia ou executa a ação. Quando Bolsonaro diz a verdade, ele cria um curto-circuito do discurso. Não há para onde ir. A linguagem prescinde do outro. O outro não é necessário.

No livro “Meditações pascalianas”, Pierre Bourdieu argumenta que a lei, para funcionar, precisa ocultar seu começo: “a lei é a lei, nada mais” (Pascal citado Bourdieu, 2001: 114). Entretanto, “no princípio da lei, não existe outra coisa senão o arbitrário (no duplo sentido), a ‘verdade da usurpação’, a violência sem justificativa” (2011: 114). Ele continua: “A amnésia da gênese, que nasce do fato de se estar acostumado ao costume, dissimula o que está enunciado pela brutal tautologia: ‘a lei é a lei, nada mais’” (2011: 114). Mas, ainda que o costume faça seu trabalho de ocultamento dos começos, “a força do costume jamais anula completamente o arbítrio da força, alicerce de todo o sistema, que sempre ameaça revelar-se em pleno dia” (2001: 115). Bourdieu completa seu argumento: “Assim, pelo mero fato de existir, a polícia traz à lembrança a violência extralegal sobre a qual repousa a ordem legal” (2011: 115). Nesse sentido, a polícia é a lembrança perpétua do começo que se pretende fazer obliterar: o esquecimento da origem.

Como demonstra Charles Tilly (1985) em sua historiografia sobre a formação dos Estados-nação europeus, toda polícia nasceu de uma milícia, um grupo mercenário e privado que oferecia serviço de proteção em troca da extorsão de populações interessadas e/ou ameaçadas. Todo Estado-nação teve uma origem bastarda que precisa ser supostamente apagada para que a soberania, e conseqüentemente, o monopólio da violência, seja mantido. Contudo, o que está em jogo com o governo Bolsonaro, e o movimento que o sustenta na sociedade civil, é o oposto: o seu fundamento não provém do apagamento diligente da gênese, mas da sua rememoração constante. De um certo modo, as insurgências de grupos bastardos colocam a nu e expõem o segredo da genealogia bastarda (e também colonial) da formação do Estado brasileiro. Nas plataformas digitais, pode-se acompanhar o apoio à atuação das polícias militares e das milícias no extermínio de populações periféricas, como aparece na difusão da frase “bandido bom é bandido morto”, “menos um CPF”, em *memes* ou vídeos no YouTube, Facebook, Instagram ou Twitter, nos quais assiste-se à tortura de jovens pretos e pobres.

Na tentativa de realizar uma “ontologia do presente” ou uma “ontologia” de como nos tornamos quem somos (Foucault, 2008b), este texto procurou os rastos do contemporâneo nas miragens das décadas passadas, como se, ao olhar para trás, pudemos discernir ruídos do que estava por vir, sempre ciente sobre

as armadilhas da captura do agora, que sempre nos escapa: “É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora” (Agamben, 2013: 72). Sob as ruínas da nossa vacilante redemocratização, a guerra espreitava. Um desejo de retribuição pelas humilhações sofridas em uma sociedade profundamente desigual, injusta e violenta se anunciava: a força da conversão se dava no silêncio da linguagem (Mafra, 1998). Uma lógica faccional – religiosa e criminal – se interpunha ao diagrama de direitos. Nos espaços urbanos segregados, nunca foi possível delimitar com precisão a cerca entre uma vida imune à violência e uma vida encharcada de violência. Entretanto, a opacidade da cerca deixou de ser uma prerrogativa das periferias e se tornou política da administração do poder executivo. No processo hibridizado de neoliberação à brasileira, Estado e margens se coproduziram, ininterruptamente, até o momento em que os regimes governamentais inventados nas margens, como o pentecostalismo e as milícias, ocuparam parte do Estado. Como uma revolta dos bastardos, o bolsonarismo escancara as tripas da máquina governamental ao estabelecer uma nova relação com a verdade, que captura a possibilidade de crítica enquanto se encarrega de denunciar os mecanismos do governo, que derivam sua eficácia não apenas do seu ocultamento cuidadoso, mas da sua devassa perpétua.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 34, v. 98, 2020, pp.111-126.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, Argos, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: Uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada – Evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 50, 2017, pp. 1-27.
- ALMEIDA, Ronaldo e GUERREIRO, Clayton. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 41, v. 2, 2021, pp. 49-73.
- ALMEIDA, Silvio Luis de. Necropolítica e Neoliberalismo. Dossiê Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-10.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: Uma história da Violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

- ANDRADE, Daniel; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Dossiê Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-26.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade & Estado*. Brasília, n. 34, v. 1, 2019a, pp. 211-239.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise da representatividade democrática e reforço da governamentalidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 38, v. 1, 2019b, pp. 109-135.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno. Dossiê Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-34.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris, Métailié, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance – morale humanitaire, médias et politique*. Paris, Métailié, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- BROWN, Wendy. Cidadania sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2018.
- CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. Dossiê: Neoliberalismo Autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-18.
- COETZEE, J. M. *À espera dos bárbaros*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- COOPER, Melinda. The Alt-Right: Neoliberalism, Libertarianism and the Fascist Temptation. *Theory, Culture and Society*. [S. l.], n. o, v. o, 2021, pp. 1-22.
- CÔRTEZ, Mariana. *O bandido que virou pregador*. São Paulo, Hucitec, 2007.
- CÔRTEZ, Mariana. *Diabo e fluoxetina: Pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença*. Curitiba, Appris, 2017.
- CÔRTEZ, Mariana; JARDIM, Fabiana; MIAGUSKO, Edson. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas. *Revista Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, v. 06, n. 12, pp. 242-265, Jan-Abri/2018.
- CÔRTEZ, Mariana. Entre a danação e a glória: O ministério de Flordelis e o problema da oikonomia cristã. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 20, n. 38, ago./dez. 2020a, pp. 83-95.
- CÔRTEZ, Mariana. A revolta dos bastardos: Do pentecostalismo ao bolsonarismo. Dossiê: Neoliberalismo Autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-24.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

- DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, School of American Research Press, 2004.
- DAS, Veena. *Textures of the Ordinary: Doing Anthropology after Wittgenstein*. New York, Fordham University Press, 2020.
- DAVIES, William. The revenge of sovereignty? The Release of Neoliberal Politics from Economics Post-2008. [S. l.], *Theory, Culture and Society*, n. o, v. o, 2021, pp. 1-24.
- DAVIES, William e GANE, Nicholas. Pos-neoliberalism? An Introduction. *Theory, Culture and Society*. [S. l.], n. o, v. o, 2021, pp. 1-26.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo, Jorge Zahar, 2001.
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- FELTRAN, Gabriel. Valor dos pobres: A aposta do dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 27, 2014, pp. 495-512.
- FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: Sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). Blog *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://novosestudos.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- FELTRAN, Gabriel. *Polícia e política: O regime de poder hoje liderado por Bolsonaro*. Blog *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2021. Disponível em: <<http://novosestudos.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-por-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- FINLAYSON, Alain. Neoliberalism, The Alt-Right and the Intellectual Dark Web. *Theory, Culture and Society*. [S. l.], n. o, v. o, 2021, pp. 1-24.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo, Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- FRANCO, Fábio Luís. Fazer precarizar: Neoliberalismo autoritário e negrogovernamentalidade. Dossiê: Neoliberalismo Autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-16.
- GEVA, Dorit. Orbán's Ordonationalism as Post-Neoliberal Hegemony. *Theory, Culture and Society*. [S. l.], n. o, v. o, 2021, pp. 1-23.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 7, 2014, pp. 625-642.
- MACHADO, Carly Barbosa. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-) bandido: Testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 42, v. 20, jul./dez. 2014, pp. 153-180.

- MACHADO, Carly Barbosa. Desafios políticos, etnográficos e conceituais: Uma conversa sobre e a partir do Ministério Flordelis e seus congressos. *Debates do NER*. Porto Alegre, n. 34, v. 20, ago/dez. 2020, pp. 115-133.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Vida sob certo: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- MAFRA, Clara. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.s). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- MAFRA, Clara. O problema da formação do “cinturão pentecostal” em uma metrópole da América do Sul. *Interseções*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jun. 2011, pp. 136-152.
- MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias. Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo, Todavia, 2020.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1999.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, N-1 Edições, 2018.
- NUNES, Rodrigo. Pequenos fascismos, grandes negócios: O bolsonarismo como empreendedorismo – e o que isso diz sobre a natureza da direita e do capitalismo hoje. *Revista Piauí*. Piauí, Edição 181, outubro de 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pequenos-fascismos-grandes-negocios/>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- ONG, Aishwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London, Duke University Press, 2006.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther e MORETTO, Márcio. Uma sociedade polarizada?. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLEO, M. (Org.). *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, pp. 159-164.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Revista IHU On-Line*. [On-line], 04 out. 2018. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>>. Acesso em: 23 out. 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*. [On-line], n. 10, v. 1, spring 2020.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. A religião como solvente. *Novos Estudos Ceprab*. São Paulo, n. 75, 2006, pp. 1-17.

- RIZEK, Cibele Saliva e PAOLI, Maria Célia. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliva (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- SAFLATLE, Vladimir. O que é fascismo? *Revista Cult*. São Paulo, 22 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>>. Acesso em: 02 out. 2021.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG, 2012.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *Gender, family, and the dispute on the Human Rights grammar in Brazil* (no prelo).
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte, Argvmentvm Ed., 2010.
- TILLY, Charles. *War making and State making as organized crime*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- VIANA, Silvia. *Rituais de sofrimento*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- VIANA, Silvia. Apontar para a árvore. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, novembro de 2016, pp. 339-356.
- VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. *Plural. Antropologías desde América Latina y el Caribe*. [On-line], n. 6, v. 3, Julio-Diciembre 2020, pp. 123-149.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil. In: *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea (Volume 4)*. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarz. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: 13/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

CÔRTEES, Mariana. É culpa de quem? Guerra, humilhação e verdade nas relações entre pentecostalismo e bolsonarismo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 709-741.





Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal

Jacqueline Moraes Teixeira¹

Resumo: A proposta central deste artigo é pensar algumas imagens essenciais que emergem da intersecção entre racionalidade neoliberal, identidade de gênero e pertencimento religioso que aparece nos discursos sobre masculinidades em dois movimentos distintos, porém, com dinâmicas complementares desenvolvidos pela IURD. No primeiro caso, irei falar sobre a noção de masculinidade trabalhada no contexto do projeto Intellimen, no segundo caso, abordarei os relatos de ex-bispos e pastores que passaram pela vasectomia e como o princípio da esterilização masculina coloca em exercício uma noção de governo que precisa operar o sucesso da nação mediante seu controle populacional. Assim, pretendo pensar a racionalidade neoliberal como uma performatividade, modos de agir que dependem do modo como um determinado corpo é lido num espaço de interação social, o que nos permite pensar quais são as dinâmicas de exterioridades e qual é o sujeito que emerge da cena neoliberal a partir do contexto das margens.

Palavras-chave: masculinidade; pentecostalismo; razão neoliberal; performtividade; corpo.

Masculinities and pentecostalism as a neoliberal technology

Abstract: *The central proposal of this paper is to think about some essential images that emerge from the intersection between neoliberal rationality, gender identity*

¹ Departamento de Sociologia da UnB e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB (PPGSOL) – Brasília – Brasil - jacqueline.teixeira@unb.br - <https://orcid.org/0000-0001-9884-353X>

and religious belonging that appears in the discourses on masculinities in two different movements, however, with complementary dynamics developed by the UCKG. In the first case, I will talk about the notion of masculinity worked in the context of the Intellimen project, in the second case, I will address the reports of former bishops and pastors who underwent vasectomy and how the principle of male sterilization puts into practice a notion of government that needs operate the nation's success through its population control. Thus, I intend to think of neoliberal rationality as a performativity, ways of acting that depend on the way a particular body is read in a space of social interaction, which allows us to think about the dynamics of exteriorities and what the subject is that emerges from the scene. neoliberalism from the context of the margins.

Keywords: *masculinity; Pentecostalism; neoliberal reason; performativity; body.*

Masculinidad y pentecostalismo como tecnología neoliberal

Resumen: La propuesta central de este artículo es pensar algunas imágenes esenciales que emergen del cruce entre la racionalidad neoliberal, la identidad de género y la pertenencia religiosa que aparece en los discursos sobre las masculinidades en dos movimientos distintos, pero con dinámicas complementarias desarrolladas por la UCKG. En el primer caso, hablaré sobre la noción de masculinidad trabajada en el contexto del proyecto Intellimen, en el segundo caso, abordaré los relatos de ex obispos y pastores que se sometieron a la vasectomía y cómo se pone en práctica el principio de la esterilización masculina. una noción de gobierno que necesita operar el éxito de la nación a través de su control de la población. Así, pretendo pensar la racionalidad neoliberal como una performatividad, formas de actuar que dependen de la forma en que se lee un determinado cuerpo en un espacio de interacción social, lo que permite pensar la dinámica de las exterioridades y cuál es el sujeto que emerge. desde la escena neoliberalismo desde el contexto de los márgenes.

Palabras-clave: masculinidad; pentecostalismo; razón neoliberal; performance; cuerpo.

Em julho de 2018, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) inaugurou em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, o projeto “Universal nas forças policiais”(UFP). Trata-se de um grupo coordenado em contexto nacional por um pastor que possui formação militar e que já atuava como capelão da polícia

militar em várias regiões do país. A inauguração ocorreu no Centro Cultural de Jerusalém (CCJ), com isso, a exposição de indumentárias militares se misturaram com a circulação de símbolos judaicos, com a réplica da cidade de Jerusalém nos tempos bíblicos e com a bandeira do Estado de Israel. Apesar de o objetivo do projeto ser oferecer assistência psicológica e espiritual a policiais militares e civis, o que me chamou a atenção foram as fotos que retrataram a inauguração. Nelas, alguns homens apareciam fardados em posição de saudação, que era alterada por uma performance corporal capaz de dar carne ao dizer que era repetido com fervor: “aqui estão os homens que lutam pelo sucesso da nação”.

Desde sua fundação, o UFP atua fundamentalmente na realização de palestras que falam sobre ética e sobre valores masculinos que precisam ser preservados. Essa linguagem aparece com força nos cursos para a formação de pessoas voluntárias para atuar no projeto. O trabalho de voluntariado também pode ser exercido por mulheres que atuam diretamente com mulheres que atuam em contextos militares, mas é majoritariamente estruturado por homens e para homens.

Neste artigo, não pretendo adentrar nos detalhes do UFP, nem mesmo pensar os atravessamentos entre religião e segurança pública. Desejo, no entanto, fazer uso da frase que foi entoada, ainda em 2018, no evento de inauguração do projeto e que fala sobre homens, sobre poder e sobre nação, para pensar algumas imagens essenciais que emergem da intersecção entre racionalidade neoliberal, identidade de gênero e pertencimento religioso que aparece nos discursos sobre masculinidades em dois movimentos distintos, porém, com dinâmicas complementares desenvolvidos pela IURD.

No primeiro caso, irei falar sobre a noção de masculinidade trabalhada no contexto do projeto *Intellimen*; no segundo caso, abordarei os relatos de ex-bispos e pastores que passaram pela vasectomia e como o princípio da esterilização masculina coloca em exercício uma noção de governo que precisa operar o sucesso da nação mediante seu controle populacional (Teixeira, 2018). Por fim, pretendo pensar a racionalidade neoliberal como uma performatividade (Butler, 2018), modos de agir que dependem do modo como um determinado corpo é lido num espaço de interação social, o que nos permite pensar quais são as dinâmicas de exterioridades e qual é o sujeito que emerge da cena neoliberal a partir do contexto das margens (Cortês, 2021).

A noção de racionalidade neoliberal se baseia no modo como Dardot e Laval (2016) entendem o neoliberalismo. Para os autores, o neoliberalismo é muito mais do que demandas do campo econômico ou financeiro; trata-se, antes de tudo, de uma racionalidade política que converte os princípios gerais da lógica do capitalismo mais contemporâneo, em senso prático e regimes de condutas,

algo que se constitui a partir da formação de um processo de subjetivação capitalista, pautadas num aparato justificativo que estimula a formação de um sujeito reflexivo.

Um olhar para o neoliberalismo como uma racionalidade política nos coloca a necessidade de pensar o uso constante de situações de instabilidade, que trazem a todo o momento a sensação de crise (Dardot e Laval, 2016), algo que desde o final do século XX mobiliza e alimenta a gramática neoliberal. Nesse sentido, as pedagogias de condutas se tornam centrais; no campo das disputas de poder, o sujeito é constituído mediante a sensação de gerir as crises do mundo.

O conceito de crise também é central na gramática pentecostal. A conversão seria fruto de uma crise de ordem existencial que é seguida de inúmeras crises que exigem um controle a despeito da adversidade. As igrejas e demais espaços confessionais constituem um lugar de produção das pedagogias de condutas (Teixeira, 2018) – pedagogias atravessadas pelo aprendizado de gênero.

Mafra (2012), ao falar sobre a importância da definição dos sentidos para gênero entre pessoas que frequentavam diferentes denominações evangélicas de tradição pentecostal, traz um elemento que nos ajuda a pensar essa relação entre pentecostalismo, crise e gestão das condutas. No texto, a autora apresenta as histórias de Inácia e Magnair, um casal pentecostal que performa o que a autora chama de “amor pentecostal”. Após uma trajetória de sofrimento e de situações repetitivas de violência, o casal reconhece que venceu na vida (algo que está relacionado a um senso de ter conseguido acessar um estado de bem-estar social, que se relaciona a uma concepção de crise atrelada às noções de sofrimento e sacrifício). Na retórica de ambos, uma vida baseada no aprendizado dos papéis que homens e mulheres devem desenvolver no mundo teria sido o elemento dominante que garantia a referida vitória. Mafra (2012) se refere a uma relação metonímica o modo como o casal metamorfoseia a completude de papéis de gênero na construção do sucesso, que, ao mesmo tempo em que é individualizado, é também coletivizado na medida em que garante o sucesso da nação.

Assim, a proposta deste texto é entender como o pentecostalismo se insere enquanto uma tecnologia produtora de racionalidades políticas à medida que se reveste de pedagogias fazedoras de gênero.

Passo a descrever agora duas formas narrativas que podem ser entendidas como pedagogias de gênero. No primeiro caso, apresento as diretrizes do primeiro projeto voltado para discutir masculinidades no âmbito da IURD, e discuto o modo como o sucesso individual da performance de homem inteligente aparece como diretriz basilar na produção de uma nação próspera. Num segundo movimento analítico, apresento as narrativas de homens que passaram pela

vasectomia enquanto exerciam atividades de liderança dentro da IURD, entendendo como vasectomizar os homens se insere num conjunto de argumentos que levam à prosperidade da nação, colocando a força produtiva da masculinidade como uma força que não reproduz. A narrativa dos homens que passaram pela vasectomia e que decidem processar a IURD por danos trabalhistas nos permite pensar outros modelos de reprodução a partir das relações entre corpo e trabalho, e do modo como o sacerdócio interpela vários desses sentidos.

Não se nasce homem, torna-se!

Em junho de 2013, enquanto ocorriam as manifestações nas ruas das grandes cidades do país, no contexto da IURD já circulavam um conjunto de propagandas enigmáticas, um braço masculino com punho fechado, três silhuetas masculinas alinhadas lado a lado, a sombra de sapatos que lembravam botas e calçados militares, tudo acompanhado da promessa de que a vida em breve lançaria um programa que mudaria a vida dos homens dentro e fora da igreja. Em dezembro daquele mesmo ano, o programa *Intellimen* foi lançado sob a coordenação do Bispo Renato Cardoso, bispo e atual líder nacional da IURD, que juntamente com sua esposa Cristiane Cardoso (que é filha de Edir Macedo e sobre quem falei em trabalhos anteriores)² fundou o Programa *The Love School*, que se tornou um programa de televisão exibido aos sábados pela Rede Record de televisão.

Tendo sido lançado na cidade de São Paulo poucos meses antes da inauguração do Templo de Salomão, o *Intellimen* é o único dos projetos de educação binária de gênero desenvolvidos pela IURD, que desde sempre considerou o espaço do Templo como equipamento de realização das palestras e atividades, isso porque nas primeiras semanas de funcionamento do Templo ocorreu uma reunião do *Intellimen* que reuniu cerca de dez mil homens. A linguagem gestora do *Intellimen* se constitui por meio da produção das grandes reuniões e do cumprimento de seus 55 desafios³.

Além das inúmeras atividades praticadas em eventos temáticos, outra linguagem que é acionada é a produção pedagógica do Programa *Intellimen*, que também consiste num calendário de desafios semanais destinados a homens que desejam ingressar no movimento. Os desafios são tarefas guiadas por metas que devem ser cumpridas e divulgadas em redes sociais. Com o início da publicização dos desafios, em 2015, o Facebook era a principal rede, porém, nos últimos anos foi perdendo espaço para as interações via Twitter, *Instagram*, *Telegram* e *WhatsApp*.

2 Ver Teixeira, 2012 e 2016

3 <https://blogs.universal.org/renatocardoso/2013/12/07/desafio-intellimen-50/>

Com o *slogan* de formar homens melhores, o *Intellimen* emerge se colocando o desafio primeiro de ensinar pessoas do sexo masculino a se tornarem homens. Nas palavras do Bispo Renato Cardoso:

O que é o projeto *Intellimen*? Nossa ideia é transformar o homem por meio de desafios semanais. São os desafios que vão transformar você num homem [...] mas você não pode fazer sozinho, tem que fazer em parceria com outro homem, alguém que esteja tão comprometido quanto você a trabalhar pela mudança, ninguém se torna o que é sozinho.

Um princípio que fundamenta o projeto é que para ingressar no programa é necessário apresentar um outro homem como parceiro. Esse princípio é levado como regra inegociável. Na página inicial do *site*, Renato Cardoso escreve: “se você não tem ninguém em quem possa confiar, essa é a primeira transformação que você precisa buscar:

Escolha um amigo próximo de você para fazerem essa atividade. Não é seu Parceiro Oficial, mas deve ser alguém cuja amizade você valorize.

Procure manter esse costume de saírem periodicamente, pelo menos a cada um ou dois meses no mínimo. É bom ter um amigo que seja uma influência positiva em sua vida.

Caderno de Notas: Depois de saírem juntos, escreva seus pensamentos sobre como foi sua experiência

Parceiro Oficial: Concordem sobre o que irão fazer e quando.

Prazo: Este desafio pode ser iniciado imediatamente e concluído dentro de um mês desta data.

Postar: Depois — e somente depois — de você ter concluído este desafio, poste seus comentários — no Facebook do IntelliMen (não no seu pessoal) ou no Twitter, com este cabeçalho:

Desafio IntelliMen #50 concluído: Fiz o meu “Boys’ Time out” (Acréscete qualquer outro comentário a respeito.)

Links:

www.facebook.com/IntelliMen

www.twitter.com/intellimen27 (quando postar no Twitter, use @IntelliMen27 na sua mensagem)

Checklist de verificação

- *Saí com o meu parceiro ou amigo*

- *Anotei minhas reflexões em meu Caderno de Notas*
- *Postei meus comentários no Facebook/Twitte⁴*

O programa *Intellimen* estabelece o princípio da interação como uma necessidade no processo de aprendizado da masculinidade proposta. Antes da pandemia, nas reuniões presenciais que ocorriam no Templo de Salomão, os participantes eram motivados a posarem todos juntos repetindo a imagem do Projeto, que é fechar um dos punhos e direcionar para a frente do corpo, como se estivesse ensaiando um golpe de alguma luta. Durante as incursões etnográficas que realizei para desenvolver a pesquisa de doutorado, caminhar pelo jardim do Templo e observar essa performance aos sábados pela manhã tornou-se uma estratégia para conversar com alguns participantes. Meu olhar para os homens frequentadores do *Intellimen* se deu no intuito de pensar como os sentidos das performances de gênero se davam dentro de um jogo relacional, de modo que as imagens e performances do *Intellimen* se davam numa relação de oposição e complementaridade com as imagens desenvolvidas no contexto do projeto Godllywood (Teixeira, 2016; 2018). No projeto Godllywood, as imagens e o reconhecimento público da participação das mulheres também exigiam uma postura de corpo e uma configuração nas mãos, corpos estavam sempre posicionados de perfil enquanto uma das mãos ficava com sua superfície encostada abaixo do queixo e mandíbula, representando ternura, tudo acompanhado de cores leves e muito rosa. No caso do *Intellimen*, se os punhos fechados remetem à força, a cor escolhida para os uniformes e materiais é a cor preta.

Robson e Ailton⁵, moradores da região do bairro de Capão Redondo na cidade de São Paulo, frequentam a IURD há algum tempo, 2 anos, no caso de Robson, e 12 anos, no caso de Ailton, que atua como pastor auxiliar. Ambos são amigos e decidiram que seriam parceiros na realização dos desafios do programa *Intellimen*. Ailton relata que, por ser filho de nordestinos, sempre foi muito orgulhoso, de querer resolver tudo sozinho, e que ele tem aprendido que homem também precisa de ajuda, que isso não é sinal de fraqueza. Robson, que é mais jovem que Ailton, oito anos, diz que descobriu um grande amigo; com os desafios ele aprende a se disciplinar, a usar melhor seu tempo, e aprende que pode confiar em alguém.

O *Intellimen* permite praticar uma masculinidade que precisa ser performatizada continuamente em situações de interação, primeiro com o parceiro

4 <https://sites.universal.org/intellimen/manifesto>

5 Os nomes de todos os interlocutores de pesquisa são fictícios, para preservar a identidade de todos os participantes da pesquisa

de desafios, e, em seguida, na publicação nas redes sociais. Nas palavras de Renato Cardoso:

*“Este é um projeto para homens de 8 a 88 anos de idade
O que é o Projeto Intellimen? Eu gastei um ano, o ano de 2013 todo para pensar
quais seriam as ferramentas para fazer de um homem alguém mais forte, pas-
sei muitos sábados pedindo a direção de Deus para pensar desafios semanais
que ajudassem os homens a se tornarem homens, e assim, alcançarem a vida
em abundância. Nós temos desafios que ajudam a vida econômica, espiritual,
emocional e até desafios que afetam a saúde dos homens, temos um homem
que começou os desafios e já emagreceu 20 quilos, nós queremos fazer homens
inteligentes”⁶*

Desde de 2015, há um manifesto que deve ser lido e assinado por todos aqueles que desejam iniciar as atividades. No manifesto, lê-se:

*“Antigamente era bem fácil ser homem, bastava saber lutar e caçar, esse era
basicamente o atributo exigido para o casamento, hoje as mulheres têm uma
lista de atributos que esperam encontrar no homem com quem irão se casar.
Ser homem no século XIX é outra história, o mundo mudou, as mulheres mu-
daram. O resultado de tudo isso está aí para ser assistido em 3D: homens Des-
locados, Descreditados e Despreparados. [...] formar homens melhores será
nosso lema, ser homens inteligentes será nossa missão!”⁷*

-Atualmente, o projeto tem 55 desafios, a sazonalidade e a periodicidade das etapas cumpridas é controlada pelos participantes, que, após se inscreverem em uma conta no *site* oficial do Programa (e cadastrarem um parceiro), vão avançando cada desafio, relatando o tempo que foi levado para a realização de cada um. O que se espera é que cada desafio seja realizado semanalmente, da mesma forma como ocorre no *Godllywood* que iniciou a dinâmica dos desafios semanais e das postagens nas redes sociais. No *Intellimen*, a dupla deve compartilhar imagens do desafio nas redes sociais. Assim, o uso das redes sociais é um quesito fundamental, por esse motivo se realiza com certa frequência cursos para que os participantes do programa tenham noções de *internet* e consigam navegar em suas contas e compartilhar suas imagens.

A dinâmica de uso das redes sociais ocorre numa espécie de regulação entre o material que se produz e o tipo de configuração de comunicação utilizado em

6 <http://blogs.universal.org/renatocardoso/blog/intellimen/>

7 <http://blogs.universal.org/renatocardoso/wp-content/uploads/2013/01/IntelliMen-Manifesto1.pdf>

cada canal. O Facebook pode ser considerado o mais flexível, dele sendo possível estabelecer conexão com o Twitter (que é usado para registrar e ampliar pequenas frases postadas no blogue de Cristiane Cardoso). O movimento de ampliação desses breves discursos decorre do uso incansável de *hashtags*, como *#euacreditointellimen*, *#desafiointellimeneufiz*. Outro mecanismo muitíssimo utilizado que produz suas ressonâncias entre as pessoas conectadas ao Facebook é o Instagram, adotado para o compartilhamento de fotos e vídeos.

Essa lógica de um cotidiano que vai sendo mostrado e, conseqüentemente, regulado por tecnologias de exterioridade permite apostar que o movimento dessa rede de práticas não se inscreve no ato de fazer o desafio, mas, sim, na produção e no uso de tecnologias para fazer ver o desafio. Assim, a linguagem do desafio dos programas *Godllywood* e *Intellimen* não se estabelece apenas no tempo em que a tarefa é praticada, mas, fundamentalmente, na temporalidade que ela permite na medida em que vai sendo publicizada.

O exercício prático de relacionar tecnologias de aparição e adesão aos programas *Godllywood* e *Intellimen* nos permite pensar a confissão e o testemunho de si – tecnologias cristãs que foram extensamente trabalhadas por Foucault em sua análise genealógica acerca da constituição dos sujeitos reflexivos –, baseados em uma noção de consciência de si que é produzida mediante a operações de exterioridade.

A interação dos *desafios* do *Intellimen* com as redes sociais dá um novo estatuto prático à tecnologia da confissão, isso porque, nesse caso, seu princípio técnico fundamental deixa de ser o segredo e internalização, e passa a ser a publicidade e a exterioridade. Ao traduzir exterioridade, a tecnologia da confissão, reservada à cena do confessorário católico, da relação exclusiva com um sacerdote, do segredo não revelado sob juramento divino, passa a ser exercitada sob a gramática de outra tecnologia cristã, o testemunho de si.

O testemunho de si certamente é uma tecnologia mais praticada entre as denominações cristãs de tradição protestante. Trata-se de um relato de vida cujo recorte temporal escolhido pelo relator costuma ser sua experiência cristã de conversão. Se relacionarmos a prática do testemunho de si aos comícios públicos de profissão de fé, como relata Agamben (2008, é possível sugerir que a tecnologia do testemunho de si tem sua assinatura histórica nas performances públicas para profissão de fé, quando cristãos precisavam treinar um discurso público de sua crença (Agamben, 2008).

Considerando as diferenças nas operações entre as duas tecnologias, porque ambas tinham funcionalidades distintas, a confissão consistia numa ação discursiva de recuperação de uma temporalidade vivida, e profissão de fé, tinha

um caráter mais técnico, pois seu objetivo era dar visibilidade a determinados dogmas teológicos. Infelizmente, não será possível neste trabalho, recuperar um exercício genealógico que permita compreender o processo histórico de produção de uma fala sobre o cotidiano operada pela tecnologia do testemunho de si, ou seja, por uma gramática e locutória que precisa ser pública. A proposta consiste, apenas, em aproveitar tais exemplos históricos para pensar que esse exercício de exterioridade praticado, à medida que se compartilha os desafios nas redes sociais, opera a confissão também como um exercício de exterioridade que é praticado pelo testemunho de si.

Os filhos dos homens

No escopo dessa economia de práticas pastorais voltadas para a construção do sujeito da prosperidade, tecnologias de controle emergem enquanto linguagens para o governo de si e o governo da população. A fala reguladora acerca das relações sexuais, da reprodução humana e da afetividade funcionam como modos de produção de sentidos e de novas ações. No volume I de *História da Sexualidade* (1988), Foucault justifica que seu objetivo ao propor um exercício genealógico sobre a sexualidade não consiste em apresentar uma história linear das práticas sexuais no ocidente, mas, sim, de propor como desafio analítico entender o que o dispositivo da sexualidade faz fazer. Para o autor, pensar tecnologias de regulação das condutas sexuais como repressão acaba suscitando uma análise paralisante das relações sociais; seu argumento é que a repressão, a censura e a regulação das condutas acabam por produzir o que ele denomina de eficácia produtiva (Foucault, 1988: 28). A concepção foucaultiana de eficácia produtiva coloca a sanção e a regra não como verdades paralisantes que necessariamente são cumpridas, mas como princípios que, ao serem acionados pelos sujeitos na ação, produzem inúmeras materialidades, suscitando novas formas de ação. Assim, por esse mecanismo é possível pensar, inclusive, as ações de resistência.

Partindo dessa perspectiva foucaultiana, passo a descrever o modo como a linguagem gestora da política da prosperidade produz uma economia que pensa população como um aglomerado de famílias cuja vida depende da capacidade de controle da própria sexualidade e, conseqüentemente, da sua extensão familiar. Essa regulação é pensada a partir da constituição de modelagens binárias de gênero que, por sua vez, resultam em ações diferenciadas sobre o mundo. Os princípios ordenadores da economia política da prosperidade são pensados por meio da produção de três mecanismos reguladores de produção

de família: (i) a esterilização masculina (pela tomada de consciência de que o esperma gera população); (ii) o aborto induzido (pela tomada de consciência de que a gravidez não é um projeto divino); (iii) e a adoção (pela tomada de consciência de que a sobrevivência da família depende de um exercício de controle das relações de alteridade).

Numa das sessões da palestra direcionada para pais e filhos, realizada em 2016, no Templo de Salomão, Macedo, ao falar sobre alguns dos princípios da fé inteligente, disse o seguinte:

Quem é inteligente não terá filhos

“Um conselho que eu dou pra vocês, não tenham filhos, não tenham filhos, porque esse mundo não está em condições de receber novas crianças, e você sabe que isso é verdadeiro. Você que engravida hoje, você pode ter certeza, você vai gemer, e ninguém poderá apartar seu sofrimento, não importa se você tem condições econômicas, não importa se você vai viver na Suíça, não tem lugar nenhum onde há segurança. Você está nos Estados Unidos e entram matando, vimos o ocorrido na boate, mais de 100 homossexuais morreram. No shopping alguém entra atirando, então, não há segurança em lugar nenhum nesse mundo, estamos vivendo numa sociedade corrupta, podre, nojenta, injusta, estamos vivendo na Sodoma e Gomorra, e quem é inteligente não tem filho, quem é inteligente não tem filho! Se você não gosta ou não concorda com o que eu falo, paciência...”⁶

Na retórica de Macedo, é possível perceber a produção de um saber atrelado a uma biopolítica, pois, segundo essa lógica, é preciso controlar o nascimento para poder controlar a morte. Outra noção importante que emerge das falas de Macedo e de outras lideranças da IURD é a dimensão ambivalente da prosperidade, que, ao mesmo tempo, precisa ser pensada enquanto uma gestão coletiva, e apreendida como uma ação individual. A construção política da prosperidade como uma condição comum, exige intervenções reguladoras de ações que produzam resultados mais coletivos. A produção de tecnologias para o controle do nascimento baseadas num conceito diferenciador das relações de gênero permite que a concepção da prosperidade como condição comum seja acionada mediante a formulação de uma masculinidade que precisa se distanciar da necessidade de geração de uma prole consanguínea, e de uma feminilidade que precisa se distanciar do exercício da maternidade.

Numa das aulas do curso *O sexo num Casamento Blindado*, ministrado por Cristiane e Renato Cardoso, ao se discutir sobre os métodos contraceptivos

mais comuns, apresentando por meio de estudos médicos a porcentagem de eficácia de cada um deles, Renato faz uma defesa da vasectomia dizendo se tratar de uma escolha que deve ser orientada por Deus, um sacrifício em prol do Reino de Deus, isso porque um homem pode gerar um filho toda vez que tiver uma relação sexual, se a relação ocorrer com outra mulher, esse potencial reprodutor da masculinidade “*constrói o caos na humanidade, crianças e adolescentes abandonados que acabam cooptados pela criminalidade, tudo porque o homem não tem consciência de que sempre que transa pode gerar um filho e foge da sua responsabilidade de pai*”⁷.

Num exercício anacrônico que foi trazido para a aula em tom de brincadeira, para ilustrar a diferença que o procedimento de vasectomia teria feito em outros tempos, Renato Cardoso apresenta a descrição de um abade português que vivia no Brasil, no século XVII, e que foi condenado a voltar para Portugal para cumprir sua pena de morte por praticar estupro e incesto.

Francisco da Costa, prior de Trancoso, de idade de sessenta e dois anos, será degredado de suas ordens e arrastado pelas ruas públicas nos rabos dos cavalos, esquartejado o seu corpo e postos os quartos, cabeça e mãos em diferentes distritos, pelo crime que foi arguido e que ele mesmo não contrariou, sendo acusado de ter estuprado vinte e nove afilhadas e tendo delas noventa e sete filhas e trinta e sete filhos; de cinco irmãs teve dezoito filhas; de nove comadres trinta e oito filhos e dezoito filhas; de sete amas teve vinte e nove filhos e cinco filhas; de duas escravas teve vinte e um filhos e sete filhas; dormiu com uma tia, chamada Ana da Cunha, de quem teve três filhas, da própria mãe teve dois filhos.

*Total: duzentos e noventa e nove filhos, sendo duzentos e catorze do sexo feminino e oitenta e cinco do sexo masculino, tendo concebido em cinquenta e três mulheres. El-Rei D. João II lhe perdoou a morte e o mandou pôr em liberdade aos dezessete dias do mês de março de 1687, com o fundamento de estar ele cumprindo o mandamento bíblico da multiplicação, ajudando a povoar aquela região tão despovoada ao tempo, e mandou arquivar os papéis da condenação*⁸.

Renato Cardoso comenta a ilustração, dizendo que muitos problemas teriam sido evitados no Brasil se o país não tivesse um histórico de uma superpopulação

8 O trecho foi extraído do seguinte documento: Sentença proferida em 1587 no processo contra o Prior de Trancoso (Arquivo nacional da Torre do Tombo, Armário 5, Maço 7). Citado por HESPANHA, António Manuel. Caleidoscópio do Antigo Regime... p. 152).

que cresceu desordenadamente sem nenhum planejamento, espalhando a pobreza e a desigualdade. Para fechar seu argumento, o bispo repete novamente o número de filhos gerado pelo abade, concluindo que não acredita que aquelas pessoas foram geradas pela vontade de Deus, mas, sim, pela irresponsabilidade do abade, e reitera, “não somos gerados porque Deus quer, mas se continuamos vivendo certamente é porque ele permitiu”.

Pensar o homem como um obstáculo à construção da prosperidade como condição comum, e, conseqüentemente, colocar a vasectomia como princípio ordenador da economia política da prosperidade inverte a ação masculina sobre o mundo, que deixa de ser uma ação reprodutora para se tornar uma ação controladora. Esse controle passa a ser circunscrito em um corpo por um exercício de tomada de consciência de uma natureza que carece de uma intervenção individual. Tais tecnologias reguladoras não paralisam ou alienam a ação dos sujeitos, ao contrário, elas suscitam a produção de um sujeito que se pensa enquanto alguém que possui o controle de si, e que, sob essa justificativa, passa a agir a partir da regra, seja para se sujeitar, seja para resistir.

Passo agora a narrar alguns relatos de ex-pastores da Igreja Universal que abriram processos trabalhistas contra a IURD, considerando a vasectomia uma lesão trabalhista de caráter irreversível por comprometer sua natureza masculina.

Alguns relatos...

Em junho de 2016, Gonçalo Alves Neto, pastor da Igreja Universal na região de São Miguel Paulista, localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, foi assassinado após sofrer um assalto. Gonçalo carregava consigo as ofertas que havia recebido no culto ocorrido horas antes do assalto, sendo a quantia de 800 reais tirada das mãos de sua esposa que o acompanhava no carro. O caso foi extensamente noticiado pela imprensa, que especulou, dentre outras coisas, para onde Gonçalo estaria levando o dinheiro. Há um circuito interno de circulação dos dízimos e ofertas no qual todo o valor arrecadado nas comunidades e bairros devem ser levados até as sedes regionais – que, no caso da cidade de São Paulo, corresponde às grandes Catedrais localizadas nas regiões sul, leste e oeste da cidade –, e que, por sua vez, precisam ser redirecionadas para as sedes estaduais. No estado de São Paulo, desde o ano de 2014, a sede estadual tornou-se o Templo de Salomão, que também é a sede nacional da igreja.

Para além das especulações acerca do destino que o pastor empregaria ao dinheiro das ofertas, outra informação que chamou a atenção de parte da imprensa foi a divulgação, não autorizada pela igreja, do registro cadastral

pastoral de Gonçalo. Nele, além de constar suas informações pessoais, marcações sobre os locais onde ele já havia atuado como pastor, seu tempo de serviço na instituição e sua qualificação, havia também no cabeçalho do formulário, bem ao lado das informações sobre seu estado civil, a palavra *vasectomizado*. A afirmação, num documento institucional, de que Gonçalo havia se submetido a uma cirurgia de vasectomia parecia corroborar inúmeras especulações e afirmações divulgadas em *blogs* de pessoas contrárias à IURD, que afirmam que tal procedimento é obrigatório a homens que querem constituir uma carreira eclesial. Nesse mesmo ano do assassinato de Gonçalo, o Ministério Público do Trabalho (MPT) da cidade de Osasco abriu uma investigação para apurar denúncias registradas pela Justiça do Trabalho de que a IURD exigia e coibia seus pastores e bispos a realizarem a vasectomia sob a possibilidade de promoção e visibilidade junto à Igreja.

A investigação do MPT da cidade de Osasco começou após o Tribunal Superior do Trabalho (TST) dar ganho de causa a Daniel¹⁰, ex-pastor da IURD que, desde 1999, movia uma ação na qual afirmava ter sido coagido, aos 18 anos de idade, a se submeter a um procedimento cirúrgico de vasectomia após a apresentação de um plano de carreira que o colocaria na posição mais alta da hierarquia eclesial, ser bispo. O Tribunal Superior do Trabalho autou a Igreja a pagar uma indenização de 100 mil reais a Daniel. A consulta aos autos do processo permitiu o acesso à decisão, homologada pela desembargadora Sueli El Gil Rafiri, que listou um conjunto de requisitos que caracterizam a responsabilidade civil da IURD nesse caso; dentre eles, está o fato de uma relação de fé se configurar como relação trabalhista. Outro ponto destacado pela desembargadora é o fato de a Igreja estar numa posição de empregadora, colocando-a numa relação hierárquica desigual com Daniel, que desempenhava a função de empregado da instituição.

Ainda, da análise das declarações colhidas em audiência de fls. 320/3, verifica-se que as negociações foram além de uma mera expectativa, gerando, ao reclamante, a certeza do efetivo exercício do Ministério no cargo de “Bispo”, sendo sua frustração irrefutável a afronta aos princípios da boa-fé e da lealdade que devem nortear todos os contratos (art. 422, do Código Civil), por exigir sacrifício desvinculado da profissionalidade, a saber: (...) A conduta da ré foi altamente reprovável e lesiva ao trabalhador/obreiro e, a mera exigência de vasectomia, por si só, acarreta o direito à indenização por dano moral., e o dano mais se estende quando se verifica que a vasectomia foi consumada, e ainda projetou danos na esfera familiar do trabalhador e imprimiu-lhe a

*perda da chance de ter filhos. O reclamante, efetivamente, sofreu lesão, por conseguinte, devida é a reparação moral*⁹

A estipulação do valor de 100 mil reais foi justificada pelos ministros da Quarta Vara do Tribunal que ressaltaram a gravidade da lesão provocada no corpo do ex-pastor, “o impedindo de exercer sua natureza¹²”, algo que causou em Daniel profundo sofrimento, impedindo-o de ser pai. O cálculo também contemplou a irreversibilidade da situação, uma vez que o procedimento havia sido realizado há mais de dez anos.

“A gravidade da lesão cometida contra esse empregado e a discriminação sofrida a pretexto da promessa de uma ascensão religiosa rigorosamente imponham uma indenização em valor muito superior à que foi imposta no acordum regional”¹⁰

Daniel faz questão de não se tornar apenas estatística em meio ao contingente de pessoas que move processos contra a IURD e que consegue vencer uma disputa jurídica de mais de doze anos. Ele faz questão de relatar sua história, e de se posicionar como um homem cujo direito à família foi alienado num momento da vida em que ele não se sentia em condições de discernir sobre suas escolhas. Ele se reconhece como um homem que foi esterilizado e que encontra dificuldades para se relacionar e se casar por conta disso.

Sua história de conversão começa no início da década de 1990, quando, com apenas treze anos de idade, Daniel começou a frequentar um templo da Igreja Universal, na cidade de Carapicuíba, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Filho de pais separados, e quase sem contato algum com o pai, ele começou a frequentar os encontros da Força Jovem Universal, foi batizado no Espírito Santo e, com apenas sete meses de conversão, tornou-se obreiro. Aos quinze anos, iniciou sua preparação para exercer a função de pastor, algo que começou a exercer aos dezessete anos. Segundo seu relato, foi com pretensões de se tornar pastor de um templo maior e chegar a ser promovido como bispo que aceitou a se submeter à cirurgia de vasectomia. Ele estava noivo da filha de um pastor de Jundiaí, casou-se com ela seis meses após a cirurgia, atuou como pastor por 12 anos, aos trinta, logo após enfrentar um divórcio, decidiu romper com a igreja. Ele acredita que seu casamento não aguentou sua esterilidade, pois, por mais que sua ex-esposa dissesse o contrário, ela sonhava ter filhos.

9 PROCESSO Nº TST-AIRR-33-81.2010.5.02.0511

10 PROCESSO Nº TST-AIRR-33-81.2010.5.02.0511

Por intermédio do contato com Daniel, conheci Marcelo, que foi pastor da Igreja Universal por 12 anos. Ele contou que chegou à Universal em 1988, quando tinha 16 anos, em 2000, foi chamado pelo Bispo Romualdo, que o pediu para fazer a cirurgia de vasectomia, alegando que, com a cirurgia, Marcelo certamente seria promovido para pastorear igrejas maiores, podendo chegar a ser bispo. Em poucos minutos de conversa, acertou-se o endereço e o local onde a cirurgia ocorreria. Marcelo relatou que as cirurgias ocorriam sempre numa clínica particular chamada DeoMater, situada na Avenida do Mar, na cidade de São Bernardo do Campo. No dia da sua cirurgia, havia outros quinze pastores à espera de atendimento, em um pouco mais de uma hora, ele foi atendido. Na época, ele era casado e não tinha filhos, Marcelo também atribui a vasectomia como causa do seu divórcio.

O terceiro entrevistado foi Sergio, primo de Marcelo, que também desistiu de exercer função pastoral na IURD e resolveu abrir sua própria igreja, um ministério ainda pequeno, na região metropolitana de São Paulo. Sergio relata que, logo após se casar, mesmo seguindo com sua esposa as recomendações referentes ao uso de anticoncepcional, ela engravidou “deve ter dado aquela esquecida, aí, pimba...” – comenta. Após o nascimento da sua primeira filha, ele foi chamado para uma reunião com o responsável pela Sede Estadual, Bispo Romualdo, que tentou convencê-lo a se submeter ao procedimento cirúrgico para a vasectomia. Ele pediu um tempo para pensar, chegou em casa e sua esposa chorou muito porque sonhava em ter mais filhos; o sofrimento dela o fez decidir não se esterilizar. Ao comunicar sua decisão ao bispo Romualdo, teve que assinar uma declaração na qual dizia que não seria vasectomizado. O documento tinha validade de dois anos e, após esse período, ele seria consultado novamente e poderia mudar sua decisão.

Sérgio afirma que o intuito da igreja com a vasectomia é aumentar o desempenho dos pastores nas igrejas; quem resiste à cirurgia, como ele fez, é pressionado até sair da igreja. A pressão se dá por meio de uma política de transferências constantes de cidade e de templo, colocando o pastor em igrejas menores, mesmo que seu desempenho e avaliações sejam satisfatórias. Sérgio contou também sobre um pastor que não era bispo ainda, mas que era seu superior e que o perseguia quando soube da primeira gravidez da sua esposa, solicitando sua transferência de igreja ao alegar que ele não daria conta do trabalho pastoral que aquela igreja exigia. Quando chegava na igreja com sua esposa e sua filha ainda bebê, Sérgio era questionado pelas lideranças locais, que diziam que, com um bebê pequeno, ele não conseguiria pastorear, sendo melhor mudar sua função. Sergio ficou como pastor na IURD por apenas seis anos, quando

decidiu sair e abrir sua própria igreja; hoje tem duas filhas e se diz muito feliz, e acredita que se tivesse cedido à pressão e feito a cirurgia, também teria perdido sua esposa, como ocorreu com seu primo.

O quarto e último entrevistado foi Leandro, que chegou na Igreja Universal com 22 anos, após enfrentar um processo árduo de libertação de sua dependência química por intermédio de projeto da Força Jovem. Conheceu sua esposa, que era filha de um pastor de outra igreja, e, após se casarem, ambos viraram obreiros, tinham emprego mas sonhavam com a possibilidade de servir no altar. Dois anos após o casamento, ele recebeu o convite para se tornar pastor. Para servir no altar, o casal precisa mostrar que seu sustento dependerá exclusivamente da igreja, logo, é preciso ter a cópia da carteira de trabalho com as comprovações da demissão, mudar-se para a casa pastoral, que é equipada com móveis que são da igreja. Leandro relatou que começou como pastor auxiliar em pequenas igrejas, mas, como teve bom desempenho, em apenas um ano se tornou responsável por uma igreja. Nesse momento, veio a cobrança para fazer a vasectomia e, após conversa com sua esposa, Leandro decidiu assinar a declaração de que não faria a cirurgia. Meses depois, passou a ser transferido de um local para o outro, até ser enviado para um templo localizado numa região na qual a arrecadação de ofertas era mais difícil. Ele diz: *“fiz a preparação da fogueira Santa, depois fiz o jejum dos impossíveis e a terapia do amor que também acontecia de sábado, mas não teve jeito, a consagração do dizimista foi ruim”*. O rendimento ruim fez com que Leandro e sua esposa fossem transferidos para Curitiba, para uma igreja pequena. Lá não conseguiu se adaptar ao clima, e começou a baixar seu rendimento e a ir mal nas avaliações psicológicas. Ao final de dois meses, ele e a esposa foram demitidos. Ele acredita que tudo aconteceu porque se recusou a fazer a vasectomia.

Os quatro entrevistados fazem parte de um grupo organizado de ex-pastores da Igreja Universal, que acolhe e auxilia quem deseja abrir processo trabalhista contra a igreja. Fundado em 2000, o grupo não tem sede própria, mas tem um advogado especializado em leis trabalhistas que representa a todos os requerentes. Atualmente, o grupo reúne 21 ex-pastores e 2 ex-bispos. Todos vivem na região metropolitana da cidade de São Paulo, e o tempo de atuação pastoral desses homens varia entre 2 e 15 anos. Até agora, apenas Daniel teve seu caso encerrado.

Entre os entrevistados que optaram pela vasectomia, um discurso comum é atribuir a vasectomia à causalidade do divórcio e à insatisfação com a vida. Da mesma maneira, entre os entrevistados que não aceitaram fazer a vasectomia, há um discurso que também reconhece o procedimento cirúrgico como um

problema, culminando em suas demissões; a recusa em passar pelo procedimento os garantiu a manutenção do casamento e da família. Outro ponto comum nos relatos é que o desejo por filhos sempre vinha da esposa, sendo que optar pela não esterilização era uma forma de respeitar o desejo delas. Como aparece na fala de Sergio, por exemplo:

“[...]por mim, eu aceitava fácil até não ter filhos, mas esse era o grande sonho da vida da minha mulher, sabe como é? Mulher sempre quer ser mãe [...] a gente nem taria casado se eu tivesse feito a cirurgia, mas aí fica a questão, ou você opta pelo trabalho, ou você escolhe ter família”

Uma concepção de natureza como princípio ordenador da diferenciação de gêneros também é acionada nos relatos. Segundo a percepção dos entrevistados, a vasectomia fere a natureza masculina, como explica Daniel:

Depois que fiz a vasectomia eu me senti incompleto, até acho que me senti menos homem, tipo, uma impotência, sabe? Isso...é isso...me senti menos homem, aí eu não procurava mais minha esposa, e ela também deixou de gostar de mim...acho que foi por causa disso aí que eu te disse, essa coisa de ser um homem pela metade [...] eu tive depressão profunda quando saí da igreja, porque eu nunca mais ia conseguir ser de novo aquela pessoa que eu fui.

Ao serem indagados se queriam ter filhos na época em que atuavam como sacerdotes da IURD e de como lidam com essa questão atualmente, Daniel e Marcelo deram respostas bem semelhantes, ambos não pensavam em ter filhos na época.

Daniel ainda era muito jovem e acredita que sua idade na época o impedia de avaliar melhor sua decisão, mas hoje pensa diferente, hoje certamente teria filhos, mesmo porque essa é uma exigência da maioria das mulheres. Marcelo disse que não saberia afirmar se teria ou não filhos caso pudesse, mas talvez continuaria optando por não ter filhos, a questão, porém, é que ele nem pode mais cogitar essa possibilidade; a vasectomia o tornou menos homem.

Bourdieu, em *A dominação masculina* (1998), ao constituir uma análise etnográfica acerca da posição sexual ocupada pelos homens na sociedade Cabila, desenvolve a noção de dominação masculina como sendo uma forma *sui generis* de violência simbólica, uma forma de poder que impõe sobre os corpos um conjunto de disposições de ação orientado para a produção de uma desigualdade, força e violência, e que ocorre mediante a um processo histórico que acaba por dissimular a própria violência. Para Bourdieu, “O corpo biológico socialmente

modelado é um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (Bourdieu, 1998: 156).

Os sentidos de masculinidade que a prática da vasectomia faz circular operam sob uma concepção de natureza que precisa ser controlada, interferida, gerida. A importância da vasectomia na gestão da vida aparece em vários relatos de bispos que ocupam as posições centrais de poder na IURD. Júlio Freitas, genitor de Edir Macedo, ao narrar sobre a adoção dos filhos, anos antes de adotá-los, quando tinha apenas 21 anos, decidiu-se pelo sacrifício da vasectomia. Isso porque, diante de Deus, queria demonstrar que estava no controle da sua própria natureza e que também estava disposto a consagrá-la para se entregar ainda mais à missão para a qual Deus o havia chamado¹⁸.

Renato Cardoso também relata que optou pela vasectomia muito jovem, em idade que nenhum especialista ou urologista recomendaria, por se tratar de uma decisão difícil que, mesmo com grandes chances de reversão, pode comprometer bastante a ocorrência de gravidez por intercurso sexual. Mas nunca se arrependeu de sua decisão, sempre se sentiu completo em seu casamento, e em seu trabalho. Quando decidiu, juntamente com Cristiane, que era o momento de a família ter um filho, eles optaram pela adoção.

Pelos relatos de bispos, como Romualdo Panciera, Renato Cardoso, Júlio Freitas e Celso Junior, é possível afirmar que as discussões sobre a importância da vasectomia como método contraceptivo e, uma política mais profícua de esterilização de bispos, e conseqüentemente, de pastores, consolidaram-se na Igreja Universal em meados da década de 90, período de franca expansão da igreja, tanto em território nacional como em âmbito internacional. A vasectomia também é uma questão tratada entre os homens, pastores e frequentadores em outros países, principalmente, no continente africano.

Performatividade e sujeito de gênero enquanto ato de verdade

Para pensar gênero como performatividade, Judith Butler traz o conceito de *regime de verdade*. Sua proposta de inspiração foucaultiana consiste em constituir uma genealogia sobre o modo como a categoria *gênero* foi sendo produzida por autoras feministas da década de sessenta e setenta como uma ontologia, uma identidade pré-discursiva (Butler, 2010: 27).

Regime de verdade é um conceito utilizado por Foucault para dispor sobre um conjunto de procedimentos que produzem os sujeitos que passam a se

pensar e a pensar o mundo em que vivem pela premissa do que é verdadeiro. Foucault introduziu a noção de *regime de verdade* procurando compreender a maneira pela qual “a verdade está ligada circularmente a tecnologias de poder que a produzem e a sustentam” (Foucault, 2014: 112). A verdade seria, portanto, um “efeito do poder”.¹¹ A proposta de Butler consiste em pensar a categoria *gênero* – partindo do conceito de regime de verdade e da noção de enunciado performativo, de Austin (1975) – enquanto um ato de verdade. Do exercício genealógico acerca da constituição dos sujeitos, sexo e gênero emergem como efeitos de um processo no qual a ação se justifica pela busca da verdade (Butler, 2010; Salih, 2012).

Pensar gênero enquanto ato de verdade, ou seja, um efeito que é produzido durante a interação, distancia a categoria “mulher” da dimensão do “somos” para colocá-la como um efeito resultante do “fazemos”. É agindo e interagindo que os sujeitos se constituem, algo que emerge do exercício de pensar uma verdade sobre si atrelada a uma linguagem que produz uma diferenciação binária dos corpos (Salih, 2012: 22)¹².

Em seu texto *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2010), Judith Butler apresenta como argumento central a desconstrução da oposição classicamente constituída pela tradição das teorias feministas entre sexo e gênero. Para ela, tal oposição traduzia a consolidação da crença filosófica ocidental na existência metafísica de essências e substâncias; pensar gênero nessa tradição seria pensar na essência de um sujeito a despeito do campo de determinações biológicas impostas pelo sexo. Se a distinção entre sexo e gênero não existe de fato, a concepção moderna de essência dos sujeitos também não se sustenta. Aceitar o sexo como algo biologicamente dado e o gênero como algo construído, determinado culturalmente, seria o mesmo que considerar o gênero como expressão ou representação de um ser substanciado na identidade de um sujeito.

O gênero consiste, portanto, numa *performatividade*, uma ação, uma encenação, uma repetição, algo que se adapta a qualquer corpo, e que constitui os modos práticos para se habitar um corpo. Tal perspectiva distancia Butler

11 Em *Governo dos vivos* (2014), Foucault dá seguimento à história dos “regimes de verdade”, trazendo uma inflexão genealógica das disposições do governo e da obediência produzidas pelas tecnologias cristãs de gestão dos corpos.

12 Em “(Re)criando a categoria mulher?”, Adriana Piscitelli apresenta uma pequena historiografia das escolas teóricas feministas que fundamentam suas teorias a partir do uso da categoria “Mulher”. Ver mais em: PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*. Campinas, IFCH/Unicamp, n. 48, 2002, pp. 7-42.

das concepções mais ontológicas, cujo suposto é que um determinado corpo que existe tem como condição de existência um gênero específico que se baseia numa verdade biológica. Ela propõe, assim, uma mudança no olhar sobre o corpo e, conseqüentemente, sobre o gênero; na sua leitura, o corpo eclode como superfície politicamente regulada pela ação.

A concepção de gênero como performatividade engendra o corpo como um campo vasto de ações e atravessado por múltiplos poderes. Nesse movimento, emerge o que Butler denomina de *efeito do gênero*, processo que produz formas de estilização dos corpos e deve ser entendido, conseqüentemente, como um modo cotidiano de agir e de pensar sobre si, produzindo performances marcadas pela ideia de gênero, pensamento materializado por meio da transformação e da adequação desses corpos.

Apesar de considerar a teoria dos atos performativos de Austin uma base importante na formulação de sua teoria sobre a produção dos sujeitos, Butler ressalta que performatividade não é sinônimo de performance. O conceito de performance traz como suposto que há um performer que faz a performance, um sujeito que, mesmo sofrendo as mudanças que a cena da interação suscita, pré-existe a cena. O conceito de performatividade consiste num exercício prático de se produzir sentidos a partir da composição de cenas de interação, de modo que nada existe ou é anterior a esse processo (Butler, 2010: 233).

A performatividade se constitui num exercício constante de exterioridade. Pensar a performatividade como um exercício prático de exterioridade nos auxilia a delimitar alguns distanciamentos analíticos que o conceito vai delimitando – em relação a outras teorias que tratam dos processos de produção dos sujeitos –, na medida em que vai sendo trabalhado e definido por Butler no decorrer de sua obra. A introdução desta pesquisa apresenta alguns pontos de distanciamento entre o conceito de *habitus* de Bourdieu e o conceito de performatividade. O conceito de *habitus* supõe a produção de sentidos mediante um exercício prático e contínuo pautado em dois movimentos, “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (Bourdieu *apud* Ortiz, 1983: 47). O *habitus* seria, portanto, uma disposição que é incorporada mediante a exercícios de interiorização e exteriorização; a exterioridade emerge como uma espécie de efeito desse processo.

Ao pensar o conceito de *cuidado de si*, Foucault também supõe a produção dos sujeitos mediante a movimentos dinâmicos de interiorização e exteriorização constituído durante um longo processo histórico. *Cuidado de si* é trabalhado por Foucault para pensar o que ele denomina de estética da existência, que corresponde a um conjunto de técnicas corporais de dimensão individualizadora

que acabam servindo de esteio para a produção das tecnologias para a biopolítica (Foucault, 2006).

Pensar a produção de sujeitos por processos históricos de interiorização e exteriorização acaba por suscitar, em algum momento, uma pré-discursividade ao processo. Em Bourdieu, essa pré-discursividade emerge de sua utilização das noções de representação e reprodução, produzindo uma associação direta entre a estrutura e as disposições estruturantes do *habitus*. Butler chama a atenção para o risco da pré-discursividade em Foucault, ou seja, para o reconhecimento analítico de algo que existiria anterior à ação, ao discorrer sobre a leitura que Foucault faz dos diários de Herculine Babin¹³. Para ela, ler os escritos de Foucault sobre Herculine podem funcionar como uma espécie de “leitura contra-foucaultiana”, isso ocorre porque, na tentativa de romancear a sexualidade de Herculine, Foucault descreve seus impulsos sexuais como algo puro e anterior às restrições sexuais que sofreu. Ao proceder dessa maneira, Foucault acaba atribuindo ao corpo de Herculine uma condição pré-discursiva (Butler, 2010: 168).

Pensar a performatividade como um efeito que é produzido a partir de um exercício contínuo de exterioridade (e não de exteriorização), permite a Butler associar ao conceito de performatividade (no decorrer de sua trajetória analítica) uma noção de público, que é entendido por ela como interação e visibilidade. Assim, a performatividade enquanto exterioridade não consiste apenas em atos repetidos, ela consiste também em atos que são vistos (Butler, 2015: 49).

Os programas de incentivo à vasectomia, bem como o Programa *Intellimen* seriam, portanto, um espaço no qual se pratica, pensa-se e, por conseguinte, constrói-se o gênero, que, nesse contexto, emerge atrelado à noção de vida e de prosperidade. Construir-se como um sujeito de gênero é um imperativo para existir como indivíduo, algo que, no caso da IURD, emerge nas narrativas e performances que compõem a campanha “Eu sou a Universal”¹⁴. O processo de produção desse sujeito de gênero se dá por meio de seus eventos e cursos e, substancialmente, pelo uso das novas tecnologias de internet e da circulação dessa performatividade dos desafios nas redes sociais.

Portanto, a constituição do sujeito da prosperidade como efeito de gênero não acontece numa dimensão privada – permeada por um conjunto de cuidados e ritos que foram apreendidos na dinâmica da interiorização/exteriorização –, ela ocorre na medida em que cuidados e ritos são vistos, discutidos, como um efeito das cenas e aparições, em situações de assembleia (Butler, 2015).

13 Ver mais em Foucault. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

14 Disponível em: <<https://www.universal.org/eu-sou-a-universal/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Assim, a proposição desenvolvida neste texto, de que a economia política da prosperidade se constitui pela produção de um conjunto de técnicas para o governo de si, técnicas que são operadas à medida que se discute e se aprimora tecnologias gestoras de população, encontram no conceito butleriano de performatividade uma base importante para pensar o sujeito da prosperidade, que emerge permeado pelas noções de família, reprodução, gênero e casamento.

Considerações finais

O presente texto discorreu acerca da intersecção entre razão neoliberal, gênero e pedagogias pentecostais a partir de alguns projetos desenvolvidos pela Igreja Universal do Reino de Deus, voltados para o público masculino. Pensando nos artefatos de justificação da gramática capitalista (Laval e Dardot, 2016), o neoliberalismo consiste num movimento constante de produção de tecnologias de subjetivação, que colocam os sujeitos reflexivos sob o escrutínio da avaliação constante e do aprimoramento de suas condutas. Nesse sentido, é possível afirmar que a experiência neoliberal habita um corpo que vai se transformando mediante as práticas de gênero (Butler, 2018).

Com o intuito de pensar o pentecostalismo como uma tecnologia neoliberal de conformação do corpo político, descrevi duas formas de experiência de gênero e masculinidade. No primeiro caso, tratei do projeto *Intellimen* e seus desafios, pensando o modo como esse projeto produz uma intensa conexão entre masculinidade e interação, ao pensar que o verdadeiro homem precisa ter suas práticas cotidianas acompanhadas por outro homem, uma espécie de pastorado dos homens para os homens. O *Intellimen* nos permite aprofundar uma característica importante da razão neoliberal, que é constitutiva do sujeito reflexivo, a saber, sua necessidade de ter sua verdade publicizada, tornando a exterioridade das técnicas de interiorização e subjetivação, traços centrais da contemporaneidade.

A outra experiência que intersecciona gênero, pentecostalismo e razão neoliberal foi o debate sobre o papel das técnicas de controle da natalidade nos discursos das lideranças da IURD e a relação entre masculinidade verdadeira e vasectomia. Nesse ponto, trouxe a história de homens que atuavam como lideranças na Igreja Universal e que se sentiam lesados por terem passado pela vasectomia, procedimento cirúrgico que, na fala dos entrevistados, foi tido como um sacrifício em prol do sucesso da nação, considerando que colocar sobre os homens a responsabilidade de não reproduzir auxiliaria na gestão da economia. O rompimento com a função institucional fez com que os homens entrassem

com processo trabalhista contra a IURD, o que coloca a vasectomia sob outra leitura, na medida em que, na linguagem do direito trabalhista, passa a ser uma lesão trabalhista irreversível.

Pensar os modos como as masculinidades pentecostais revestem um corpo que habita às margens da estrutura neoliberal nos coloca a necessidade de pensar o lugar do corpo na produção da racionalidade neoliberal. Para tanto, trouxemos o conceito de performatividade. O conceito de performatividade é atravessado por uma ambivalência ao nos suscitar a necessidade de compreender as técnicas de exterioridade, ou seja, o que coloca a ação de determinado sujeito num regime de observação/publicização ao mesmo tempo em que sua interioridade também é reforçada? A performatividade nos permite compreender que quanto mais um corpo se reveste das técnicas de exterioridade, mais reflexivo se torna, expandindo o reconhecimento de si e de sua interioridade.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo, Boitempo, 2011, 326 p.
- AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha. Tradução de Selvino Assmann. São Paulo, Boitempo, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- BUTLER, Judith. Performativity's Social Magic. In: SHUSTERMAN, R. (Org.) *Bourdieu: A critical Reader*. Oxford/ Mlden, Blackwell Publishers, 1999.
- BUTLER, Judith. *Pouvoir des mots. Politique du performatif*. Paris, Editions Amsterdam, 2004.
- BUTLER, Judith. *A vida Psíquica do poder: Teorias da Sujeição*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa da assembleia*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2018.
- CONNELL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* [On-line], 2013, v. 21, n. 1.
- CORTÊS, M. A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonaroismo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 34, 2021.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016, 416p.
- FASSIN, Èric. Le moment néofasciste du néolibéralisme. *Mediapart*, 29 de junho de 2018. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/eric-fassin/blog/290618/le-moment-neofasciste-du-neoliberalisme>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

- FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. São Paulo, Editora Graal, 2007.
- MAFRA, Clara. The life path that makes gender: anthropological reflections based on ethnographic research among Pentecostals in Brazil and Mozambique. *Religião & Sociedade*. [On-line], 2012, v. 32, n. 2.
- LIMA, Diana. Alguns fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. *Mana* (UFRJ, Impresso). Rio de Janeiro, v. 16, 2010, pp. 351-374.
- LIMA, Diana. Ethos “emergente”: as pessoas, as palavras e as coisas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 28, v. 13, pp. 175-202, jul.-dez. 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos Didáticos*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2002, n. 48, pp. 7-42.
- ROSAS, Nina. A Igreja Universal do Reino de Deus: ação social além-fronteiras. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, n. 1, v. 52, jan. 2016, pp. 17-26.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi: 10.11606/D.8.2012.tde-05032013-120422.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A mulher universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. Rio de Janeiro, Mar de ideias, 2016.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, 1995, 264 pp.

Recebido em: 13/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 743-767.





Corrupção, democracia e neoliberalismo nas Américas

Frederico de Almeida¹

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender a relação entre a construção internacional do dispositivo judicial anticorrupção e a estabilidade de regimes democráticos nas Américas. Com base em uma análise combinada de genealogia do dispositivo e topologia das relações estratégicas que se estabelecem em torno dele em diferentes configurações, o trabalho busca investigar a hipótese de que a mudança das relações entre combate à corrupção e democracia está associada à mudança da racionalidade neoliberal desde os anos 1990 e suas diferentes configurações históricas e locais.

Palavras-chave: corrupção; democracia; neoliberalismo progressista; neoliberalismo autoritário; Operação Lava Jato.

Corruption, democracy and neoliberalism in the Americas

Abstract: *The objective of this paper is to understand the relationship between the international construction of the anti-corruption judicial dispositive and the stability of democratic regimes in the Americas. Based on a combined analysis of the dispositive's genealogy and the topology of the strategic relationships established around it in different configurations, the work seeks to investigate the hypothesis that the change in the relationship between fighting corruption and democracy is*

1 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil – almeidaf@unicamp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6857-6220>

associated with the change in neoliberal rationality since the 1990s, and its different historical and local settings.

Keywords: *corruption; democracy; progressive neoliberalism; authoritarian neoliberalism; Operation Car Wash.*

Corrupción, democracia y neoliberalismo en las Americas

Resumen: El objetivo de este artículo es comprender la relación entre la construcción internacional del dispositivo judicial anticorrupción y la estabilidad de los regímenes democráticos en las Américas. A partir de un análisis combinado de la genealogía del dispositivo y de la topología de las relaciones estratégicas que se establecen en torno a él en distintas configuraciones, el trabajo busca indagar la hipótesis de que el cambio en la relación entre lucha contra la corrupción y democracia está asociado al cambio de la racionalidad neoliberal desde la década de 1990, y sus diferentes escenarios históricos y locales.

Palabras claves: corrupción; democracia; neoliberalismo progresivo; neoliberalismo autoritário; Operación Lava Jato.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a relação entre a construção internacional do dispositivo judicial anticorrupção e a estabilidade de regimes democráticos nas Américas². Na seção que segue, desenvolverei o problema de pesquisa, analisando evidências secundárias e literatura sobre a importância relativa das

2 Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Circulação internacional de juristas, exportação de modelos de justiça criminal e disputas sobre direitos fundamentais”, desenvolvido no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU), com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço aos bolsistas de iniciação científica Afonso Smiderle e Pietro Navarro Portela pelo apoio na coleta e sistematização dos documentos aqui analisados. Uma primeira apresentação dos resultados dessa pesquisa foi feita no seminário Democracia e justiça na América Latina: para onde vamos?, organizado pelo Grupo de Investigação “Poder Judicial en América Latina” (GIJAL), da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), realizado em 2018. Aquela apresentação foi publicada como capítulo de coletânea resultante do evento, de caráter essencialmente descritivo e com análises ainda preliminares (Almeida, 2021). O presente artigo desenvolve substantivamente as inferências analíticas e os referenciais interpretativos dos mesmos dados, e foi produzido a partir de minha apresentação na sessão “Elites judiciais e programas de combate à corrupção”, do Ciclo Formativo Instituições Judiciais, Política e Sociedade no Brasil, promovido pelo Instituto Lula, em 2021.

denúncias, escândalos e processos judiciais de corrupção na interrupção de mandatos presidenciais na América Latina. Na sequência, apresentarei as referências conceituais e metodológicas do estudo, situando-o entre as abordagens institucionalistas e normativas sobre corrupção e democracia, de um lado, e a crítica sociológica ao neoliberalismo de outro. Na quarta seção do artigo, formularei uma hipótese de investigação, que busca compreender as diferentes configurações do dispositivo judicial anticorrupção à luz das transformações e recomposições da racionalidade neoliberal entre o fim dos anos 1980 e o tempo presente.

Na quinta seção do artigo apresentarei os resultados de pesquisa organizados em duas configurações estratégicas estabelecidas em torno do dispositivo: a) a que articula organismos multilaterais, os Estados Unidos e um conjunto de *experts* de diferentes formações em torno da construção do dispositivo, por meio de recomendações, boas práticas, convenções, regras contratuais, formações técnicas, *handbooks* etc. de âmbito internacional; b) e a que articula países latino-americanos, organismos internacionais e os Estados Unidos em torno de processos de reformas do Estado e inovações institucionais como vetores de internalização do dispositivo, cujo acionamento é analisado com foco na Operação Lava Jato e seus desdobramentos no continente. Ao final, nas conclusões do artigo, farei uma análise transversal dessas duas configurações, buscando desenvolver inferências analíticas sobre as suas relações com a democracia e o neoliberalismo nas mudanças históricas do exercício do poder político na América Latina.

2. Corrupção e democracia

Os debates políticos e jurídicos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff se deram em torno da legalidade e da conveniência da aplicação do instituto constitucional e, principalmente, com base na denúncia de que o processo, formalmente regular, caracterizaria ou comporia um golpe de estado. Muitas vezes evitando o dualismo entre regularidade do processo e ruptura institucional, a ciência política institucionalista tem estudado o *impeachment* entre outros processos de instabilidade política e interrupção de mandatos presidenciais em países da América Latina no período democrático. Essa literatura aponta entre as causas mais recorrentes da interrupção de mandatos as crises econômicas, muitas vezes derivadas de políticas recessivas de viés neoliberal; escândalos políticos, incluindo os de corrupção; presidentes sem apoio no Congresso, com comportamento imperial ou tendentes ao isolamento; mobilizações populares e protestos de rua, não raro canalizados pelos fatores anteriores; radicalização

de atores políticos; interpretações casuísticas das normas constitucionais pelo Congresso para construir a interrupção do mandato presidencial como solução de uma crise política (Hochstetler, 2007; Kasahara; Marsteintredet, 2018; Llanos; Marsteintredet, 2010; Pérez-Liñán, 2018).

Pelo menos 6 dos 17 presidentes que tiveram seus mandatos interrompidos desde a década de 1980 deixaram o cargo em função de acusações de corrupção, mais recorrentes em casos de renúncia (5 dos casos) do que nos desfechos produzidos por processos legislativos de afastamento ou *impeachment*³ (Calle 2, 2016; Castro, 2016; Chaib, 2015; Kasahara; Marsteintredet, 2018; Radar Global, 2018).

Em tese, o processo de *impeachment* exige a formulação de uma acusação minimamente baseada em provas⁴; por isso, é compreensível que nesse tipo de interrupção de mandato presidencial seja menor a incidência das denúncias de corrupção, já que a comprovação das práticas tidas como corruptas exige um conjunto probatório produzido de acordo com padrões de direito e, além disso, referentes a crimes de alta complexidade e capacidade de ocultação de grandes volumes de dinheiro (Hartmann e Chada, 2017; Machado e Paschoal, 2016). Processos investigativos e ações judiciais podem levar mais tempo do que uma crise política pode esperar por uma solução; além disso, mesmo antes de uma denúncia ou de uma sentença formal, acusações de corrupção produzem efeitos de curto prazo na contestação política a um presidente, somando-se a outros fatores de instabilidade para fazer da renúncia uma saída mais provável (Hochstetler, 2007; Pérez-Liñán, 2018).

Percebe-se, portanto, a possibilidade de uma relação significativa entre acusações de corrupção e democracia na América Latina. Obviamente, ela pode ser entendida como sendo uma relação na qual a recorrência de práticas de corrupção ameaça a democracia, pela sua própria concepção de sobreposição dos interesses privados sobre o interesse público, com efeitos administrativos, financeiros e de representação política; como será demonstrado adiante, esse

3 Kasahara e Marsteintredet (2018) consideram outras formas de afastamento presidencial pelo legislativo, diferentes do processo de *impeachment*, como aqueles produzidos por uma declaração de incompetência ou incapacidade por parte do parlamento, mas não incluem os afastamentos por força, como no caso de golpe militar.

4 O *impeachment* é geralmente considerado um processo eminentemente político – *juicio político* é o termo em língua espanhola para esse instituto constitucional (Pérez-Liñán, 2018). Em comparação com outras formas de interrupção de mandato presidencial, é importante destacar suas características propriamente jurídicas, procedimentais e materiais; sobre isso, ver Queiroz (2017).

é um tipo de relação estabelecida pela literatura especializada em políticas anticorrupção na difusão de teorias e modelos institucionais de *accountability*⁵.

Neste trabalho, contudo, proponho definir o problema com base em outra relação hipotética: a de que as próprias políticas anticorrupção podem atuar no sentido de comprometer a estabilidade dos regimes democráticos na América Latina. Essa hipótese será melhor definida adiante, mas desde já encontra amparo na literatura. Um dos *experts* em corrupção que serão analisados neste artigo, Johnston (1997: 64) afirma que “as reações à corrupção são tão importantes quanto o problema em si” e admite que “golpes anticorrupção são comuns, embora a corrupção seja muitas vezes apenas um pretexto para tomar o poder e continua inabalável sob o novo regime”; apesar disso, o foco do autor é com as reações políticas à corrupção em termos de reformas que levem a “mudanças sistêmicas”, no sentido de aumentar o que ele chama de *sustentabilidade democrática*.

Além disso, casos de “golpes anticorrupção”, no qual a corrupção é “apenas um pretexto” são situações extremas de instrumentalizações e efeitos políticos de políticas anticorrupção sobre a estabilidade das democracias, e a literatura de ciências sociais tem mapeado essas possibilidades comprometedoras, porém, não necessariamente disruptivas de um regime democrático, considerando especialmente o papel do direito, de juristas e de instituições judiciais nesses processos (Almeida, 2018; Engelmann, 2016; Koerner; Schilling, 2015; Sá e Silva, 2017).

Parte dessa literatura, porém, assume os mesmos pressupostos normativos (a relação entre interesses privados e públicos em um sistema ideal democrático-republicano) da literatura institucionalista sobre mecanismos de *accountability*, mesmo quando (de maneira mais incisiva do que Johnston) chega à conclusão de que esses mecanismos podem afetar *negativamente* a democracia. Nessa abordagem, o problema colocado é também o do desenho institucional da *accountability*, mas com foco no conflito entre soberania da vontade popular e instituições de controle (Avritzer; Marona, 2017), pensadas como “inovações democráticas em sentido errado” (Avritzer, 2018) ou a partir da relação *agente-principal* (Kerche, 2007; 2018), que recoloca a pergunta sobre *quem controla os controladores*.

5 Entre outras ilustrações desse argumento produzido por acadêmicos, organizações internacionais e outros *experts*, ver Angélico (2019); Johnston (1997); Llorente e Cuenca (2016); e Rose-Ackerman (1997).

Este trabalho pretende explorar essa hipótese de uma relação na qual as políticas anticorrupção podem ameaçar as condições de existência de um regime democrático, mas por percursos teóricos e metodológicos diferentes, que serão apresentados na seção seguinte. Do ponto de vista teórico, a democracia será compreendida como um regime histórico e contraditório, de diferentes conformações locais e expectativas normativas (Brown, 2015), submetidos em seus desenvolvimentos recentes na América Latina às lógicas neoliberais de difusão de modelos de reforma do Estado; do ponto de vista metodológico, as políticas anticorrupção serão entendidas para além de seu desenho institucional e de sua produção local, explorando as relações entre instituições, práticas, saberes e discursos de diferentes origens na produção daquelas políticas, bem como as relações entre o global e o local em sua difusão e seus acionamentos.

3. Dispositivos de controle e relações estratégicas de poder

Baseado no conceito de dispositivo de Foucault (Foucault, 1987; 2019), entendo o *dispositivo judicial anticorrupção* como o conjunto de técnicas, instituições, saberes, práticas, e discursos de governo das condutas de agentes públicos e privados em relação ao problema da corrupção, baseadas centralmente na mobilização estratégica do direito e das instituições judiciais. Em relação às abordagens normativas e institucionalistas sobre o problema da corrupção, entendo a abordagem baseada no conceito de dispositivo mais promissora. Em primeiro lugar, porque não se compromete com pressupostos normativos associados a certos modelos de democracia, sejam eles de soberania popular ou de *rule of law*; como será demonstrado no artigo, a difusão de regulamentos, recomendações e modelos institucionais anticorrupção está fortemente associada a uma determinada concepção de democracia, que emerge ao fim da Guerra Fria, e que se encontra com demandas por participação e redistribuição de setores populares em países em transições políticas e econômicas.

Em segundo lugar, porque a abordagem do dispositivo não limita a análise às leis, instituições formais e procedimentos jurídicos, incorporando esses elementos em um complexo político que considera também a produção de discursos (acadêmicos, políticos, jurídicos) e seus usos diferenciados no tempo e no espaço. Este trabalho parte do pressuposto epistemológico de que as instituições devem ser analisadas “a partir das relações de poder, e não o inverso” (Foucault,

1995: 245). Por isso, na configuração do dispositivo judicial anticorrupção, as instituições são consideradas como inseridas em relações estratégicas de poder e como parte do conjunto de práticas discursivas e não-discursivas de governo de condutas de agentes públicos e privados em torno do problema da corrupção – incluindo aí a forma como, parafraseando Foucault (Foucault, 2019: 16), *se coloca a corrupção em discurso*. No caso em estudo, isso é especialmente importante, dadas as fortes conexões que se dão entre instituições e saberes jurídicos, econômicos e de gestão da empresa e do Estado que caracterizam os grupos de *experts* elaboradores de regulamentos e recomendações que alimentaram a produção internacional do dispositivo.

A investigação foi baseada em duas estratégias metodológicas. A primeira, de caráter genealógico, busca compreender as origens e modificações do dispositivo e de seus elementos configuradores; é neste momento da investigação que o conceito heterogêneo e pouco articulado de dispositivo (Agamben, 2005) ganha substância na reconstrução específica e empiricamente fundamentada do dispositivo e dos seus elementos constitutivos em determinados contextos históricos (Foucault, 1987; 2010). Nesse sentido, o dispositivo funciona como um articulador analítico dos diferentes elementos que o compõem, tomados em sua especificidade histórica e contingente (Stassun; Assmann, 2010).

A segunda estratégia metodológica, de caráter topológico e interpretativo, busca reconstruir as configurações que situam o dispositivo em determinadas relações estratégicas de força, local e historicamente contextualizadas, assumindo seu caráter dinâmico e contingente (Collier, 2011; Foucault, 1995; Power, 2011). Do ponto de vista analítico, essas configurações estratégicas representam não uma *particularização* de objetos e explicações, mas, sim, uma *localização* de processos globais. Colocam-se, assim, como possibilidades metodológicas de compreensão de diferentes articulações entre *racionalidades e dispositivos* do poder, em diferentes redes de relações estratégicas, com base em estudos empíricos localizados, permitindo um saber fragmentado, mas cumulativo sobre as incidências locais de processos globais (Collier, 2011; Collier e Curtis; Acuto, 2014; Ong e Collier, 2005).

Essas duas estratégias combinadas permitem compreender que as diferentes racionalidades do poder – soberania, segurança, neoliberalismo e suas variações históricas – se articulam em configurações específicas, que expressam determinadas posições e relações estratégicas de poder, local e

historicamente contingente (Collier, 2011; Ong e Collier, 2005). No caso da corrupção, isso se mostra uma vantagem analítica para a compreensão da relação entre *soberania* (ou *democracia*) e *instituições de controle*, não para colocar “em jogo termos contraditórios no elemento do homogêneo”, mas, sim, para “estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares” (Foucault, 2008: 58). É nesse aspecto que a abordagem desse artigo se diferencia das abordagens institucionalistas que associam positivamente o combate à corrupção à sustentabilidade democrática, mas também daquelas que sustentam a incompatibilidade entre as políticas anticorrupção e uma democracia baseada na soberania da vontade popular.

No debate da antropologia do neoliberalismo, mais do que compreender o neoliberalismo como uma macroestrutura ou um pano-de-fundo explicativo, a proposta da análise topológica é a de compreender o neoliberalismo como se tivesse “o mesmo tamanho de outras coisas” (Collier, 2012: 186). Em relação à abordagem foucaultiana sobre a governamentalidade neoliberal (Brown, 2015, 2019; Dardot; Laval, 2016; Foucault, 2008), a proposta de análise topológica enfatiza as possibilidades contextualizadas de combinações e recombinações entre diferentes elementos do neoliberalismo e deles com outras racionalidades e dispositivos políticos.

Nesse aspecto, a metodologia de análise topológica permite também a construção e a verificação de uma hipótese de investigação: a de que as mudanças do dispositivo judicial anticorrupção estão associadas às transformações do neoliberalismo de sua versão progressista, que caracteriza o ambiente global na emergência do dispositivo, para sua versão autoritária, hegemônica desde, pelo menos, a crise financeira de 2008.

4. Neoliberalismo e democracia

A hipótese de uma “virada” do neoliberalismo progressivo em sentido autoritário é tomada de empréstimo da análise que Nancy Fraser (Fraser, 2019; Fraser; Spano e Herscovici, 2021) faz da política estadunidense a partir da crise dos democratas e dos movimentos progressistas, que culmina na eleição de Donald Trump. O neoliberalismo progressista seria caracterizado como “uma combinação diferenciada de pontos de vista sobre distribuição e reconhecimento” entre “correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ)” e “os setores mais

dinâmicos, de alto nível ‘simbólico’ e financeiro da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood)” (Fraser, 2019: 46). Admitido que o programa econômico neoliberal não é progressista ou democrático em sua origem teórica e suas mobilizações políticas originárias, Fraser aponta para a necessidade de legitimação local da nova racionalidade global diante das expectativas de liberdade e democracia colocadas com o fim dos regimes soviéticos e a expansão das democracias liberais pelo mundo.

Para além do caso estadunidense, a existência de um momento progressista nos primeiros anos da onda global neoliberal pós-Guerra Fria é confirmado por outros estudos que associam a nova ordem internacional à pretensão de universalização de valores da liberdade econômica e da democracia liberal, presente na difusão de discursos e práticas sobre *rule of law* e direitos humanos (Dezalay; Garth, 2000; 2011), governança corporativa (Grün, 2009; 2013), meio ambiente (Lohmann, 2008; Lohmann e Sexton, 2010), terceira via política (Harvey, 2008; Sauvêtre et al., 2021) e combate à corrupção (Sampson, 2005; Shore e Haller, 2005).

Por outro lado, e inspirados na análise de Foucault sobre o liberalismo e os neoliberalismos como artes de governo (Foucault, 2008), diversos estudos têm apontado o seu caráter autoritário como hegemônico em nosso tempo, desde pelo menos a crise financeira de 2008. Embora se aponte para o caráter antidemocrático do neoliberalismo como contido já nas suas formulações teóricas originais (Brown, 2019; Dardot; Laval, 2016; Fraser, 2019), a “virada” antidemocrática da ordem neoliberal global parece ter sido alimentada por rancores sociais e por apelos antissistêmicos das populações locais contra a ineficiência dos sistemas políticos nacionais em protegê-las dos efeitos sociais da crise (Andrade, 2019; Brown, 2015, 2019; Sauvêtre et al., 2021). Nessa virada, a racionalidade neoliberal e seus agentes reprodutores, baseados na lógica do empreendedorismo e da concorrência, buscariam associação com outras racionalidades políticas persistentes, como o conservadorismo moral (Cooper, 2017), o racismo e o colonialismo (Mbembe, 2016; 2017), o pensamento constitucional excepcional (Frankenberg, 2018) e o populismo de direita (Sauvêtre et al., 2021).

Nesse sentido, a hipótese da virada autoritária neoliberal parece uma promissora chave de interpretação das mudanças do dispositivo judicial anticorrupção, tendo em vista as fortes conexões das práticas anticorrupção com a regulação da economia globalizada e das relações entre Estado e mercado, mas

também pela sua capacidade de mobilização de instrumentos coercitivos do direito penal, da justiça criminal e da segurança internacional.

5. Configurações do dispositivo judicial anticorrupção nas Américas

a) *A construção internacional do dispositivo*

Na primeira configuração estratégica do dispositivo, a corrupção aparece como um problema do “outro”: países “não-ocidentais”, do “sul global” ou “em desenvolvimento” (Shore e Haller, 2005). Um dos desdobramentos dessa concepção seria tomar as “condições culturais” como variáveis independentes, e focar nas instituições políticas e de controle como variável dependente, de modo a viabilizar a comparação entre países (como nos índices de percepção da corrupção utilizados pela Transparência Internacional) e a possibilidade de reforma institucional para a solução do problema (como nos receiptuários do Banco Mundial) (Bratsis, 2017; Hindess, 2005).

Na reconstrução das configurações estratégicas estabelecidas em torno do dispositivo judicial anticorrupção nesse primeiro momento, percebe-se que ele se desenvolve em duas vias. Essas duas vias se referem, basicamente, às recomendações de boas práticas de governança corporativa, contratos internacionais e responsabilização de agentes públicos e privados no comércio internacional, de um lado; e à construção e difusão de mecanismos coercitivos de direito penal e processual penal domésticos e internacionais, voltados para a criminalização da lavagem de dinheiro, por outro.

A primeira via desse processo começa com a construção de parâmetros de governança das empresas e tem por antecedentes o *Foreign Corruption Practices Act* (FCPA), legislação doméstica estadunidense voltada para a responsabilização de empresas pela prática de atos de corrupção. Promulgada nos Estados Unidos em 1977 sob influência dos escândalos de corrupção dos casos Watergate e Lockheed, o FCPA prevê a possibilidade de responsabilização de empresas estadunidenses por atos de corrupção, mesmo que praticados em outros países (Glynn; Kobrin e Naím, 1997).

Essa legislação, contudo, acabou por restringir as condições de competição internacional das empresas estadunidenses, na medida em que suas concorrentes de outros países não estariam sujeitas ao mesmo tipo de constrangimento. As pressões empresariais sobre o governo dos Estados Unidos levaram sua diplomacia a realizar diversas gestões junto à Organização das

Nações Unidas (ONU) e à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no sentido de internacionalizar as regras de responsabilização estabelecidas pelo FCPA. Essas gestões levaram à aprovação da *Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais* pela OCDE, ainda em 1976, e de *Recomendações para o Combate à Extorsão e ao Suborno em Transações Comerciais*, pela Câmara de Comércio Internacional (CCI), em 1977. Embora se dirigissem também a governos de Estados membros, elas tinham por objeto central a conduta de empresas multinacionais em suas relações com servidores públicos de outros países e visava especificamente coibir o pagamento de propinas (Elliott, 1997; Glynn; Kobrin e Naím, 1997; Pieth, 1997).

Essas primeiras tentativas de estabelecer padrões de conduta de governos e empresas em relação a transações comerciais internacionais ganha tração, contudo, com o fim da Guerra Fria e a ampliação das possibilidades de livre circulação internacionais de bens e capital dadas pela globalização. Já em 1988, os Estados Unidos reformaram o FCPA, para permitir que empresas estrangeiras com atuação no país também pudessem ser responsabilizadas pela justiça estadunidense pela prática de atos de corrupção, mesmo que em outros países (Glynn; Kobrin e Naím, 1997). Ainda no âmbito empresarial e na produção de recomendações de “boas práticas” para governos e empresas nesse período, destacam-se a criação da Transparência Internacional (TI), em 1993, por um grupo de ex-executivos do Banco Mundial (BM); a recomendação aos Estados-membros para a adoção de medidas de prevenção e combate à corrupção em transações comerciais internacionais, pela OCDE, em 1994; e a criação do *Grupo de Davos*, pelo Fórum Econômico Mundial, em 1995, composto por empresários, agentes públicos e especialistas para estudos sobre o problema da corrupção⁶.

O ano de 1996 é de intensa produção nessa via da construção do dispositivo judicial anticorrupção: a OCDE estabelece nova recomendação aos Estados-membros, especificamente voltada para a não dedutibilidade de taxaço do pagamento de subornos como “despesas comerciais”; a CCI propõe regras de autorregulação corporativa e recomendações para governos e organizações internacionais pela CCI; o BM revisa suas regras de prevenção à corrupção na

6 Salvo quando outra fonte for expressamente citada, o levantamento dos documentos e iniciativas mencionados neste subitem do artigo foram extraídos das sistematizações feitas por Elliot (1997); Pieth (1997); Glynn; Kobrin e Naím (1997); e Olsen (2010), com verificação e complementação posterior em consulta às páginas das instituições mencionadas. Um quadro com sistematização de todas essas iniciativas encontra-se em Almeida (2021a).

contratação de projetos financiados pela instituição; a Organização Mundial do Comércio (OMC) propõe estudos sobre transparência em procedimentos de contratação governamentais.

Em 1997, a OCDE supera a produção de recomendações com a promulgação da *Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais*; em 1999, Banco Mundial (BM) e OCDE criam o *Global Corporate Governance Forum*, voltado para o aperfeiçoamento da governança corporativa em países em desenvolvimento e mercados emergentes (Elliott, 1997; Glynn; Kobrin e Naím, 1997; Olsen, 2010; Pieth, 1997).

A segunda via desse processo é voltada para a construção de uma estrutura jurídica em sentido forte, com vinculação política de Estados nacionais e centrada na mobilização de seus instrumentos de coerção para a criminalização da lavagem de dinheiro. Tem por marco inicial o ano de 1988, com a promulgação da *Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes (Convenção de Viena)*; como desdobramento dessa Convenção, em 1989, é criado o *Financial Action Task Force/Groupe d'Action Financière (FATF/GAFI)*, uma organização intergovernamental dedicada ao combate à lavagem de dinheiro; em 1994, a ONU aprova a *Declaração de Nápoles*, com compromissos dos países com ações domésticas e cooperação internacional de combate ao crime organizado; em 1996, a Organização dos Estados Americanos (OEA) institui a *Convenção Interamericana contra a Corrupção* e, em 2002, a *Convenção Interamericana contra o Terrorismo*.

Em 2000, a ONU aprova a *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado (Convenção de Palermo)*; em 2001, a *Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo*; e em 2003, a *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção de Mérida)*. Juntamente com as convenções da OEA, as normativas estabelecidas pela ONU têm papel importante na construção do dispositivo judicial anticorrupção nas Américas. Em primeiro lugar, porque sua ratificação pelos países-membros implica a assunção de compromissos políticos internacionais com efeitos domésticos, de mudanças legislativas e reformas institucionais voltadas para sua implementação. Constituem-se, assim, como indutor forte das configurações domésticas do dispositivo nos países latino-americanos (como será analisado na seção seguinte), comparado com o caráter predominantemente recomendativo, contratual e direcionado para empresas das normativas expedidas por organismos como OCDE, CCI e BM.

Além disso, contudo, é preciso destacar outros três aspectos dessa segunda via de construção internacional do dispositivo judicial anticorrupção. O primeiro deles tem a ver com o fato de que a vinculação dos Estados signatários às normativas da ONU e da OEA se dá pela possibilidade de comprometer seus aparatos coercitivos, especialmente (mas não somente) judiciais criminais, no combate à corrupção e suas práticas associadas. O segundo deles se refere ao deslocamento do pagamento de propinas para os mecanismos de lavagem de dinheiro como foco das ações de combate à corrupção. O terceiro aspecto, e que se relaciona ao anterior, refere-se ao fato de que o combate à lavagem de dinheiro passa a ser o articulador de condutas de agentes públicos e de agentes privados, bem como do problema político e econômico da corrupção aos problemas securitários e humanitários do terrorismo, do tráfico de drogas e de outras manifestações do crime organizado transnacional como o tráfico de pessoas e de armas.

Autorregulação contratual e recomendações de “boas práticas” no âmbito do mercado e das relações contratuais envolvendo governos e empresas, de um lado, criminalização e securitização no âmbito estatal e da mobilização de suas instituições de lei e ordem, de outro. Ambas determinadas em função das necessidades de livre e justa circulação global de bens e capital e com um foco delimitado, que é a lavagem de dinheiro. Essas duas vias e dimensões da construção internacional do dispositivo judicial transpõem para o ambiente normativo global as expectativas neoliberais de relação entre poder político (Estado) e poder econômico (mercado), baseadas na construção de um quadro normativo geral no qual as trocas comerciais, o direito de propriedade e a liberdade dos indivíduos podem se dar livremente, com o acionamento do poder de Estado feito em função dos interesses dos agentes de mercado (Foucault, 2008).

O mesmo movimento é percebido quando se reinsere os Estados Unidos na configuração das relações estratégicas em torno do dispositivo nesse período. Além de seu papel indutor inicial, a partir do FCPA, os Estados Unidos mantêm políticas internacional e doméstica importantes para se entender a produção e o acionamento do dispositivo judicial anticorrupção na América Latina.

Essas políticas são mantidas tanto pelo *Department of Justice* (DOJ) quanto pelo *Department of State* (DOS) dos Estados Unidos. O DOJ é um órgão de atuação predominantemente interna, com atribuições ligadas ao *law enforcement* em território estadunidense, mas com fortes inserções internacionais, seja por

meio de ações diretas, seja por meio de exportação de *expertise*. A *Criminal Division* é sua divisão interna que articula diferentes outras seções com ações anticorrupção: a *Fraud Section* (FS), responsável pela aplicação do FCPA; o *International Criminal Investigative Training Assistance Program* (ICITAP) oferece suporte técnico, doação de equipamentos e treinamento de pessoal a governos estrangeiros; o *Office of Overseas Prosecutorial Development Assistance and Training* (OPDAT) atua contra crimes transnacionais, em parceria com governos estrangeiros para colaboração internacional em processos investigativos e judiciais e programas de desenvolvimento e assistência a instituições judiciais nesses países; o *Office of International Affairs* (OIA) atua na prisão e extradição de foragidos e condenados nos EUA, e também no compartilhamento de provas e evidências judiciais; o *Money Laundering and Asset Recovery Section* (MLARS), que atua diretamente no combate à lavagem de dinheiro e na recuperação de ativos, diretamente ou em colaboração com governos estrangeiros, também para capacitação de pessoal.

No caso do DOS, um órgão propriamente de relações internacionais, o combate à corrupção não está concentrado em uma ou mais agências, mas é um tema (*policy issue*) transversal a diferentes *bureaus*. Essas seções atuam em temas de tráfico de drogas e crime organizado (*Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs* – INL); democracia, trabalho e direitos humanos (*Bureau of Democracy, Human Rights and Labor* – DRL, responsável pela representação do país no *Open Government Partnership* – OGP, um *pool* de governos, organizações não-governamentais e lideranças locais voltadas para a produção de padrões de governança e *accountability*); recursos energéticos (*Bureau of Energy Resources* – ENR, que representa os Estados Unidos na *Extractive Industries Transparency Initiative* – EITI, rede de países voltada para a produção de padrões de governança e transparência naquele setor econômico).

O *Bureau of Economic and Business Affairs* – EBS, responsável pela diplomacia econômica dos Estados Unidos merece atenção, pois suas seções internas possuem atribuições específicas e são atravessadas pela corrupção como um *policy issue*: o *Office of Monetary Affairs* representa o país junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à OCDE, inclusive para questões de corrupção; o *Office of Multilateral Trade Affairs* (MTA) atua junto à OMC e em acordos bilaterais; o *Office of Commercial and Business Affairs* (CBA) assessora empresas locais em negócios internacionais; o *Office of Development Finance* (ODF) atua em projetos internacionais de desenvolvimento e na abertura de mercados,

relacionando-se com BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), OCDE, ONU e grupos de potências, como o G20 e o G7.

Também fazem parte da diplomacia econômica do DOS o *Responsible Business Conduct* (RBC), projeto de incentivo a práticas de comércio responsável mantidos por governos, organizações não-governamentais e empresas; e o *Counter Threat Finance and Sanctions* (TFS), que atua junto ao FATF/GAFI e na aplicação de sanções internacionais a governos e agentes privados tidos como ameaças à segurança nacional.

Percebe-se, portanto, que os Estados Unidos mantêm uma rede de ação institucional e de relações com organismos internacionais e governos estrangeiros não apenas no sentido de incorporação daquelas diretrizes formuladas internacionalmente, mas principalmente em um papel de produtor e indutor de *expertises*, padrões de conduta e de políticas anticorrupção que conformam o dispositivo judicial anticorrupção. Percebe-se, também, que o faz tanto por meio de sua *diplomacia econômica* (abertura de mercados, apoio ao desenvolvimento, livre comércio) quanto por sua *diplomacia de guerra* (guerra às drogas e ao crime, guerras humanitárias e por recursos energéticos, todas elas associadas de alguma forma ao combate ao terrorismo e à corrupção por meio do combate à lavagem de dinheiro), reforçando o aspecto comercial-securitário do dispositivo judicial anticorrupção.

Um último aspecto dessa configuração estratégica em torno do dispositivo judicial anticorrupção merece destaque. Trata-se dos circuitos de *experts* que transitam entre órgãos de governo, organismos internacionais, universidades e consultorias privadas. Esses *experts* produzem coletâneas, *handbooks*, projetos de reformas, consultorias a governos, órgãos internacionais e empresas, e assim participam não só da produção, mas também da difusão internacional e do acionamento do dispositivo judicial anticorrupção.

Destaco, nesse sentido, pessoas como Susan Rose-Ackermann, professora de Direito na *Yale University*, organizadora ou autora de diversos trabalhos sobre corrupção (Kornais e Rose-Ackerman, 2004; Rose-Ackerman, 2006; 2009) e consultora de iniciativas internacionais anticorrupção; Kimberly Ann Elliot (Elliot, 1997), especialista em economia internacional e desenvolvimento, ligada nos anos 1990 ao *Institute for International Economics* (atual *Peterson Institute for International Economics*), a mesma instituição não-governamental que abrigou a reunião de especialistas depois conhecida como “Consenso de Washington” (Bandeira, 2002); Michael Johnston (Johnston, 1997), professor de Ciência

Política da *Colgate University*, membro do conselho de diretores da Transparência Internacional; de organizações como a própria Transparência Internacional (Hindess, 2005) e o Banco Mundial (Bratsis, 2017), entre outras organizações citadas anteriormente, que abarcam esses *experts* em seus quadros; e de empresas de consultoria e auditoria como Grant Thornton LLP (Olsen, 2010) e Llorente & Cuenca (Llorente e Cuenca, 2016), com atuação em diferentes países, especialmente no sul global.

b) *A construção e o acionamento local do dispositivo*

A internalização do dispositivo judicial anticorrupção pelos países da América Latina se dá principalmente pela adesão dos Estados nacionais às normativas internacionais, especialmente as convenções internacionais, que estabelecem compromissos fortes de mudança legislativa doméstica voltadas para o controle da lavagem de dinheiro associado ao crime organizado. As Convenções da ONU e da OEA contra o tráfico de drogas, o crime organizado e a corrupção foram promulgadas entre 1988 e 2003, contando com adesão praticamente imediata dos países latino-americanos, que assinaram e ratificaram aqueles documentos: em 2007, com a ratificação por parte de Costa Rica e Cuba da Convenção da ONU contra a corrupção (2003), todo o continente havia ratificado aquele conjunto de documentos⁷.

Esse não é, contudo, o único vetor da produção local do dispositivo judicial anticorrupção. Na América Latina, os anos 1980 a 2000 são marcados por transições políticas e econômicas dos países do continente que, em maior ou menor grau e em ritmos distintos, saíram de regimes autoritários, promulgaram novas constituições democráticas e se submeteram a processos de reforma do Estado, dentre as quais se incluem as reformas judiciais e anticorrupção. Embora fortemente influenciadas pela difusão de modelos institucionais e de políticas públicas produzidos a partir de organismos internacionais e do chamado “Consenso de Washington”, de viés neoliberal, esses processos de reforma foram marcados também por pressões redistributivas, lutas por direitos e resistências burocráticas e corporativas, gerando resultados específicos e potencialmente contraditórios em cada país (Bandeira, 2002; Bresser-Pereira, 1998; Ibarra, 2011; Leher, 2003; Leme, 2010).

7 Com exceção de Cuba em relação à OEA, organização da qual não fazia parte.

Especialmente no que se refere às reformas judiciais, esse processo foi marcado, em um primeiro momento, pela emergência de constituições nacionais com direitos individuais e sociais abrangentes e por instituições judiciais fortalecidas para sua efetivação (Villadiego Burbano, 2016), e por sucessivas reformas voltadas para resolver problemas persistentes de acesso à justiça, criminalidade, morosidade judicial, impunidade, insegurança jurídica e *accountability* (Azevedo, 2005; Faundez e Angell, 2005; Inclán e Inclán, 2005; Taylor, 2008).

Portanto, para se compreender a produção do dispositivo judicial anticorrupção, é preciso situá-lo entre outras reformas constitucionais, judiciais e processuais no período. A maior parte dos países latino-americanos elaborou suas constituições entre o fim dos anos 1980 e os anos 1990. Por força dessas novas constituições ou por reformas subsequentes, é também nos anos 1990 que mudanças reformulam e ampliam os poderes de instituições judiciais, como Ministérios Públicos, órgãos de governo judicial e cortes superiores com poderes concentrados de revisão constitucional. Os anos 1990 também são de intensa atividade legislativa no sentido de reformar as legislações processuais civil e penal, com objetivos de ampliação do acesso, simplificação de procedimentos e diminuição da morosidade judicial e da impunidade (Azevedo, 2005; Taylor, 2008; Villadiego Burbano, 2016).

Os anos 2000 concentram as iniciativas anticorrupção, impulsionadas pelas convenções internacionais analisadas na seção anterior: lei de combate à lavagem de dinheiro, regulação do financiamento de campanha, leis de transparência e acesso à informação (Legal Ethics Compliance, 2018). A introdução dessas reformas encontra instituições judiciais locais modificadas pela onda anterior de reformas judiciais, e acrescentam medidas específicas que conectam essas instituições entre si e com congêneres estrangeiras, como os pedidos de cooperação internacional para compartilhamento de provas e documentos processuais, e as Equipes Conjuntas de Investigação (ECI) (Angélico, 2019).

A sucessão de dois momentos – o das reformas de instituições e procedimentos judiciais, seguido das reformas anticorrupção – deve ser interpretada considerando alguns fatores já identificados pela literatura. O primeiro deles diz respeito à existência de *duas agendas* para as reformas judiciais na América Latina nos anos 1990 e 2000 (Thome, 2000): a *agenda da democratização* da justiça, ligada historicamente aos processos de redemocratização de países que passaram por ditaduras, sustentada por movimentos sociais e pelo ativismo de

juristas pelo acesso à justiça e pelo controle legal da violência estatal; e a *agenda da modernização econômica*, sustentadas pelas diretrizes dos organismos internacionais para abertura das economias em desenvolvimento e para a regulação global do livre mercado, e buscam racionalização de procedimentos de solução de conflitos, redução de custos da justiça e segurança jurídica para os contratos. A coexistência dessas duas agendas não raro gerou conflitos nos campos jurídicos nacionais, resultando em reformas mitigadas, que ora sinalizavam para maior acesso à justiça, ora se voltavam para a redução dos custos e para a racionalização dos serviços e decisões judiciais (Villadiego Burbano, 2016).

Outro fator que deve ser levado em conta diz respeito especificamente às reformas da justiça criminal, aspecto importante da produção local do dispositivo judicial anticorrupção centrado no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Apesar da crítica à violência ilegal de Estado e à defesa de direitos humanos que atravessou os processos de redemocratização no continente, nos anos 1980 e 1990, os países latino-americanos viram crescer seus índices de violência e criminalidade, bem como a sensação de insegurança e de impunidade. Nesse contexto, o rumo das reformas penais na América Latina desde então tem sido o de modificar o processo penal, em busca de efetividade, e a legislação penal, apostando na criação de novos crimes e no aumento de penas como solução para problemas associados à violência urbana (Azevedo, 2005; Misse, 2019).

Essas duas tensões, entre *democratização* e *eficiência econômica* nas reformas da justiça civil, e entre *direitos humanos* e *efetividade* nas reformas da justiça criminal, convergem nos anos 2000, momento em que os países da América Latina começam a introduzir mecanismos de combate à corrupção em seus arranjos institucionais. Trata-se de uma profunda reformulação do poder estatal nos países latino-americanos, no meio da qual o direito e as instituições judiciais adquirem centralidade, ao mesmo tempo em que se situam entre a efetividade dos direitos garantidos pelas constituições democráticas dos anos 1980 e 1990, e as pressões por liberalização econômica, austeridade fiscal e redesenho do papel do Estado informadas pela racionalidade neoliberal.

Os Estados Unidos também participam ativamente da produção e do acionamento do dispositivo judicial anticorrupção, a partir do DOJ e do DOS. Todos os *bureaus* e seções de cada um desses Departamentos, analisados anteriormente, mantêm relações com países latino-americanos, diretamente por

meio de programas de treinamento e assistência, e cooperação internacional para investigações e ações penais; e indiretamente, por meio de sua atuação em iniciativas internacionais anticorrupção, no âmbito de organismos como a OCDE, o FMI, o BM, a OMC, o BID, o FATF/GAFI e seu braço latino-americano, o Gafilat (Almeida, 2021).

Essa complexa rede de relações estratégicas estabelecidas entre regulações internacionais e reformas domésticas, entre governos latino-americanos e deles com os Estados Unidos, entre empresas e governos no mercado global, entre *experts* do norte e burocratas do sul compõem as condições de possibilidade de acionamento do dispositivo judicial anticorrupção nas Américas contemporaneamente.

Nesse sentido, a Operação Lava Jato e seus desdobramentos internacionais são um objeto privilegiado de análise do dispositivo e seu acionamento estratégico. A começar pelos membros da força-tarefa da Operação, formada por procuradores do Ministério Público Federal (MPF) com fortes trânsitos na universidade dos Estados Unidos, com formações especializadas em combate à corrupção; e do principal juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, que também recebeu capacitação técnica do DOJ. Esse aspecto da Lava Jato já vem sendo abordado pela literatura recente, que enfatiza esses trânsitos internacionais de juristas da Operação com foco no papel da universidade americana na legitimação do empreendedorismo moral e jurídico daqueles agentes nas reconfigurações da política e do Estado brasileiros (Almeida, 2018; Sá e Silva, 2017; 2019).

Outro fator importante é o arcabouço legislativo mobilizado pela Operação: as Leis de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998) e de Crime Organizado (Lei n. 12.850/2013), promulgadas anos antes como desdobramentos dos compromissos assumidos pelo Brasil em convenções internacionais. Como argumentei anteriormente, essas inovações institucionais devem ser entendidas no contexto de um processo anterior e mais longo de reforma do Estado e de reformas judiciais, que deram às instituições de justiça poderes ampliados e legitimidade para atuar no combate à corrupção política. No caso brasileiro, além das reformas legislativas mais recentes, essas instituições judiciais fortalecidas encontram outras agências de Estado voltadas para o combate à corrupção, como os Tribunais de Conta, a Corregedoria Geral da União (CGU) e o Conselho Administrativo de Controle da Atividade Financeira (COAF) (Arantes, 2015; Machado e Paschoal, 2016).

Os instrumentos de cooperação internacional foram fundamentais para o desdobramento da Operação Lava Jato em outros países além do Brasil,

associados à atuação internacional das principais empresas brasileiras investigadas: a empreiteira privada Odebrecht, sua subsidiária Braskem, e a estatal petrolífera Petrobrás, e suas relações com governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em dezembro de 2016, após a prisão do presidente da Odebrecht e de diversos diretores da Petrobrás, além de importantes lideranças do PT, a Odebrecht e a Braskem assinaram acordo de leniência com o MPF, passando a colaborar com as investigações.

A colaboração da empresa levou a Lava Jato a investigar mais de 300 pessoas, sendo 83 delas figuras políticas com foro privilegiado; e a constituir uma força-tarefa e frente de ação específica no Rio de Janeiro, atingindo lideranças do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que governava o estado e controlava a Assembleia Legislativa. Por fim, foi a colaboração da Odebrecht que permitiu à Lava Jato alcançar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva⁸, preso em 2018. Também em 2006, o MPF estabeleceu acordo de cooperação com seu órgão equivalente na Suíça, a pedido deste, iniciando as ações internacionais da Operação Lava Jato. Essas ações tiveram participação direta do DOJ, que agiu com base no FCPA para responsabilizar a Braskem, que atuava no mercado estadunidense; e levaram à celebração de acordos de cooperação internacional com outros 15 países (Machado, 2017)⁹.

Durante a Lava Jato, 320 (64,4%) dos pedidos de cooperação recebidos pelo MPF vieram da América Latina, especialmente de Peru, Panamá e Argentina, que estão entre os países mais afetados por instabilidades políticas decorrentes da Operação Lava Jato. Por outro lado, os pedidos de cooperação feitos pelo MPF se deram principalmente para a Suíça (31,2% do total) e os Estados Unidos (12,6%), e apenas 8% deles se dirigiu a países latino-americanos (Almeida, 2021).

Ainda em 2016, a Braskem sofreu uma ação civil de investidores na justiça de Nova York, sob alegação de prejuízos aos investimentos, decorrentes das práticas de corrupção reveladas pela Lava Jato (Estadão Conteúdo, 2016). Em dezembro do mesmo ano, o DOJ realizou um acordo com a Odebrecht/Braskem, após investigações baseadas no FCPA, no qual as empresas admitiam o pagamento

8 Todas as informações sobre a Operação Lava Jato apresentadas até este momento do texto foram extraídas do site do MPF (Ministério Público Federal, [s.d.]).

9 A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do MPF é a responsável pela gestão desses acordos, além de representar o órgão na Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial (IberRED), na Rede Ibero-americana de Procuradores Especializados contra o Tráfico de Pessoas; a Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para o Auxílio Mútuo em Matéria Penal e de Extradicação; e nos mecanismos de recuperação de ativos do GAFILAT e da Interpol.

de propinas a funcionários públicos de 12 países, incluindo, na América Latina, Brasil, Argentina, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Venezuela; além de Angola e Moçambique, na África (Alessi, 2017; Angélico, 2019; *Corrupção...*, 2017; 2019; Terra, 2016).

Além da Braskem, as investigações do DOJ incluíram instituições financeiras, cujos nomes, porém, foram mantidos em sigilo (Almeida, 2021). Para o DOJ, o caso Odebrecht deveria ser um modelo de ação para o combate internacional à corrupção (Basile, 2016). Como consequência do acordo firmado com o governo estadunidense, a Odebrecht deveria pagar mais de US\$ 2,6 bilhões em multas destinados ao Brasil (US\$ 2,4 bilhões), aos Estados Unidos (US\$ 93 milhões) e à Suíça (US\$ 116 milhões) (Carta Capital, 2017).

As investigações internacionais da Lava Jato alcançaram importantes lideranças e governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, com destaque para Alan García, no Peru; Cristina Kirchner, na Argentina; Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela; Rafael Correa e seus ministros, no Equador; Mauricio Funes, em El Salvador; e Lula, no Brasil. Até 2019, sete ex-presidentes latino-americanos haviam sido presos, em caráter definitivo ou provisório, em função de acusações do caso Odebrecht na Lava Jato: Alejandro Toledo, Ollanta Humala, Pedro Pablo Kuczynski, do Peru; Funes, de El Salvador; Ricardo Martinelli, no Panamá; Lula e Michel Temer, no Brasil (Gazeta do Povo, 2019; Marchao, 2019).

No Peru, Kuczynski já havia renunciado à presidência por conta das acusações em 2018, e o ex-presidente García se matou em sua casa antes de ser preso pela polícia, em abril de 2019 (Marchao, 2019). No Brasil, as denúncias da Operação Lava Jato foram centrais para alimentar a crise política que levou à queda de Dilma Rousseff (Almeida, 2019a, 2019b; Nunes; Melo, 2017), e para a eleição do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, em 2018, em uma eleição na qual o ex-presidente Lula despontava como favorito até ser preso pela Operação. Além disso, o ex-juiz Moro aceitou ser ministro da Justiça do governo Bolsonaro, mas deixou o posto em 2020, acusando interferências políticas na Polícia Federal e esquemas de corrupção envolvendo a família do presidente (UOL, 2021); em 2022, lançou-se candidato ao Senado Federal pelo Paraná, após uma fracassada tentativa de se candidatar à presidência da República. Nessas mesmas eleições, o ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato no MPF Deltan Dallagnol também se lançou candidato a deputado federal.

6. Considerações finais

O liberalismo é a inserção, no interior da razão de Estado, de um princípio de limitação da soberania que não se confunde com a vontade do príncipe ou o direito estatal, mas que encontra no mercado lugar de justiça e verdade, exterior ao Estado. Historicamente, essa limitação adquiriu duas formas: a dos direitos do homem e do cidadão, e a do utilitarismo (Foucault, 2008). Essas vias coincidem com princípios potencialmente conflitantes de alocação de recursos em sociedades que tentaram conciliar democracia e capitalismo (Streeck, 2012), e resultam em configurações específicas entre racionalidades de utilitárias de mercado e racionalidades jurídico-políticas.

Esse é um conflito que atravessa as duas configurações estratégicas do dispositivo apresentadas anteriormente. Embora em termos sensivelmente diferentes da solução do capitalismo democrático welfarista do pós-Guerra, o primeiro momento da globalização neoliberal é de expectativas de conciliação entre democracia e capitalismo. Esse período corresponde à primeira década dos anos 1990, quando farta produção normativa e de *expertise* do dispositivo é feita no âmbito dos organismos de regulação do livre comércio global, com foco na boa governança das empresas e do Estado. É o período, também, da convergência discursiva entre mercado e valores pretensamente universais, como meio ambiente, direitos humanos e a própria democracia, concebida agora em termos estritos das “regras do jogo”, do *rule of law* e da *accountability*; e da associação positiva entre *combate à corrupção* e *sustentabilidade democrática*.

Na América Latina, porém, o conflito se impõe de maneira mais aguda. No mesmo período em que a ordem global neoliberal emerge, os países do continente enfrentam pressões distributivas ainda mais fortes em termos de cidadania e direitos, pois vivem as crises inflacionária e da dívida externa, ao mesmo tempo que atravessam processos políticos de transição de regimes autoritários em contextos de grande desigualdade social. Isso se expressa na articulação que a construção do dispositivo judicial anticorrupção tem com processos constitucionais, de reforma do Estado e judiciais, nas tensões entre democratização da justiça civil e modernização econômica, e entre direitos humanos e efetividade da justiça criminal. Essas tensões estão presentes também no dispositivo judicial anticorrupção, voltado para assegurar práticas justas de comércio e circulação de riquezas, contando com crescente flexibilização de garantias processuais para o aumento da persecução penal, mobilizado por instituições judiciais fortalecidas nos processos reformistas dos anos 1990.

Os estudos sobre os sentidos políticos do neoliberalismo contemporâneo costumam ver na crise de 2008 o marco de sua virada autoritária. Do ponto de vista do dispositivo judicial anticorrupção, contudo, há evidências de que o processo tem antecedentes na associação do dispositivo às guerras ao crime organizado, às drogas e ao terrorismo, que acontecem já nos anos 1990 e 2000 com as declarações e convenções da ONU e da OEA sobre esses temas; e estão presentes também na arquitetura das políticas do governo dos Estados Unidos em relação aos seus interesses comerciais e securitários estratégicos, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001.

A crise de 2008, contudo, é um elemento importante para se compreender o acionamento do dispositivo, a partir da análise da Operação Lava Jato e de seus desdobramentos internacionais. No caso do Brasil, a crise colocou em xeque as políticas dos governos do PT de redistribuição de renda e inclusão pelo consumo que eram baseadas na exportação de *commodities* e na disponibilidade de crédito, condições virtualmente ausentes após 2008. A Operação atuou no coração das políticas intervencionistas dos governos do PT, representadas pela relação do Estado com os setores de petróleo e da construção civil, baseada em estímulo estatal à sua competitividade internacional e, como sustentam as acusações, em financiamento ilegal da atividade político-partidária.

Os casos de Brasil, Peru e Argentina demonstram o impacto da Operação Lava Jato em termos de mudança política. Nos três casos, partidos e lideranças historicamente ligadas ao trabalhismo, à esquerda e à centro-esquerda foram afetados pela Operação, levando a períodos de crise política, mas também de tentativas mais ou menos bem sucedidas de neoliberalização. No Brasil, a Lava Jato teve relação direta com o *impeachment* de Dilma Rousseff e com a eleição de Bolsonaro, que teve em seu governo o ex-juiz Moro, baseado em uma coalizão parlamentar fisiológica e em uma coalizão social conservadora e autoritária, fortalecidas pelos apelos antissistêmicos que os próprios membros da Lava Jato construíram em suas ações públicas.

Na Argentina, as acusações contra o casal Kirchner foram seguidas da eleição de Mauricio Macri – político e empresário que, contudo, não teve sucesso na implementação de reformas neoliberais, sendo sucedido pelo ex-ministro de Cristina Kirchner, Alberto Fernandez, tendo a própria ex-presidente como sua vice. O caso do Peru difere dos anteriores, porque parece ter gerado ainda mais instabilidade, atingindo diferentes frações do espectro político e sucessivos

governos – inclusive a líder opositora Keiko Fujimori, herdeira política do neoliberalismo autocrático de seu pai, o ex-presidente Alberto Fujimori.

Não se trata aqui de minimizar a ocorrência de práticas de corrupção, ou os interesses particulares de acusados e acusadores desses escândalos; tampouco se trata de afirmar uma relação causal entre políticas anticorrupção e instabilidades democráticas. Ao contrário, a análise configuracional busca estabelecer as relações estratégicas em torno do dispositivo judicial anticorrupção como condições de possibilidade de seu acionamento. Nesse sentido, as evidências demonstram que a dimensão comercial-securitária do dispositivo é mobilizada diferencialmente no tempo e no espaço; e que o aumento da capacidade das instituições judiciais mobilizarem as dimensões criminalizantes e securitárias do dispositivo, em claro conflito com as expectativas normativas da política democrática, especialmente as ligadas aos direitos e à soberania popular, está relacionada às reformas do Estado nos países latino-americanos e às mudanças nas bases materiais e na racionalidade do neoliberalismo entre os anos 1990 e o tempo presente.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*. n. 5, 2005, pp. 9-16.
- ALESSI, Gil. A Odebrecht abre sua caixa de Pandora na América Latina. *El País Brasil*. 4 jan. 2017.
- ALMEIDA, Eloísa Machado de. O papel do Supremo Tribunal Federal no Impeachment da presidente Dilma Rousseff. *DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea*. v. 2, n. 1, 2019a, pp. 52-75.
- ALMEIDA, Frederico de. Empreendedores jurídicos como empreendedores morais: combate à corrupção e moralização da política brasileira. *Nueva Sociedad*. n. Especial em Português, 2018.
- ALMEIDA, Frederico de. Os juristas e a crise: a Operação Lava Jato e a conjuntura política brasileira (2014-2016). *Plural*. v. 26, n. 2, 2019b, pp. 96-128.
- ALMEIDA, Frederico de. Combate judicial à corrupção e democracia na América Latina. In: DEL RÍO, Andrés; MADEIRA, Lígia Mori e MARONA, Marjorie Corrêa. (Org.) *Democracia e justiça na América Latina: para onde vamos?* Rio de Janeiro, EdUERJ, 2021.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governabilidade. *Novos Estudos*. v. 38, n. 01, 2019, pp. 109-135.

- ANGÉLICO, Fabiano. Grande corrupção: dados inéditos apresentam raio x sobre atividade de órgãos de investigação da América Latina no caso Odebrecht. *JOTA Info*. 29 maio 2019.
- ARANTES, Rogerio Bastos. Rendición de cuentas y pluralismo estatal en Brasil: Ministerio Público y Policía Federal. *Desacatos*. n. 49, 2015, pp. 28-47.
- AVRITZER, Leonardo. Inovando na direção errada: Supremo Tribunal Federal e Ministério Público no Brasil. In: MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RIO, Andrés. (Org.). *Justiça no Brasil: às margens da democracia*. Belo Horizonte, Arraes Editores, 2018.
- AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa. A tensão entre soberania e instituições de controle na democracia brasileira. *Dados*. v. 60, n. 2, 2017, pp. 359-393.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Criminalidade e justiça penal na América Latina. *Sociologias*. v. 7, n. 13, 2005, pp. 212-241.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 45, n. 2, 2002, pp. 135-146.
- BASILE, Juliano. *Justiça dos EUA quer que caso da Odebrecht e Braskem sirva de exemplo*. [s.l: s.n.].
- BRATSKIS, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. *Crítica Marxista*. n. 44, 2017, pp. 21-42.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*. n. 45, 1998, pp. 49-95.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos*. New York, Zone Books, 2015.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo, Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CALLE 2. Dilma é a oitava presidente latina a sofrer impeachment desde 1990. *Rede Brasil Atual*. 1 set. 2016.
- CARTA CAPITAL. Por que a multa bilionária à Odebrecht vem dos Estados Unidos? *Carta Capital*. 18 abr. 2017.
- CASTRO, Grasielle. Veja os presidentes que já foram afastados na América do Sul. *Exame*. 13 set. 2016.
- CHAIB, Júlia. Impeachment de presidentes na América Latina não é novidade. *Estado de Minas*. 7 dez. 2015.
- COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 5, 2011, pp. 245-284.
- COLLIER, Stephen J. Neoliberalism as big Leviathan, or ... ? A response to Wacquant and Hilgers: NEOLIBERALISM AS BIG LEVIATHAN, OR ... ? *Social Anthropology*. v. 20, n. 2, maio 2012, pp. 186-195.

- COLLIER, Stephen J.; CURTIS, Simon; ACUTO, Michele. Assemblages and the Conduct of Inquiry. In: ACUTO, Michele; CURTIS, Simon. (Org.). *Reassembling international theory: assemblage thinking and international relations*. Palgrave Pivot. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2014.
- COOPER, Melinda. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York, [s.n.].
- CORRUPÇÃO: Os tentáculos da Odebrecht em Angola e Moçambique. *Deutsche Welle*. 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/corrupt%C3%A7%C3%A3o-os-tent%C3%A1culos-da-odebrecht-em-angola-e-mo%C3%A7ambique/a-38569474>>. Acesso em: 1 dez. 2022.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 43, 2000, pp. 163-176.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. How to convert social capital into legal capital and transfer legitimacy across the major practice divide. In: DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. (Org.). *Lawyers and the Rule of Law in an Era of Globalization*. London, Routledge, 2011.
- ELLIOT, Kimberly Ann. Introduction. In: ELLIOT, Kimberly Ann. (Org.). *Corruption and The Global Economy*. Washington, Institute for International Economics, 1997.
- ELLIOTT, Kimberly Ann. Corruption as an International Policy Problem: Overview and Recommendations. In: ELLIOTT, Kimberly Ann. (Org.). *Corruption and the Global Economy*. Washington, Institute for International Economics, 1997.
- ENGELMANN, Fabiano. Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil. *Revista Conjuntura Austral*. v. 7, n. 37, 2016, pp. 9-16.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Odebrecht pede retirada de acusações em processo nos EUA. *Jornal de Brasília*. 19 nov. 2016.
- FAUNDEZ, Julio; ANGELL, Alan. El Rol del Banco Interamericano de Desarrollo. *Sistemas Judiciales*. v. 4, n. 8, 2005, pp. 90-113.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. (Org.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-239.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2. ed. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2010.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 8. ed., v. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019.
- FRANKENBERG, Günter. *Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de Direito e o Estado de Exceção*. São Paulo, Editora Unesp, 2018.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*. v. 17, n. 40, 29 mar. 2019, pp. 43–64.
- FRASER, Nancy; SPANO, Alessandra; HERSCOVICI, Nicole. Interregno estadunidense. Entrevista de Nancy Fraser a Alessandra Spano. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*. v. 26, n. 1, 2021, pp. 165–173.
- GAZETA DO POVO. *6 ex-presidentes presos pela Lava Jato na América Latina*. [s.l.: s.n.].
- GLYNN, Patrick; KOBRIN, Stephen J.; NAÍM, Moisés. The Globalization of Corruption. In: ELLIOT, Kimberly Ann (Org.). *Corruption and The Global Economy*. Washington, Institute for International Economics, 1997.
- GRÜN, Roberto. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. *Tempo Social*. v. 21, n. 2, 2009, pp. 153–184.
- GRÜN, Roberto. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. *Tempo*. v. 25, n. 1, 2013, pp. 179–213.
- HARTMANN, Ivar Alberto M.; CHADA, Daniel de Magalhães. Investigação e jugamento dos crimes de corrupção no Brasil. In: MOHALLEM, Michael Freitas; RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo. (Org.). *Diagnóstico institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção*. Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- HINDESS, Barry. Investigating International Anti-Corruption. *Third World Quarterly*. v. 26, n. 8, 2005, pp. 1389–1398.
- HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. *Lua Nova*. n. 72, 2007, pp. 09–46.
- IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*. v. 31, n. 2, 2011, pp. 238–248.
- INCLÁN, Silvia; INCLÁN, María. Las reformas judiciales en América Latina y la rendición de cuentas del Estado. *Perfiles Latinoamericanos*. n. 26, 2005, pp. 55–82.
- JOHNSTON, Michael. Public Officials, Private Interests, and Sustainable Democracy: When Politics and Corruption Meet. In: ELLIOT, Kimberly Ann (Org.). *Corruption and The Global Economy*. Washington, Institute for International Economics, 1997.
- KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Leiv. Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? *Revista de Ciências Sociais*. v. 49, n. 1, 2018, pp. 30–54.

- KERCHE, Fábio. Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público no Brasil. *Revista Dados*. v. 50, n. 2, 2007, pp. 259–279.
- KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. *Lua Nova*. n. 105, 2018, pp. 255–286.
- KOERNER, Andrei e SCHILLING, Flávia. O Direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 75–89.
- KORNAIS, Janos e ROSE-ACKERMAN, Susan. (Org.). *Building a Trustworthy State in Post-Socialist Transition*. New York, Palgrave MacMillian, 2004.
- LEGAL ETHICS COMPLIANCE. *Compliance na América Latina*. São Paulo, Legal Ethics Compliance, 2018. Disponível em: <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/28354/1533056778Compliance_na_America_Latina.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.
- LEHER, Roberto. Reforma do estado: o privado contra o público. *Trabalho, Educação e Saúde*. v. 1, n. 2, 2003, pp. 203–228.
- LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, globalização e reformas do Estado: reflexões acerca da temática. *Barbarói*. n. 32, 2010, pp. 114–138.
- LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. Conclusions: Presidential Breakdowns Revisited. In: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. (Org.). *Presidential Breakdowns in Latin America*. New York, Palgrave MacMillian, 2010.
- LLORENTE & CUENCA. *Corruption: The Achilles Heel of Latin American Democracies: Developing Ideas*. Madrid, Llorente & Cuenca, 2016. Disponível em: <https://ideasbr.llorenteycuenca.com/wp-content/uploads/sites/8/2016/09/160913_DI_rep_corruption_LatAm_ENG.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.
- LOHMANN, Larry. Carbon trading, climate justice and the production of ignorance: ten examples. *Development*. n. 51, 2008, pp. 359–365.
- LOHMANN, Larry; SEXTON, Sarah. Carbon Markets: The Policy Reality. *Global Social Policy*. v. 10, n. 1, 2010, pp. 9–12.
- LUAMBA, Manuel. Caso Odebrecht não teve impacto em Angola. *Deutsche Welle*. 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/caso-odebrecht-ca%C3%ADram-presidentes-na-am%C3%A9rica-latina-mas-h%C3%A1-sil%C3%Aancio-em-angola/a-49146090>>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- MACHADO, Maira R.; PASCHOAL, Bruno. Monitorar, investigar, responsabilizar e sancionar. *Novos Estudos*. n. 104, 2016, pp. 11–36.
- MACHADO, Ricardo. Investigação de corrupção da Odebrecht se espalha pela América Latina e estremece vários governos. *Revista IHU On-Line*. 27 jun. 2017. Disponível em:

- <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569072-investigacao-de-corrupcao-da-odebrecht-se-espalha-pela-america-latina-e-estremece-varios-governos>>. Acesso em: 30 out. 2022.
- MARCHAO, Talita. Com García, Peru tem seus últimos 5 ex-presidentes acusados de corrupção. *UOL*. 17 abr. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/04/17/alem-de-garcia-peru-tem-mais-presidentes-acusados-de-corrupcao.htm>>. Acesso em: 30 out. 2022.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Temáticas*. n. 32, 2016, pp. 122–151.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa, Antígona, 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Caso Lava Jato*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas sobre violência na América Latina. *Estudos Avançados*. v. 33, n. 96, 2019, pp. 23–38.
- MORO ataca Lula e Bolsonaro: “governos do mensalão e da rachadinha”. *Uol*. 03 dez. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/03/moro-ataca-lula-e-bolsonaro-governo-do-mensalao-e-o-outro-da-rachadinha.htm>>. Acesso em: 23 set. 2022.
- NUNES, Felipe; MELO, Carlos Ranulfo. Impeachment, political crisis and democracy in Brazil. *Revista de Ciencia Política*. v. 37, n. 2, 2017, pp. 281–304.
- ODEBRECHT: Entenda o maior caso de suborno da história. *Terra*. 22 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/odebrecht-entenda-o-maior-caso-de-suborno-da-historia,2ad4c9f40bf9d93e1b2fba08935c112cokpstq92.html>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- OLSEN, William. P. *The anti-corruption handbook: how to protect your business in the global marketplace*. Hoboken, John Wiley & Sons, 2010.
- ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. Global Assemblages, Anthropological Problems. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Org.). *Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems*. Malden, MA, Blackwell Publishing, 2005.
- PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. Impeachment or Backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 33, n. 98, 2018, pp. 1–15.
- PIETH, Mark. International Cooperation to Combat Corruption. In: Kimberly Ann (Org.). *Corruption and The Global Economy*¹. Washington, Institute for International Economics, 1997.
- POWER, Michael. Foucault and Sociology. *Annual Review of Sociology*. n. 37, 2011, pp. 35–56.
- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. A natureza jurídica dos crimes de responsabilidade presidencial no direito brasileiro: lições a partir do impeachment de Dilma Rousseff. *E-Pública - Revista Eletrônica de Direito Público*. v. 4, n. 2, 2017, pp. 220–245.

- RADAR GLOBAL. *Presidentes latino-americanos destituídos ou forçados a renunciar*. *Radar Global*, 21 mar. 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/presidentes-latino-americanos-destituídos-ou-forçados-a-renunciar/>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. The Political Economy of Corruption. In: Kimberly Ann (Org.). *Corruption and The Global Economy*. Washington, Institute for International Economics, 1997.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. (Org.). *International Handbook on the Economics of Corruption*. Cheltenham, Edward Elgar, 2006.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. Corruption in the Wake of Domestic National Conflict. In: ROTBERG, Robert I. (Org.). *Corruption, Global Security, and World Order*. Cambridge, Brookings, 2009.
- SÁ E SILVA, Fabio de. A new republic of lawyers? Legal careers, state power, and political change in contemporary Brazil. *Critical Policy Studies*. v. 11, n. 3, 2017, pp. 373–380.
- SÁ E SILVA, Fabio de. Operação Lava Jato e a academia norte-americana de Direito. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 25 jun. 2019.
- SAMPSON, Steven. Integrity warriors: global morality and the anti-corruption movement in the Balkans. In: HALLER, Dieter; SHORE, Cris. (Org.). *Corruption: anthropological perspectives*. London, Pluto Press, 2005.
- SAUVÊTRE, Pierre et al. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo, Elefante, 2021.
- SHORE, Cris; HALLER, Dieter. Sharp Practice: Anthropology and the Study of Corruption. In: HALLER, Dieter; SHORE, Cris. (Org.). *Corruption: anthropological perspectives*. London, Pluto Press, 2005.
- STASSUN, Cristian Caê Seemann; ASSMANN, Selvino José. Dispositivo: Fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. v. 11, n. 99, 2010, pp. 72–92.
- STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos*. n. 92, 2012, pp. 35–56.
- TAYLOR, Matthew M. *Criminalidade e a Reforma do Judiciário na América Latina: Uma Nova Agenda Econômica e Social para a América Latina*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso/Corporación de Estudios para Latinoamérica, 2008. Disponível em: <<https://fundacaofhc.org.br/files/papers/476.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- THOME, Joseph R. Heading South but Looking North: Globalization and Law Reform in Latin America. *Wisconsin Law Review*. n. 691, 2000, pp. 423–450.

VILLADIEGO BURBANO, Carolina. La multitemática y diversa reforma a la justicia en América Latina. In: NIÑO GUARNIZO, Catalina. (Org.). *La Reforma a La Justicia en América Latina: Las Lecciones Aprendidas*. Bogotá, Friedrich Ebert Stiftung, 2016.

Recebido em: 13/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

ALMEIDA, Frederico de. Corrupção, democracia e neoliberalismo nas Américas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 769-799.





Racionalidade criminalizante e neoliberalismo híbrido: ou como a LGBTfobia se tornou crime no Brasil¹

Alexandre Nogueira Martins²

Resumo: Este artigo busca compreender como a demanda pela criminalização da LGBTfobia se tornou hegemônica nos anos de expansão da democracia brasileira, propondo como chave analítica a hibridização de distintas racionalidades governamentais. Com base na análise de documentos e de entrevistas, argumenta-se a consolidação da demanda penal como resultante de políticas e estratégias construídas pela racionalidade criminalizante e pelo governo neoliberal no Brasil, os quais propagaram a hegemonia desses horizontes em detrimento de caminhos anticriminais de combate à violência mesmo frente à radicalização do autoritarismo neoliberal na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Movimentos Sociais; Sistema Criminal; Sexualidade.

Criminalizing rationality and hybrid neoliberalism: or how LGBTfobia was criminalized in Brazil

- 1 O presente artigo discute parte dos resultados da dissertação de mestrado “Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização”, defendida pelo autor no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em 2020 e publicada em formato de livro pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) em 2021 (Martins, 2021). A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2 Freie Universität Berlin – Berlin – Alemanha - alexandrenmartins@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4878-8736>

Abstract: *This paper seeks to understand how the demand for the criminalization of LGTBphobia became hegemonic during the years of expansion of Brazilian democracy, proposing as an analytical key the hybridization of different governmental rationalities. Based on the analysis of documents and interviews, it argues the consolidation of the criminal demand as a result of policies and strategies constructed by the criminalizing rationality and the neoliberal government in Brazil, which propagated the hegemony of these horizons in detriment of anti-criminal ways of combating violence even in the face of the radicalization of neoliberal authoritarianism in Brazilian society.*

Keywords: *Neoliberalism; Social Movements; Criminal System; Sexuality.*

Racionalidad criminalizante y neoliberalismo híbrido: o cómo la LGTBfobia se convirtió en un crimen en Brasil

Resumen: Este artículo busca entender cómo la demanda de criminalización de la LGTBfobia se volvió hegemónica en los años de expansión de la democracia brasileña, proponiendo como clave analítica la hibridación de diferentes racionalidades gubernamentales. A partir del análisis de documentos y entrevistas, se argumenta la consolidación de la demanda criminal como resultado de las políticas y estrategias construidas por la racionalidad criminalizadora y el gobierno neoliberal en Brasil, que propagaron la hegemonía de estos horizontes en detrimento de las formas anticriminales de combatir la violencia, incluso frente a la radicalización del autoritarismo neoliberal en la sociedad brasileña.

Palabras-clave: Neoliberalismo; Movimientos Sociales; Sistema Penal; Sexualidad.

1. Introdução

Em 13 de junho de 2019, a homotransfobia se tornou crime na forma da lei que em 1989 havia tipificado penalmente práticas de discriminação racistas. Desde então, multiplicaram-se ações de movimentos sociais LGBTQIA+ buscando fazer com que a decisão “saia do papel” e que esse “crime” seja “de fato” perseguido pelo Estado brasileiro. A aposta no sistema criminal para combater violências estruturantes, longe de configurar uma idiosincrasia dos setores hegemônicos do movimento LGBT brasileiro, consistiu tática hegemônica em outros movimentos sociais progressistas e tem sido uma marca das estratégias de democratização da sociedade brasileira – como do movimento negro institucionalizado e de movimentos feministas (Pires, 2013; Pereira, 2022).

Embora a criminalização da LGBTfobia tenha ocorrido pelas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF) no primeiro ano de um Governo Federal que contribuiu diretamente para a legitimação pública da violência LGBTfóbica e dos ataques à militância e comunidade LGBTQIA+, o processo da criminalização não se explica por esse acentuamento autoritário e LGBTfóbico. Como argumentaremos neste artigo, a criminalização já estava forjada como estratégia central e hegemônica de luta contra práticas LGBTfóbicas mais de uma década antes das eleições de 2018.

Nas décadas nas quais parte relevante das demandas desses movimentos girou em direção ao criminal, verificou-se uma expansão notável da rede de controle do sistema penal brasileiro e um aumento vertiginoso da população carcerária (Godoi, 2017; Camargos, 2022). Pretende-se aqui compreender como ocorreram os contornos específicos da aderência ao sistema penal por movimentos sociais “progressistas” na sociedade brasileira. Para tanto, a chave analítica proposta é a hibridização entre três racionalidades políticas – racionalidade criminalizante, neoliberal e democratizante – como fator estruturante do campo de governo de condutas no qual o criminal foi impulsionado como horizonte de ativismos antiviolação tanto em momentos neoliberais mais abertamente autoritários quanto nos anos de autoritarismo mais velado.

Este artigo investiga esse processo com base no caso empírico da criminalização da LGBTfobia no Brasil. Por meio de uma análise sociológica de documentos de ativistas, de projetos de lei apresentados no Congresso Nacional, das ações judiciais movidas no STF e de entrevistas semiestruturadas realizadas com lideranças, argumentaremos que a racionalidade criminalizante em suas hibridizações organizou, ao menos desde o primeiro Governo Lula, os discursos e estratégias de combate à violência mobilizados pelos setores hegemônicos desse movimento social.

Caracterizamos, na primeira parte, as noções de racionalidade criminalizante e racionalidade neoliberal e suas constituições híbridas para apresentar, na seção seguinte, o diagnóstico de um tabuleiro político neoliberal-criminal-democratizante no qual distintos movimentos sociais se moveram entre os anos de 1990 e 2010. Voltamo-nos, então, ao caso do movimento LGBTQIA+ hegemônico para compreender como demandas criminalizantes foram gestadas, espraiadas e tornadas hegemônicas, quais os sentidos reivindicados por ativistas e de que modo esse processo se correlaciona com as hipóteses de hibridização de formas de governo. Por fim, apresentamos como, em momento mais abertamente autoritário após 2016, atualizaram-se demandas criminais e punitivas e analisamos em que medida os sentidos e racionalidades que dão forma às estratégias nesse momento histórico se aproximam da formação anterior.

2. Racionalidade criminalizante e governo híbrido

O espraiamento de uma “racionalidade criminalizante” compõe chave analítica para compreender como diferentes movimentos sociais passaram a ter nas políticas criminais uma de suas estratégias centrais e como essa racionalidade, ao ser hibridizada com outras, tem sido marca das formas de governo neoliberais brasileiras. Governo e racionalidade são noções propostas aqui em chave foucaultiana, em que se compreende “racionalidade” como modo de organizar práticas, seus efeitos e suas lógicas, que “programa e orienta [de tal modo] a conduta humana” (Foucault, 2003: 319), que “certamente não há ‘práticas’ [ou análise das práticas] sem um determinado regime de racionalidade” (Foucault, 1994: 26). As distintas racionalidades compõem variadas formas de relação: “se engendram umas às outras, opõem-se e se afastam” (Foucault, 1994: 441), podendo, assim, estar presentes em distintas formas de governo.

Com este cabedal teórico, o criminólogo estadunidense Jonathan Simon (2007), ao analisar como o “crime” se tornou “um, se não o, problema decisivo para o governo” (Simon, 2007: 13) na sociedade estadunidense, sustenta a tese da emergência de um “governo pelo crime”, no qual o crime se tornou “uma racionalidade governamental” (Simon, 2007: 16), engendrando “modos de pensar, conhecer e agir que tanto concebem quanto justificam estas práticas [criminais]” (Simon, 2007: 20). Como efeito dessa forma de governo, diversas políticas públicas foram redefinidas da dimensão social para a esfera penal e o crime teria se tornado um “problema modelo para o governo [...] [por meio do qual] outros problemas são reconhecidos, definidos e administrados” (Simon, 2007: 14).

As formas de conhecimento por meio das quais o campo de ação é estruturado num sentido mais amplo, de acordo com Foucault, constituem um tipo de racionalidade de governo. Quando governamos pelo crime, fazemos o crime e as formas de conhecimento historicamente associadas com ele – direito criminal, narrativas populares de crime e criminologia – disponíveis fora de seus domínios disciplinares originais limitados como ferramentas poderosas pelas quais interpretar e enquadrar todas as formas de ação social como um problema para o governo (Simon, 2007: 17).

Em breve síntese, para Simon (2007: 13), “governar pelo crime” tem feito do crime e das formas de conhecimento ligadas a ele ferramentas para interpretar e enquadrar quaisquer formas de ação social como problema para governo (pelo crime). A fim de analisar as hibridizações com outras racionalidades e a constituição de distintos modos de governo, tanto desde cima quanto desde

baixo na sociedade brasileira, mostra-se produtivo analisar esses híbridos em termos de uma “racionalidade criminalizante”.

Como grade de inteligibilidade ou uma lógica de enquadramento de fenômenos sociais como crimes, criminógenos ou efeitos de crimes, e dos sujeitos e dos grupos sociais como criminosos ou vítimas de crimes, a “racionalidade criminalizante” reduz a complexidade dos fenômenos, dos conflitos, das posições e dos atos aos termos do crime e da criminalização. Tende, assim, a reproduzir processos de ontologização tanto de atos como criminosos, quanto de sujeitos como vítimas ou criminosos – como se fosse do estatuto desses seres determinada conexão com a noção fetichizada de “crime”.

A “racionalidade criminalizante” é aqui mobilizada como analítica dos modos como o “governo pelo crime” é mobilizado “desde baixo” por setores da sociedade civil, subsumindo diversos problemas sociais a uma questão de “crime”. Como “governar pelo crime opera como uma espiral de conhecimento e poder que possibilita, empodera e produz tanto quanto reprime, encarcera e estigmatiza” (Simon, 2007: 190-191), argumentamos que os ativismos hegemônicos LGBT, ao articularem quadros que transformaram a LGBTfobia em crime e as lutas anti-LGBTfobia em mobilizações criminalizantes, atuaram dentro do campo de condutas estabelecido por um modo de governo pelo crime, por vezes tensionando e por outras produzindo múltiplas cumplicidades em um complexo jogo de táticas e discursos que produz como seu efeito esta racionalidade que aqui denominamos como “criminalizante”.

Como uma “racionalidade-afetividade” (Gago, 2018: 228), que ao mesmo tempo configura um “modo de pensar, fazer, lutar e desejar” (Gago, 2018: 12) e uma “sensibilidade, modo de cálculo, estratégia e produção de sentido” (idem, ibidem), uma lógica assim mobiliza e organiza desejos, afetos e razões punitivas, produzindo engajamentos contínuos em torno de novas tipificações penais. Apoia a expansão e a legitimação da punição estatal em detrimento de outras formas de resolução de conflitos sociais, visto que o campo das lutas políticas “possíveis” de serem travadas contra situações sociais construídas como inaceitáveis se dá em termos do desejo de combate ao “crime” e de proteção de “vítimas de crime” por meio do acionamento do sistema de justiça criminal (as polícias, os tribunais, as prisões, as criminalizações). De modo espelhado, a não criminalização e a não punição de uma conduta se torna a afirmação de sua aceitabilidade social ou ao menos de seu baixo grau de gravidade social.

Na grade de inteligibilidade criminalizante, articulam-se as antigas razões para se punir decantadas desde o século XVIII como “racionalidade penal moderna” (Pires, 2001), que justifica a produção de sofrimento por meio de uma pena (tal qual a de encarceramento na criminalização da LGBTfobia) como necessária para

se produzir um bem (como a cidadania de LGBTs e a própria democracia). Esse modo de compreender os conflitos sociais configura um obstáculo epistemológico (Pires, 2001) profundo para se pensar crime e punição, ao reduzir o horizonte de possibilidades de como se lidar com conflitos e com violações a normas à aplicação de penas aflictivas contra infratores. No limite deste raciocínio, a própria sobrevivência da sociedade se atrela à sobrevivência da prisão (Garcia, 2013: 61), como se não existisse forma de organizar a vida social que possa prescindir do cárcere.

Por meio desta “formação discursiva” hegemônica (Garcia, 2013: 47), as razões de se punir se atualizam em torno das “teorias clássicas da pena”: a retribuição (punir para retribuir o mal causado), a dissuasão (para prevenir que outros não tenham tal conduta), a reabilitação (para transformar aquele a que se pune) e a denúncia (para afirmar uma norma social como válida). Enquanto o conceito de Pires se atrela a um diagnóstico de “longa duração” de permanência de determinadas formas de pensar sobre problemas sociais e sobre a criminalização de condutas, a razão criminalizante como forma de governo compõe um diagnóstico de uma história de “curta duração” que opera como analítica de um modo específico de produção de engajamentos contemporâneos com o sistema de justiça criminal em constante conexão com a racionalidade neoliberal.

Os modos de se “governar pelo crime” ocorrem na prática de modo hibridizado ao campo do “governo neoliberal” como uma forma de condução das condutas que expande a lógica de mercado, a competição como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação para todas as esferas da vida social (Dardot; Laval, 2016). Com o espraiamento dessa “racionalidade economicista”, a cidadania se reconfigura em termos empresariais, com o empresário sendo o sujeito cidadão dessa forma de governo. Ocorre que não só o empreendedor, mas também a vítima é uma face do sujeito neoliberal (Gago, 2018; Pitch, 2020) e é em nome destas duas figuras que as ações do Estado neoliberal são continuamente legitimadas (Pitch, 2014). Como sujeito idealizado da cidadania, a “vítima de crimes” busca reconhecimento e legitimação por meio do direito penal – e muitas vezes de seu potencial simbólico (Pitch, 2020) –, apresentando demandas “limitadas àquilo que o Estado já sabe [ou deveria saber] produzir com relativa eficiência, isto é, a punição” (Simon, 2007: 136). Nessa forma de gestão da violência – que não visa sua superação –, espraiam-se demandas de reconhecimento de si como “vítimas” a serem “protegidas” criminalmente pelo Estado por meio de leis penais de “combate” à violência.

Como reforço da “penalidade neoliberal” e da legitimidade de governo no âmbito penal para a garantia da ordem (Harcourt, 2010), as criminalizações se apresentam como remédios legítimos do governo neoliberal pelo crime a diversos problemas sociais. Desde cima, no governo neoliberal marcado pelo triunfo da

“gestão” de problemas sociais sobre políticas de transformação de condições sociais historicamente enraizadas, a criminalização seria mais facilmente negociada que qualquer outra medida por sua factibilidade nesta ordem social *vis-à-vis* políticas sociais que aumentassem os gastos públicos em áreas que não a da segurança pública. De baixo, diversos ativismos se engajam prioritariamente em mobilizações pela criminalização, aceitando negociar com o Estado que outras medidas, como educativas, sejam secundarizadas em nome da viabilidade de se aprovar uma lei criminal.

Na hibridização do “governo pelo crime” no neoliberalismo, constitui-se uma “sociedade de vítimas” oposta a uma crescente lista de “criminosos”. De um lado, esta lógica legitima a construção do cidadão como “vítima de crimes” (Garland, 2001) e da população cidadã como conjunto de vítimas atuais e potenciais de crimes (subjetivadas pelo “medo do crime”) (Simon, 2007). Tais sujeitos-vítimas demandam a construção de sua proteção em termos da eficiência da criminalização e da punição das pessoas responsabilizadas pelas violências e se constroem, assim, consensos em torno da expansão de leis penais. De outro lado, amplia-se a construção de grupos potencialmente delinquentes como agressores atuais ou potenciais em um processo constantemente renovado de expansão do “catálogo contemporâneo de ‘monstros’” (Simon, 2007: 77). Tais quadros se acoplam à construção daqueles que não logrem se construir como empresários de si, responsáveis e autossuficientes, enquanto grupos moralmente distintos (Bell, 2014), “perigosos” e, no limite, “criminosos” – aos quais cabem os “circuitos de exclusão” (Rose, 2000) e diversas tecnologias de exílio (Simon, 2007). À população que apresenta riscos à competição neoliberal, esse governo híbrido apresentaria sua eficiente gestão mediante coerção e exílio pelo sistema de justiça criminal; aos empreendedores vítimas de crimes, uma segurança eficiente e uma sociedade alicerçada em criminalizações em expansão.

3. Criminalizar e democratizar?

Se, desde cima, a partir da perspectiva do Estado, as hibridizações podem ser pensadas como composições e reconfigurações com efeitos em políticas econômicas, sociais e criminais, “de baixo”, essas formas de governo se revelam como “uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (Gago, 2018: 17) que organiza suas táticas e estratégias políticas. “Desde baixo”, movimentos sociais têm sido, de múltiplas formas, reconfigurados por essas formas de governo híbridas neoliberais e criminalizantes que fizeram com que lutas por justiça e liberdade fossem reformuladas em termos carcerários – seja em movimentos feministas (Vergès, 2021; Bernstein, 2012) ou em LGBTQIA+ (Spade, 2015; Cuello; Disalvo, 2018).

Tais processos tomaram caminhos híbridos próprios na sociedade brasileira. Nesta seção, acompanharemos como um híbrido entre três racionalidades políticas formou um campo de políticas no qual o ativismo LGBT brasileiro se moveu e no qual a criminalização emergiu primeiro como tática entre algumas lideranças e depois se tornou estratégia central na política desse ativismo e no seu discurso de construção da democracia brasileira.

O movimento homossexual brasileiro teria surgido em 1978 com as primeiras mobilizações de ativistas homossexuais paulistas em torno do grupo Somos e do jornal *Lampião da Esquina*, tendo sido, em 1980, o primeiro protesto organizado por organizações homossexuais – contra a violência policial contra dissidentes sexuais e de gênero no centro de São Paulo (Simões; Facchini, 2009; MacRae, 2018). Já nos primeiros anos, articulavam-se grupos em diferentes cidades brasileiras, estabeleciam-se redes entre eles e se organizavam encontros nacionais (como em 1979 e 1980), nos quais não se planteava qualquer tipificação penal: eram centrais as lutas contra o autoritarismo e pela despatologização da homossexualidade (MacRae, 2018).

Dois grupos ativistas brasileiros vinculados a táticas mais institucionais do ativismo (MacRae, 2018) formularam pela primeira vez uma demanda criminal nos anos seguintes. Em novembro de 1981, em uma plataforma política elaborada pelo líder do Grupo Gay da Bahia (GGB), reivindicou-se o acréscimo do termo “orientação sexual” ao rol das contravenções penais da Lei Afonso Arinos³. Uma racionalidade iminentemente democratizante era parte desta demanda ao postular a necessidade de legislação antidiscriminatória para “que tenhamos o mesmo acesso a todos os lugares, empregos, cargos, etc, que os cidadãos heterossexuais”. Em março de 1982, João Antonio Mascarenhas, que seria nos anos seguintes, o fundador do grupo Triângulo Rosa, escreveu uma carta a ativistas sugerindo que, no Código Penal Brasileiro, fossem incluídos dispositivos que criminalizassem ofensas, discursos persecutórios e práticas segregatórias em relação à orientação homossexual, a fim de garantir a segurança no emprego e frente à polícia.

Nos anos 1980, a despatologização da homossexualidade (alcançada em 1985), as campanhas contra a epidemia de HIV (iniciada em 1983) e a luta na

3 As formas de criminalização do racismo – a Lei Afonso Arinos (1951), que o tornou contravenção penal, a Constituição de 1988, que tornaria o racismo crime inafiançável e imprescritível e as Lei Caó (1989) e Paim (1997), que criminalizaram, além das práticas segregatórias, insultos e discursos discriminatórios –, foram paradigmáticas para a formulação de demandas por direitos antidiscriminatórios LGBTs: a partir dos anos 1990, as reivindicações pela não discriminação nos termos da Afonso Arinos deram lugar à criminalização nos termos da Lei Caó. E foi dentro desses termos e horizontes que a homotransfobia se tornou crime 30 anos após o racismo ter se tornado.

Assembleia Nacional Constituinte (entre 1986 e 1988) estiveram no centro do ativismo (Simões; Facchini, 2009). Em segundo plano, no entanto, entre 1984 e 1986, os líderes do GGB e do Triângulo Rosa construíram uma campanha por um projeto de lei de criminalização da discriminação por orientação sexual, junto com o deputado federal França Teixeira (PDS/BA), o qual jamais foi apresentado no Congresso Nacional. No processo de sua formulação, no entanto, costuraram-se diálogos com juristas criminalistas, alguns dos quais buscaram tensionar com a racionalidade penal constitutiva daquele projeto⁴.

Entre 1986 e 1988, esses grupos se voltaram à Assembleia Nacional Constituinte com a demanda de inclusão da expressa proibição de discriminação por “orientação sexual” na Constituição Federal (Câmara, 1993) como um dos princípios gerais da Carta. Naquele momento, a Constituinte se tornou central a diversos movimentos sociais, tendo setores do movimento negro e feminista levado também suas demandas, dentre as quais, a aprovação de mecanismos penais antidiscriminatórios (Masiero, 2018). No texto que seria aprovado em 1988, discriminações de raça ou gênero deveriam ser enfrentadas não só pelo direito penal, mas, também, como distinguiu Masiero (2018), pela afirmação de direitos sociais e culturais, como a não discriminação no trabalho e a promoção cultural, além de a proibição dessas discriminações constituir princípio geral do ordenamento. Naquele momento, o criminal andava junto com o projeto social-democrata daquela Carta sem que houvesse uma hegemonia da criminalização frente a outras políticas sociais de enfrentamento da violência.

Com a derrota da demanda apresentada pelo ativismo homossexual ter vindo junto à criminalização do racismo, em 1988, e sua regulamentação, em 1989, suscitou-se nos setores institucionalistas do ativismo homossexual a questão: “que sociedade é essa que considera o racismo crime inafiançável e não faz nada contra o cruel preconceito e discriminação desumana que pesa contra lésbicas e gays?” (planteada no Boletim do GGB, de 1989). Incidir sobre reformas do Código Penal entrou na agenda de mais setores ativistas nos anos 1990 – década, no entanto, marcada por campanhas contra a criminalização de fato desses grupos por meio da

4 Em fevereiro de 1985, trocaram cartas com Nilo Batista, que havia apresentado a tese “Minorias e democratização”, na X Conferência Nacional da OAB, em outubro de 1984, na qual tecia críticas à Lei Afonso Arinos e ao direito penal como forma de proteger negros, mulheres, indígenas e homossexuais – contra uma ideia de que a ineficácia seria efeito de baixa punição e baixa quantidade de tempo de reclusão prevista, argumentava que vinha de seu caráter penal, instrumento que não se mostrava o mais adequado “ou sequer temível para os destinatários desse conjunto de normas”, que, afinal, não eram os suspeitos de sempre do direito penal: negros e pobres. Recomendava, assim, sanções administrativas e multas em lugar de criminalização, abrindo outro caminho além da racionalidade penal moderna. O contato desses grupos com essas críticas não alterou, no entanto, suas táticas criminalizantes.

conscientização de dissidentes sexuais e de gênero de que suas práticas e existências não seriam crime, conforme indicam panfletos distribuídos por grupos ativistas em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, afirmando a legalidade de ser homossexual.

Os anos 1990 viram os projetos de construção de cidadania serem contrapostos e hibridizados de múltiplas formas com políticas neoliberais (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021). Nesse momento histórico de hibridização, não só confluíram aspectos de projetos neoliberais e agendas de movimentos sociais da redemocratização em torno de gramáticas de participação e representação (Dagnino, 2004), mas também as próprias formas de organização e os dispositivos de engajamento militante se forjaram em híbridos neoliberais, com o espraiamento da forma ONG e a transformação de grupos ativistas LGBT nesse mesmo período em “organização ‘especializada’ em prestar ‘serviços sociais’ em defesa da diversidade sexual e de gênero”, sob o escrutínio contínuo de uma “análise econômica” de metas a serem cumpridas de modo eficiente (Toitio, 2016). As primeiras políticas públicas para a população LGBT foram tecidas nos anos 1990, seja como políticas de direitos humanos seja como políticas de combate à Aids, as quais foram fundamentais para que se permeasse uma lógica de “captação de recursos” e de “gestão” de “populações-alvo”, a “profissionalização” de ativistas, e o *advocacy* como principal forma de ação coletiva frente ao Estado (Toitio, 2016) – formas afins de um modelo neoliberal de política. No Congresso Nacional, era o casamento civil a pauta priorizada por ativistas, seguindo projeto apresentado em 1995 e que somente em 2001 seria abandonado, quando perderia espaço à gramática da “luta contra a homofobia”, que se tornou, então, a principal palavra de ordem do movimento LGBT brasileiro (Fernandes, 2012).

O primeiro Projeto de Lei (PL) de criminalização da discriminação por orientação sexual nos moldes da Lei do Racismo, o PL 1904/1999, foi apresentado como resultado do Seminário “Direitos Humanos e Cidadania Homossexual” organizado na Câmara dos Deputados em 21 de setembro de 1999. Um notório caso de homofobia em fevereiro de 2000, o assassinato de Edson Nérís da Silva, na cidade de São Paulo, levou de tal modo a pauta da “homofobia” à discussão pública tanto no ativismo como na sociedade civil mais ampla, que se impulsionou a proposição de medidas antidiscriminatórias a níveis estaduais e nacionais. Em 2001, a deputada federal Iara Bernardi (PT) apresentou o PL 5003/01, que se converteria no Projeto de Criminalização da Homofobia em sua reformulação em 2005, quando caminhos de sanções administrativas foram abandonados no substitutivo do relator Luciano Zica (PT), em nome do direito penal como forma de combate à discriminação.

No governo que se iniciava em 2003, começava um outro momento do neoliberalismo híbrido brasileiro, no qual uma racionalidade social-democrata compunha de modo mais forte as políticas públicas formuladas, que, em vez de focalizarem públicos-alvo no combate à violência, buscavam “combater o preconceito e a violência LGBTfóbica como um todo e concorrer para a mudança da visão hegemônica sobre sexualidade e gênero” (Toitio, 2016: 163). Consolidou-se a burocratização e institucionalização de grupos ativistas e foi, então, a parcela “mais ‘profissionalizada’ e ‘colaboracionista’ que teve força e legitimidade política” para participar da construção dessas primeiras políticas sociais LGBT para além da saúde (Toitio, 2016: 107) – parcelas que desde os anos anteriores enxergavam a criminalização como horizonte, mas que firmaram justamente nos anos 2000 um franco consenso em torno de sua necessidade. Dentro das redes e grupos hegemônicos do ativismo, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e o Setorial LGBT do PT, não se formavam embates sobre a pertinência dos enquadramentos criminalizantes (Entrevista Djamilia).

Em 2004, o PL 5003/01 passou a ser priorizado em detrimento de outros projetos como a principal demanda legislativa desses setores do ativismo. Tal priorização se atrelou diretamente à consolidação da centralidade dos horizontes institucionais e das ações de *advocacy*, ilustradas pela criação do Aliadas – projeto de *advocacy* da ABGLT para aprovação de leis e obtenção de recursos para implementação de políticas públicas. Apostou-se que essa pauta teria menor dificuldade para aprovação que outras (Entrevista Sérgio), caráter que certamente mudaria nos quinze anos seguintes nos quais, nas mais diversas conjunturas, a aposta criminalizante seguiria central, ainda que sem horizonte fácil de aprovação.

Tornada, então, estratégia, a vinculação da cidadania LGBT à criminalização ganharia outro patamar após a aprovação desse projeto na Câmara e sua ida ao Senado como PLC 122/06, em novembro de 2006. Naquele mesmo ano, foi aprovada a Lei Maria da Penha, que congregava medidas preventivas e de proteção à criminalização dos agressores de mulheres: uma vitória dos investimentos feministas criminalizantes que se formulavam desde os anos 1990 e que, em 2001, já haviam logrado criminalizar o assédio sexual (Pereira, 2022). Quanto mais se espriavam vitórias criminalizantes de outros movimentos sociais, mais os setores hegemônicos do ativismo LGBT tendiam a argumentar pela necessidade de que a população LGBT tivesse “seu” tipo penal. As trajetórias e as escolhas de um movimento social foram pavimentando os caminhos sobre qual seria a justiça a ser perseguida por outros: frente às apostas de diversos movimentos no sistema penal, houve a tendência de que outros também apostassem nesses

caminhos vistos como “factíveis” e se afastassem de outras formas de construir segurança e cidadania que não enquadradas pela racionalidade criminalizante.

Em 2008 e em 2012, nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas LGBT, evidenciou-se que o tipo de participação política que o híbrido neoliberal daqueles anos engendrava se aproximava a uma “colaboração vigilante” atrelada à “factibilidade” de demandas a serem encaminhadas ao Estado e a uma hipervalorização dos caminhos institucionais (Toitio, 2016). Nas Conferências, a participação era limitada pela pressão pela apresentação de reivindicações que se enquadrassem à lógica de políticas “factíveis” de “gestão” e “mitigação” dos problemas sociais por serem estas as com “maior possibilidade de se fortalecerem frente à expansão hegemônica do neoliberalismo” (Toitio, 2016: 158).

Neste campo de governo das condutas democrático-neoliberal-criminalizante, o lugar central de se demandar a gestão criminal da violência seguiu desde 2004 até 2019 em todas as conferências e encontros nacionais. A criminalização não era mais uma demanda como outras, mas estava, em geral, à frente em listas de reivindicações (como nos manifestos das Marchas Nacionais contra a Homofobia entre 2010 e 2013), não ao lado de políticas públicas de educação ou saúde para população LGBT, as quais foram implementadas com recursos e lógicas próprias dessa forma de governo (Toitio, 2016). De modo explícito, na abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT (2008), o presidente da ABGLT, após demandar políticas públicas, reivindicou ao presidente da República: “Nós precisamos do senhor ajudar com a base aliada a votar a criminalização da homofobia. Nós fazemos acordo com todo mundo. Conversamos com evangélico, católico, pessoal das religiões africanas. *A gente faz qualquer negócio.* Mas, *nós queremos a aprovação da lei que criminaliza a homofobia.* Esse é o nosso pedido, Presidente Lula!” (Brasil, 2008, grifos nossos).

Nesse governo pelo crime desde baixo, para se tornar sujeito de direitos, as LGBTs precisariam da criminalização dos LGBTfóbicos – outros direitos civis não seriam o bastante nesta forma de cidadania ligada à racionalidade criminalizante e à neoliberal. As críticas à priorização da criminalização e a esse estatuto foram minoritárias, mas estavam presentes nas Conferências Nacionais (Entrevista Natália), especialmente na 2ª Conferência (2011), na qual o deputado Jean Wyllys (PSOL) defendeu abertamente que o casamento seria mais efetivo para se educar contra a violência que a criminalização (Toitio, 2016). Condição da democracia pensada em termos criminalizantes e do que seria imaginado como “possível” nesse governo híbrido neoliberal, a garantia de vida e dignidade a LGBTs se articulava no discurso hegemônico à possibilidade de acionar o Estado enquanto “vítima de crimes” contra “criminosos” para que o Estado os encarcerasse.

Após impasses no Senado em torno desse projeto no segundo Governo Lula, em 2011, quando o primeiro Governo Dilma afirmou que “não faz propaganda de opção sexual” e aumentaram campanhas conservadoras contra o projeto, inclusive as que enquadravam o PLC 122/06 como antidemocrático e antiliberdade de expressão (Gama, 2017), diminuiu-se a possibilidade de sua aprovação. A ABGLT e a senadora Marta Suplicy (PT) tentaram negociações com líderes conservadores, excluindo das práticas criminalizadas os discursos religiosos – alteração que foi duramente criticada na 2ª Conferência Nacional LGBT (Toitio, 2016). Nas disputas que se formavam naqueles anos, o discurso pró-criminalização da LGBTfobia interpelava a todos que defendessem os direitos humanos, os princípios da Constituição e a democracia brasileira com um suposto dever de necessariamente apoiar os projetos de criminalização.

O projeto não logrou ser aprovado no Senado Federal e foi arquivado em 2014 – a criminalização seguiu, todavia, hegemônica, apesar de sua “não-factibilidade”. De um lado, o PL 7582/2014, de Maria do Rosário (PT), foi tornado bandeira nacional do movimento na 3ª Conferência Nacional LGBT (2016). De outro, setores dos ativistas pró-criminalização voltaram-se ao Judiciário, que havia tornado legal a união estável e o casamento entre pessoas de mesmo sexo (2011 e 2013). Articulações que começaram nos bastidores da 2ª Conferência Nacional LGBT (2011) (Entrevista Fernanda) levaram à apresentação no STF, em maio de 2012, em nome da ABGLT, do Mandado de Injunção (MI) 4733 e, em dezembro de 2013, em nome do PPS, da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 – ambos visando ao reconhecimento da homotransfobia como crime.

3.1. Os sentidos híbridos da criminalização

Embora houvesse uma vertente pró-criminalização defendendo uma rígida punição a LGBTfóbicos, “cadeia para homofóbicos”, como forma de comunicar a gravidade social de agressões ou discriminações contra LGBTs, o conjunto hegemônico de discursos pró-criminalização era criminalizante-neoliberal-democratizante. Demandavam o direito penal como questão de democracia, cidadania e direitos humanos. Nesta subseção, voltamo-nos às finalidades pretendidas, organizadas pela racionalidade criminalizante, que subsumia a noção de violência à de crime nos efeitos almejados com a tipificação penal.

Lutar contra a violência, desde o primeiro Governo Lula, tornou-se para os setores ativistas hegemônicos necessariamente lutar pela tipificação penal, articulando-se a brutalidade de determinados atos LGBTfóbicos para se justificar a urgência da criminalização. A LGBTfobia tendia a ser considerada como “uma questão

cultural [...] [com] um processo histórico que está enraizado na cultura, no corpo, na vida das pessoas” (Entrevista João), como “um mal que aflige de maneira perversa nosso país” e que estaria espalhada de um modo “banal”: como uma “banalidade do mal” (Brasil, 2013) – a ser, no caso, combatida por meio de outro “mal banal” na sociedade brasileira: o sistema de justiça criminal e suas violências constitutivas. Essa banalização da LGBTfobia seria reproduzida também por meio de sua não criminalização, como se argumentava em uma das ações levadas ao STF:

[...] à população LGBT, que tem sua cidadania plena inviabilizada pela banalidade do mal homofóbico que absurdamente vigente na atualidade, pois sob o pseudo topos segundo o qual “a homofobia não é crime” (sic), pessoas têm ofendido, agredido, discriminado e assassinado pessoas LGBT por sua mera orientação sexual não-heterossexual/heteroafetiva ou identidade de gênero transgênera (Brasil, 2013).

Mesmo reconhecendo as limitações do emprego do direito penal *vis-à-vis* (outras) políticas educacionais, a estratégia da criminalização, tecida pela racionalidade criminalizante, articulava-se como condição *sine qua non* do enfrentamento à violência contra LGBTs no Brasil. Não seria suficiente, mas aparecia como condição necessária nesse processo, em geral compreendido como linear e progressista, em que a criminalização figurava como “única possibilidade” no “curto prazo”. Andando em par educação e criminalização como formas de “cura” à homofobia (como afirmava o lema da III Marcha Nacional contra a Homofobia, em 2012), elas estariam, no entanto, em temporalidades distintas: em curto prazo, o direito penal; em longo, políticas educacionais.

Nessa temporalidade de curto prazo – de gestão neoliberal da violência –, o direito penal teria um papel distinto daquele desempenhado por outras medidas antidiscriminatórias e que seria supostamente imprescindível. Quando se criminalizou a LGBTfobia no Brasil, 70% da população brasileira vivia sob jurisdição de leis administrativas estaduais e/ou municipais que proibiam a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Segundo o discurso criminalizante, todavia, defendia-se a necessidade de que o Estado brasileiro enunciasse “homofobia é crime” de modo a “fazer pegar” mesmo as leis já existentes e combater a violência.

Os efeitos pretendidos com a criminalização podem ser sistematizados em quatro tipos. O primeiro seria pedagógico: ao constituir quem seriam os criminosos e quem seriam as vítimas, diminuiria a prática das violências-crimes, demarcaria as linhas das condutas inaceitáveis, isto é, das ações “criminosas”. A “ausência” da criminalização engendraria efeito oposto: passar a mensagem

de que “homofobia não é crime” seria sinônimo de afirmar como aceitáveis as ações LGBTfóbicas.

Um segundo tipo de finalidade seria a dissuasão, isto é, por meio da ameaça de punição haveria diminuição da violência – “se a pessoa sabe que discriminar um gay é crime, ela vai pensar duas vezes antes de fazê-lo”, afirmou uma ativista no Seminário de 1999, citado na seção anterior. Para de fato dissuadir, haveria a ameaça de encarceramento – se fossem penas ínfimas, seria “barato” agredir, ofender, ameaçar e discriminar pessoas LGBT dentro dessa lógica (Entrevista Paula).

Visava-se, ademais, à denúncia, isto é, uma sinalização do Estado de que tal conduta seria inadmissível – seria uma forma “de mostrar de uma maneira mais clara que o sinal do governo estava a favor das LGBT, era uma mensagem muito óbvia – todo mundo entende criminalização, é mais fácil passar essa mensagem do que outras, do que Escola Sem Homofobia e coisas do tipo” (Entrevista Lucas). Em tal “mensagem”, seria central afirmar que quem discriminasse seria “criminoso” e as LGBTs, por serem “vítimas de crime”, seriam reconhecidas como cidadãos e vidas legítimas.

A criminalização teria, ao final, efeitos instrumentais. Esperava-se que ela produzisse a possibilidade de acionamento do sistema de justiça e de produção de dados sobre a violência LGBTfóbica no Brasil – instrumentos que supostamente atacariam a violência. Como nos anos 1980, Mascarenhas afirmava que uma lei assim poderia “dar às vítimas um instrumento legal que as proteja [...] apoiando-se na lei, poderão, daí em diante, exigir dos outros o respeito à própria dignidade”. Apostava-se que a posição de “vítima” poderia ser reivindicada por qualquer LGBT discriminado para “fazer valer” o direito à não discriminação – o que punha às margens dessa formação discursiva questionamentos quanto às impossibilidades de muitos dissidentes sexuais e de gênero reivindicarem tal posição. De modo explícito, declarava Mascarenhas: “E se for discriminado e não recorrer ao Judiciário? Nesse caso, azar dele. Não soube, ou não pôde, utilizar-se do instrumento a que tinha direito”.

Criminalizar seria, enfim, uma forma de combater a violência por meio do combate à impunidade. Pela racionalidade criminalizante, atrelava-se o problema da violência à falta de punição adequada – se fossem suficientemente punidas, as condutas LGBTfóbicas tenderiam a cessar. Construía-se, deste modo, a perpetuação da violência como um problema de violência “impune” a ser solucionado com a criminalização. A impunidade, por vezes, aproximava-se da ideia de “ausência” de encarceramento de LGBTfóbicos; em outras, referia-se a uma multiplicidade de expectativas frustradas frente à operação do sistema de justiça criminal (ao não registro de ocorrências, à não abertura de processos. A

perpetuação da impunidade produziria o reverso da pedagogia pretendida pela criminalização (e pela punição). Ao não tornar certas condutas crime e não punir a ocorrência de certos crimes, o Estado incentivaria a perpetuação da violência: “Por não haver essa proteção [federal], estimados 10% da população brasileira (18 milhões de pessoas) continuam a sofrer discriminação [...], e os agressores continuam impunes” (afirmou o Projeto Aliadas, em 2006).

Se esses eram os sentidos da criminalização em híbridos neoliberais-democrático-criminalizantes, quais seriam as finalidades e os horizontes da estratégia criminalizante frente ao cenário cada vez mais abertamente autoritário a partir de 2016? Justamente sobre esses aspectos nos voltaremos nas próximas seções, a fim de compreender o momento em que a homotransfobia se tornou crime e os sentidos que lhe foram atribuídos.

4. Criminalizar contra o autoritarismo?

Com o golpe parlamentar de 2016 e a deposição do governo de Dilma Rousseff, o Governo Temer (2016-2018) ampliou os espaços políticos para grupos conservadores mais radicalizados, em especial a bancada evangélica, e ampliou a diminuição dos recursos para políticas LGBT já constitutivos do governo anterior (Aragusuku et al., 2019). Ao lado de políticas de avanço da lógica neoliberal na política, marcadas pela concepção do Estado como empresa, como o teto dos gastos públicos, ou de transformação das relações trabalhistas em relações entre capitais humanos, como a reforma trabalhista (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021), tal Governo manteve no plano internacional as políticas LGBT como uma pauta relevante de sua agenda de direitos humanos (Aragusuku et al., 2019).

Esse avanço neoliberal tomou novos contornos com a eleição de Bolsonaro para a presidência, marcando uma radicalização do neoliberalismo de caráter acentuadamente autoritário, com crescimento do papel dos militares no Governo e da propagação de discursos antidemocráticos (Andrade, 2021). Políticas LGBT foram não só descontinuadas, mas passaram também a ser atacadas como políticas de promoção da chamada “ideologia de gênero”. O campo de políticas democrático-neoliberal-criminalizante se tornou, então, cada vez mais um campo autoritário-neoliberal-criminalizante, no qual os componentes sociais e social-democratas que desde os anos 1980 informavam governos e políticas híbridas passaram a ser diretamente atacados e engolfados pela radicalização neoliberal e autoritária.

Frente a esse novo momento de neoliberalismo híbrido, setores hegemônicos do ativismo LGBTQIA+, centrados no *advocacy* e na litigância estratégica,

seguiram priorizando a criminalização⁵ – ainda que alguns, como a Aliança Nacional LGBTI+, tenham seguido caminhos de possível composição com tais Governos para construção de políticas públicas e aprovação de projetos de lei, e outros, como a ABGLT, adotaram políticas de enfrentamento e não composição com tais Governos. Frente ao momento autoritário-neoliberal-criminalizante, as racionalidades entrelaçadas de formações hegemônicas anteriores seguiram informando as práticas de resistências e críticas ao novo governo híbrido: as criminalizações e suas efetivações seguiram relevantes na arena política entre 2016 e 2019 e após a criminalização de junho de 2019.

Ao mesmo tempo, esses anos foram aqueles nos quais as críticas a uma tipificação penal da LGBTfobia passaram a ocupar um lugar mais amplo, ainda que largamente minoritário, entre ativistas LGBTs. Desde 1985, os grupos hegemônicos do ativismo LGBT brasileiro tiveram contato com críticas aos caminhos criminalizantes, advindas em geral de criminólogos críticos ou de ativistas envolvidos em militâncias anticarcerárias. Entre 2016 e 2019, no entanto, os jovens militantes que demarcaram uma posição crítica à criminalização em eventos públicos sobre LGBTfobia ou em debates em redes sociais compunham uma outra geração ativista frente àquela que havia composto um consenso em torno da criminalização e tendiam a ter uma maior circulação por debates abolicionistas penais ou desencarceradores, posições que passaram, então, a povoar o debate sobre a violência contra LGBTs.

Nessa nova constelação, em determinados grupos de militância por direitos humanos, deixou de ser considerada como uma posição automaticamente contrária aos direitos da população LGBT uma declaração contra a criminalização da LGBTfobia (Entrevista Lucas). Ser contra essa medida, afinal, também poderia ser uma posição favorável aos direitos humanos e à proteção de dissidências sexuais e de gênero, mas contra o autoritarismo e a violência do sistema penal.

O fechamento das possibilidades de aprovação de direitos LGBTs no Congresso, já sinalizado desde o primeiro Governo Dilma, acentuou-se nesse período e, com as eleições de 2018, o STF passou a ter um papel estratégico para esses setores ativistas. Em fevereiro de 2019, iniciou-se o julgamento do MI 4733 e da ADO 26. Nos discursos dos advogados e advogadas LGBTs que subiram à

5 Entre 2016 e 2019, a Aliança Nacional LGBTI+ promoveu a criminalização tanto no Legislativo quanto no Judiciário – tendo articulado, em 2017, junto a parlamentares e partidos políticos a “Carta da Diversidade – Plataforma Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ na Agenda Legislativa e de Litigância Estratégica”. Seus signatários se comprometiam com a aprovação de projetos de lei e apreciação de ações que visassem a garantir a plena cidadania de LGBTs. No topo da lista das demandas legislativas, estava o eixo “Segurança e Seguridade: marco legal que proteja LGBTI e puna os crimes de ódio com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero”; e iniciava a lista de ações em tramitação no STF “a criminalização da LGBTfobia; equiparando-a ao Racismo”.

tribuna do STF em 13 e 14 de fevereiro daquele ano, representando os propositores das ações e seus *amici curiae*, a criminalização aparecia como urgente frente à “banalidade do mal homotransfóbico”, que pune simbólica e fisicamente as pessoas que não seguem a cisheteronormatividade, mesmo quem se autoidentifique como cisheterossexual. No discurso ali apresentado, um julgamento favorável àquelas ações reconheceria que a vida e a integridade física e mental da população LGBT importariam e seriam dignas de serem protegidas pelo Estado.

Nos meses do julgamento no STF, as trincheiras hegemônicas das batalhas em torno da criminalização se organizavam da seguinte forma. De um lado, aqueles que queriam combater a LGBTfobia por meio de sua criminalização e empregar esse dispositivo como instrumento de combate contra a legitimação pública da homotransfobia engendrada também pelo Governo Federal radicalmente neoliberal e autoritário; de outro, os que recusavam a tipificação penal da homotransfobia por negar a LGBTfobia tanto de si quanto da sociedade brasileira e, assim, por meio dessa negação reproduziam um modelo de sociedade cis-heteronormativo. Embora partindo de motivações opostas e concepções distintas de democracia e direitos humanos, ambos os lados, contra ou a favor da criminalização *da LGBTfobia*, estavam organizados pela mesma racionalidade: o acionamento do direito penal, a construção de “vítimas de crimes” e “criminosos” e a centralidade de enunciar determinadas condutas como “crimes” como dimensão da cidadania.

Outras trincheiras, ainda que minoritárias, foram constituídas entre aqueles que reconheciam a urgência do combate à violência LGBTfóbica em torno de quais batalhas deveriam ser priorizadas ou necessárias para se contrapor à violência estrutural atualizada no híbrido neoliberal contemporâneo. De um lado, aqueles que se recusavam a lutar pela *criminalização* da LGBTfobia e os que, de múltiplas formas, atualizavam sua necessidade. As ativistas LGBTs que disputavam a estratégia de *criminalização* da LGBTfobia recusavam as batalhas hegemônicas ao enquadrar os acionamentos do sistema penal como centralmente autoritários e reprodutores das violências, exclusões e massacres constitutivos tanto dos momentos que se afirmavam democráticos quanto dos mais abertamente autoritários da sociedade brasileira⁶.

6 Alguns eventos podem ser destacados dentro do ativismo LGBT paulistano e da mídia nacional em torno dessa mudança. Eventos públicos organizados com ativistas LGBTs favoráveis e contrários à criminalização foram organizados nesses anos, notadamente, na Conferência SSEX BBOX (em 2016 e 2017) e na Casa1 (em 2017) – em debate “Sistema Penitenciário e População LGBT”, questionou-se: “será que vale a pena a gente investir numa criminalização da LGBTfobia desse jeito, sem discutir o que que é o sistema carcerário? Quem que é preso no Brasil? Quem vai ser preso?”. Para além destes eventos, ampliava-se a articulação de quadros anticriminalizantes em blogs, redes sociais e reportagens de diversos jornais (desde mídias alternativas, como TheIntercept Brasil e Ponte Jornalismo, até meios hegemônicos, como O Globo e Uol). Nessas representações midiáticas, o centro das disputas não estava mais exclusivamente entre ativistas LGBTs criminalizantes e religiosos autoritários, mas passava a abarcar também os discursos LGBTs anticriminalizantes.

O julgamento do STF iniciado em fevereiro terminaria somente em 13 de junho de 2019, quando, por 8 votos a 3, a homotransfobia foi, então, criminalizada no Brasil. Nesse ínterim, houve múltiplos projetos apresentados no Congresso Nacional buscando também a criminalização, dos quais dois se destacam. Primeiro, o PL 2653/2019 apresentado pelo deputado Pastor Marco Feliciano (PODEMOS), da base do Governo – o que indicava uma certa disposição de certos setores conservadores de tornar crime a homotransfobia, caso houvesse uma exceção por razão de liberdade religiosa, afinal, instrumentos penais e sua expansão formam também parte da forma de governo neoliberal-autoritária-criminal. Em segundo lugar, chama a atenção o PL 2672/2019, do deputado David Miranda (PSOL), que visava a um conjunto de políticas de proteção e assistência a vítimas – medidas legislativas, afinal, de não expansão do aparato penal como forma de construção de segurança que até então jamais haviam sido propostas no Congresso Nacional.

Com o final do julgamento, atendeu-se, em suma, ao cerne do que se pedia naquelas ações judiciais: “homofobia” e “transfobia” se tornaram qualificadoras como motivo torpe de homicídio doloso qualificado e a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero passou a ser recepcionada na Lei de Racismo (que pune com até cinco anos de cárcere discursos discriminatórios e práticas de discriminação na admissão ao trabalho, no ingresso a instituições de ensino, nas relações de consumo, nas Forças Armadas e no convívio familiar). Uma das demandas não atendidas foi que se declarasse o dever de o Estado indenizar por “danos morais, materiais e estéticos todas as vítimas de crimes motivados pela orientação sexual ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, no mínimo enquanto não for criada a referida criminalização específica” (Brasil, 2013). Os ministros, considerando a ADO e o MI como instrumentos inadequados para demandar indenizações ao Estado, não acolheram tal solicitação. No entanto, a lógica constitutiva daquele pedido, onexo causal entre a não-criminalização (a omissão do Estado) e a perpetuação de agressões LGBTfóbicas, não foi afastada pelos argumentos apresentados pelos ministros naquela decisão judicial, cujos argumentos seguiam a grade de inteligibilidade criminalizante.

O resultado positivo para o ativismo hegemônico LGBT na Suprema Corte, em 2019, longe de apontar o STF como uma panaceia ou seus ministros como bastiões da civilização, resulta de um processo histórico marcado por contingências políticas e sociais em que convergiram distintos fatores (como argumenta Cardinali (2018) acerca de outros processos de judicialização de direitos LGBTs). Dentre tais elementos, a conjuntura política e social após as eleições de 2018, saturada pela legitimação social de ataques abertos a dissidentes sexuais e de gênero, pode ter sido fundamental para acelerar o tempo da apreciação dessas ações na agenda do STF.

Durante os meses de julgamento e no 13 de junho de 2019, ativistas LGBTs críticos ao cárcere se viram diante de um “sim” e de um “não” que eram, com efeito, “alternativas infernais” (Pignarre, 2004), engendradas justamente pelo modo como se construíram as lutas antiviolaência no neoliberalismo híbrido brasileiro e à forma como levaram a pergunta ao STF, questionando se a LGBTfobia seria ou não crime – demanda a ser respondida *ou* com o reconhecimento da LGBTfobia como um problema social grave por meio de sua criminalização *ou* pelo seu não reconhecimento por meio de sua não criminalização. Nos discursos criminalizantes, defender #CriminalizaSTF tratava-se de necessidade lógica. Nos discursos anticarcerários, apoiar o “sim” era uma aposta tática de que seria melhor o reconhecimento da LGBTfobia, ainda que fosse em termos criminais; apoiar o “não” era defender que, dentro dos termos dessa pergunta e das respostas engendradas, não se combateria a LGBTfobia e se reforçariam justamente os termos criminalizantes.

4.2. Os sentidos do pós-criminalização

Depois de a homotransfobia ter se tornado crime, seguiu-se o reforço da política cis-heteronormativa de violência e ataque a dissidentes sexuais e de gênero, reforçada por medidas do Governo Federal e declarações do Presidente da República. Os mais de três anos de Governo após o 13 de junho de 2019 indicaram inclusive que ter sido posta no plano criminal não fez com que a LGBTfobia não fosse praticada, incentivada e propagada como programa de governo.

Os setores que desde baixo mobilizavam uma racionalidade-afetividade em torno da criminalização direcionaram parte significativa de seus esforços para fazer “sair do papel” a criminalização dentro de um discurso de produção de segurança e proteção em um contexto mais autoritário e de crescente medo de violência contra dissidentes sexuais e de gênero. Em cenário de descontinuação das políticas públicas LGBTs, parte significativa dos esforços e dos afetos foram voltados ao Judiciário e ao sistema penal. Na sua faceta criminal, esse caminho permaneceu, aliás, em grande parte semelhante àquele tomado em conjunturas de expansão de políticas públicas e institucionalização do ativismo. Nos anos anteriores, um dos maiores argumentos para se criminalizar era a possibilidade de que, com homofobia ou transfobia marcadas nos Boletins de Ocorrência, seriam produzidos dados que embasariam políticas públicas de combate à LGBTfobia – as quais, no entanto, poderiam ser enquadradas também pela razão criminalizante como subsídio para outras expansões penais.

Afirma o *site* da *All Out Brasil*: “Já tem mais de três anos que a LGBTfobia é crime no Brasil. Só que, de lá para cá, pouca coisa mudou”. Mas o que deveria

haver mudado? Segundo discurso dos grupos hegemônicos e das campanhas mobilizadas desde junho de 2019, seria a criação de espaço para se preencher homofobia ou transfobia como motivação em Boletins de Ocorrência e a implementação de um protocolo nas delegacias brasileiras de como tratar ocorrências trazidas à delegacia em casos de LGBTfobia. A efetivação das medidas penais por meio de pequenas reformas no sistema penal aparecia, assim, como condão dos efeitos positivos da criminalização, bem como se apresentava como contraponto à escalada autoritária e LGBTfóbica do neoliberalismo híbrido. Empregar o sistema penal, portanto, para combater o crescente autoritarismo.

Apesar de um antagonismo fundamental entre as formas de condução de condutas propagadas pelos defensores da criminalização e pelos seus críticos que compunham um governo mais abertamente autoritário, a mesma solução neoliberal-criminalizante seguia organizando ambos os discursos: apostar no sistema penal e suas promessas. Em 15 de dezembro de 2019, quando uma das apoiadoras públicas lésbicas de Bolsonaro, Karol Eller, foi agredida publicamente em um restaurante em um incidente relatado em primeiro momento como lesbofobia, o senador Eduardo Bolsonaro emitiu um *tweet* sobre o episódio, questionando as consequências do caso: “Para a direita, o agressor teria uma dura sentença de prisão. Será que os esquerdistas apoiam tal medida?”

Ao responderem a essa provocação, ativistas LGBTs e políticos à esquerda evidenciaram aquilo que a narrativa autoritária-neoliberal costurada no *tweet* do senador escamoteava: a política hegemônica de esquerda no Brasil, não só para combater a violência contra LGBTs, esteve desde os anos 1990 centrada em formas carcerárias e policiais de responder à violência (Camargos, 2022; Pereira, 2022; Martins, 2021). A resposta mobilizada dentro do discurso neoliberal-democrático-criminalizante foi coerente com essa trajetória. Defendeu-se que Eller deveria processar criminalmente aqueles que a atacaram e foi recordado que tal opção era uma possibilidade aberta justamente pela criminalização da homotransfobia, mobilizada como vitória à esquerda.

Não só a prisão e punição como horizonte seguiram compartilhadas entre esses polos em casos de violência explícita contra LGBTs, mas também se reforçou, após a criminalização, o discurso de se combater criminalmente e com virulência os casos de violência. Como resultado da hegemonia dessa racionalidade e de sua composição com diferentes formações neoliberais na sociedade brasileira, a solidariedade contemporânea com vítimas de violência, não apenas homotransfóbica, foi em grande parte reduzida ou engolfada a demandar mais punições, prisões e policiamento, como se esta fosse a única possibilidade viável e normal (Martins; Coelho, 2022).

Para os ativismos hegemônicos pró-criminalização, essa lógica não entrava em contradição com suas circulações por movimentos de direitos humanos e por articulações pelo desencarceramento. Tal fenômeno pode ser compreendido à luz da tese de Possas (2015), em sua pesquisa com ativistas de direitos humanos favoráveis à prisão em caso de tortura. Argumenta Possas (2015: 495) que quando “a motivação é considerada progressista, um político de esquerda ou um militante de direitos humanos não parece ver que ele defende uma solução (envolvendo a pena) conservadora e que isso é contraditório com seu perfil político global (progressista)”. De modo semelhante, os setores criminalizantes-democratizantes posicionavam sua demanda como progressista por se embasarem em sua motivação, apesar da solução conservadora que propunham e contra a qual, em geral, mobilizavam-se na sociedade brasileira.

Nas formas de governar e ser governado em ambos os híbridos neoliberais brasileiros, o direito penal tem sido pensado pelos movimentos sociais hegemônicos como “aquilo que não se pode não querer” (Brown, 2002: 421). A racionalidade criminalizante tem operado reproduzindo e espraiando um conjunto de “alternativas infernais” (Pignarre, 2004) próprias do modo de pensar do sistema de justiça criminal. Tais “alternativas infernais” constituem um “realismo político” que “captura a capacidade de agir, imaginar, existir e lutar” (Pignarre, 2004) entre as opções de demandar novas criminalizações, encarcerar acusados e produzir justiça *ou não* os encarcerar e *não* produzir justiça – obstaculizando-se, deste modo, que se pensem e se lutem em outros termos como justiça e não encarceramento ou, ainda, justiça e não punição. Após 2019, ao se enquadrar a continuidade da violência como falta de punição, reproduziram-se as “alternativas infernais”: punir LGBTfóbicos e, deste modo, diminuir a violência, ou seguir com a “impunidade” e perpetuar a violência. Nesta lógica, ao não punir o “suficiente”, o Estado não comunicaria “suficientemente bem” que a LGBTfobia seria inaceitável e não incidiria sobre a diminuição de sua prática.

Mesmo em tempos de recrudescimento da legitimação pública e explícita da LGBTfobia, outros ativistas LGBTs mantiveram, com todos os custos implicados, uma posição pública de recusa da separabilidade entre questão carcerária e policial e liberdade de dissidentes sexuais e de gênero:

Por conta do momento que a gente está vivendo, [tem gente que] acha que qualquer migalha agora é um anteparo ao avanço fascista, acho que não é nem a vitória, é uma coisa do tipo de menos derrotas [...] E nesse momento em que a gente está vivendo de contradições profundas em relação ao Judiciário, sabe, só no ano passado a chacina do Pará e do Amazonas, juntas, somadas, dão o Carandiru; tipo num contexto de massacre, de crescimento de massacre...

quantas crianças morreram ano passado no Rio de Janeiro? Acho que 15, 14 crianças. *Eu acho irresponsável fazer uma discussão de mais Estado penal, de cadeia, dessa maneira. Não sei se isso cabe mais. Não sei como é que isso cabe.* O fato é que isso é um consenso. (Entrevista Maria, grifos nossos).

Efetivar a punição e demandar a criminalização, no entanto, couberam de modo hegemônico nas estratégias ativistas LGBT. E com o estatuto de serem uma forma não só de construir a cidadania e os direitos humanos da população LGBT, mas de efetivar a Constituição e a própria democracia – em momentos de expansão democráticas – ou de proteger os direitos constitucionais – em períodos de ataque aos princípios democráticos.

5. Considerações Finais

Como analisamos no caso dos setores hegemônicos do ativismo LGBT, uma racionalidade criminalizante seguiu nos diversos híbridos neoliberais brasileiros canalizando grande parte das energias, dos afetos e das estratégias militantes para o reforço de caminhos criminais. Manteve-se nesse percurso um mesmo horizonte de expectativas da justiça criminal como condão da cidadania e que atrelava segurança e proteção à gestão criminal da violência por meio da sua nomeação como “crime” e da promessa de punição.

Se, na configuração neoliberal-democrático-criminalizante, as demandas penais se tornaram possíveis de serem hegemônicas como pedra de toque das “formas precárias de cidadania LGBT” (Toitio, 2016), no híbrido neoliberal-autoritário-criminalizante, frente ao desmonte dessa cidadania e aos ataques abertos às dissidências sexuais e de gênero, os esforços para fazer as engrenagens penais trabalharem contra a LGBTfobia passaram a ser justificados como se fossem uma contraposição a um neoliberalismo mais abertamente autoritário. Raras exceções críticas dentro das fileiras ativistas, sobretudo no momento de radicalização autoritária neoliberal, questionaram, no entanto, não só o híbrido neoliberal contemporâneo, mas os efeitos da engrenagem neoliberal criminal constitutiva também da experiência democrática brasileira de governo – tais vozes minoritárias vislumbravam outros horizontes e racionalidades de combate à violência além daqueles até este momento traçados contra a violência LGBTfóbica.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. *Caderno CRH*, v. 34, 2021, pp. 1-34.

- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*, v. 34, 2021, pp. 1-25.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo et al. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. *Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 04, 2019, pp. 05-33.
- BELL, Emma. Insistiendo en el neoliberalismo: la permanente influencia del neoliberalismo en la penalidad contemporánea. *Delito y sociedad*, v. 38, 2014, pp. 50-62.
- BERNSTEIN, Elizabeth. Carceral politics as gender justice? The 'traffic in women' and neoliberal circuits of crime, sex, and rights. *Theory and society*, v. 41, n. 3, 2012, pp. 233-259.
- BRASIL. Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008. Supremo Tribunal Federal, 2008.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26/DF*. Relator: Ministro Celso de Mello, 2013.
- BROWN, Wendy. Suffering the paradoxes of rights. In: BROWN, Wendy; HALLEY, Janet. (Org.). *Left legalism/left critique*. Duke University Press, 2002, pp. 556-576.
- CÂMARA, Cristina Luci. Triângulo Rosa. A busca pela cidadania dos "homossexuais". Dissertação de mestrado, Sociologia, UFRJ, 1993.
- CAMARGOS, Pedro de Almeida Pires. Guerra ao Crime Organizado e Política Criminal nos Governos FHC e Lula: entre os processos de neoliberalização e as hibridizações da guinada punitiva brasileira. Dissertação de mestrado, Sociologia, USP, 2022.
- CARDINALI, Daniel Carvalho. *A Judicialização dos Direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências*. Belo Horizonte, Arraes, 2018.
- CUELLO, Nicolás; DISALVO, Lucas Morgan (Org.). *Críticas sexuales a la razón punitiva: insumos para seguir imaginando una vida junt*s*. Neuquén, Ediciones Precarias, 2018.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 5, out. 2004, pp. 139-164.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT a um campo de governança. *Passages de Paris*, n. 7, 2012, pp. 97-104.
- FOUCAULT, Michel. Foucault Estuda a Razão de Estado. *Ditos e escritos IV*. Ética, estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Structuralisme et poststructuralisme. *Dits et écrits*, v. 4. Paris, Gallimard, 1994, pp. 477-499.

- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Editora Elefante, 2018.
- GAMA, Maria Clara. *Criminalização da homofobia e despatologização da homossexualidade no Congresso Nacional, da redemocratização à atualidade*. Tese de doutorado, Sociologia, UERJ, 2017.
- GARCIA, Margarida. La théorie de la rationalité pénale moderne: un cadre d'observation, d'organisation et de description des idées propres au système de droit criminel. In: DUBÉ, Richard; GARCIA, Margarida; MACHADO, Maíra (Org.). *La rationalité pénale moderne. Réflexions théoriques et explorations empiriques*. Ottawa, Presses de l'Université d'Ottawa, 2013, pp. 37-72.
- GARLAND, David. *The Culture of Control*. Oxford University Press, 2001.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.
- HARCOURT, Bernard E. Neoliberal penalty: A brief genealogy. *Theoretical Criminology*, v. 14, n. 1, 2010, pp. 74-92.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"*. Salvador, EdUFBA, 2018.
- MARTINS, Alexandre Nogueira. *Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização*. São Paulo, IBCCrim, 2021.
- MARTINS, Alexandre; COELHO, Caia Maria. Notes on the (Im)possibilities of an Anti-colonial Queer Abolition of the (Carceral) World. *GLQ*, v. 28, n. 2, 2022, pp. 207-226.
- MASIERO, Clara Moura. *Lutas sociais e política criminal: os movimentos feministas, negro e LGBTQ e a criminalização das violências machista, racista e LGBTQfóbica no Brasil*. Tese de doutorado, Direito, Unisinos, 2018.
- PEREIRA, Carolina Soares. *A criminalização da violência doméstica contra mulheres: elos entre feminismos e delegacias de polícia*. Dissertação de mestrado, Sociologia, USP, 2022.
- PIGNARRE, Philippe. Apprendre à échapper aux alternatives infernales. *Mouvements*, v. 2, 2004, pp. 40-48.
- PIRES, Álvaro. La rationalité pénale moderne, la société du risque et la juridicisation de l'opinion publique. *Sociologie et sociétés*, v. 33, n. 1, 2001, pp. 179-204.
- PIRES, Thula. *Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos*. Tese de doutorado, Direito Constitucional e Teoria do Estado, PUC-RJ, 2013.
- PITCH, Tamar. Feminismo punitivo. In: DAICH, Deborah; VARELA, Cecilia. *Los feminismos en la encrucijada del punitivismo*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2020.
- PITCH, Tamar. La violencia contra las mujeres y sus usos políticos. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, v. 48, 2014, pp. 19-29.

- POSSAS, Mariana Thorstensen. Produção de leis criminais e racionalidade penal moderna: Uma análise da distinção 'conservador' x 'progressista' no caso da criação da lei contra a tortura no Brasil. *Dilemas*, v. 8, n. 3, 2015, pp. 473-499.
- ROSE, Nikolas. Government and control. *British journal of criminology*, v. 40, n. 2, 2000, pp. 321-339.
- SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SIMON, Jonathan. *Governing through crime: How the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear*. Oxford, Oxford University Press, 2007.
- SPADE, Dean. *Normal life: Administrative violence, critical trans politics, and the limits of law*. Durham, Duke University Press, 2015.
- TOITIO, Rafael. Cores e contradições: A luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 2016.
- VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

Recebido em: 25/09/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

- MARTINS, Alexandre Nogueira. Racionalidade criminalizante e neoliberalismo híbrido: ou como a lgbtfobia se tornou crime no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 801-826.



Entre mito e solução, a busca por um empreendedorismo realmente existente

Brauner Geraldo Cruz Junior¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo propor uma análise sobre o empreendedorismo que leve em conta sua forma realmente existente. A ideia de neoliberalismo híbrido nos permite pensar na simultaneidade de maneiras de organização da vida, ou de racionalidades políticas. Desta forma, busco analisar o empreendedorismo enquanto uma normatividade neoliberal para colocá-lo em diálogo com outras racionalidades presentes nas classes populares brasileiras, depreendendo seu hibridismo. Concluo afirmando a pertinência analítica do empreendedorismo para compreender seus usos práticos e se aproximar das estratégias de vida contemporâneas.

Palavras-chave: neoliberalismo; estratégias de vida; informalidade; economia popular; governamentalidade.

Between myth and solution, the search for a really existing entrepreneurship

Abstract: *This paper aims to propose an analysis of entrepreneurship that takes into account its actually existing form. The idea of hybrid neoliberalism allows us to think about the simultaneity of ways of organizing life, or political rationalities. In this way, I seek to analyze entrepreneurship as a neoliberal normativity to put it in dialogue with other rationalities present in the Brazilian popular classes, inferring its hybridity. I conclude by affirming the analytical relevance of*

1 Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil – braunercruz@iesp.uerj.br - <https://orcid.org/0000-0002-2105-5890>

entrepreneurship to understand its practical uses and to approach contemporary life strategies.

Keywords: *neoliberalism; life strategies; informality; popular economy; governmentality.*

Entre mito y solución, la búsqueda de un emprendedorismo realmente existente

Resumen: Este artículo tiene como objetivo proponer un análisis del emprendedorismo que tenga en cuenta su forma realmente existente. La idea de neoliberalismo híbrido permite pensar en la simultaneidad de formas de organizar la vida, o racionalidades políticas. De esta forma, busco analizar el emprendedorismo como una normatividad neoliberal para ponerlo en diálogo con otras racionalidades presentes en las clases populares brasileñas, infiriendo su hibridismo. Concluyo afirmando la relevancia analítica del emprendedorismo para comprender sus usos prácticos y abordar las estrategias de la vida contemporánea.

Palabras-clave: neoliberalismo; estrategias de vida; informalidad; economías populares; gubernamentalidad.

Introdução

O presente artigo propõe uma análise sobre o termo empreendedorismo e de que modo pode ser entendido tanto em questões teórico-conceituais quanto de maneira prática e cotidiana. Buscarei sugerir que a ideia de um hibridismo governamental, que permeia as racionalidades políticas entendidas e propostas por Foucault (2008), nos é útil para tal empreitada analítica. Em outras palavras, defendo a tese de que a noção de empreendedorismo evocada por uma racionalidade neoliberal presente atualmente nas formas de governo da sociedade pode ser melhor entendida se procurarmos investigar as outras práticas que conformam o conceito de empreendedorismo e que se expressam em seu uso no cotidiano, conferindo plasticidade ao termo e tornando seu uso pertinente enquanto categoria de análise.

Recentemente, em uma conversa com um interlocutor morador do Conjunto de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, onde realizo minha pesquisa de doutorado, ouvi dele uma frase que aqui tento reproduzir na íntegra: “Meu pai podia ter a chance de ser o próprio patrão, mas não quis. Abriu mão do

táxi que ele tinha, porque não gostava de não ter horário pra entrar e sair, pra comer, de não ter um salário fixo.” Perguntei a ele no que seu pai passou a trabalhar: “Virou motorista de ônibus”. Ele, que atualmente é motorista de táxi, demonstrou reprovação ao caminho profissional traçado pelo pai. Numa conversa que me lembrou muito o relato de Richard Sennett (1999) sobre as diferenças geracionais e perspectivas de vida entre Rico e Enrico, seus interlocutores, a possibilidade de ser seu próprio chefe, não ter patrão e fazer o próprio horário soa como atrativa diante do que parece ser um apego desnecessário às bases do trabalho assalariado.

Poderíamos dizer que meu interlocutor evocou um discurso próprio do empreendedorismo entendido sob as bases da razão neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Nesta, o sujeito se vê como uma empresa de si mesmo que aloca seu capital humano e gere seus próprios recursos no meio profissional, e não mais como um trabalhador que vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Essa é uma análise possível para entender o empreendedorismo, mas não é a única. Isto porque o conceito passou por importantes modificações desde seus primeiros usos, dos quais se destaca o trabalho de Schumpeter (1961). Entender como essas transformações moldaram o conceito e, principalmente, influenciaram em seu uso no cotidiano, para além dos limites acadêmicos, nos permitirá inferir que há mais elementos presentes na fala de meu interlocutor. A ideia de ser seu próprio chefe pode ser depositária de um discurso contemporâneo do empresário de si mesmo, mas, em especial na sociedade brasileira, também evoca outras maneiras de pensar o mundo profissional. O empreendedorismo pode também mobilizar opções transitórias ou simultâneas entre o trabalho formal e o trabalho informal, combinar-se com outros arranjos profissionais nas estratégias econômicas familiares, podendo ser tanto um “complemento” à renda como também a fonte principal dos rendimentos familiares. Pode ser uma prática inédita às estratégias de vida familiares, ou, como muitas vezes ocorre, fazer parte desde sempre de suas alternativas para obtenção da renda.

Isso tudo demonstra que o empreendedorismo, assim como o neoliberalismo, não é uma avalanche – ou um *tsunami*, como abordou Ong (2006; 2007) – que derruba todos os pilares do mundo profissional e instaura novos alicerces sobre os quais todos os indivíduos passam a se pautar. Sua concepção, inclusive, torna-se bastante influenciada pelas racionalidades e formas de agir que as atravessam, de tal maneira que ela ressoa de diferentes modos nos diferentes grupos sociais.

Este artigo é fruto de pesquisas iniciadas na minha dissertação de mestrado, na qual investiguei as diferentes assimilações do discurso empreendedor

por sujeitos das camadas populares que possuíam um negócio próprio (Cruz Junior, 2019). Segui com pesquisas similares, procurando entender qual era o empreendedor gestado no Brasil pós-lulismo (Penteado e Cruz Junior, 2020) e os elementos que compunham a subjetividade de trabalhadores *shoppers*, que cresceram com o advento da pandemia do novo coronavírus (Cruz Junior, Penteado e Souza, 2022). Em meu doutorado, volto o olhar para as práticas econômicas cotidianas no âmbito da casa e na gestão de pequenos negócios em favelas. Mais especificamente, estudo o processo econômico de fazer e vender comida na Maré.

Em todas essas pesquisas, deparei-me com dinâmicas complexas na relação entre empreendedorismo e negócios populares. Inicialmente, preocupava-me em conceituar o empreendedorismo e verificar quais de meus interlocutores se encaixavam em sua gramática e quais escapavam dela. Minha intenção era saber se o discurso neoliberal sobre o termo encontrava lastro, sobretudo, nas camadas populares da sociedade brasileira. Em seguida, percebi que, mais produtivo do que olhar para os indivíduos e identificar se eram considerados ou consideravam a si como empreendedores, deveria me centrar nas suas práticas econômicas e identificar as lógicas e formas de organizar a vida presentes nelas. Esta tarefa analítica a que me propus me fez perceber, e é o que buscarei desenvolver neste artigo, que mais do que notar se o empreendedorismo era aceito ou recusado pelos agentes sociais, se o termo empreendedor era injustamente ou não atribuído a certas categorias profissionais, convinha explorar seus diversos usos assumidos na vida cotidiana. Enquanto categoria nativa, o empreendedorismo evoca uma pluralidade de acepções cuja compreensão nos pode ser útil para uma atualização analítica do conceito. Não se trata de aceitar e naturalizar a precariedade laboral trazida pela noção de um trabalho desregulamentado e de condições desumanas. Mas de compreender, inclusive como estratégia política, as complexas e variadas formas que sua narrativa assumiu ao longo do século XXI.

Deste modo, o artigo será dividido em quatro seções, para além desta introdução. Inicialmente, buscarei trazer o empreendedorismo enquanto conceito mobilizado pelo neoliberalismo. Para isso, farei uma breve e sucinta passagem histórica do termo, com o intuito de revelar como diferentes correntes teóricas apresentaram sua versão mais recente e próxima daquela que encaramos na atualidade. Em seguida, parto para uma seção que visa pensar as bases sociais, culturais e econômicas da sociedade brasileira e sua relação com o empreendedorismo. Nesta seção, trago tanto uma perspectiva histórica sobre as formas de se ganhar a vida no Brasil e seu possível diálogo com o mundo empreendedor

quanto uma visão contemporânea dessa relação, evocando autores que discutem e analisam esse imbricamento. Na terceira seção, mobilizarei alguns relatos das pesquisas por mim realizadas sobre o tema, como forma de apresentar uma maneira multifacetada e compósita de encarar o empreendedorismo. Por fim, encerro com uma conclusão que busca articular essa apresentação do conceito com a proposta de empregar analiticamente uma visão híbrida das racionalidades políticas, em especial a governamentalidade neoliberal.

O empreendedorismo segundo o neoliberalismo

É possível destacar o trabalho de Joseph Schumpeter (1961) como uma das principais análises iniciais, se não a principal, sobre a figura do empreendedor. Este economista de origem austríaca estava preocupado em desenvolver uma teoria sobre o capitalismo que desse conta de explicar o seu desenvolvimento de maneira endógena, ou seja, cuja transformação partisse do próprio sistema. Schumpeter olhava, sobretudo, para a transição entre os séculos XIX e XX, quando havia a valorização de pequenos capitalistas que passaram a prosperar com o crescimento de suas empresas, criadas ainda em um cenário de maiores incertezas e anterior ao surgimento do fordismo. Dessa maneira, chegou à proposição de que a inovação era esse motor do desenvolvimento econômico do capitalismo, e o empreendedor era a figura responsável por promovê-la.

Vemos, a seguir, como o autor trabalha com a ideia de “novas combinações”, que poderíamos entender por inovações ou por empreendimentos, e que deslocam o estado de equilíbrio no capitalismo:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...]

O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações. (Schumpeter, 1961: 75-76, grifo nosso)

Esses empreendimentos compreendem cinco situações: (a) a introdução de um novo bem; (b) a introdução de um novo método de produção; (c) abertura de um novo mercado; (d) conquista de uma nova fonte de matérias-primas; e (e) o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria (Schumpeter, 1961: 76). Aqueles que realizam essas novas combinações, ou empreendimentos, são tidos como empresários inovadores, ou empreendedores. Eles se

diferenciam, como lembra Martes (2010), da figura do capitalista, pois se baseiam em valores, mas também são guiados por desejos e conquistas, ou seja, por uma paixão². São, por isso, figuras de liderança. Necessitam, também, de instituições políticas e econômicas de apoio às suas ações, que alavancariam novos ciclos de crescimento. Por isso, o capital empregado não advém da poupança, mas, sim, do crédito (Martes, 2010: 255-256).

Martes (2010) segue nos ajudando a compreender o que Schumpeter (1961) pensou sobre o empreendedor. Segundo a autora, é importante ressaltar alguns atributos que o caracterizam nesse contexto, como a necessidade de escapar do enquadramento usual dos problemas e soluções testadas, o enfrentamento da oposição social do ambiente em que se está inserido, e uma motivação não condicionada pelo lucro ou pela satisfação de desejos pessoais, mas, sim, pelo impulso de lutar e de se fazer superior, pela alegria de criar e de fazer coisas.

Se, a partir dessa caracterização, poderíamos pensar numa identidade fixa associada ao empreendedor, devemos seguir na compreensão da abordagem schumpeteriana para chamar atenção ao fato de que esse grupo de empreendedores, sob esse enquadramento, é, necessariamente, restrito. O empreendedorismo de Joseph Schumpeter (1961) não é visto como uma profissão, ou como um atributo pertencente a uma classe específica. Também não é uma condição duradoura. Aquele que deixa de inovar é demovido da condição de empreendedor. Como ressalta Osvaldo López-Ruiz (2007: 124), “quem é empreendedor, dificilmente o será sempre”.

É no elemento anterior que parece residir a principal diferença entre o empreendedorismo pensado aos moldes de Schumpeter e aquele que encaramos em diversas esferas da vida cotidiana contemporânea. Se, para a sociedade capitalista que irrompia no começo do século XX, o empreendedorismo era uma condição transitória de um grupo restrito de indivíduos, que por sua vez não seriam sempre considerados como empreendedores, com o advento do neoliberalismo, ou como López-Ruiz (2007: 30) analisou, em um novo espírito do capitalismo, o empreendedorismo passa a ser “a atitude de um povo”.

López-Ruiz (2007) explica como se deu essa mudança de chave que permitiu um *revival* e uma massificação do empreendedorismo. Ao formular uma análise de inspiração weberiana sobre o capitalismo, o autor se aproxima do trabalho desenvolvido por Boltanski e Chiapello (2009), com a ideia de espíritos

2 Martes (2010: 260) complementa: “Adaptar, crescer, administrar eficientemente a rotina de uma empresa não significa empreender. O ponto mais importante a ser resgatado é a ideia subjacente ao texto de que nenhuma das atividades citadas acima significa inovar.”

do capitalismo, ideologias que concentram em si uma justificativa para aquela configuração de sistema (2009: 39). Um primeiro espírito seria aquele analisado pelo próprio Max Weber (2004) e também por Schumpeter (1961). Ele seria marcado por um *ethos* aventureiro, com a valorização de empreendimentos de pequenos capitalistas, possuidores de bens tangíveis. Já o segundo seria marcado pelo que Wright Mills (1969) chamou de “a sociedade dos colarinhos brancos”, formada por “homens-organização”. É que com o fordismo e a expansão do assalariamento, os indivíduos que representavam carreiras exitosas já não eram todos mais detentores de propriedades e passam a ser considerados como homens modestos e passivos (Wright Mills, 1969)³.

É pelo resgate da ideia de propriedade que o terceiro espírito do capitalismo será marcado. Só que diante do tamanho e da proporção tomada pela economia capitalista, e da diversidade de organizações e empresas, não seria mais possível pensar a propriedade de bens tangíveis num sentido ampliado, mas, sim, na propriedade do indivíduo em si. Cada pessoa passaria a ser considerada como um capital intangível, um capital humano, sujeito a investimentos e valorizações.

A teoria econômica convertia novamente em proprietários os setores que historicamente o haviam sido e já não eram mais, e também todos aqueles que dispuseram seus próprios esforços para sê-lo. A partir de então, os não-proprietários de bens-tangíveis seriam proprietários de suas próprias habilidades, competências e destrezas. Mas, como tais, seriam também responsáveis por sua manutenção e incremento. A propriedade desse capital intangível lhes garantiria sua independência individual e abriria as portas à sua participação nas demais esferas do social. (López-Ruiz, 2007: 68)

López-Ruiz (2007) demonstra essa passagem histórica ao analisar o *ethos* dos executivos de transnacionais e também a concepção econômica de capital humano proposta por economistas da Escola de Chicago, na década de 1960, com destaque para Theodore Schultz. Nessa abordagem, o consumo passa a ser visto como investimento, assim como o trabalho, que perde sua característica como fator originário da produção. O trabalhador não é mais aquele que vende a sua força de trabalho, mas, sim, um indivíduo que aplica parte de seu capital humano à espera de um retorno. Assim, para além de um conceito analítico, o

3 É importante destacar que, a despeito do termo “homem” aqui ser utilizado no sentido de indivíduo, as representações dos sujeitos próprios dos estágios capitalistas estão muito associadas com a figura masculina, com pouco ou nenhum espaço para o papel da mulher nesses ambientes e representações, e tampouco para outras formas de trabalho generificadas e delegadas ao feminino.

empreendedorismo, ao ser massificado, passa a reunir “um conjunto de máximas que regulamentam a forma como as pessoas conduzem suas vidas” (López-Ruiz, 2007: 26-27). Torna-se, portanto, um valor social.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) fazem também um resgate histórico para definir as bases da racionalidade neoliberal, inspirados na concepção de Michel Foucault sobre o neoliberalismo, delineada no livro “O Nascimento da Biopolítica” (Foucault, 2008). Os autores investigam como o Colóquio Walter Lipmann, de 1935, foi responsável por trazer as bases fundantes do pensamento neoliberal. Ele sintetizou debates teóricos entre o chamado ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano, e possibilitou certa convergência a um modelo que seria posto em prática décadas depois. O neoliberalismo que surge como estratégia de governamentalidade (Foucault, 2008; Dardot e Laval, 2016) preconiza a economia de mercado e a superioridade da lógica de concorrência para o ajustamento da sociedade. Para que isso se concretize, seria necessário um processo de desproletarização e formação de pequenas unidades produtivas. É essa economia de mercado que permite com que se aflore o sujeito empresarial. Dessa maneira, o empreendedor que emerge no neoliberalismo é uma empresa de si mesmo condicionada pelo funcionamento da lógica de mercado.

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação de bens. (Dardot e Laval, 2016: 145, grifo nosso)

Surge aqui mais uma diferença entre o empreendedorismo de Schumpeter (1961) e aquele gestado pela forma neoliberal de governo das condutas. Para além de ser uma categoria massificada, não se busca mais a inovação e a mudança das condições de produção, mas, sim, oportunidades de lucro que podem ser aproveitadas pelos indivíduos. Dessa maneira, o impulso empreendedor não advém mais do prazer de criar coisas novas, mas de achar brechas lucrativas. Essa diferença é o que permite que expliquemos o fato de que, embora as narrativas mobilizadas em ambientes corporativos, revistas especializadas e *influencers* sobre o empreendedorismo tratem mais do espírito aventureiro e disruptivo que nos remete ao empreendedor schumpeteriano, os exemplos assumidos por essas pessoas e tidos como referências empreendedoras carregam

em si nada mais do que uma busca por oportunidades aparentemente lucrativas no mercado⁴.

Para além desta dissonância, há também outros aspectos que se mostram ilusórios sobre o discurso propagado pela alternativa empreendedora. A tradição marxista e os estudos sobre o trabalho oferecem contribuições relevantes sobre tais aspectos. Autores como Antunes (1999; 2018) e Tavares (2018) buscam argumentar como o empreendedorismo propagado enquanto a possibilidade de uma vida profissional autônoma e emancipatória é, na verdade, um mito, uma espécie de mascaramento da relação entre capital e trabalho.

Da nossa perspectiva, o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um artilheiro engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados. (Tavares, 2018: 110)

Assim, o discurso empreendedor seria um remédio aplicado para mistificar a profusão de ocupações profissionais precárias e buscar eliminar o desemprego. Isso seria um remédio que, segundo Ricardo Antunes, “só fará alimentar a doença” (Marchesan, 2019).

Temos, portanto, um empreendedorismo próprio do neoliberalismo que é assumido como alternativa profissional e enquanto valor social. Ao observarmos o movimento histórico que dá origem a essa concepção, e inclusive pela influência de uma literatura e pensamento ocidentais, muito associados aos países do Norte Global, é comum pensar na influência que o empreendedorismo exerce sobre o universo do assalariamento. Diante da desproteção de direitos sociais e de uma reorganização do mundo empresarial pelas bases toyotistas, o trabalhador assalariado se torna um empreendedor individual. É a narrativa comum na crítica contemporânea que descreve uma pessoa formada, que trabalhou durante anos como contratada de grandes empresas, e hoje se vê como motorista de aplicativo ou vendedor informal, por exemplo. Guy Standing (2013)

4 Em minha dissertação de mestrado, busco mapear e analisar alguns dos espaços e agentes difusores do discurso empreendedor. Ver Cruz Junior (2019).

é um autor britânico que busca trabalhar a figura que chama de precariado, e que é própria deste período. Esse sujeito, destituído de direitos próprios do sistema fordista, se vê pouco identificado com sua atividade profissional; expressa uma subjetividade anômica, alienada, ansiosa e raivosa, diante do bloqueio ao acesso para uma vida digna.

No entanto, até aqui, mesmo partindo de diferentes óticas, a classe trabalhadora parece estar representada como um grupo enganado ou encantado, em que a verdade sobre suas condições de vida não está sendo contada ou percebida. A ideia de que o empreendedorismo faz o indivíduo acreditar que ele é sua própria empresa e que, assim, o distrai do verdadeiro projeto emancipatório de classe, concede pouco espaço analítico para o modo como essas pessoas de fato mobilizam as práticas e comportamentos associados à narrativa empreendedora. Mais do que isso, não nos permite enxergar a miríade de racionalidades políticas e formas de organização da vida que estruturam o cotidiano dessa mesma classe.

O trabalho de Foucault (2008) sobre governamentalidade pode ser resgatado para a compreensão dessas múltiplas formas de governo que coexistem com a neoliberal. Ao pensar em estratégias de governamentalidade, Foucault joga luz a práticas e maneiras de guiar, ou governar, a conduta de indivíduos, que não são inauguradas com o advento do neoliberalismo. Em diferentes períodos da história, certas racionalidades políticas prevaleceram como organizadoras das vidas dos indivíduos, atravessando estes sujeitos e instituições, como o próprio Estado, entendido por Foucault (2008) como um correlato de maneiras de governar, uma forma que reúne diferentes técnicas de governo das condutas individuais. É essa concepção compósita sobre as estratégias de governamentalidade que nos permite pensar a noção de um neoliberalismo híbrido. Ou seja, uma racionalidade que convive e se compõe com outras em diferentes cenários sociais.

Sobre este aspecto, poderíamos tomar emprestado trabalhos como os de Peck, Theodore e Brenner (2012), que abordam como o neoliberalismo não é capaz desfazer por inteiro aquelas formações sociais e institucionais que lhe precedem, necessitando parasitá-las como condição de sobrevivência. Também podemos voltar a Ong (2006; 2007) para afirmar como o neoliberalismo pode ser introduzido em configurações sociais enquanto uma exceção, e não necessariamente como regra, selecionando alguns grupos como exemplos mais perfeitos de uma subjetividade associada a tal racionalidade. Ainda, Gago (2018) também trabalha com a ideia de um neoliberalismo “desde baixo”, que dialoga com os modos de vida já existentes e traz sociabilidades e práticas das classes populares para conceder um caráter polimórfico ao neoliberalismo.

Se pensarmos, portanto, o neoliberalismo como essa estratégia de governo das condutas individuais, que, apesar de prevalecer em certos cenários, compõe-se com outras formas de governo, e se tomarmos esse hibridismo do neoliberalismo como ponto de partida para pensar a maneira como o empreendedorismo se faz presente nas práticas cotidianas, torna-se possível avançar para uma compreensão de um empreendedorismo realmente existente.

O(s) empreendedorismo(s) da sociedade brasileira

Para falar do empreendedorismo pensado na sociedade brasileira, ou numa realidade distinta daquela vivenciada nos países do Norte Global, convém, primeiramente, pensar na ideia de informalidade e nas diversas formas de ganhar a vida que compuseram horizontes de trabalho a indivíduos e suas famílias ao longo de décadas.

No contexto brasileiro e latino-americano, a noção de informalidade foi muito mobilizada ao longo do século XX para – com influência de uma visão mais associada à concepção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Rabossi, 2019) – descrever a construção do mercado de trabalho, quando a inclusão de trabalhadores em formas estáveis e protegidas socialmente foi a exceção e não a regra. Assim, a informalidade era mobilizada para tratar desse contingente não abarcado pelo “sonho da carteira assinada”. De todo modo, é interessante resgatar, por meio de Rabossi (2019), os estudos de Keith Hart, um dos primeiros a utilizar o conceito de informalidade, para indicar que esse autor não procurou trabalhá-lo sob a mesma mirada que a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Keith Hart pontuou a informalidade como forma de jogar luz a atividades econômicas auto-organizadas que, mesmo sendo algumas delas irregulares, transformavam o debate econômico daquele contexto (Rabossi, 2019).

Nesta mesma linha iniciada por Keith Hart, a noção de estratégias de vida, proposta no trabalho de Luiz Antonio Machado da Silva, nos é útil para construir esse panorama, uma vez que ela carrega consigo uma concepção afirmativa das ações empreendidas pelas camadas populares para sua reprodução social. Ao adicionar a complexidade devida a essas ações, busca-se recusar uma aceção negativa da ideia de informalidade, no sentido de que esse conceito foi muitas vezes utilizado como o oposto exato do trabalho formal (Guimarães, 2011), ou seja, para identificar uma incompletude, uma caracterização sobre aquilo que não é (formal), ao invés daquilo que se é: um mercado que, embora não formalizado, está permeado por diferentes estratégias de conduzir e organizar a vida.

Lima (2009) analisa que nas últimas décadas do século XX e no século XXI a informalidade passou a ser a face mais acabada do trabalho precário. Machado da Silva (2018) entendeu que a discussão passou a se dar mais em torno do conceito de empregabilidade ou de empreendedorismo e do ar positivo que evocava, com a informalidade perdendo sua precisão conceitual. Antunes (2018), por sua vez, enxergou uma grande aproximação entre precariedade e informalidade, para concluir que estamos vivendo uma era de precarização estrutural do trabalho, em que a própria informalidade passou a ser a norma também no centro do capitalismo. É o que desenvolve Abílio (2020) ao tratar do conceito de uberização como um processo de universalização do informal, não apenas no sentido espacial geográfico, mas dentro da estrutura social, sendo a era de um trabalhador integralmente disponível, o que chamou de trabalhador *just-in-time*, observável em diferentes classes sociais e ocupações profissionais.

Conceber uma chave afirmativa sobre as formas de trabalho assumidas pelas camadas populares ao longo da história na sociedade brasileira significa, assim, visibilizar a diversidade e as diferenças existentes em cada uma destas formas, assim como nos permite romper com o binômio formal/informal, que concedia ao assalariamento um espaço que não correspondia ao real no contexto brasileiro. Essa chave afirmativa é também fundamental para que pensemos como se dá a introdução do empreendedorismo enquanto prática de organização da vida. Tal entrada parece ser responsável por ampliar a dimensão precária do informal, ou por expandir a sua abrangência, de acordo com a literatura aqui trazida. Mas em que sentido essa precariedade, representada por condições de trabalho extenuantes e incertezas quanto aos ganhos obtidos, dentre outros aspectos, já não fazia parte do universo popular?

Machado da Silva (2018) chamou a atenção para a instabilidade ocupacional, sobretudo a partir da década de 1980, que passou a atingir as camadas médias da sociedade brasileira, estabelecendo, para este grupo, uma condição de vida “radicalmente nova”. Contudo, o autor lembra que “para as camadas populares, embora a mudança implique um forte incremento na dificuldade de acesso a empregos regulares (além de um rebaixamento da remuneração), a natureza das atividades laborais continua aproximadamente as mesmas” (Machado da Silva, 2018: 16). Mais à frente, elabora um pensamento que, aqui, torna-se fundamental: “transformações nas relações de produção podem conservar a vigência de relações mais antigas que, nas novas condições, adquirem também novo significado histórico” (Machado da Silva, 2018: 17).

As pesquisas etnográficas desenvolvidas por Luiz Antonio Machado da Silva corroboram para uma visão que nos permite pensar numa simultaneidade de

formas de trabalho entre as classes populares. Embora o horizonte do assalariamento tenha permeado as estratégias de organização econômica das famílias, formas como o trabalho doméstico, o trabalho a domicílio e o trabalho por conta própria constituíram importantes, e muitas vezes centrais, fontes de renda, sobretudo aos mais pobres. Mais do que isso, elas se combinam ou se alternam variadas vezes com o trabalho assalariado regular. Machado da Silva (2018) mostra como um olhar concentrado nos pequenos negócios enquanto atividade econômica relevante para a análise social nos permite identificar que a própria abertura de pequenos estabelecimentos conta com um capital acumulado, direta ou indiretamente, em empregos regulares. Assim, busca-se tentativas de “conciliar a condição de independência ou autonomia e seus respectivos riscos com as garantias do emprego regular, ao menos durante um período de experiência” (Machado da Silva, 2018: 45).

Expandir a análise para além do emprego assalariado nos permite, também, inserir um componente muitas vezes negligenciado na perspectiva histórica sobre as formas de trabalho no Brasil, que é o trabalho feminino. Se por muitos anos foi excluída a possibilidade de participação ampla das mulheres no mercado de trabalho formal, suas atividades econômicas sempre estiveram presentes com grande relevância em outros campos. Por exemplo, no trabalho a domicílio, em seu modelo clássico ou assalariado, dedicado a atividades de costura, cozinha e beleza. Ou no trabalho doméstico não-remunerado, no qual a literatura sobre atividades de cuidado desempenha fundamental papel de visibilização⁵, ou remunerado, remontando a ocupações como as empregadas domésticas, por exemplo.

Nas atividades que escapam ao modelo do trabalho assalariado regular, emerge uma série de práticas econômicas que organizam as diferentes formas de trabalho. Na gestão de pequenos comércios, por exemplo, é recorrente a necessidade de lidar com cálculos e projeções que contam com variados riscos. O mesmo ocorre em trabalhos a domicílio desempenhados por mulheres, que precisam conquistar novos clientes e manter a clientela existente. A ascensão econômica a partir dessas formas conta com uma rede de ajudas estabelecida em torno desses negócios, além de formas de ingresso da renda advindas de outras atividades e/ou de outros membros da casa, mas com pouca ou nenhuma intervenção estatal.

É este terreno que a alternativa evocada pelo empreendedorismo encontra ao se disseminar como forma de organização econômica dos indivíduos. A ressonância do encontro entre essas práticas produz separações como as do

5 Sobre isso, ver Guimarães (2020) e Guimarães e Vieira (2020).

binômio oportunidade/necessidade, que é recorrente para explicar as escolhas profissionais de indivíduos no Brasil contemporâneo. Antônia Colbari (2007) busca decantar três eixos analíticos para o significado do empreendedorismo neste contexto mais recente. Um primeiro se relaciona a uma nova socialização e qualificação para o trabalho, que incorpora atributos antes exclusivos do empregador ao empregado, além de inserir os valores empreendedores nas atribuições das corporações. Um segundo eixo aborda a reestruturação do mercado de trabalho, reduzindo-o e desverticalizando-o. Esse componente apresenta, de um lado, uma face promissora ao converter trabalhadores assalariados em microempresários de sucesso, e de outro lado, produz um grupo de indivíduos que precisa “se virar” nas alternativas precarizadas que surgem. Por fim, um terceiro eixo está associado a um projeto político alternativo ao trabalho assalariado, que pode propiciar arranjos que não são exclusivamente pautados por uma lógica mercantil. Operam como um “mecanismo de preservação da integração social mediante arranjos de trabalho fora do assalariamento, como a produção familiar, a produção artesanal, a cooperativa, as variantes da economia solidária, etc.” (Colbari, 2007: 85).

Sendo assim, se a narrativa empreendedora contemporânea, como vimos na seção anterior, preconiza a busca individualizada por oportunidades lucrativas que exigem uma constante criatividade e o enfrentamento de condições ambientais adversas, ao deparar-se com as diferentes estratégias de vida das camadas populares na sociedade brasileira, surge uma gama de empreendedorismos, no plural, que possuem significados e impactos variados. Em alguns casos, isso não inaugura novas atividades laborais ou novas condições de vida, como ressaltou Machado da Silva (2018), embora possa haver impacto na maneira como as atividades econômicas são representadas. Em outras situações, há, de fato, uma profunda reorganização da subjetividade associada ao trabalho, ao assumir trajetórias profissionais mais individualizadas e propensas a maiores riscos e incertezas. De todo modo, trazer à tona esse contexto laboral brasileiro nos faz ver que o empreendedorismo encontra formas diversas de organização da vida econômica, e com elas se compõe e se ressignifica, ganha e perde espaços, adquire potência ou se esvazia de sentido, conforme as realidades encaradas.

Essas racionalidades resultantes podem evocar, por exemplo, uma rede de solidariedade em torno de pequenos negócios que se distancia do individualismo associado ao empreendedorismo. Também podem representar estratégias econômicas mais próxima a uma ideia sobrevivência ou a uma busca por viver vidas que merecem ser vividas (Narotzky e Besnier, 2020), distanciando-se da

noção de uma incessante procura pelo lucro⁶. E mesmo assim, podem carregar consigo a alcunha de *empreendedorismos*, seja pelos sujeitos que as vivenciam, seja por olhares externos da sociedade.

Experiências em pesquisas sobre economias populares

Em um artigo de 2019, buscamos trabalhar a noção de um empreendedorismo híbrido que surgia no Brasil pós-lulismo (Penteado e Cruz Junior, 2019). Fruto de minha dissertação, essa pesquisa entrevistou pessoas das camadas populares que possuíam negócios próprios. As conclusões giraram em torno de um empreendedorismo que surgia mais para dar conta de explicar as estratégias de sobrevivência dos entrevistados do que efetivamente um grupo de sujeitos que enxergavam a si como empresas-indivíduo. Havia elementos meritocráticos, que exaltavam a trajetória individual na ascensão profissional, mas também práticas populares que transbordavam o esquema neoliberal, como a ausência de um senso acentuado de concorrência nos negócios analisados. Em uma das pessoas que entrevistei, o empreendedorismo era bastante mobilizado, só que como um projeto alternativo ao trabalho formal, que propunha uma relação diferente e mais saudável entre indivíduo e trabalho. Além disso, possibilitava a expressão e afirmação de identidades muitas vezes sufocadas pelo mercado de trabalho; no caso, a de mulher negra.

De lá para cá, dei continuidade a algumas dessas investigações e interesses de pesquisa. Em artigo para o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), voltei a alguns de meus interlocutores do mestrado para identificar as principais mudanças em seus negócios e suas vidas, considerando a pandemia do novo coronavírus (Cruz Junior, 2021). Nesse contexto, as fontes de renda regulares, como o trabalho assalariado, vindo de outros membros da casa ou combinado com o já desempenhado trabalho por conta própria, foram essenciais para a manutenção dos negócios e, principalmente, para a sobrevivência familiar. Isso não significou uma desistência da atividade econômica desempenhada por meio desses pequenos negócios, mas mostrou a constante necessidade de reajustes nos cálculos e estratégias de vida das classes populares, além de uma simultaneidade de práticas e pensamentos ligados às atividades econômicas. As

6 Trabalhos como os de Campos (2022) e Rangel (2017) mostram como há, atualmente, diversas ambiguidades na organização da vida econômica de sujeitos que não estão inseridos no universo do assalariamento. Campos (2022) evidencia como o que chama de *corre da arte* associa aspectos individualistas a uma ajuda mútua entre artistas de rua na busca por fazer dinheiro e garantir sua sobrevivência. Rangel (2017), por sua vez, mostra como o comércio ambulante na Feira da Madrugada em São Paulo reflete uma conduta empreendedora permeada por criticidade e contradições.

práticas associadas ao trabalho assalariado e aquelas ligadas ao trabalho por conta própria eram, ambas, relevantes para explicar as maneiras com que os indivíduos organizavam suas vidas, sobretudo diante de um período marcado por profundas incertezas.

Numa pesquisa sobre a subjetividade ligada ao trabalho manifestada por trabalhadores *shoppers*, que passaram a fazer compras em supermercados e entregá-las às pessoas que solicitavam o serviço intermediado por aplicativos, identificamos práticas mais próximas à forma empreendedora de organização da vida econômica (Cruz Junior; Penteado e Souza, 2022). A maneira como as plataformas organizam o trabalho por aplicativos faz com que os trabalhadores se preocupem constantemente em achar novas fontes e oportunidades de lucro. No entanto, alguns elementos manifestados não eram próprios dessa racionalidade empreendedora. A despeito de uma certa assunção dos riscos e responsabilidades, havia uma contestação das condições de trabalho colocadas pelas plataformas, assim como também se formou uma rede, muitas vezes impulsionada por canais virtuais, de trabalhadores dessa natureza, que se ajudavam por meio de dicas, ensinamentos e estratégias para aumento dos ganhos.

Desde o ano de 2021, participo de pesquisas que investigam as dinâmicas econômicas de pessoas que possuem pequenos negócios informais no Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Aprofundi meu contato com duas interlocutoras e suas respectivas famílias. Falarei brevemente sobre elas⁷.

Simone possui uma pequena loja de roupas próxima à sua casa. Seus principais produtos são de vestuário feminino, mas ela também vende algumas roupas masculinas, artigos de sex shop, bilhetes de loteria e perfumes e cosméticos de revenda, que expõe em parceria com uma amiga. Ela abriu a loja em 2019, assim que foi demitida de um emprego assalariado numa loja de materiais de construção. Era a oportunidade, segundo aconselhou sua comadre, de ter “algo seu”. Ela é casada com Vagner, que é motorista de táxi, e que foi apresentado na introdução deste artigo. Vagner também buscou ter algo próprio, assim que foi demitido de seu emprego numa empresa que administrava convênios de saúde. Apesar das incertezas que encara e das dificuldades de obtenção de renda durante a pandemia, a fala trazida na introdução demonstra que ele prefere seguir como autônomo.

Uma conversa recente que tive com Simone é bastante elucidativa de como ela se situa diante da estratégia de vida assumida por ela. Perguntei se ela se considerava uma empreendedora: “Às vezes, sim. Outras vezes, eu acho que sou

7 Os nomes aqui utilizados são todos fictícios.

só insistente mesmo.” Pareceu creditar à ideia de *insistente* o fato de não prosperar economicamente, enquanto o empreendedorismo fica associado ao êxito nessa seara. Além dessa resposta, Simone me descreveu porque, mesmo diante dessa instabilidade, não considerava o retorno ao mercado de trabalho formal como uma saída desejável: “Se eu trabalhasse de carteira assinada, ia ganhar a mesma coisa que ganho como comerciante”. Ela comentou que não desejava mais “trabalhar para os outros”, pois o esforço não é reconhecido. Ainda, segundo ela, as mulheres acabam sofrendo mais no trabalho de carteira assinada, pois também não reconhecem a necessidade de cuidado dos filhos: “Quando querem, demitem a gente”.

Carla, minha outra interlocutora, possui um negócio com Jean, seu marido. Os dois gerem um carrinho de espetinhos de churrasco, na comunidade onde moram. Ela sempre trabalhou em restaurantes, com vínculos formais. Ele também sempre lidou com comida, desde que chegou ao Rio de Janeiro (ambos nasceram no Ceará). Jean mantém seu trabalho como garçom em uma churrascaria e divide as jornadas com o negócio familiar, que foi aberto após Jean tirar férias e decidir investir um dinheiro que havia guardado até então. Já Carla resolveu pedir demissão do restaurante em que trabalhava, para se dedicar somente ao empreendimento recém-criado.

Carla e Jean também manifestam incômodo com as condições que encaram em sua trajetória profissional como assalariados. A ideia de *trabalhar para os outros* é mobilizada constantemente de maneira negativa, como forma de explicar a estratégia de vida escolhida pelo casal. Carla fala de como o trabalho que desempenha atualmente acaba sendo bastante cansativo, mas sente alívio pelo fato de não precisar sair mais da Maré para trabalhar, encarar ônibus cheios e grandes deslocamentos. Jean comenta com frequência das precárias condições que encara na churrascaria que trabalha, com poucas folgas, rendimentos injustos e jornadas cansativas. Ele aspira aumentar o negócio que possui para não ter de depender mais dessa fonte de renda, ou então passar a trabalhar nas churrascarias como autônomo, ganhando por meio de diárias trabalhadas.

Todavia, a ideia de *trabalhar para os outros* não implica formas individualizadas de condução dessas atividades econômicas. Os negócios de Simone e de Carla e Jean contam com uma intensa rede de ajudas, que possibilita suas divulgações, consumos, compras de estoque e uma série de mutualidades que nebulizam as fronteiras entre a intimidade e a economia, como pontuou Viviana Zelizer (2011). O dinheiro circula incessantemente e em variadas formas, mas não é o único responsável por intermediar as relações, que contam com elementos de confiança e de reciprocidade.

Dessa maneira, o empreendedorismo que se coloca nesse contexto revela práticas como a busca por novas soluções e o enfrentamento de condições adversas e das incertezas que surgem na gestão dos pequenos negócios. Porém, a natureza das atividades desempenhadas também mostra que essas estratégias de vida sempre tiveram de lidar com tais elementos, pois fazem parte de um universo amplo e duradouro de práticas econômicas que escapam do assalariamento. Da mesma forma, os interlocutores aqui citados não optaram por abrir seu negócio porque não conseguiram mais se inserir no mercado de trabalho formal. Embora no caso de Simone e de Vagner tenha havido a demissão de onde trabalhavam, as opções por ocupações autônomas vieram sem que se desejasse o retorno ao assalariamento. É evidente que a narrativa empreendedora atravessa as práticas e pensamentos desses sujeitos. Um exemplo é a diferenciação entre *insistente/empreendedora* feita por Simone. Só que essa narrativa parece se hibridizar com questões materiais concretas, como as condições árduas vivenciadas no trabalho formal, e com uma gama de estratégias econômicas que há décadas são parte do horizonte econômico das classes populares. Esse fato pode ser notado por meio das semelhanças existentes entre as atividades desempenhadas por meus interlocutores, e aquelas mapeadas pelo trabalho de Luiz Antônio Machado da Silva (2018), que inclusive chamava a atenção, ainda na década de 1970, para o pouco espaço que a análise econômica dava para a gestão de pequenos comércios como relevante forma de trabalho das camadas populares.

Mais do que somente depurar o que é próprio da normatividade empreendedora e o que pertence a outras formas de organização da vida, esse exercício analítico reforça a importância que o empreendedorismo assume na explicação das estratégias de vida contemporâneas. Mas não emerge nem como solução para todos os males de um mercado de trabalho em transformação, nem como um falseamento das condições profissionais encaradas pelos indivíduos. As experiências práticas aqui mencionadas evidenciam como a possibilidade de agência dos sujeitos e um exame das práticas econômicas reais em seus cotidianos pode ser levada em conta para mapear os diferentes empreendedorismos que surgem neste cenário. Em certas ocupações, sua racionalidade adquire maior importância. Em outras, embora o termo possa ser empregado, poucas transformações materiais e subjetivas ocorrem. O que parece não ter sido alterado é a recorrência do termo para descrever atividades econômicas antes delegadas ao universo da informalidade, como ressaltou Machado da Silva (2018).

Conclusão

O pensamento crítico sobre as formas de trabalho no século XXI, solidificado numa afirmação recorrente e pessimista de que “Agora todo mundo é empresário de si mesmo”, embora carregue fundamentos teóricos sólidos sobre a profusão do discurso sobre o empreendedorismo em uma sociedade pautada por práticas e formas de governo neoliberais, também tem causado um diagnóstico, de certa forma, homogeneizador das estratégias de vida de indivíduos de diferentes classes e grupos sociais. Se há uma profusão de discursos, partindo de variados canais midiáticos, grupos interessados e do meio corporativo, que pensam motoristas de aplicativo, vendedores ambulantes, cozinheiras e manicures, todos como empreendedores, sem distinções, cabe à análise sociológica identificar as práticas econômicas e as formas de organizar a vida dessas ocupações como modo de as colocar em profundidade e diferenciar suas realidades. Do contrário, corremos o risco de assumir como verdadeiro o próprio discurso homogeneizador que estamos a criticar.

Esta tarefa não implica, necessariamente, buscar outra terminologia teórica para cunhar os trabalhadores informais da contemporaneidade. As ressonâncias e maneiras de lidar com a ideia de empreendedorismo não são as mesmas para todas as ocupações profissionais. Em certos casos, a prática empreendedora de organizar a vida pode apresentar pouca ou nenhuma mudança no cotidiano de algumas pessoas, que sempre estiveram habituadas a um cenário de incertezas e constantes redefinições de estratégias econômicas. Em outros, pode representar um horizonte emancipatório e de saída de um contexto em que o assalariamento também significa submissão a jornadas extenuantes, assédios morais e explorações de todo o tipo. Já em outros casos, que também são muitos, pode implicar a precarização de ocupações que antes possuíam garantias e direitos sociais que, por sua vez, condicionavam uma certa maneira de organização da vida.

Compreender o empreendedorismo não precisamente como um mito ou como conceito a ser abolido, mas como um universo complexo que engloba formas de ganhar a vida das mais diversas, pode permitir que nos aproximemos da maneira como este discurso é encarado pelos que o vivenciam, ou seja, de um empreendedorismo realmente existente, ao invés de nos ater a como ele é propagado pela razão neoliberal. A própria ideia do empreendedorismo como uma racionalidade política, que se conforma a outras maneiras de governar a vida, que se adequa a realidades sociais e é transformada ou cede espaço a outras racionalidades, ensejando um hibridismo, mostra-se produtiva enquanto

estratégia política e analítica sobre o neoliberalismo, inclusive para identificar as suas brechas e possibilidades de resistência. Não se renuncia, portanto, a denúncia das maneiras contemporâneas de expropriação da classe trabalhadora, mas busca investigar os diferentes modos em que esta organiza sua vida econômica, concedendo-a importante papel de agência e de ressignificação das práticas de governo da vida, que se conformam de maneira fluida e simultânea a outras que escapam da avalanche neoliberal.

Assim, este texto buscou argumentar que o uso do termo *empreendedorismo* para designar algumas das formas de trabalho da sociedade contemporânea, em especial aquelas antes entendidas sob o guarda-chuva da informalidade, não implica a aceitação de uma racionalidade que subjuga e expropria a força de trabalho em prol de um discurso sobre autonomia e liberdade. Pelo contrário, reconhecê-lo enquanto pertinente significa procurar entender sua forma realmente existente, buscar mapear os diferentes empreendedorismos, formados constantemente por meio dos encontros entre diferentes práticas de organização da vida econômica. A tarefa de compreensão analítica do empreendedorismo e a assunção de sua forma complexa e multifacetada possibilita que pensemos o mercado de trabalho formal de maneira menos idealizada e uniforme, e consideremos as racionalidades e estratégias que partem dos próprios indivíduos, ao invés de apenas levar em conta aquilo que parte das teorias econômicas.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 34, v. 98, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- . *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018, 325 p.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- CAMPOS, Marcos Vinicius Lopes. Sobre o corre da arte: uma etnografia dos futuros vivos e do ganhar a vida na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2022.
- COLBARI, Antônia. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória, n. 1, v. 1, 2007, pp.75- 111.

- CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. A empresa de si mesmo: A assimilação do discurso empreendedor pelas camadas populares brasileiras. Orientador: Claudio Luis de Camargo Penteado. 2019. 188p. Dissertação de mestrado, Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do ABC, 2019.
- . Empreendedorismo, classes populares e COVID-19: Repensando as empresas de si mesmo em meio à pandemia. In: *20º Congresso Brasileiro de Sociologia*. GT11 – Reconhecimento, justiça e desigualdade. Belém, 2021.
- ; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo & SOUZA, Paulo Roberto Elias de. “Vestindo a camisa da empresa”: neoliberalismo e a subjetividade dos trabalhadores shoppers. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 24, v. 54, 2022, pp. 577-602.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Trad. Igor Peres. São Paulo, Elefante, 2018.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo?). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, 2011, pp. 533-567.
- . A emergência do cuidado: nomear, obscurecer, reconhecer. In: Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. *O Gênero do Cuidado. Desigualdades, Identidades, Significações*. Cotia, S.P., Ateliê Editorial, 2020, pp. 53-90.
- e VIEIRA, Priscila. “As ‘ajudas’: o cuidado que não diz seu nome”. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 34, v. 98, 2020, pp. 7- 23.
- LIMA, Jacob Carlos. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: LIMA, Jacob Carlos. *Retratos do trabalho no Brasil*. Uberlândia, Edufu, 2009, pp. 26-44.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro, Azougue, 2007.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *O mundo popular: trabalho e condições de vida*. Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta e Marcella Araújo (Org.). Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.
- MARCHESAN, Ricardo. *Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo*. Portal UOL, São Paulo, 14/09/2019. Empregos e Carreiras. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empreendedorismo.htm>>. Acesso em: 25 set. 2022.

- MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Brazilian Journal of Political Economy*. [On-line], v. 30, n. 2, 2010, pp. 254-270.
- NAROTZKY, Susana e BESNIER, Niko. Crisis, valor y esperanza: repensar la economía. *Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires, n. 51, 2020, p. 2.
- ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London, Duke University Press, 2006.
- . Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*. [On-line], v. 32, 2007, pp. 3-8.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik e BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 92, 2012, pp. 59-78.
- PENTEADO, Claudio Luis de Camargo e CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. A germinação do empreendedor do Brasil contemporâneo: o neoliberalismo visto sob o contexto nacional recente. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 25, n. 49, 2020, pp. 343-366.
- RABOSSO, Fernando. Los caminos de la informalidad. *Sociología & Antropología*. [On-line], 2019, v. 9, n. 3, pp.797-818.
- RANGEL, Felipe. Novas experiências, outros significados: repensando o trabalho no comércio popular. *Revista Colombiana de Sociología*. [On-line], v. 40, n. 2, 2017, pp. 67-85.
- SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo, Autêntica, 2013.
- TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, 2018, pp. 107-121.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp. 3-380.
- ZELIZER, Viviana. *A Negociação da Intimidade*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2011.

Recebido em: 25/09/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. Entre mito e solução, a busca por um empreendedorismo realmente existente. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 827-848.

Artigos





Sociologia das Profissões e das Ocupações no Brasil: 2002-2019¹

Maria da Gloria Bonelli²

Jordão Horta Nunes³

Jacques Mick⁴

Resumo: O artigo analisa o desenvolvimento de uma expertise sobre a sociologia das profissões no Brasil. Sustenta que a Sociologia das Profissões e das Ocupações não se consolidou como um campo demarcado em relação a outras especialidades, havendo a sobreposição com outras subáreas do conhecimento e o borramento de fronteiras com os estudos sobre trabalho, estratificação social, ciência e teorias sociológicas. Para analisar esse processo, toma-se como suporte papers apresentados em grupos de trabalho no âmbito da sociologia das profissões, além de dissertações e teses defendidas de 2002 a 2019, nessa área.

Palavras-chave: Profissões; ocupações; sociologia; Brasil; expertise.

Sociology of Professions and Occupations in Brazil: 2002-2019

1 A pesquisa contou com apoio do CNPq, processos 422.436/2018-6, 302724/2019-8, 422609/2021-8 e 316093/2021-1.

2 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil - dmg@ufscar.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3877-9825>.

3 Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil - jordao_fcs@ufg.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4795-0049>.

4 Professor associado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, Florianópolis, Brasil - jacques.mick@ufsc.br - Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8456-9488>

Abstract: *The article analyses the development of an expertise on the sociology of profession in Brazil. It argues that the Sociology of Professions and Occupations did not consolidated itself as a delimited field in relation to other expertises. There are overlappings among subareas of knowledge and the blurring of boundaries with studies on work, social stratification, science and sociological theory. To focus this process, the research is based on papers delivered at working groups on sociology of professions, in addition to M.A and PhD dissertations concluded between 2002 and 2019 in this area.*

Keywords: *Professions; occupations; sociology; Brazil; expertise.*

Sociología de las Profesiones y Ocupaciones en Brasil: 2002-2019

Resumen: El artículo analiza el desarrollo de una expertise sobre la sociología de las profesiones en Brasil. Sostiene que la Sociología de las Profesiones y Ocupaciones no se ha consolidado como un campo delimitado en relación con otras especialidades, con superposición con otras subáreas del conocimiento y borrando las fronteras con los estudios sobre el trabajo, la estratificación social, las ciencias y las teorías sociológicas. Para analizar este proceso se toman como apoyo papers presentados en grupos de trabajo en el ámbito de la sociología de las profesiones, además de disertaciones y tesis defendidas entre 2002 y 2019, en esta área.

Palabras-clave: Profesiones; ocupaciones; sociología; Brasil; expertise.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre as pesquisas em sociologia dos grupos profissionais no Brasil ao longo das duas primeiras décadas do século 21. Nesses 20 anos, consolidou-se a produção de um saber sociológico sobre as profissões no país, tendo sua visibilidade em grupos de trabalho de congressos na área, em particular na Sociedade Brasileira de Sociologia, mas também na produção de mestres e doutores com pesquisas nesta área.

Para o balanço atual da pesquisa sobre o tema, decidimos classificar dois conjuntos de *outputs* da área nos últimos 20 anos: as teses e dissertações defendidas no período e os artigos apresentados nas sessões dos grupos de trabalho (GTs) que discutem ocupações e profissões, no âmbito de nove encontros bienais da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e dois congressos da Associação

Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Foram classificados e analisados 185 teses ou dissertações e 223 resumos ou artigos completos, totalizando 408 textos, dando continuidade ao trabalho feito por Bonelli, Mick e Nunes (2017).

No conjunto, essa produção comprova a ação de pesquisadores na organização dessa linha de investigação. Nossa reflexão tem por foco a fronteira como problema. A sociologia dos grupos profissionais se constitui como um campo, na perspectiva bourdieusiana, com suas propriedades específicas e autonomia relativa produzindo fronteiras (Bourdieu, 1989)? É uma competição profissional por jurisdição e suas fronteiras, como na visão de Abbott (1988)? Resulta das interações entre profissionais que cooperam e negociam seus conflitos nesses espaços de diferença entre especialistas?

Percebendo-se as fronteiras como espaços de diferença, em vez de um corpo social fixamente demarcado – como profissões de fronteiras em vez de fronteiras das profissões –, Liu (2018) considera que na Sociologia das Profissões predominam os enfoques sobre a ordem e a mudança social em detrimento da ação social. Seguindo a perspectiva interacionista, ele delinea uma teoria processual da ação profissional que “examina as interações de profissionais e outros atores sobre, dentro, e através das fronteiras e usa essa teoria da ação para complementar teorias existentes sobre a ordem e a mudança (p. 45)”.

Segundo o autor, três tarefas compõem a construção profissional: 1) no aspecto da jurisdição, o trabalho de fronteira envolve fazer fronteiras, borrar fronteiras e manter fronteiras; 2) no aspecto da *expertise*, há a coprodução do diagnóstico ou a disputa de diagnóstico; e 3) na formação de redes profissionais, destacam-se as trocas, que podem ser trocas negociadas, trocas recíprocas ou trocas simbólicas. “Enquanto o trabalho de fronteira ocorre sobre as fronteiras, o diagnóstico e a troca ocorrem ambos dentro e através das fronteiras” (Liu, 2018: 46). Neste artigo, abordamos a produção sobre os grupos profissionais dialogando com essa perspectiva, tendo em mente que os autores deste artigo são também construtores do trabalho de fronteira na Sociologia das Profissões e Ocupações, são produtores de conhecimento sobre o tema e atuam nas redes profissionais.

Na análise desse material, entrelaçam-se olhares sobre o desenvolvimento da disciplina e as estratégias dos pesquisadores, sem que se conceba uma hierarquia de determinações entre esses dois domínios (Abbott, 2019). A produção de teses ou dissertações, assim como a apresentação de artigos em congressos, são acontecimentos que, ao mesmo tempo, integram as carreiras profissionais dos autores e vão constituindo gradualmente essa especialidade na sociologia. Entretanto, Abbott destaca que embora seja visão comum que o conhecimento

é cumulativo, considerando-se que as disciplinas e as carreiras individuais avançam juntas, atualmente as carreiras não se conformam a essa sequência lógica. Na análise que o autor faz sobre a Sociologia nos Estados Unidos, suas evidências apontam para a disciplina seguindo uma lógica cumulativa, mas os indivíduos tendo experiências de carreira que não representam um crescimento direto e contínuo. A hipótese de Abbott (2019), de que a disciplina é mais flexível a mudanças de rumo que os indivíduos, será discutida à luz do caso brasileiro, que guarda diferenças em relação ao norte-americano.

No Brasil, a expansão da pesquisa acadêmica nas ciências sociais tem quatro ciclos mais ou menos bem definidos. O primeiro é o período de implantação das primeiras instituições, que se estende dos anos 1930 ao golpe civil-militar de 1964. O segundo período é de repressão e perseguição a pesquisadores, que acompanha a ditadura até o início dos anos 1980; essa segunda fase é marcada pelo clima de desconfiança em relação à influência da sociologia empirista-funcionalista dos Estados Unidos, com a ampliação da influência de abordagens marxistas. A retomada da pesquisa em regime democrático constitui o terceiro momento, que tem a fundação da ANPOCS, em 1977, como um marco e coincide com a internacionalização e a formação de pesquisadores no exterior (até o fim do século 20). O ciclo mais recente é o de expansão da pós-graduação, que se acelera do fim dos anos 1990 até meados de 2010, quando o número de programas se estabiliza. Ao comentarem esse processo, Jacob Lima e Soraya Cortes (Lima; Cortes, 2014) observaram que, neste último período, interdisciplinaridade e disciplinaridade se mesclam e se fortalecem numa dinâmica de aproximação-separação entre sociologia, antropologia e ciência política.

É na terceira fase da disciplina que os estudos sobre profissões e ocupações ganham densidade, com clara prevalência para o quarto período. As construções de carreiras individuais e da especialização se entrelaçam nesse espaço disciplinar que já havia acumulado influências e desconfianças (Bonelli, 1993). As consequências da expansão das instituições de pesquisa se refletem nos *outputs* analisados neste artigo. Como veremos, a pesquisa dos grupos profissionais no Brasil tem domínio da sociologia, mas é praticada em outras disciplinas das ciências sociais e fora delas. Teses, dissertações e artigos refletem o cruzamento entre as ações dos pesquisadores para se inserirem, cooperarem em uma rede de pesquisa ou lutarem por posições dominantes nos espaços de atuação profissional que almejam. A rede de pesquisadores pode, assim, ser tratada como um grupo profissional e interrogada com base em questões clássicas ou contemporâneas da sociologia das profissões. Pretendemos compreender como a expansão da oferta de programas de pós-graduação afetou a especialização desse

grupo, produziu diversificação e suscitou problemas de fronteiras (Liu, 2018) com outros domínios da sociologia ou outras disciplinas.

Da organização do GT Ocupações e Profissões até sua consolidação no Comitê de Pesquisa Sociologia das Profissões e Ocupações, observam-se as tarefas mencionadas por Liu, seja em termos de trabalho de fronteira, de *expertise* e de redes. Nos primeiros anos, a produção de uma *expertise* própria envolveu mais a disputa por diagnósticos, inclusive entre os próprios trabalhos produzidos na área. Isso se desdobrou na ênfase em fazer fronteira com outras especialidades e em constituir trocas por meio de redes de pesquisadores. Fazer fronteiras e disputar diagnósticos foi dando espaço a uma percepção das fronteiras como espaços de diferença que são borradas na prática da atuação dos pesquisadores, por meio de trocas recíprocas e coprodução de diagnósticos. Assim, sem fronteiras fixamente demarcadas convivem as lógicas de borrar e tentar manter fronteiras com outras áreas e especialidades, havendo as disputas e coprodução de diagnósticos e as trocas em rede.

A metodologia é detalhada na primeira seção do artigo e os dados são descritos na segunda. A terceira seção analisa os resultados obtidos com o estudo. A sociologia dos grupos profissionais revela, em sua expansão, o surgimento de novos investigadores e instituições debruçados sobre o tema, processo permeado pelas disputas por diagnósticos influenciadas por *expertises* de outras áreas. Em um segundo momento, observa-se a especialização em si, com a realização de estudos regulares, durante longo tempo, a respeito de profissões e ocupações específicas, o crescimento da referência à *expertise* própria da área e a disputa de diagnósticos com outras especialidades. A terceira mudança é a diversificação, com o alargamento do conjunto de profissões ou ocupações sob enfoque dos pesquisadores brasileiros. Além disso, constata-se o desenvolvimento de interfaces teóricas combinando a sociologia das profissões com outras sociologias (como aquelas especializadas em jornalismo, direito ou saúde) e com diferentes teorias sociais (notadamente, com as teorias dos campos, das desigualdades e das mobilidades). Aqui, o borrar de fronteiras ganha clara visibilidade, mesmo que conviva com abordagens que buscam mantê-las, disputando interpretações.

1) Os caminhos metodológicos e recorte empírico da pesquisa

A pesquisa aqui desenvolvida recorre sobretudo à estatística descritiva de dois conjuntos de dados e à produção sociológica sobre profissões e ocupações. Os dados reúnem dois tipos de produção acadêmica: *papers* apresentados em

eventos científicos e teses e dissertações defendidas e aprovadas em programas de pós-graduação no Brasil. A temática de profissões e ocupações se inscreve num ramo sociológico, a sociologia das profissões, que tem conexões com outro subdomínio, a sociologia do trabalho. Ambas são áreas interdisciplinares, em fronteira com outras disciplinas, como economia, administração, psicologia e história. No âmbito dos eventos científicos no Brasil, a sociologia das profissões começa a ser representada no *mainstream* dos grupos de trabalho dos principais congressos a partir de 2002, no “Profissões, estado e mercado: identidades, saberes e fronteiras profissionais”, mantido até 2003 na ANPOCS. A partir de então, a temática é representada no GT “Ocupações e profissões”, organizado desde 2003, bienalmente, nos encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia. Antes disso, ocorriam, eventualmente, apresentações de *papers* na temática nos GTs de sociologia do trabalho organizados nos encontros da ANPOCS e da SBS, ambos desde 1987.

A organização de grupos de trabalho nos principais congressos de um campo epistemologicamente multifacetado e internamente competitivo como o das ciências sociais constitui uma referência importante de consolidação na pesquisa e na produção; por isso, privilegiamos esta fonte de dados, composta de informações extraídas dos respectivos Anais e dos programas impressos dos congressos analisados. A organização e apresentação de *papers* em GTs e também a de defesa de dissertações e teses podem ser compreendidas como articulações práticas e simbólicas que interseccionam duas ecologias humanas, a da sociologia como ciência e a da universidade, o ambiente acadêmico (Cf. Abbott, 2005). A base de dados foi organizada a partir de 2017, quando elaboramos uma classificação temática com base nos *papers* apresentados desde 2003 no GT “Ocupações e profissões” da SBS, originando uma análise retrospectiva (Bonelli; Mick; Nunes, 2017). A base foi aqui acrescida dos dados do congresso da SBS realizado em 2019 e a classificação foi ajustada para se adequar também ao segundo conjunto de dados, sobre teses e dissertações produzidas desde 2003.

A produção dos programas de pós-graduação reflete (ou pelo menos acompanha) a produção de *papers* apresentados em eventos. A maioria dos regulamentos de programas de pós exige de seus alunos a publicação em anais de eventos e a submissão em periódicos, durante o período de desenvolvimento de suas teses ou dissertações. No final de 2002, foi instituída a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A BDTD passou a compreender um repositório de acesso público e gratuito das teses e dissertações. A biblioteca, que abriga hoje mais de 650 mil documentos de 123 instituições, é a maior

base on-line de livre acesso desse tipo no mundo. Diferentemente de outras bases científicas, como a base de *curriculum vitae*, na plataforma Lattes, faculta a extração de dados volumosos na própria plataforma. No entanto, traz algumas limitações, como a de ser dependente de repositórios locais, quando eles já existem, e se limitar, nesse caso, aos descritores informados nessas bases.

Como nem todos os repositórios locais informam a composição de bancas de defesa, a extração automática recupera apenas uma amostra desses dados, que precisaram depois de complementação manual. Além disso, há omissões, devido a problemas na secretaria dos respectivos programas ou falta de autorização dos egressos para publicação de seus produtos de pós-graduação e um atraso na incorporação documental no repositório local e na própria BDTD. Por outro lado, a BDTD vem incorporando paulatinamente a organização e os recursos dos repositórios científicos consolidados, propiciando, por exemplo, a saída de buscas efetivadas no aplicativo nos formatos csv e json, para manipulação e análise em outras plataformas. Utilizamos, neste conjunto de dados, além de algumas variáveis informadas pelo repositório, como autor, ano de defesa, instituição, orientador, título, resumo, outras construídas mediante programação em Python (gênero de autor, orientador e membros de banca, região)⁵. A busca na BDTD foi efetivada com a seguinte expressão aplicada aos campos “resumo”, “título” e “palavras-chave”: [sociologia E (profis* OU ocupa*)]. Os resultados filtrados por programas de pós-graduação da área de sociologia ou estritamente afins: ciências sociais; antropologia; ciência política; sociologia política; cultura e sociedade; política social; educação; história; política e sociedade; serviço social; tecnologia e sociedade.

2) A sociologia das profissões e das ocupações na SBS e na ANPOCS

Após quase duas décadas de existência de grupos de trabalho sobre ocupações e profissões, realizando 11 encontros em congressos brasileiros de sociologia e ciências sociais, pode-se observar o desenvolvimento dessa temática no Brasil. Destaca-se a formação de um núcleo de pesquisadoras(es) e de instituições que aglutinam essas pesquisas, como também sua irradiação e pulverização.

O primeiro GT foi organizado nos dois encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nos anos de 2002-2003, sob o título “Profissões, estado e mercado: identidades, saberes e fronteiras profissionais”, coordenado por Maria da Gloria Bonelli (UFSCar), Maria Ligia Oliveira

5 Essa operacionalização está descrita em *paper* apresentado em 2020, no Encontro Nacional de Inteligência Artificial e Computacional (Rodrigues Filho et al., 2020).

Barbosa (UFRJ) e Luiz Antonio Castro Santos (UERJ). A estrutura desses dois eventos constituía-se, principalmente, por pesquisadores mestres e doutores em sociologia/ciências sociais, antropologia e ciência política em grupos de trabalho compostos de três sessões e quatro *papers* em cada uma. Embora tenha representado uma oportunidade relevante para a organização de um grupo inicial de pesquisadores mobilizados pelo tema, a possibilidade de expansão de uma área que partilhava indagações sociológicas sobre ocupações e profissões ficava restrita pelo formato interdisciplinar da ANPOCS e pela limitação a 12 trabalhos no total.

Os trabalhos apresentados focalizaram nas profissões de nível superior, expandindo-se para a inclusão de estudos sobre as ocupações após a criação do GT Ocupações e Profissões, no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2003. A perspectiva voltada ao interior da sociologia representou a estratégia de afirmação de abordagens específicas sobre as ocupações e profissões e de constituição de fronteiras em torno dessa *expertise*. Dentro deste sentido, o GT trouxe a diversificação de temas, de categorias ocupacionais investigadas e de pesquisadoras e pesquisadores. Nesse período, o número de programas de pós-graduação em ciências sociais cresceu de 30 (em 2000) para 53 (em 2013), enquanto o de programas interdisciplinares subiu de 46 para 512 (Lima e Cortes, 2013).

Do núcleo inicial de 25 autores de *papers* nas sessões do GT da ANPOCS, seguiram com presença ativa no novo grupo Ocupações e Profissões na SBS, na década de 2010, duas pesquisadoras da área da sociologia. Observa-se uma ampliação do acesso à apresentação de *papers* na SBS, refletindo a consolidação da área e a constituição de referências bibliográficas internacionais e nacionais nesses trabalhos. Nos dois primeiros encontros do GT na ANPOCS, destaca-se a contribuição das mulheres, sendo estas 68% dos autores, havendo apenas um trabalho em coautoria feminina. Quanto à titulação, doutores(as) e doutorandos(as) estavam igualmente representados, com 44% cada, além de 12% de mestres. A formação mais elevada em sociologia foi encontrada para 56% dos participantes. Todos tinham laços com as universidades públicas, fossem como docentes ou discentes de pós-graduação. A região Sudeste concentrava as autorias, com 68%; havia 24% atuantes no Nordeste e 8% no Sul. Em contraste com o GT da ANPOCS, a SBS possibilitava um número maior de *papers* por sessão, com uma média de 22 trabalhos por congresso sobre ocupações e profissões, em vez dos 12 dos encontros anteriores. Também se observou mais coautorias, chegando a 18%.

Os dados a seguir se referem ao conjunto da ANPOCS-SBS, havendo nesse total 223 resumos de trabalhos e 250 autores. A participação das mulheres como

primeira autora é expressiva, em torno de 58%. A distribuição do grau de titulação mais elevado do primeiro autor é semelhante para mulheres e homens, com metade tendo doutorado (50 % para elas e 51% para eles). Há um pouco mais de homens doutorandos (38% a 34%) e mais mulheres mestras (13% a 7%). Quanto ao sexo, a presença das mulheres já era grande nos dois eventos da ANPOCS e diminuiu um pouco, em especial na segunda década. Não temos informações coletadas sobre cor/raça desse contingente, mas sabemos pela participação como coordenadores que o predomínio é de autoria branca, sendo necessária uma ação para atrair a colaboração de pesquisadores(as) negros(as) para o GT.

Entre a primeira e a segunda décadas (2002-2009, 2011-2019), há um aumento na participação de pesquisadores(as) com maior titulação em sociologia, indo de 43% para 68%. Somando a isso os títulos em ciências sociais, obtém-se 57% para o período inicial e 75% para o seguinte. As demais áreas de titulação se mostraram pulverizadas por disciplinas das ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Percentualmente, entre os primeiros autores, há mais homens entre os titulados em ciência política e mais mulheres em antropologia, ciências sociais, sociologia e educação.

A predominância de atuação em instituição pública persiste nas pessoas listadas como primeiro(a) autor(a), seja como profissional ou como estudante, com 85%, mas os *papers* provenientes de instituições privadas crescem ao longo do tempo, principalmente na região Sudeste. Essa região continua concentrando a maioria das pesquisas, com 56% dos(as) autores(as), mas se observa mais diversificação regional com a participação de todas as regiões no GT, além de alguns trabalhos latino-americanos. A diversificação do perfil de autores que tiveram textos aprovados no GT consagrou o que se planejava quando da transferência para a SBS: um grupo maior, com novos participantes, provenientes de instituições mais variadas, inclusive algumas privadas, de todas as regiões do país, apesar da concentração no Sudeste. Alcançou-se ao mesmo tempo a predominância da área da sociologia entre os primeiros autores e a influência da sociologia das ocupações e das profissões, combinando fazer fronteiras e borrar fronteiras: a primeira se refletiu mais nas ciências sociais e a segunda nas ciências sociais aplicadas e nas humanidades. Esse GT acolheu diversos estudos sobre as profissões jurídicas e apoiou a organização de um novo grupo na SBS em sociologia do direito, o que explica a redução de trabalhos nessa temática a partir de 2017, como veremos a seguir.

A consolidação do GT na SBS - com menos sócios das áreas de antropologia e ciência política - não teve tanto impacto no fazer fronteira no primeiro período, já que a maior titulação em sociologia entre os participantes foi até menor,

havendo 56% na ANPOCS e 43% na SBS. É no segundo período que isso ganha mais expressão, chegando a 68% de titulados em sociologia.

A dinâmica da colaboração entre pesquisadores da sociologia e aqueles nas ciências sociais aplicadas e das ciências humanas predominou ao das interações com a antropologia e ciência política, mais forte nos eventos da ANPOCS. Ou seja, fez-se mais fronteira com aqueles de disciplinas próximas, que dividem o ensino da graduação em ciências sociais e disputam narrativas de conhecimentos específicos, borrando mais as fronteiras com aquelas áreas que mobilizam conteúdos sociológicos em suas pesquisas.

Há a renovação de lideranças no GT da SBS em relação ao da ANPOCS, com destaque para Jordão Horta Nunes, Roberto Fragale Filho, Jacques Mick e Fernanda Petrarca. Forma-se também um núcleo de pesquisadores que contribuem regularmente com o grupo, apresentando trabalhos ou atuando como coordenador e/ou debatedor. Outro indicador do interesse realimentado no tema é que 30% dos primeiros autores tiveram resumos aprovados no GT mais de uma vez, além daqueles como segunda e terceira autoria. Esses resumos indicam as instituições que mais aglutinaram projetos de pesquisa nas ocupações e profissões ao longo das duas décadas: UFSCAR (21 trabalhos), UFPE e UFRGS (15 cada), UFG (14), UFF e UFRJ (13 cada), UFSC (11) e UNICAMP (10).

Processando as informações dos sobrenomes mencionados como referência bibliográfica dos *papers*, observa-se a consagração de Bourdieu, que se destaca com o dobro de referências em relação ao segundo mais mencionado, Freidson (108 a 53 menções). A presença de um autor cuja amplitude da perspectiva teórica se sobrepõe às fronteiras da sociologia contrasta com as contribuições que focam no estudo especializado das ocupações e profissões. Além do mais, a influência bourdieusiana e a rede em torno dela é muito atuante na sociologia brasileira. Autores estrangeiros contemporâneos fundamentam muitas das análises e aqueles que tiveram mais de quinze menções foram Claude Dubar, Andrew Abbott, Maria de Lourdes Rodrigues, Magali Larsons, Howard Becker e Norbert Elias. A existência de textos em português do(a) autor(a) ou sobre o autor(a) e o fato de alguns deles(as) terem participado de eventos acadêmicos respondem pela maior circulação de suas ideias no país. Este é o caso de Freidson, que esteve em evento no país e publicou aqui (Freidson, 1996; 1999; 2009). Há mais referência a autores que produzem no Brasil, confirmando a interlocução dos *papers* com a pesquisa local, regional e nacional, ressaltando a consolidação desse espaço de produção científica.

Os resumos dos trabalhos nos permitem observar as problemáticas dessas pesquisas. Elas lidaram com as profissões enfocando principalmente nas

questões do campo profissional, das relações profissionais, do mercado de trabalho e da formação, palavras que obtiveram entre 80 e 60 menções. Um segundo núcleo de interesses girou em torno da atuação, das identidades, do gênero e das mulheres; da política e do poder; da sociedade, das práticas e da carreira; do conhecimento, do ensino e da profissionalização. Esses aspectos surgem nos resumos entre 45 e 30 menções. Embora a presença das mulheres no grupo da ANPOCS já tivesse bastante destaque, como interesse de pesquisa o tema começa a ganhar visibilidade com a mudança para a SBS.

O conjunto de *papers* reflete o trabalho analítico sistemático dos especialistas em três grupos de atividades: profissões jurídicas, de saúde e educação/qualificação receberam cada uma mais de 20 estudos em duas décadas, muito à frente dos demais grupos. Um segundo conjunto de temáticas principais reúne as profissões das áreas da comunicação e segurança pública/militares, com entre 10 e 15 *papers* no período. Temáticas emergentes foram tratadas em até cinco *papers*: alimentação, diplomacia, indústria/construção civil, política, profissões criativas, psicologia/terapia/psicanálise, trajetórias e carreiras, transporte/turismo e ocupações de baixa qualificação. Os demais grupos de atividade somaram entre 5 e 10 *papers* entre 2002 e 2019.

Um olhar transversal para esse conjunto de artigos permite constatar, na primeira década, número significativo de estudos históricos e de perfil sociodemográfico de profissões e ocupações, pesquisas de base cuja frequência diminui ao longo do tempo. Desde o princípio dos GTs e durante todo o período, há estudos de caso conectados a temas clássicos da sociologia dos grupos profissionais: identidades, *status*, jurisdições, formação, relações com o Estado, segmentação, diversificação, especialização, entre outros. Esse tipo de estudo recorre mais explicitamente à bibliografia canônica na área de pesquisa. Ao longo do tempo, novas abordagens de profissões e ocupações se somam a essas referências teóricas, assim como estudos fundamentados em teoria social contemporânea. Prevalcem problemáticas em geral claramente conectadas a questões da sociologia dos grupos profissionais; são menos frequentes os estudos meramente descritivos.

Analisar as temáticas ao longo do tempo permite enxergá-las em sua conexão com aspectos da história do país, com o contexto contemporâneo marcado por globalização e inovações tecnológicas e com efeitos específicos desse contexto sobre as profissões. As desigualdades estruturais do país são consideradas à luz da composição sociodemográfica em variadas atividades, especialmente desde a perspectiva de gênero, mas também levando em conta raça; abordagens interseccionais surgem na última década, em estudos que enfrentam o desafio

metodológico de realizá-las. A análise de efeitos de políticas públicas sobre ocupações ou profissões, assim como sobre os processos de ensino-aprendizagem de ofícios, igualmente se reportam à história recente do país. Um terceiro conjunto de pesquisas, bastante abundante, estuda sob várias angulações os agentes dos sistemas de justiça e segurança pública, de imenso protagonismo sociopolítico nas últimas décadas: advogados, juízes, desembargadores e ministros de tribunais, policiais (de delegados a agentes ou peritos) e militares, entre outros.

A expansão da razão neoliberal, produzindo fenômenos que conectam trabalho e política à globalização, reflete-se em pesquisas sobre individualismo, precarização, intensificação, extensão de jornada, desemprego, insegurança e sofrimento. Outros tipos de estudo leem o tema em ocupações estruturalmente marcadas pela precariedade – do emprego doméstico aos motoboys. Tais investigações articulam a sociologia dos grupos profissionais no Brasil aos estudos e teorias sociais sobre a globalização e suas consequências.

Articulando os dados sobre as referências bibliográficas e os temas identificados nos resumos aprovados, podemos constatar que o GT se organiza em um espaço acadêmico delimitado pela presença da abordagem de Bourdieu e da teoria dos campos, por um lado, e pela sociologia do trabalho, por outro. Configura-se, assim, uma linhagem de pesquisa que se expande e consolida nesse ambiente híbrido de problemas para investigação e de diálogo de referências, com o GT progredindo à condição de Comitê de Pesquisa (CP), em 2021.

3) Teses e dissertações com foco em profissões e ocupações

A produção de teses e dissertações na temática de profissões e ocupações em programas de sociologia ou estritamente afins cresceu após 2010, em relação ao período anterior, de 54 para 131 trabalhos, ainda que a proporção de teses em relação a dissertações tenha diminuído, de 39% a 34%, nos intervalos considerados. A razão de gênero se manteve, a exemplo do que ocorre entre autores(as) de *papers*, favorável a mulheres, e cresceu de 60% a 63% na segunda década do interstício. A origem dos trabalhos em relação às regiões geográficas se distribui com prevalência da região Sudeste (34,6%), seguida pelas regiões Sul (24,3%), Nordeste (21,1%) e Centro-Oeste (17,8%), com pequena representação da região Norte (2,2%). As instituições que mais contribuíram para a produção de teses e dissertações no escopo considerado são: UFG e UFRGS (24 cada), UFSCar (18), UFPE (17), PUC/SP (13), UFSC (11), UFRJ e UFS (10 cada), e UnB (9).

Outro ponto concerne à distribuição do escopo de pesquisa em profissões/ocupações no interior de cada programa. Nesse aspecto, a tendência mais

comum é a de predominância das orientações desse escopo em um pesquisador, como ocorre na UFG, UFSCar, UFSC, UFRJ e UFS. No entanto, há programas em que a distribuição é mais equilibrada, ainda que isso não ocorra em todo o período considerado, como são os casos da UFPE, UFRGS e PUC-SP.

A BDTD não armazena arquivos de dissertações ou teses, mas apenas seus resumos e *links* para acesso. Assim, a pesquisa por conteúdo é limitada, como também ocorre em bases regionais de artigos científicos, a exemplo da Scielo. No entanto, a contagem de palavras ou expressões nos campos de resumos e títulos pode nos informar algo sobre conceitos e abordagens metodológicas, além da interpretação com base na leitura dos resumos, que foi empregada para classificar os trabalhos nas categorias temáticas e ajustar a classificação anterior feita a partir dos *papers* de GTs. Com base no conteúdo dos 179 resumos informados na BDTD, verifica-se que o termo “trabalho” é o que mais aparece numa acepção conceitual, em expressões como “mercado de trabalho” (n=67), “relações de trabalho” (n=19), “trabalho de” (n=24) etc. O número total de ocorrências do termo está próximo do número em que a expressão de busca ocorre, indicando que a temática aparece, nos produtos identificados, como associada às questões sociológicas do trabalho. Dentre os conceitos usuais em teorias na sociologia das profissões, temos “identidade(s)” (n=79), “grupo(s) profissional(is)” (n = 12), “discurso” (n=32), “carreira(s)” (n=46) e “trajetória(s)” (n=66). A baixa frequência de termos como “classe(s)” (n=23) sugere pequena representação de abordagens marxistas ou marxianas. Por outro lado, a predominância do termo “qualitativa/o(as/os)” em relação a “quantitativo/a” indica a predominância de técnicas ou abordagens metodológicas do primeiro tipo nas teses/dissertações que compõem a base. A presença do termo “triangulação” (n=9) sugere a associação de métodos ou técnicas diferentes ou de abordagens quali-quantitativas. Embora não seja comum a inclusão de nomes de autores em resumos de teses ou dissertações, dois nomes aparecem na amostra: Bourdieu (n=13) e Freidson (n=8). Pode-se afirmar, grosso modo, que as teses e dissertações nessa temática, em sua maioria, não se vinculam explícita ou preponderantemente à sociologia das profissões, como ocorre com maior frequência nos *papers* de GTs, mas que interseccionam seu campo epistemológico e metodológico.

4) Distribuição temática da produção relacionada à sociologia das profissões e ocupações

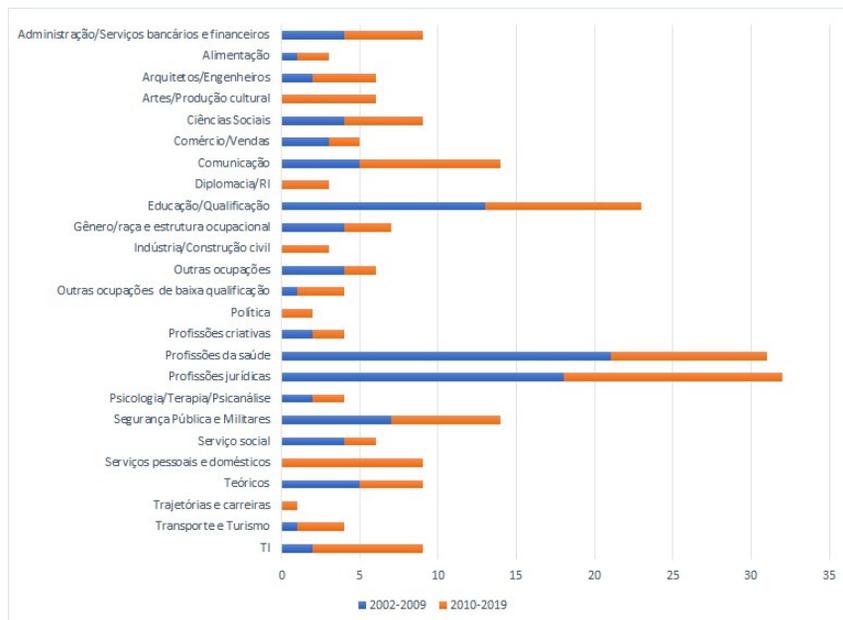
A produção científica brasileira na temática de profissões e ocupações nas primeiras décadas do século 21 foi classificada, para *papers* e teses/dissertações,

com base na interpretação de textos completos e resumos, nas seguintes categorias temáticas: administração/serviços bancários e financeiros; alimentação; arquitetos/engenheiros; artes/ produção cultural; ciências sociais; comércio/vendas; comunicação; educação/ qualificação; gênero/raça e estrutura ocupacional; indústria/ construção civil; Outras ocupações de baixa qualificação; outras profissões e ocupações; política; profissões criativas; profissões da saúde; profissões jurídicas; psicologia/ terapia/ psicanálise; segurança pública e militares; serviço social; serviços pessoais e domésticos; teóricos; TI; trajetórias e carreiras; transporte e turismo. Pressupomos que o interesse acadêmico nesses temas é influenciado por:

- a) fatores ligados ao mundo, às transformações da realidade social, principalmente do mercado de trabalho e das políticas públicas correlatas;
- b) fatores ligados ao meio acadêmico das ciências sociais, como a constituição de GTs, linhas e programas de pesquisa na temática, valorização de tendências, escolas, tradições ou teorias na sociologia relacionadas à temática; e
- c) trajetórias de pesquisadores/docentes e seus percursos de vida.

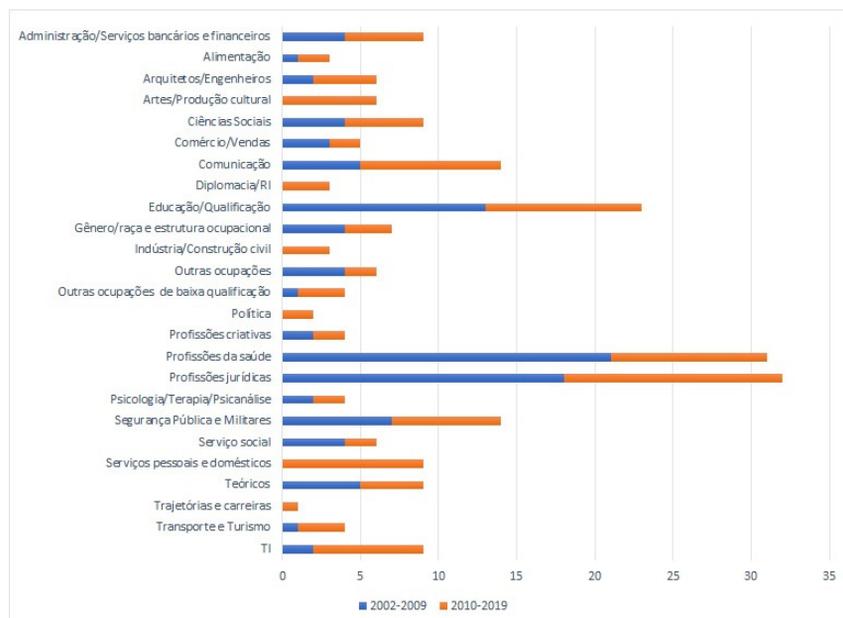
Esses fatores podem ser agrupados, *grosso modo*, em individuais, exógenos e endógenos, em relação ao campo de pesquisa no tema e considerados como tipos ideais, no sentido weberiano. Embora os grupos de dados tenham sido obtidos de produtos e eventos científicos diferentes, alguns resultados comuns chamam a atenção. O primeiro é a distribuição feminina de autores cerca de dez por cento superior à masculina (58% em *papers*, considerando apenas a primeira autoria, e 63% em dissertações/teses). O segundo é a frequência proporcionalmente mais elevada nos seguintes temas: educação/ qualificação, profissões jurídicas e profissões da saúde. Os gráficos 1 e 2 trazem a distribuição temática por período (2002-2009 e 2010-2019) e, com base nesses resultados, seguem alguns comentários.

Gráfico 1 – Papers por tema e período. Brasil. 2002-2019.



Fonte: Construído pelos autores, com base nos Anais de congressos da Anpocs e da SBS.

Gráfico 2 – Dissertações e teses por tema e período. 2003-2019.



Fonte: Construído pelos autores, com base nos microdados da BDTD.

Em ambos os grupos, observa-se que não há temáticas descontinuadas de uma década a outra: na maior parte dos casos, o período 2010-2019 representou maior volume de abordagens dos temas já estudados no ciclo anterior, acrescentando sete grupos novos de profissões ou ocupações em teses e dissertações, e cinco em *papers*. A emergência recente de trabalhos ligados a ocupações do setor de serviços de alimentação e de produção de alimentos no contexto da produção sustentável ou da economia solidária pode se relacionar à exploração do turismo, dos serviços de restaurantes, à valorização midiática dos serviços de chefes, ao consumo consciente etc. O interesse pela pesquisa em ocupações artísticas está ligado ao crescimento do setor cultural em nível mundial, influenciado pelas novas tecnologias e pelo barateamento dos custos de produção de arquivos de áudio e vídeo. Uma das principais atividades do trabalho artístico é o ensino, que envolve o treinamento e, no caso de *performers* de alto nível, é de caráter individual e implica a relação mestre-discípulo. Assim, a temática frequentemente faz fronteira com ensino/qualificação.

Os trabalhos ligados à educação/qualificação, que extrapolaram a área da educação, em uma visão sociológica, têm como base empírica as políticas de qualificação, como o Plano Nacional de Qualificação, o crescimento da rede federal no Ensino Médio, programas de ensino técnico em nível médio, como o Pronatec etc. Esta temática, a mais frequente em todo o período, além de estar ligada a uma profissão tradicional e bastante estudada (a docência), está relacionada também a fatores endógenos e individuais, como organização, formas de vinculação acadêmica e trajetórias profissionais.

A pesquisa sobre a profissão de sociólogo ou o mercado de trabalho para cientistas sociais tem início na década de 1990 e se mantém, durante o período considerado, com relativa superioridade numérica no âmbito dos GTs. Houve um interesse crescente no trabalho nessa área desde os movimentos em favor da obrigatoriedade da disciplina de sociologia no currículo do ensino básico, na década de 1980. Com a obrigatoriedade do ensino de sociologia nas três séries do Ensino Médio, pela Lei n. 11.684/2008, aumentou a procura pela formação e a pesquisa na área, ainda que a obrigatoriedade tenha durado pouco, até a reforma na LDB, ocorrida em 2017. A questão da profissionalização em Ciências Sociais, com destaque à Sociologia, desdobra-se em outros temas subsidiários, como trajetórias de egressos, mercado de trabalho e estrutura ocupacional e identidade profissional.

O esperado trio de profissões “imperiais”, lembrando a clássica análise de Edmundo C. Coelho (Coelho, 1999), está presente nas produções de *papers* nos GTs e teses/dissertações, nos grupos “profissões da saúde”, “profissões jurídicas”

e “arquitetos/engenheiros”. Além das dissertações e teses sobre profissões clássicas, como médicos, advogados e engenheiros, expandiram-se as pesquisas sociológicas sobre outros grupos tradicionais nas profissões jurídicas, como os magistrados, as enfermeiras nas profissões da saúde, bem como sobre a arquitetura. Novas ocupações buscando a profissionalização foram objeto de investigação, como mediadores e conciliadores judiciais, técnicos de saúde e agentes comunitários. A temática do gênero nas profissões compôs o foco de várias teses, com destaque para as mulheres na magistratura. Tal problemática se ampliou nas profissões da saúde e foi foco de trabalhos sobre a presença feminina em ocupações masculinas, como a engenharia naval, o polo naval e a carreira militar.

Os grupos profissionais ligados à administração e aos serviços bancários estão representados na produção de *papers* e dissertações/teses durante todo o período. Os trabalhos envolvem desde pesquisas que ressaltam mais o gerenciamento da emoção em ocupações de menor qualificação, “da linha de frente”, como caixas bancários, até executivos da alta administração. Recentemente, evidencia-se o surgimento de novos profissionais administrativos no mercado de trabalho, como é o caso de *coaches* em diversos setores. O emprego crescente de tecnologias de informação nos setores administrativos, privados ou públicos, acarretou mudanças de identidade profissional, além de transformações na organização do trabalho e formas de contratação. A pesquisa nessa temática evidencia uma transformação no período considerado, desde os trabalhos críticos da exploração pelo controle de metas e subcontratação até as modernas formas de exploração da subjetividade, que conduz a psicopatologias do trabalho. Ainda que esse tema de pesquisa permaneça ativo, verifica-se, na segunda década considerada, uma influência menor da sociologia das profissões ou das organizações, em relação a uma sociologia clínica.⁶

O surgimento e o crescimento de temas, como TI e outras ocupações, também podem ser explicados neste aspecto, como por exemplo no desenvolvimento das novas tecnologias e no aumento do consumo de serviços, por exemplo, ambos os fatores relacionados a transformações identitárias. As tentativas de regulamentação, estabilidade e profissionalismo em profissões de TI, como desenvolvedores de *softwares* e analistas de sistemas, contrastam com o risco e a autonomia que são intersubjetivamente valorizados no setor. A bibliografia

6 A sociologia clínica é uma perspectiva interdisciplinar, criativa e humanística, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, procurando reduzir ou eliminar problemas por meio da análise e da intervenção. Seus marcos de referência são: “a análise das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos; a questão do sujeito nas ciências humanas e sociais; a abordagem clínica como condição necessária ao desenvolvimento de uma sociologia crítica” (Nunes; Silva, 2017).

desenvolvida transita por questões de gênero e identidade num campo majoritariamente masculino, mas também destaca a dimensão altruísta e, de certo modo, crítica ao individualismo e protecionismo da *expertise* tecnológica que geralmente se associa a profissionais de TI, como ocorre, por exemplo, nos desenvolvedores de *software* livre. A orientação e pesquisa sobre trabalho e profissionalismo em TI têm ocorrido em diversos programas de pós-graduação, com destaque, na primeira década analisada, para a UFRGS, sob orientação de Cinara Rosenfield, e na década subsequente em diversas outras instituições, como UFG, UFPR e UFSCar, ainda que sob influência teórico-metodológica mais voltada à interseção com a sociologia do trabalho, do que propriamente à Sociologia das Profissões e Ocupações.

A expansão de novas tecnologias produz inúmeros efeitos sobre o universo profissional, notadamente no campo da comunicação. Teses e dissertações sobre essa temática têm focado desde perspectivas sociológicas, sobretudo as mudanças no exercício do jornalismo, com variados impactos sobre a identidade profissional, a autonomia e as intersecções com outras profissões da comunicação, como publicidade ou relações públicas. Estudos importantes também consideram as mudanças nessa profissão sob o ângulo das desigualdades de gênero ou de suas conexões com o campo político.

O tema relacionado a trajetórias e carreiras tem pequena expressão nos *papers*, nos quais aparece somente a partir de 2010, mas está representado nas duas décadas em teses e dissertações. O estudo de trajetórias, percursos de vida e carreiras se relaciona com a mobilidade social, aspecto relevante nas ciências sociais. Evidencia-se uma clivagem metodológica nessa temática, em que se empregam métodos quantitativos para análise de coortes e gerações, com origem em outras áreas de conhecimento, como demografia e biologia, mas também abordagens qualitativas com ênfase na relação entre biografia e sociedade. No escopo da primeira alternativa figuram trabalhos em que são analisadas desigualdades intra e interprofissões de medicina e enfermagem, no grupo profissional de saúde, mediante a construção empírica de trajetórias. No campo das análises qualitativas é frequente o apego à noção bourdieusiana de trajetória aplicada à construção da identidade profissional e o emprego metodológico de entrevistas biográficas. A mobilização de estratégias diversificadas para inserção de jornalistas em mercados de atuação profissional também foi objeto de estudos biográficos.

Outro tema relevante em *papers* e teses/dissertações é clássico na sociologia, ainda que tenha menor destaque na sociologia de profissões e ocupações: gênero/raça e estrutura ocupacional. A ênfase em ocupações orientadas por gênero e suas derivações no processo de profissionalização foi mais frequente nos

papers em GTs e ocorreu nas duas décadas consideradas. Entre as produções de pós-graduação, os trabalhos foram mais numerosos a partir de 2010, com foco principalmente em questões de identidade socioprofissional ligadas à imigração e à estrutura ocupacional, à formação profissional de afro-brasileiras(os), ao trabalho rural de mulheres, e a políticas públicas voltadas à correção de desigualdades de gênero e raça. As políticas para ingresso no Ensino Superior impulsionaram também o interesse pela pesquisa sobre suas consequências no mercado de trabalho e na vida profissional.

Considerações finais

A análise do conjunto de *papers*, teses e dissertações recolhidos para este artigo convida a observações a respeito do modo como as estratégias dos pesquisadores adotadas em suas trajetórias profissionais se conectam com as configurações da disciplina, na especialização “sociologia das profissões e ocupações”. O período de expansão da oferta de programas de pós-graduação no Brasil (2000-2019) conduziu à ampliação do número de investigadores, instituições de pesquisa e programas de pós-graduação em sociologia e ciências sociais, assim como à diversificação das abordagens (tanto em termos temáticos, como de perspectivas teórico-metodológicas) e à constituição de redes nacionais ou internacionais de investigação. Os eventos que abrigam os textos analisados neste artigo (congressos e bancas de mestrado ou doutorado) refletem tais efeitos e, neles, entrecruzam-se os destinos de pesquisadores e do subdomínio sociológico interessado nos grupos profissionais. Certos fenômenos observados nessas duas décadas no Brasil ecoam situações descritas por Abbott (2019), com base em *papers* publicados em revistas científicas para o caso norte-americano. Mas, há também diferenças importantes.

Constata-se, em primeiro lugar, a expansão no número de artigos e trabalhos de formação acadêmica na área entre a primeira e a segunda décadas deste século. O fenômeno é coerente com o aumento no número de programas de pós-graduação e se combina com a diversificação: novas temáticas e perspectivas teórico-metodológicas se somaram, no período 2010-2019, àquelas que já vinham sendo discutidas na sociologia dos grupos profissionais no Brasil. Isso não implica um acréscimo linear no que se sabe sobre o tema, uma vez que, nas ciências sociais, conhecimento cumulativo se combina com o não-cumulativo (Abbott, 2006; 2007; 2019).

Em seus estudos sobre as relações entre trajetórias individuais e as linhas da sociologia norte-americana, Abbott observou o aumento contínuo da

presença de estudantes de pós-graduação entre autores de revistas acadêmicas nos Estados Unidos, antes exclusivas de pesquisadores já instaurados em posições universitárias (dominantes ou em luta por domínio). Pressionados a publicar tanto por coerções institucionais como por estratégias de posicionamento no meio acadêmico, doutorandos e mestrandos mobilizam o que têm à mão – o que nem sempre é original. À diferença do caso norte-americano, contudo, no Brasil, o subdomínio dá sinais de ser mais estável que os indivíduos que o compõem – que, em sua maior parcela, transitam pela sociologia das profissões e ocupações durante uma parte de suas trajetórias, contribuindo nesse momento, mas sem continuidade. Por isso, exercem, em grau muito variado, as influências do controle ou da organização interna e da subjetividade nas trajetórias desses profissionais. A hipótese que emerge deste estudo sugere que as trajetórias individuais neste subdomínio acarretam maior diversidade de temas na produção sociológica sobre grupos profissionais, com a maior mobilidade de pesquisadores que não fazem sua carreira no tema. As transformações no mundo do trabalho influenciaram novos problemas de pesquisa; entretanto, o controle e a auto-organização do grupo sentem os reflexos da lógica mais fluida que, em certa medida, constrange o potencial de conhecimento cumulativo na temática, com a maior circulação de participantes que não prosseguem com investigações na área.

A inserção dos indivíduos construindo carreiras com estudos sobre ocupações e profissões ocorre simultaneamente à constituição da especialização no espaço disciplinar da Sociologia, que contribuiu significativamente com a participação de pesquisadores sobre trabalho em diálogo com vertentes marxistas (e.g. Souza, 2012) ou da sociologia crítica (e.g. Rosenfield; Giraud, 2018), bem como com a abordagem bourdieusiana de campo (Petrarca; Meneses, 2022; Santos, 2018). Embora trabalho e campo sejam termos predominantes nos *papers* aprovados, a porosidade das fronteiras do grupo de trabalho atraindo pesquisadores das ciências sociais e de outras áreas não parece sustentar a concepção de um campo com fronteiras delimitadas.

A transformação do GT em Comitê de Pesquisa em Sociologia das Profissões e Ocupações na SBS ocorre em uma disciplina que, segundo Liu (2018), é uma “profissão de fronteiras”, em vez de “fronteiras da profissão”. Essa inversão dá visibilidade à ação profissional, não se restringindo aos aspectos do sistema das profissões ou do modelo de profissionalização. Neste sentido, é no processo de interação e troca no fazer profissional que se produz cooperação e negociação somando para o acúmulo de conhecimento, não se limitando às relações de competição. Assim, diluem-se fronteiras, indo além das disputas jurisdicionais para demarcá-las.

Referências

- ABBOTT, Andrew Delano. Career stage and publication in American academia. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, Portugal, n. 90, 2019, pp. 9–30.
- ABBOTT, Andrew Delano. Linked Ecologies: States and Universities as Environments for Professions. *Sociological Theory*. Washington, DC, 2005, pp. 245-274.
- ABBOTT, Andrew Delano. A Reconceptualizing Knowledge Accumulation in Sociology. *The American Sociologist*. [S. l.], v. 37, n. 2, 2006, pp. 57–66.
- ABBOTT, Andrew Delano. *Chaos of Disciplines*. Chicago, Ill.: Univ. of Chicago Press, 2007.
- ABBOTT, Andrew Delano. *The System of Professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago, The University of Chicago Press, 1988.
- BONELLI, Maria da Gloria; MICK, Jacques; NUNES, Jordão Horta. Ocupações e Profissões na Sociedade Brasileira de Sociologia: balanço da produção (2003-2017). *Revista Brasileira de Sociologia*. Brasília, v. 5, n. 11, 2017, pp. 19-28. Disponível em: <<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/310>>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BONELLI, Maria da Gloria. Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema das profissões. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 9, n. 25, 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/25/rbcs25_11.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. *Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.
- FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 31, junho de 1996, pp. 141-155.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do Profissionalismo*. Teoria, profecia e política. São Paulo, EDUSP, 1999.
- FREIDSON, Eliot. *Profissão Médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. [S. l.], v. 13, n. 3, 3 mar. 2014, pp. 416-435.
- NUNES, Christiane Girard F.; SILVA, Pedro Henrique I. A sociologia clínica no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, n. 12, 2018, p. 181-199.
- LIU, Sida. Boundaries and Professions: Toward a Processual Theory of Action. *Journal of Professions and Organization*. [S. l.], v. 5, n. 1, 1 mar. 2018, pp. 45–57.

- PETRARCA, Fernanda Rios; MENESES, Valdênio F. *Sociologia dos Grupos Profissionais: dilemas clássicos, contribuições recentes*. Aracaju, Editora UFS, 2022.
- RODRIGUES FILHO, Rodrigo et al. Computational Mining on IBICT BDTD's Thesis and Dissertation Metadata for Supporting Social Science Research. In: Encontro Nacional de Inteligência Artificial e Computacional, 20 out. 2020, Brasil. *Anais... Brasil: Sociedade Brasileira de Computação - SBC*, 20 out. 2020. pp. 603-614. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/eniac/article/view/12163>>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- ROSENFELD, Cinara L.; GIRAUD, Olivier. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 1, n. 40, Set./Dez. 2018, pp. 191-233.
- SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. *Direito e profissões jurídicas pós 1988: expansão, competição, identidades e desigualdades*. Campinas, Ed. Anablume, 2018.
- SOUZA, Aparecida Neri de. Fronteiras entre duas esferas das atividades sociais: a educação e o trabalho. *Educação & Sociedade* [On-line]. [S. l.], v. 33, n. 118, 2012, pp. 81-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100006>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Recebido em: 03/05/2022

Aprovado em: 30/08/2022

Como citar este artigo:

- BONELLI, Maria da Gloria; NUNES, Jordão Horta; MICK, Jacques. Sociologia das Profissões e das Ocupações no Brasil: 2002-2019 *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 851-872.



Entre a autonomia e a precarização: a inserção de meninas com passagem pelo sistema socioeducativo nas dinâmicas do tráfico de drogas com base na perspectiva do trabalho

Camila Caldeira Nunes Dias¹

Fabíola Perez Corrêa²

Resumo: O artigo se propõe a analisar a inserção de meninas no comércio ilícito de drogas com base na perspectiva do trabalho. Sob o contexto da reorganização do controle do tráfico por meio de formas mais estáveis de comércio e do fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, o estudo relaciona categorias como juventude, gênero e trabalho. Por meio de entrevistas e análises de trajetórias de vida, buscou-se compreender aspectos centrais que a atividade proporciona, como autonomia, poder e pertencimento, ao mesmo tempo em que impõe precarização, exploração e desigualdade de gênero.

Palavras-chaves: tráfico de drogas; gênero, trabalho, meninas; sistema socioeducativo.

1 Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo – SP – Brasil - : camila.dias@ufabc.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8389-3830>

2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo – SP – Brasil - fabiola.perez@ufabc.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3626-916X>

Between autonomy and precariousness: the insertion of girls who have passed through the socio-educational system in the dynamics of drug trafficking from the perspective of work

Abstract: *The paper proposes to analyze the insertion of girls in the illicit drug trade from the perspective of work. Under the context of the reorganization of drug control through more stable forms of commerce and the strengthening of the Primeiro Comando da Capital (PCC) in São Paulo, the study relates categories such as youth, gender and work. Through interviews and analyzes of life trajectories, we sought to understand central aspects that the activity provides, such as autonomy, power and belonging, while at the same time imposing precariousness, exploitation and gender inequality.*

Keywords: *drug trafficking; gender, work, girls; socio-educational system.*

Entre la autonomía y la precariedad: la inserción de niñas que han pasado por el sistema socioeducativo en la dinámica del narcotráfico desde la perspectiva del trabajo

Resumen: El artículo se propone analizar la inserción de las niñas en el tráfico ilícito de drogas desde la perspectiva del trabajo. En el contexto de la reorganización del control del narcotráfico a través de formas de comercio más estables y el fortalecimiento del Primeiro Comando da Capital (PCC) en São Paulo, el estudio enumera categorías como juventud, género y trabajo. A través de entrevistas y análisis de trayectorias de vida, buscamos comprender aspectos centrales que proporciona la actividad, como la autonomía, el poder y la pertenencia, al mismo tiempo que impone la precariedad, la explotación y la desigualdad de género.

Palabras-clave: tráfico de drogas; género, trabajo, niñas; sistema socioeducativo.

1. Introdução

O envolvimento de jovens³ com a criminalidade urbana se tornou um problema e passou a ter visibilidade no Brasil na passagem entre os séculos XIX e

3 A conceituação de juventude, segundo Fraga e Iulianelli (2005), é um produto sócio-histórico, com concepções próprias e funções específicas. Uma vez que a tematização sociológica busca ir além dos limites das faixas etárias, a fim de compreendê-la como resultado de construções sociais, optou-se por usar tais termos.

XX (Abramo, 1994; Alvarez, Cukierkorn, Paula, Salla, Schritzmeyer, 2009; Paula, 2015). Em um período marcado por transformações políticas, sociais e econômicas, a presença de adolescentes nas ruas dos centros urbanos do país e seu envolvimento em contravenções passou a chamar a atenção da opinião pública e permanece até hoje como um dos principais símbolos das desigualdades sociais (Alvarez, Cukierkorn, Paula, Salla, Schritzmeyer, 2009; Paula, 2015). Para trabalhar, analisa Paula (2015), muitos pais e mães operários, levavam seus filhos para as fábricas ou os deixavam sozinhos durante a jornada, provocando sua precoce inserção no mundo do trabalho, uma vez que não havia um aparato institucional capaz de absorver a demanda por creches e escolas. A Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente⁴ (ECA), em 1990, redefinem esta parcela da população como sujeitos de direitos e não mais como objetos de tutela do Estado (Paula, 2015). Contudo, persistem imensos desafios para assegurar os direitos dessa parcela da população.

Desde a década de 1980, os jovens no Brasil são as maiores vítimas da violência e da morte precoce. De acordo com o Atlas da Violência 2021⁵, a cada 100 jovens com idades entre 15 e 19 anos que morreram no país em 2019, 39 foram vítimas de violência letal. Conforme o estudo, dos 45.503 homicídios ocorridos naquele ano, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Contudo, essa mesma parcela da população aparece, historicamente, como possível ameaça à ordem pública, agressores e criminosos em potencial, que necessitam ser contidos por meio de medidas punitivas ou moralizadoras.

Considerando o campo de reflexões que se constituiu em torno dos problemas relacionados à juventude, este artigo propõe a compreensão acerca da inserção de meninas no tráfico de drogas, com base na perspectiva do trabalho, com o objetivo de captar dilemas envolvidos na forma como meninas entendem sua participação no comércio ilícito de drogas, ora compreendido como trabalho que possibilita liberdade e novas sociabilidades, ora como forma de exploração e reprodução de subalternidade. Ressalta-se que a dimensão de gênero perpassa toda a análise proposta – reconhecendo a intencionalidade das escolhas das meninas, sem deixar de considerar, no entanto, os impactos da

4 Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com a legislação, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Para ver mais, acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

5 O estudo aponta que, ao se considerar a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), 333.330 jovens com idades entre 15 e 29 anos foram vítimas da violência letal e “não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas (...)” (Cerqueira, 2021: 27).

subordinação, da divisão sexual das atividades, da opressão e silenciamento das jovens sobre suas trajetórias. Para tanto, o artigo se debruça sobre as seguintes discussões: a inserção do jovem na economia do tráfico de drogas, a atuação feminina nesta dinâmica criminal e a repartição sexual das atividades nos pontos de comércio das substâncias com base na análise de trajetórias de vida de meninas que cumpriram medidas socioeducativas em São Paulo por ato infracional análogo ao tráfico.

As reflexões propostas se articulam em torno das narrativas de três meninas com trajetórias marcadas pelo envolvimento no comércio ilegal de substâncias ilícitas entre 12 e 18 anos, faixa etária descrita pelas diretrizes legais e normativas do ECA como adolescência. Optou-se por um número reduzido de entrevistadas em função do objetivo de fazer uma análise qualitativa das trajetórias. O estudo buscou compreender aspectos da infância e da juventude que levaram ao envolvimento com o tráfico, o entendimento acerca desta dinâmica como forma de trabalho, dimensões de autonomia e pertencimento a grupos sociais oferecidas com a atividade, formas de precarização impostas pelo tráfico e percepções sobre um eventual protagonismo percebido por elas.

Nesse sentido, o artigo se utiliza das ferramentas da história oral para construir sua fundamentação teórico-metodológica. Ao descrever o uso da técnica nas Ciências Humanas, Ribeiro (2021) argumenta que, na medida em que se registram histórias de pessoas comuns e suas visões de mundo, faz-se com que a ciência entre em contato com versões e possibilidades de explicação, compreendendo, assim, movimentos mais amplos. Com base na conceituação de Meihy e Holanda (2007), que compreende a história oral como uma prática de apreensão de narrativas feitas por meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, entende-se que uso da história oral contribui para um trabalho de pesquisa atento ao diálogo e à colaboração de sujeitos, no qual se consideram experiências, memórias, identidades e subjetividades com vistas à produção do conhecimento. Assim, considera-se o entrevistado não apenas como um depoente, mas como colaborador e agente ativo de sua história.

A opção por entrevistar meninas que tiveram passagem pela instituição socioeducativa se deu porque, em São Paulo, estado com a maior quantidade de jovens no sistema socioeducativo, dados da Fundação Casa⁶ mostram que, nos

6 Instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania em que jovens de 12 a 21 anos cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade, de acordo com diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

últimos sete anos, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas é o que mais origina medidas de internação. Em 2019, o número de internações registradas pela instituição foi de 3.082, excluindo as modalidades “internação provisória” e “internação sanção”. Deste total, foram privadas de liberdade por ato infracional análogo ao tráfico de drogas 50,9%.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2019, de forma presencial⁷. Os encontros foram marcados com antecedência e as conversas foram gravadas com autorização prévia das jovens. As entrevistadas atuaram em pontos de comércio de drogas em diferentes bairros periféricos de São Paulo, mas quando foram entrevistadas estavam empregadas em atividades formais. Os contatos com as jovens foram estabelecidos a partir de atividades da Fundação Casa de São Paulo com a participação de meninas com passagem pela instituição, por meio de funcionários dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Cedeca) e encontros temáticos com jovens que cumpriram medidas socioeducativas.

A primeira entrevistada é Giuliana⁸, de 19 anos, moradora da zona oeste de São Paulo. A jovem relata que teve uma infância turbulenta. Segundo ela, o pai usava drogas e trabalhava no tráfico. Assim, a infância da menina foi marcada por episódios de violência doméstica e visitas do Conselho Tutelar em sua casa. Os primeiros contatos com as drogas, lembra a jovem, ocorreram em seu núcleo familiar. Ela transportava produtos para o tio a pedido do pai. Aos 12 anos, começou a morar com o pai e a atuar ativamente nas atividades do tráfico.

Karina, de 20 anos, é a segunda entrevistada. Ela nasceu e cresceu na periferia da zona norte de São Paulo. Filha de pais separados, a jovem relata que durante a infância teve de cuidar das irmãs e que passava boa parte do dia sozinha, enquanto a mãe saía para trabalhar. Nesses intervalos, Karina era convidada pelas amigas do bairro para conhecer a *loja* da região em que vivia. A menina enxergava no tráfico uma possibilidade de estreitar a convivência com as demais garotas. Para ela, o trabalho no tráfico não rendeu frutos, uma vez que foi detida em sua primeira experiência.

7 As entrevistas foram realizadas como parte do material empírico que compõe a dissertação de mestrado “Queria tramar na loja, tem como?” – As relações e percepções de meninas que cumpriram medidas de internação com as dinâmicas do tráfico de drogas em São Paulo, escrita por Fabíola Perez Corrêa e orientada pela Prof^ª Dr^ª Camila Nunes Dias, defendida em novembro de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

8 Todos os nomes são fictícios e quaisquer menções a fatos, locais ou datas que possam identificar as interlocutoras foram suprimidas dos relatos.

Por fim, a terceira entrevistada é Estela, jovem de 21 anos, que vive na periferia da zona leste de São Paulo. Ela também relata que a mãe foi vítima de violência doméstica por parte do pai, que fazia uso abusivo de álcool e drogas. O primeiro contato com a droga ocorreu enquanto distribuía panfletos nas ruas para ajudar a sustentar a família. A proximidade com pessoas que haviam tido experiência com drogas levou a menina a se envolver com outras dinâmicas criminais, como o roubo. Depois de vivenciar a adrenalina proporcionada em alguns assaltos, a jovem passou a trabalhar em *lojas* da região em que vivia até gerar ao posto da gerência.

Quadro 1 – Perfil e trajetória das jovens entrevistadas – Síntese

Nomes fictícios/ Categorias de perfil	Jovens entrevistadas após terem cumprido MSE de internação		
	GIULIANA	KARINA	ESTELA
Idade*	19 anos	20 anos	21 anos
Ruptura de vínculos familiares	Deixou de viver com a mãe e os irmãos quando começou a traficar	Não tinha contato com o pai	Pais divorciados. Cresceu somente com a mãe
Conflitos familiares	Brigas frequentes com a mãe intermediadas pelo Conselho Tutelar	Relata brigas entre a mãe e a irmã com passagem pelo sistema prisional	Pai fazia uso abusivo de álcool e drogas e agredia a mãe
Passagem por abrigos	Não relata	Não relata	Relata ter sido trazida a São Paulo pelo Conselho Tutelar e ter fugido de abrigos
Abuso sexual, maus-tratos	Agredida fisicamente pela mãe	Não relata	Não relata
Interrupção dos estudos	Relata ter abandonado os estudos “aos poucos”	Estudou até o 1º ano do Ensino Médio. Relata não ter conseguido estudar e trabalhar	Estudou até o 1º ano do Ensino Médio. Interrompeu os estudos após ter repetido o ano
Relacionamentos	Casada após a internação	Namorava antes da internação	Namora uma jovem após a internação
Familiar no sistema prisional	Não relata	Irmã e primo presos	Não relata
Total de medidas socioeducativas cumpridas	Uma internação provisória e duas internações	Internação provisória	Liberdade assistida, internação

Fonte: Elaboração própria

* Idades informadas no momento em que concederam entrevistas para a pesquisadora.

2. O gênero e a economia das drogas ilícitas

A participação de mulheres em atividades ilícitas envolve uma ampla gama de fatores e não se explica somente por meio do entendimento superficial de que costumam ser influenciadas por companheiros e familiares. Análises mais tradicionais sobre a diferença entre a criminalidade feminina e masculina se baseiam na imagem da mulher como naturalmente dócil, passiva e menos suscetível à prática de comportamentos violentos. “Uma vez que a violência e a agressão não fazem parte da ‘natureza feminina’, mulheres que se engajam em crimes são consideradas loucas, com necessidade de intervenção legal ou psicológica” (Barcinski, 2009: 578).

Com isso, é necessário colocá-las no centro do processo decisório, enfatizando a intencionalidade e a força de suas trajetórias pessoais. “Há uma reprodução do discurso vitimizador que é, no mínimo, equivocado, pois anula a mulher, mesmo que autora de um delito, da condição essencial de sujeito, de protagonista” (Ramos, 2012: 108). Para algumas mulheres, o envolvimento com o tráfico de drogas é assumido como escolha pessoal. “O poder e o respeito que experimentavam como traficantes era o principal motivador para suas escolhas” (Barcinski, 2009: 577). Todavia, é importante considerar que, se por um lado, ingressam na traficância ilegal para obter reconhecimento e *status*, por outro, observa-se que as relações discriminatórias de gênero também as atingem no mercado ilícito (Cortina, 2015).

A partir dos anos 1970, por influência das lutas sociais empreendidas nesse período e, sobretudo, travadas por movimentos feministas, os papéis desempenhados pelas mulheres passam a ser questionados, negando a subordinação do sexo e do gênero feminino como determinante ou ontológico. Nesse ponto, insere-se a compreensão do gênero⁹ enquanto matriz teórica oriunda do feminismo, que agrega distintas concepções.

Nas palavras de Scott, “o uso do ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995). O termo, observa a historiadora, é utilizado para designar relações sociais entre os sexos e se torna uma forma de indicar construções culturais, a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados a homens e mulheres. “Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (...). É uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott,

9 Para tratar das concepções de gênero, optou-se pela orientação pós-estruturalista acerca do tema elaborada pela historiadora estadunidense Joan Scott (1995).

1995: 75). Para a autora, a categoria legítima e constrói relações sociais. Com base nisso, é possível compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade, assim como as formas particulares e específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Para Angela Davis (2016), é fundamental considerar a intersecção entre raça, classe e gênero para um novo modelo de sociedade. A autora alerta para a necessidade de movimentos feministas se desvencilharem da categoria “mulher” como noção universal. Nesse percurso, Davis (2019) observa que muitas mulheres foram excluídas dessa discussão. No entanto, não bastaria apenas incluí-las nesse debate. No tocante à punição, é preciso reconhecer seu caráter profundamente influenciado pelo gênero.

Assim, a formulação do gênero enquanto categoria teórica é essencial como instrumento de interpretação das estruturas organizacionais das relações sociais e de poder. Bem como as categorias de raça e classe, o gênero traz à luz o cenário de dominação antes silenciado pela invisibilidade imposta às pessoas oprimidas (Cortina, 2015). Entendendo o gênero como uma construção social e um campo onde o poder é articulado, torna-se possível um olhar mais atento sobre o processo de criminalização das mulheres ao longo das décadas. Isso permite observar como papéis sociais são atribuídos a homens e mulheres nas dinâmicas do tráfico de drogas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o tráfico de drogas em São Paulo já era um importante mercado ilícito, mas visto como um comércio desorganizado e fragmentado, em contraposição ao mercado do Rio de Janeiro, que parecia mais estruturado em torno de grupos baseados nas prisões, especialmente, o Comando Vermelho (CV) (Coelho, 2005). Em São Paulo, as bocas de fumo, pontos de venda de drogas no varejo, multiplicavam-se sem a existência de grupos que exercessem controle ou regulação sobre esse mercado, o que, observa Dias (2013), abria espaço para disputas violentas em que assassinatos se constituíam como elementos centrais para garantir o controle, pagamento de dívidas e assegurar o poder.

O processo de mudança na criminalidade paulista, descrito por diversos autores (Dias, 2013; Manso, 2012; Feltran, 2010; Telles e Hirata, 2007), marcado nas periferias pela diminuição de homicídios de jovens que se impunham pela disposição de matar, cedeu lugar a um território em equilíbrio nos anos 2000. Nesta nova configuração para o mercado de drogas, aponta Manso (2012), os integrantes passaram a atuar, evitando portar armas e criando mecanismos de arbitragem dos conflitos por meios menos violentos. Com isso, mais pessoas começaram a atuar no ramo, fortalecendo o setor ao final da década.

Neste contexto, Feltran (2010) observa que, também a partir dos anos 1990, em razão das crises e dificuldades no âmbito do trabalho – categoria central na sociabilidade das periferias –, o “mundo do crime”¹⁰ passa a ser considerado elemento constitutivo das trajetórias de jovens. Assim, este mundo aparece como um ambiente de relações sociais legítimas como quaisquer outras. Trata-se de um espaço que apresenta aspectos específicos, como a geração de renda, e se constitui como um *locus* normativo para ordenamento da dinâmica social e obtenção de justiça.

A reconfiguração no controle do tráfico de drogas ocorrida em São Paulo produziu efeitos importantes sobre os jovens pobres, moradores dos bairros periféricos. O país, observa Feffermann (2006), tem um grande número de excluídos, sem emprego ou perspectivas. Isso cria incertezas e violência, estimulando o recrutamento desses jovens por facções criminosas. Somado a isso, a autora entende que a prática do tráfico de drogas em São Paulo é indissociável do fenômeno de urbanização da cidade, marcado pela produção e perpetuação de vastos territórios de exclusão social. Absorvidos nessa encruzilhada, muitos jovens se alinham a essas dinâmicas. Excluídos do mercado formal, essa parcela é obrigada a desenvolver estratégias de sobrevivência (Feffermann, 2006). Assim, é possível perceber que a influência da organização criminal como instância reguladora de conflitos e detentora do controle de tráfico nas periferias perpassa, de diferentes formas, a vida das jovens entrevistadas¹¹.

2.1. O tráfico de drogas, a punição e o gênero

As dinâmicas do tráfico de drogas estão intimamente ligadas à feminização da pobreza¹², ao encarceramento de mulheres adultas e à internação de jovens. Segundo o Infopen Mulheres (2017)¹³, o Brasil possui uma população prisional de 726.712 pessoas, das quais 37.828 são mulheres. Ainda que o número de mulheres seja inferior ao de homens encarcerados, o aumento da população prisional feminina entre os anos 2000 e 2016 foi de 656%. Neste mesmo período, o aumento masculino foi de 293%. Um dos motivos

10 Expressão mantida pelo autor para preservar a forma como é utilizada cotidianamente nas periferias de São Paulo.

11 A jovem Giuliana afirma que todas as *lojas* em São Paulo são do PCC e pontua que qualquer ato de desobediência é passível de represálias. Estela relata que os donos da *loja* em que trabalhava eram membros da organização e que pensaria em fazer parte da organização se pudesse ter condições financeiras melhores.

12 Consideração estatística e social de que a pobreza tem atingido de forma significativa as mulheres, uma vez que cada vez mais mulheres são responsáveis pelo sustento de famílias monoparentais. (Cortina, 2015: 767).

13 Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

que ajuda a compreender esse cenário é a Lei de Drogas de 2006, que, como apontam Dias e Gonçalves (2017), confere discricionariedade aos operadores do Direito para definir o que é ou não tráfico de drogas, impulsionando o número de prisões. Vale mencionar que 64,48% da população prisional feminina brasileira possui vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas (INFOPEN, 2019).

O fenômeno da criminalidade entre as jovens tem aumentado em muitos países do mundo, conforme assinalam Assis e Constantino (2001). No entanto, esse crescimento vem sempre a reboque da delinquência juvenil masculina. De acordo com as autoras, na realidade brasileira, o crescente envolvimento das mulheres com infrações ficou comprovado tanto entre adolescentes quanto adultas, especialmente em decorrência de sua inserção no mercado ilegal de drogas.

No cenário socioeducativo, dados divulgados pelo Levantamento Anual do Sinase¹⁴, referentes ao ano de 2017, indicam que 24.803 jovens entre 12 e 21 anos cumprem medidas socioeducativas de internação, regime de semiliberdade, internação provisória e 1.306 em outras modalidades que incluem atendimento inicial, internação sanção e medida protetiva, totalizando 26.109 jovens com passagem pelo sistema. Destes, 25.063 são homens e 1.046, mulheres. Embora as jovens representem 4% do total, é importante observar os fatores que as levam à privação da liberdade.

Como citado anteriormente, em São Paulo, dados da Fundação Casa mostram que, nos últimos sete anos, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas é o que mais origina medidas socioeducativas de internação. Se, em 2019, mais da metade das jovens foram internadas por tráfico de drogas, os anos subsequentes seguiram a mesma tendência. Em 2020, foram registradas 2.471 internações, sendo 1.238 por participação no comércio ilícito de drogas. Em 2021, registros computados até o mês de setembro mostravam um total de 746 internações. Destas, 50,6% eram por tráfico de drogas.

Outro importante aspecto a ser considerado na punição de meninas por atos análogos ao tráfico de drogas é a racialização. Em São Paulo, de acordo com registros da Fundação Casa, em 2019, foram internadas por tráfico de drogas 985 meninas pretas e pardas em um total de 1.569 internações, o que significa 62,7%. Em 2020, entre 1.238 adolescentes internadas por tráfico, 782 eram pretas e pardas, o que corresponde a 63,1%. Por fim, até setembro de

14 Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

2021, foram internadas 1.238 jovens, das quais 782 eram pretas e pardas, o que equivale a 66,7%.¹⁵

Nesse sentido, é possível estabelecer algumas relações entre o crescente encarceramento de mulheres e a internação de meninas para cumprimento de medidas socioeducativas. O Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil¹⁶ (2015) concluiu que, “apesar da legislação específica (ECA) regulando uma forma diferenciada de punição aos atos infracionais, na prática, o que se revela são instituições corretoras com ideologias e práticas muito semelhantes às das unidades penitenciárias de adultos, que encarceram um perfil específico de adolescente” (Sinhoretto, 2015: 12). Assim, a autora aponta que há uma tendência de recrudescimento das medidas punitivas sobre a população juvenil, da mesma forma em que ocorre com as políticas punitivas destinadas aos adultos.

Ao tentar compreender a chegada às unidades socioeducativas e os contatos com técnicos e colegas, Gonçalves (2017) observa que, para os jovens, ser apreendido pela polícia e sentenciado a cumprir uma medida socioeducativa de internação é como uma primeira experiência pela prisão. A primeira institucionalização se constitui como um rito de passagem em suas trajetórias. “Ele passa a ser alguém com antecedentes criminais e, assim também frente ao Estado, muda seu antecedente” (Feltran, 2008: 91). Este rito, pondera Gonçalves (2017), altera o *status* frente ao mundo do trabalho, frente à escola, aos *patrões* no tráfico de drogas e aos colegas das *quebradas*.

Com base na perspectiva do gênero, cabe estabelecer algumas aproximações entre os sistemas prisional e socioeducativo. Primeiramente, é importante ponderar que a situação de meninas e mulheres envolvidas em delitos tem sido negligenciada há séculos (Assis e Constantino, 2011). A invisibilidade das mulheres no sistema socioeducativo também se dá na academia, pois não há pesquisas sobre as jovens internas no período da Febem, nem após a transição para a Fundação Casa” (Gonçalves, 2017). Os motivos mais evidentes, observados por Assis e Constantino (2011), foram a sua reduzida incidência, se comparada à masculina, o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extrafamiliar, o preconceito e a falta de pressão da opinião pública.

A incidência do gênero sobre a estrutura do sistema socioeducativo pode ser percebida por meio de diversos aspectos. Um deles se relaciona aos cursos

15 Dados os limites deste artigo e os vários elementos que propomos compreender, não será possível a realização de uma análise interseccional, capaz de articular com profundidade as dimensões do gênero, com a raça e a classe.

16 Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

profissionalizantes oferecidos às jovens pelas unidades: “são de manicure, maquiadora, pintura em tela, teatro, culinária, horticultura, ou seja, atividades predominantemente voltadas para o lar para preparar jovens para ocupar o papel de ‘dona de casa’” (Gonçalves, 2017: 467). Embora algumas unidades apresentem cursos profissionalizantes voltados à atuação das meninas no mercado de trabalho, observa-se que se tratam de postos totalmente marcados pela precarização.

Além disso, Gonçalves (2017) observa ainda a maior proporção de funcionários do sexo masculino em unidades da Fundação Casa, o que estaria atrelado à lógica de respeito e submissão à hierarquia masculina que deve ser interiorizada pelas jovens. A destituição de bens e o processo de despersonalização também acabam por criar um curto-circuito na condição feminina. A vaidade pessoal é abafada por dispositivos e instrumentos, como uniformes masculinos, *lingeries* padronizadas, cabelos presos e ausência de acessórios.

Em pesquisa realizada na unidade de internação CASA Feminino Parada de Taipas, Conceição (2015) observou que há um estrito monitoramento das meninas da instituição. O controle acerca da movimentação das jovens que cumprem medidas socioeducativas traz à tona reflexões sobre o poder disciplinar problematizado por Foucault (2012). O autor argumenta que o uso de instrumentos, como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação contribuem para a eficiência do poder disciplinar. “O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio.” (Foucault, 2012: 170).

3. As trajetórias de jovens no trabalho com o tráfico de drogas

3.1. Desigualdades, busca financeira e contexto familiar

Meninas e mulheres experimentam o cenário de exclusão social, do mercado de trabalho e de espaços urbanos. Assim, a marginalização nessas esferas as tem feito buscar postos informais ou ilegais como forma de melhoria de vida (Galdeano e Almeida, 2018; Ramos 2012). Nesse contexto, percebe-se a coexistência de fronteiras porosas entre o legal e o ilegal que se sobrepõem nos mercados de trabalho (Telles e Hirata, 2007). Esse embaralhamento faz com que os jovens transitem entre o legal, o informal e o ilícito, sem se engajarem em carreiras delinquentes. Nessa chave explicativa, o mercado de drogas se constitui, ao mesmo tempo, como uma forma de atuação profissional e como contribuição

financeira dentro de casa. “O tráfico se apresenta como um trabalho, senão de maior prestígio pela posição que assumem no crime, ao menos é uma atividade que lhes possibilita melhoria de vida” (Ramos, 2012: 109).

Entre as motivações para a participação feminina no tráfico está a necessidade de uma fonte de renda. Por isso, Cortina (2015) descreve o ingresso nessas dinâmicas criminais como um efeito da feminização da pobreza. O trabalho no mercado de drogas ilícitas tem uma remuneração maior em comparação à ofertada pelas ocupações lícitas destinadas aos jovens com baixa escolaridade. O fato de que o trabalho pode ser realizado no espaço doméstico é um fator importante para as mulheres, possibilitando que seja conciliado com as atividades domésticas e com o cuidado dos filhos. No caso das meninas, a atividade se apresenta como possibilidade de inserção no mercado diante da dificuldade e necessidade em encontrar emprego antes dos 18 anos, muitas vezes, com a escolaridade interrompida por fatores econômicos ou sociais. A necessidade de se obter renda, seja para autonomia própria ou para colaborar com as finanças da casa, pode ser percebida nas três entrevistas.

Giuliana, a primeira entrevistada, dividia o salário que recebia nas *lojas* com os familiares. “Conseguia ajudar minha mãe dentro de casa sem ela perceber, cuidar melhor dos meus cachorros e dos meus gatos. Sempre quis trabalhar, desde pequena vendia DVD para o meu tio na favela”, afirma. “Um pouco antes de ser presa, eu traficava, mas eu arrumei um emprego de monitora de perua escolar. Falei para o gerente que eu tinha arrumado emprego e ia parar de traficar. Passaram dois meses e fui demitida porque não podiam contratar menor. Aí ficou difícil, precisava trabalhar para sobreviver.” A terceira jovem entrevistada, Estela, afirma ter conhecido as drogas ao trabalhar na entrega de panfletos no bairro da comunidade em que vive, na zona leste de São Paulo. “Ganhava R\$ 15 com os panfletos. Os caras da *loja* falaram que eu ia ganhar muito. Então, comecei fazendo [o período da] manhã e tarde e, quando precisava, a noite também.” Parte do dinheiro que ganhava era destinado às compras de supermercado. “Chegava e colocava em cima da mesa. Minha mãe dizia que não queria nada, mas ela sabia que estava faltando. Meus irmãos viam, mas não falavam nada. Eu sustentava todo mundo.” A jovem acordava 5h30 para ir para a loja, cortar e separar a droga. “Comecei abastecendo, ganhava R\$ 50 por viagem, era mais do que com panfleto.”

Importante ressaltar que o tráfico de drogas também pode surgir na vida de meninas no contexto familiar, ou seja, a naturalização da traficância ilícita pode ocorrer entre aqueles que convivem na mesma casa. “O tráfico passa a ser visto como uma atividade comum, apartado do estigma criminal que o envolve,

e pode ampliar seu alcance e aceitação como típica empresa familiar” (Cortina, 2015: 768). Essa análise vai ao encontro da narrativa de Giuliana, que afirma ter aprendido a traficar com o pai. “Aprendi o que era droga com a minha mãe falando para o meu pai: ‘você fica trazendo drogas para dentro de casa.’ Meu pai guardava os tijolos na parede e a arma na geladeira.” A jovem afirma que “era normal.” “Eu levava para os meus tios, presenciava os meninos usando na frente de casa. Sempre estava no meio dessas coisas.”

3.2. A experiência feminina nas atividades do tráfico

As dinâmicas do tráfico de drogas reproduzem as relações misóginas e discriminatórias de gênero, tal como ocorre em outras esferas da sociedade. Às meninas e às mulheres são destinadas atividades secundárias e inferiorizadas. A lógica que se impõe no tráfico de drogas, que destina mulheres aos afazeres domésticos, é semelhante à divisão sexual do trabalho. Não raro, as jovens reproduzem papéis e tarefas associadas ao feminino, como cozinhar, limpar, embalar drogas ou realizar pequenas vendas (Ramos, 2012). A entrevistada Giuliana relata que seus superiores hierárquicos eram homens e que ela era a responsável pela organização das tarefas. “Usava a casa do meu pai, cortava, pesava e embalava a droga lá. Eu que limpava e deixava tudo em ordem.”

O crescimento na hierarquia do tráfico, comumente constituída por posições e cargos de patrão, gerente, vendedor, avião (responsável por levar e trazer a drogas), olheiro (fiscal), como aponta Feffermann (2016), coloca-se como oportunidade de diferentes formas para homens e mulheres. Percebe-se que o acúmulo de funções se sobressai tanto na *loja* quanto nas vidas privadas das jovens. Inseridas no trabalho das *biqueiras*, elas passam a vivenciar rotinas com cobranças e responsabilidades de adultos. Nesse sentido, é comum que garotas assumam funções de transportar, embalar e vender drogas, além de vigiar “casas-bombas”, locais destinados ao armazenamento das substâncias. Por meio das trajetórias, observa-se que as jovens chegam a assumir funções de gerência, porém, sempre com um acúmulo de tarefas. Tal sobrecarga, frequentemente, inclui a parte de cuidados, como preparar alimentos e limpar as *lojas*. Com isso, sob a falsa percepção de que seriam menos controladas do que os homens, as jovens sobrepõem atividades de alto risco e acabam mais sujeitas à incriminação.

Estela relata que meninos e meninas ocupam posições hierárquicas diferentes nas atividades das *lojas*. A jovem afirma que, apesar da dedicação ao trabalho, sempre se sentiu *passada para trás*. “O cara que gerenciava comigo

ganhava muito mais do que eu, mesmo eu não usando drogas. Ele sempre batia errado o caixa. Por ser mulher você não tem a mesma confiança dos donos.” A afirmação da menina indica que a ocupação de cargos no mercado ilícito segue uma lógica semelhante àquela imposta às mulheres no mercado formal e até mesmo informal.

Em outro momento, Estela relata que exercia a função de transportar a droga porque, segundo ela e seus superiores hierárquicos, a polícia normalmente não desconfia do envolvimento da mulher no crime. “Eu passava batida por ser mulher. É mais fácil para uma mulher abastecer a loja do que um homem. Difícilmente uma viatura para e um policial encara uma mulher”, afirma. O relato vai de encontro à visão construída ao longo do século XX, de que a criminalidade, a agressão e a violência não são compreendidas como parte da natureza feminina (Barcinski, 2009).

Giuliana trabalhava diretamente com o pai e o padrinho, e afirma ter conquistado o respeito da comunidade em que vivia. No entanto, é preciso considerar que sua imagem na *loja* estava vinculada a de figuras masculinas já conhecidas na região. Ao ser chamada para participar de um roubo de veículo, contudo, foram as características relacionadas ao estereótipo feminino que definiram sua atuação. “Como era bonitinha, novinha, fiquei na missão de distrair o motorista enquanto eles roubavam o caminhão.” Nessa descrição, é possível perceber como a participação feminina pode ser secundarizada na criminalidade.

Ao pensarem que não serão comumente abordadas pela polícia, algumas mulheres e meninas ficam ainda mais expostas, tornando-se mais vulneráveis aos flagrantes. Há relatos de casos em que as meninas são colocadas na linha de frente para *segurar o B.O.* [Boletim de Ocorrência] (ser detida pela polícia no lugar de seus colegas homens). Em 2015, Karina, a segunda jovem entrevistada, diz ter se envolvido em uma briga com um jovem com quem trabalhava na *loja*. “Quando ele foi preso, disse que eu era gerente. A polícia foi até a minha casa e encontrou o caderno de contabilidade cheio de anotação. Eu só guardava o caderno. Fiquei com medo, mas pensei que se era Deus que estava me mandando passar por isso, eu ia passar.” Nesse relato, pode-se observar o uso estratégico dos papéis de gênero nas atividades do crime.

Em um momento da entrevista, Karina reproduz os discursos de que a criminalidade é um espaço naturalmente ocupado por homens e de que mulheres devem ocupar espaços domésticos. “Se é feito para homem, imagina para mulher. Mulher tem que estar dentro de casa, não no meio do tráfico. Hoje eu penso assim, antes não pensava.” Um dos conceitos que explica a disseminação

desse tipo de narrativa é o de “dupla desviância”¹⁷, que explica a maior reprovabilidade da conduta criminosa feminina. A inserção na ilegalidade é punida pela Justiça e o desvio dos papéis que cabem ao seu gênero, julgados moralmente pela sociedade.

Sob uma perspectiva comparada à experiência dos meninos, apresentada por meio dos trabalhos de Zaluar (2012) e Lyra (2013), verifica-se que as jovens sofrem diversas sujeições por parte dos comandos das *biqueiras* e dos colegas. Elas são frequentemente questionadas quanto à capacidade de atuação nas atividades do tráfico, impedidas de ascender na hierarquia da *loja* quando assumem relacionamentos, podendo ter ações ou comportamentos ainda mais controlados. Com esse amplo espectro de opressões, surge a falsa percepção de que “mulheres não têm habilidade para o tráfico” ou de que o motivo de ingresso estaria exclusivamente relacionado a atividades dos companheiros nas dinâmicas criminais.

4. O tráfico de drogas como trabalho: entre a precariedade e a autonomia

O tráfico de drogas é compreendido por Marisa Feffermann (2006) como uma atividade inserida em uma sociedade em que o modo de produção estabelece as relações sociais e econômicas. Segundo a autora, trata-se de um tecido social controlado pelas leis do lucro, em detrimento de outras relações, que está “sob a égide das leis objetivas do capital e coloca o homem como mais uma das mercadorias no jogo econômico” (Feffermann, 2006: 209). Nesse sentido, o tráfico se coloca como forma de inserção ilegal no mundo do trabalho e tem servido para a acumulação do capital, criando uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada. Uma grande parcela dessa população passa a desenvolver estratégias de sobrevivência, sob a mesma lógica de sacrifício e dominação que se reproduz na sociedade.

Misse (1999) classifica o tráfico como o mercado ilícito mais importante nos dias de hoje, baseando-se no fato de ser duplamente informal: a mão de obra não pode ser regularizada, tendo em vista o caráter ilegal das mercadorias, e por fazer parte de um mercado em si criminalizado. Como nas empresas que não garantem condições mínimas de trabalho e sugam do funcionário qualquer benefício, o tráfico promete garantias, como salários mais altos, ganhos

17 Conceito citado no capítulo “Opressão e Transgressão: o paradoxo da atuação feminina no tráfico de drogas”, das autoras Fernanda Macedo Ferreira, Inaiê de Melo Bendlin, Juliana de Oliveira Horst, Priscilla Horwat Delaporte e Thais Candido Stutz Gomes, parte integrante do Dossiê: As mulheres e o sistema penal. Disponível em: <<http://www2.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

mais rápidos, ascensão hierárquica e conquista de poder em um determinado território, mas, em troca, oferece aos seus trabalhadores dívidas intermináveis (Feffermann, 2006).

A pesquisa “Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social”¹⁸, produzida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), também analisa a inserção de jovens nessas dinâmicas a partir da perspectiva do trabalho. Isso porque o relatório menciona o decreto número 3.597, publicado em 2000, que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e considera a “utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e o tráfico de drogas” como uma das piores formas de trabalho.

Dessa forma, haveria uma ambiguidade jurídica-normativa no Brasil no que se refere à inserção do jovem nesse mercado. De acordo com o estudo, se o Estatuto da Criança for aplicado ao adolescente pego pela polícia por produzir ou vender drogas, a sanção será uma medida socioeducativa. Se os Tratados Internacionais e o Decreto brasileiro sobre as piores formas de trabalho infantil forem levados em conta, considera-se que o mesmo adolescente está exposto a uma modalidade de trabalho. “Na primeira perspectiva, a categoria ‘ato infracional’, análoga ao crime, é enfatizada enquanto na segunda, o trabalho infantil ocupa papel central” (Galdeano e Almeida, 2018: 18).

A exposição a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou condições degradantes não são exceções na realidade dessas famílias (Galdeano e Almeida, 2018). Há uma evidente continuidade entre esse histórico familiar de precarização e a inserção dos jovens como mão de obra na economia urbana informal. Neste contexto, “a venda de drogas em biqueiras se apresenta como uma forma de trabalho válida para sujeitos ainda em formação” (Galdeano e Almeida, 2018: 41). Em convergência com o estudo, as trajetórias das entrevistadas demonstram que o histórico de precarização influenciou, em alguma medida, o envolvimento com as dinâmicas criminais, as quais, por sua vez, igualmente se desenvolvem num contexto de vulnerabilidade e exploração.

A inserção dos jovens no comércio de drogas vem sendo estudada desde a década de 1980, com o trabalho de Zaluar (2004), que, a partir de pesquisas de campo na cidade do Rio de Janeiro, interpreta como característica definidora do “ser bandido” a disposição para matar como componente de um *ethos* guerreiro,

18 Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Tr%C3%A1fico-de-Drogas-Trabalho-Infantil_ebook.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

de masculinidade e virilidade. Toda essa postura teria como objetivo o consumo e o *status* individual, o acesso a roupas de marcas, tecnologias e produtos. As abordagens mais recentes observam que o envolvimento dos jovens no comércio de drogas traduz o desejo de serem libertos, “da conquista da dignidade em seu nível mais elementar, de construir sua própria vida e de afirmar sua autonomia perante o mundo” (Lyra, 2013: 281).

Diferentemente do Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, meninos e meninas que atuam no mercado de drogas, em geral, não trabalham armados. O local de trabalho não é o morro, mas a “quebrada”. Malvasi (2012) afirma que o tráfico de drogas em bairros da periferia da capital pode ser contextualizado a partir de um cenário de gestão empresarial cujos pontos de venda têm fluxo operacional semelhante: turnos iniciados às sete da manhã, que se revezam a cada doze horas. O autor também percebe que, para atingir maior lucratividade e liquidez, a ordenação das atividades implica a flexibilização do trabalho dos jovens vendedores, um modelo contemporâneo de gestão que acompanha a tendência de tornar o trabalhador maleável.

Estela tinha entre 16 e 17 anos quando começou a trabalhar na *loja* e acordava às 5h30 para chegar ao local, cortar e separar a droga. “Tem muito movimento, funciona 24 horas”, afirma. “Comecei abastecendo e ganhando R\$ 50 por viagem. Se eu trabalhasse até tarde era hora extra. Cheguei a ganhar R\$ 300 por dia. A gente vê nas reportagens que traficante ganha a vida fácil, mas tem hora para abrir e fechar. É mais tempo do que o trabalho em uma empresa”. A fala da jovem reforça a ideia exposta por Lyra (2013) de que há uma visão do jovem traficante como um “novo rico”, que experimenta uma vida de luxo e ostentação. Mas, na verdade, são garotos franzinos, mal vestidos, angustiados e arriscando a vida por um valor em dinheiro (Lyra, 2013).

Além desta dimensão, o trabalho no tráfico não possui uma adesão baseada em critérios economicistas, mas se trata de um símbolo de importância moral, percebido ou imposto (Galdeano e Almeida, 2018). A participação é considerada como um modelo inclusivo, pelo qual os jovens conquistam rapidamente novas funções, cujos salários são muito mais elevados do que aqueles que seriam pagos a um adolescente recém-ingressante no mercado formal. A relação com o trabalho aparenta ser fluida: por um lado, os jovens são subordinados a um conjunto de regramentos específicos e, por outro, tem a sensação de poder e pertencimento quando ascendem na hierarquia do tráfico. Não raro, meninos e meninas se tornam rapidamente gerentes dos negócios, conquistando notoriedade diante de seus superiores e se transformando em “empreendedores de si”. Nesse sentido, o comércio de drogas oferece um

lugar no mundo para os mais jovens, renda, códigos de sociabilidade, *status* e justiça (Feltran, 2011).

Sob a perspectiva dos jovens, o comércio varejista de drogas é visto como uma forma de trabalho com oportunidades legítimas de promoção de sua autonomia (Lyra, 2013). Feffermann (2006) identifica características próprias do mercado de trabalho formal e informal nos depoimentos de jovens de São Paulo que emprestam sua mão de obra ao comércio de drogas. A hierarquia, pontua a autora, é constituída pelo patrão, gerente, vendedor, avião, o olheiro, mas, dependendo do tamanho do ponto, pode se modificar. A estrutura verticalizada proporciona aos jovens ganhos baseados em meritocracia e capacidade para sustentar casa, reforçar a renda dos pais e adquirir bens de valor simbólico (Lyra, 2013; Feffermann, 2006).

As jovens Estela e Giuliana relatam como chegaram à gerência da *loja*, posto que, para meninas e mulheres, significa o acúmulo de diversas funções, além da administração geral do espaço. “Com o tempo, o dono me deu uma oportunidade. Ele disse que eu estava me saindo muito bem e perguntou se eu queria ser gerente. Só que eu tinha que dar conta de tudo: falta de droga, apreensão, compra de marmita para quem trabalhava lá, tudo era responsabilidade minha”, afirma Estela. Giuliana também diz que chegou à gerência em pouco tempo. A jovem costumava trabalhar das 7 horas às 19 horas, mas conta que já trabalhou durante toda a madrugada. “No crime não pode ter falha. Meu pai me ensinou isso desde o dia que resolvi entrar”, afirma ao se referir à quantidade de droga que os jovens recebem e podem usar para consumo próprio, fora do horário de trabalho.

Existem várias maneiras para o jovem ascender na boca (Lyra, 2013), mas em todas elas o que determina seu crescimento é o grau de confiança que desperta nos superiores. Chegar no horário, desempenhar bem a função, não consumir o produto e ser corajoso são fatores que tornam o jovem confiável e apto a assumir um cargo. Para o autor, é um tipo de comércio que pode ser equiparado a uma pequena empresa local, em função de determinadas características, entre elas, o *franchising*, estratégia na qual o franqueador oferece sua marca, infraestrutura e conhecimento, e o franqueado investe, trabalha e paga parte do faturamento.

O ingresso, a permanência e a saída do tráfico são objetos de estudo de diversos autores. Zaluar (1997) afirma que a motivação desses jovens é a revolta diante da realidade em que vivem, em relação à diferença social existente e o desejo de poder e possuir objetos de consumo difundidos de forma intensa pela indústria cultural. Feffermann (2006) aponta que o processo de entrada é impulsionado pela falta de oportunidade de se obter um emprego formal e pelo dinheiro. Lyra (2013) relaciona a permanência ao cumprimento de normas

estabelecidas por superiores. “A desobediência dessas regras implica multas que variam conforme a gravidade da infração” (Lyra, 2013: 140). No trabalho do tráfico, tudo se torna mercadoria, inclusive a vida dos trabalhadores (Feffermann, 2006).

Estela e Giuliana descrevem momentos em que fica evidente o conjunto de regramentos a ser seguido na rotina do tráfico. Estela afirma que os donos da *loja* em que atuava gostavam de seu trabalho. “Eles queriam que eu ficasse porque batia todas as contas certas, o outro menino [também gerente] usava muito pó, dava muito vacilo, fechava as contas erradas. Mas eu acumulei muitas funções”, afirma. Ao contrário de Estela, Giuliana teve uma experiência negativa ao tentar vender um tipo de droga que não era autorizada pela chefia. “Fizemos uma mistura de drogas e não sabia que quem vendia era o pessoal do Comando Vermelho. Quase que *nóis morre* por causa disso. O *salve*¹⁹ veio para mim e meu parceiro pelos irmãos que são os linhas de frente. Tivemos que desenrolar as ideias.”

Para além destes significados, há no tráfico um sentido que não é medido pela acumulação material. Para o jovem morador do morro, alijado de outras possibilidades de agremiação juvenil, Lyra (2013) observa que a vida em contato com dinâmicas do crime oferece a perspectiva de proteção. O sentido oculto do tráfico “subscreve uma necessidade de identidade coletiva (...), uma luta que não remete às balas e fuzis, mas ao bom combate da construção de redes sociais consistentes e eficazes, nas quais uma existência individual possa de fato ser significada para o todo” (Lyra, 2013: 146).

Karina relata justamente essa intenção ao atuar no tráfico de drogas. Aos 14 anos, ela conta que era convidada pelas amigas a subir a rua e estar presente nos locais utilizados para o comércio de drogas. Com base em sua narrativa, entende-se que o envolvimento da jovem no tráfico se deu também pelo sentido oculto de pertencimento ao *lócus* de aceitação e experimentação para o mundo social descrito por Lyra (2013). Apesar da fala acerca da obtenção de “ganhos fáceis” se fazer presente, nota-se que tem mais peso na narrativa a vontade de querer estar próxima às amigas nos espaços da rua. Após ter cumprido medida socioeducativa de internação entre os anos de 2015 e 2016, Katarina relata ter modificado suas relações sociais. “Hoje é bem difícil eu ter amigos. As pessoas sentem muito preconceito. O povo acha que a gente é criminosa, só porque fizemos isso uma vez, vamos fazer de novo.”

19 Dias (2013) explica que “salves” são de avisos, informações, ordens e todo tipo de mensagens oriundas dos escalões superiores do PCC. A origem, o destino e a finalidade das mensagens, observa a autora, são as mais variadas e cabe ao responsável recebê-las e transmiti-las para que cheguem ao destino preservando o significado original.

Ao emprestar sua mão de obra ao tráfico de drogas, os jovens têm suas trajetórias profundamente marcadas por diversas formas de exploração. “A rotina de trabalho nas ‘lojinhas’ os expõe a diversos riscos, os quais submetem tais adolescentes a situações mental, física, social e moralmente perigosas e prejudiciais” (Galdeano e Almeida, 2018: 59). Expostos aos mais graves riscos, os jovens atuam na fronteira entre a polícia e a droga, com negociações e trocas ilícitas. Quando não ocorre o “acerto” entre jovens e policiais, os adolescentes são alvo de extorsões e sequestros por parte de policiais que cobram o dono da “biqueira” (Galdeano e Almeida, 2018: 61). O enfoque da repressão está no pequeno operador, marginalizado, e exposto à violência física e simbólica tanto por parte da polícia quanto por seus superiores hierárquicos.

A *loja* em que Estela trabalhava ficava, segundo ela, em um local arriscado, em um bairro da zona leste de São Paulo. “Eles viram a oportunidade de reativar aquele ponto. Peguei um dia para traficar a noite. Até hoje não sei como consegui ficar. Da última vez, a polícia matou quem trabalhava ali.” Giuliana, por sua vez, recorda que foi obrigada a entrar em um veículo da polícia. “Pensei: meu Deus, vou ser sequestrada. Colocaram um saco na minha cabeça, andaram comigo um tempão até que cheguei numa sala com computadores”, lembra. “Resgataram uma conversa minha falando de drogas com o Buiú [dono da loja]. Tivemos que dar R\$ 12 mil se não, não me soltavam.”

5. Ambivalências nos discursos: autonomia e precariedade

As jovens Giuliana e Estela demonstram, em certa medida, dimensões de agência e autorreflexão. “Eu, particularmente, sempre me atraí por esse lado de drogas, de roubo. Minha mãe sempre me falava que eu era igual meu pai, onde tinha coisa ruim eu queria estar. E é verdade. Tento me controlar e aprender a viver na sociedade”, afirma Giuliana. Aos 12 anos, a jovem decidiu se afastar da igreja e da vida com a mãe para viver na casa do pai e, assim, aproximar-se do tráfico de drogas. Apadrinhada pelo dono da *loja*, passou por todas as funções e, rapidamente, chegou à gerência dos negócios ilícitos. “Usava a casa do meu pai, cortava, pesava e embalava. Achava o máximo isso, todo mundo me conhecia por causa do meu pai.” Na ocasião em que participou do roubo de um caminhão, Giuliana conta que insistiu com o padrinho para participar. “Não me arrependo e não tive medo.” A racionalidade e a intencionalidade são elementos presentes na narrativa da jovem também quando conta que, após o primeiro assalto, sentiu vontade de começar a roubar sozinha. “Sempre gostei de roubar. Se tem sangue no olho, você vai crescendo.”

A jovem Estela começou no mundo do crime por meio da experiência do roubo e sua fala sugere alguma intencionalidade. “Meu primeiro B.O. foi assalto. Andava com um menino mais novo até hoje envolvido no crime e ele deu a voz de assalto, comemoramos porque pegamos R\$ 50. Não era pelo dinheiro, era pela adrenalina”, afirma. Depois, embora expresse o desejo de suprir as necessidades financeiras da família, a jovem aparenta sensação de satisfação pessoal ao comentar o crescimento na loja. “Eu tinha 17 anos, estava me achando, ia ganhar mais, estava na gerência.”

Apesar da aparente sensação de poder e liberdade proporcionados pela atividade, precariedades, desigualdades e opressões marcam significativamente as narrativas das entrevistadas. É possível perceber que a feminização da pobreza e da punição incidem diretamente na trajetória das meninas, cujas vidas são marcadas por diferentes vulnerabilidades, processos de criminalização e opressões de gênero, raciais e sociais. Dessa forma, levando em consideração os motivos citados anteriormente que levam ao ingresso na atividade, observa-se que a atuação no tráfico é relacionada ao poder de consumo, à liberdade, à autonomia, à aceitação, ao pertencimento, ao desvinculamento de papéis sociais e de gênero impostos e à subversão à ordem que lhe é imposta por meio do Estado. Todos esses fatores se relacionam diretamente aos meios de resistir às relações de poder. Com isso, entende-se a atuação das jovens nessas dinâmicas como uma forma de resistência ao contextos de precariedades e desigualdades.

Desde a infância, Giuliana tem lembranças sobre o envolvimento do pai com substâncias ilícitas. “Ele sempre usou drogas, chegou a usar crack, cheirava e batia na minha mãe. Minha vida sempre foi assim, com meu pai batendo nela”, diz. Os conflitos dentro da casa eram recorrentes e motivaram diversas brigas entre os filhos. “Ela acabava descontando em nós. Os vizinhos ligavam para o Conselho Tutelar e uma vez levaram a gente [ela e os irmãos] para o abrigo. Lá tive contato com pessoas diferentes que usavam drogas. Mas já tinha visto tudo dentro de casa.”

As condições de pobreza e situações de violência doméstica se repetem também na trajetória de Estela. “Meu pai se separou da minha mãe por causa da bebida, eu via muito a cena dele pegar a faca e ela se esconder embaixo do colchão. Ele chegava bêbado em casa e queria brigar. A droga e o álcool consumiram meu pai”, diz Estela. “Minha mãe cobrava que ele tivesse dinheiro para casa e ele ficava muito estressado. Ele gastava mil reais na rua e a gente sem dinheiro para comprar o pão.” Em diversos momentos da entrevista, percebe-se que a dificuldade financeira da mãe e dos irmãos também foi um dos fatores que motivou a entrada da jovem no tráfico.

O caso de Karina não difere das demais entrevistadas neste aspecto. A jovem mora com a mãe e os irmãos em um bairro da periferia da zona norte de São Paulo. “Quando eu era criança, meu pai viajou sozinho para a cidade dele e traiu minha mãe. Depois disso, eles se separaram”, afirma. A menina afirma que a mãe trabalhava o dia todo, o que a fazia permanecer muito tempo na rua e na companhia de amigos da comunidade. “Ficava sozinha, minhas irmãs dormiam e eu ia para a *loja* enquanto minha mãe trabalhava.”

Hoje, após terem vivenciado a experiência da internação em unidades da Fundação Casa de São Paulo, as jovens apresentam diferentes reflexividades acerca da participação nas atividades do tráfico. Giuliana, que atualmente trabalha como auxiliar de cabelereira, acredita que a única coisa que a fez deixar de participar das atividades ilícitas foi a maternidade. Ainda assim, manifesta preocupação constante com as formas de obtenção de renda. “Parece que a vida está me testando, esses dias estava sem um real no bolso. Se fosse antes não pensaria duas vezes em ir numa *loja* e roubar. A vontade de todo mundo que está no crime é sair, mas não é fácil. O problema é o sistema, não tem emprego *pra* todo mundo.”

Para Karina, que hoje atua como monitora de peruas escolares, o trabalho também ocupa uma posição central em sua fala. “Chego às 6h na casa da dona da perua e fico até às 8h10, quando as crianças entram na escola. Depois tem a saída das crianças, volto às 16h e fico até as 19h15, quando fico livre. Hoje nem de fim de semana eu fico mais na rua”, afirma a jovem que sonha em ser proprietária de um salão de beleza. Em contrapartida, Karina ressalta que hoje não “tem amigos”, uma vez que substituiu as relações sociais que mantinha na região pelo universo do trabalho formal. Estela, por sua vez, ao refletir sobre o tráfico, afirma que “o crime usa os jovens” e ressalta o trabalho como “jovem aprendiz” que desempenhava no momento da entrevista. “É uma viagem, pego cinco conduções *pra* chegar. Mas, *pra* mim, esse emprego é tudo, é a minha sobrevivência. Precisava de um emprego assim antes.”

Assim, com base nas trajetórias das jovens apresentadas, é possível perceber que a repartição e acúmulo de tarefas designadas às meninas faz com que elas sejam muito mais vulneráveis aos dispositivos de incriminação do que os meninos que atuam no tráfico. Além disso, deve-se considerar ainda que, diferentemente dos fatores que motivam a entrada dos jovens nessas atividades, relacionados ao *ethos* guerreiro (Zaluar, 2004), as meninas adentram ao universo do tráfico para, entre outros motivos, subverter papéis de gênero que lhes foram impostos em núcleos sociais e familiares. Nesse sentido, percebe-se que

a atividade gera condições de reflexividade nas jovens, permitindo-lhes agir em oposição ao poder normalizador. As meninas encontram no trabalho ilícito de venda de drogas um meio de se sentirem livres, ressignificarem maus-tratos e abusos sexuais que viveram na infância e refutarem funções e papéis socialmente relacionados ao feminino.

6. Considerações finais

A análise das trajetórias das três jovens com passagem pelo sistema socioeducativo de São Paulo por envolvimento com o comércio ilícito de drogas possibilitou a compreensão de diversos aspectos comumente invisibilizados diante da menor projeção da atuação feminina em dinâmicas criminais. Ao descrever suas experiências em atividades relacionadas ao tráfico, as meninas explicam o ingresso no comércio das substâncias, sobretudo, a partir de uma busca por independência financeira, autonomia, protagonismo e novas sociabilidades. Em suas narrativas, reconhecem a existência de elementos externos, como a pobreza e a desigualdade social, como fatores que marcam períodos da infância e da adolescência, porém, não necessariamente relacionam tais marcadores de classe ao ingresso no tráfico.

A atuação na venda de drogas é descrita pelas jovens com naturalidade, uma vez que a atividade emerge como uma forma de trabalho a uma parcela da sociedade com pouca formação escolar e que não seria aceita em empregos formais antes de completar 18 anos. Nesse sentido, as trajetórias das jovens e seus familiares demonstram o embaralhamento e a porosidade das fronteiras entre o legal e o ilegal, descritas por Telles e Hirata (2010). Observou-se, também, que o ingresso das jovens no tráfico pode ocorrer por meio do ciclo familiar ou de amigos. Como pontuou Cortina (2015), o tráfico passa a ser visto como uma atividade apartada do estigma criminal. As entrevistadas relatam ainda que a entrada nessas dinâmicas também ocorre para possibilitar a convivência com jovens do mesmo bairro. O espaço da rua, onde permanecem os jovens que trabalham nas drogas, é percebido como refúgio, *locus* de interação e espaço de pertencimento social.

Entre os motivos citados para a permanência no tráfico, é possível afirmar que as jovens possuem desejos vinculados ao consumo, como roupas e objetos, porém, essa busca não se constitui a totalidade de seus anseios. Como apontado por Lyra (2013), o desejo maior e mais profundo é a liberdade e a conquista da dignidade em seu nível mais elementar: a busca pela construção da própria vida e reafirmação de sua autonomia perante o mundo, com uma casa, uma família

e um trabalho. Este último aparece como categoria central ao explicarem como modificaram suas rotinas após a passagem pela Fundação Casa de São Paulo. O trabalho no mercado formal é descrito como horizonte a ser percorrido e como meio para evitar o contato com as práticas criminais vivenciadas.

As entrevistadas forneceram diversos elementos que possibilitam o entendimento do comércio ilegal de drogas com base na perspectiva do trabalho: a existência de níveis hierárquicos, diferentes funções exercidas, o entendimento sobre jornadas a serem cumpridas e atividades a serem desempenhadas. As jovens citam fatores como independência financeira, autonomia e necessidade de complementar a renda familiar, o que reforça que sua atuação no tráfico não está vinculada essencialmente à atuação de companheiros, como sugerem análises mais superficiais. Como afirmou Cortina (2015), elas ingressam na atividade para obter reconhecimento e oportunidades que não encontram no mercado formal e informal de trabalho.

Além disso, fica evidente a capacidade de subversão das adolescentes por meio da permanência das jovens nos pontos de comércio de drogas, locais extremamente marcados pela presença e pelos comandos masculinos. A exposição aos riscos no dia a dia das jovens se torna evidente. Giuliana afirma que, com a experiência na venda de substâncias, passou a ser chamada para participar de outros crimes. Ela se refere a esse período como o *flash*. A palavra é usada para se referir ao momento em que se fica na linha de frente com a polícia. Ao mesmo tempo em que ganhava dinheiro e *status*, ela se sentia mais exposta durante as incursões policiais na região em que vivia. A exposição descrita por ela, observou Feffermann (2006), ocorre tanto em relação às abordagens policiais quanto para o cumprimento de procedimentos exigidos pelo crime organizado, presente em níveis hierárquicos mais elevados das *lojas*.

Percebeu-se que os comandos para as atividades no tráfico partiam de núcleos formados majoritariamente por homens. As funções assumidas pelas meninas, mesmo quando acompanhadas de algum destaque, foram descritas como inferiores às de parceiros masculinos. As jovens afirmaram que eram escolhidas para determinadas funções do crime, tendo em vista sua habilidade no trabalho doméstico, historicamente direcionado às mulheres, e aos atributos físicos. De acordo com as jovens, a escolha pela atuação feminina no tráfico de drogas seria justificada por superiores hierárquicos pelo fato de serem “menos visadas pela polícia”, esvaziando mulheres da agência criminal e, ao mesmo tempo, tornando-as mais incriminadas por agentes de segurança.

Apesar de enfrentarem uma maior sobrecarga de funções e responsabilidades na rotina das *lojas*, desempenharem tarefas relacionadas à limpeza, cuidado

e organização, ao mesmo tempo em que gerenciam as unidades, e sofrerem maior controle dos comandos masculinos no desempenho “profissional” e na vida pessoal, as jovens têm a capacidade de agência no crime constantemente invisibilizada. Dessa forma, conclui-se que a atuação das meninas no tráfico de drogas reproduz as mesmas discriminações presentes no mercado formal e informal de trabalho.

A discussão sobre a participação de meninas em atividade ilícitas é ainda um assunto pouco abordado, configurado em um campo de pesquisas no qual ainda há muitas lacunas. Compreender as dinâmicas que envolvem a participação de jovens no comércio de drogas ilícitas, em sua intersecção com o fenômeno da precarização do trabalho e das assimetrias de gênero é uma proposta complexa que envolve múltiplas dimensões analíticas. Neste texto, não se pretende esgotar as lacunas existentes, mas, contribuir com algumas reflexões sobre as ambiguidades que se delineiam ao olhar para a participação de jovens meninas, com passagem pelo sistema socioeducativo, nas atividades do comércio de drogas: independência e autonomia, ao lado de exploração e subalternização; agência e liberdade, em par com a opressão e a vulnerabilidade. O trabalho precário e o gênero se constituem como os fios a tecer esses pares, a um só tempo, dicotômicos e complementares.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. *Scritta*, ANPOCS. São Paulo, 1994.
- _____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia. *Juventude e Adolescência no Brasil*. São Paulo, Ação Educativa, 2005.
- ALVAREZ, Marcos Cesar. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. *Revista Adolescência e Conflitualidade*. São Paulo, v. 10, 2014, pp. 110-126.
- _____.; CUKIERKORN, Mônica Moreira de Oliveira Braga.; PAULA, Liana de e SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP, 1990 - 2006). *Revista Brasileira Adolescência e Conflituosidade*. São Paulo, v. 1, 2009.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, 284 p.
- BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.14, n. 5, 2009, pp.1843-1853.

- BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2021. Daniel Cerqueira et al. *FBSP*, São Paulo, 2021.
- COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- CONCEIÇÃO, Cristiane Batista. A adolescente em privação de liberdade em São Paulo: Reflexões sobre a internação feminina no CASA Feminino Parada de Taipas. Dissertação de mestrado, Ciências Humanas e Sociais, UFABC, 2015.
- CORTINA, Monica de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 23, 2015, n. 3, pp. 761-778.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* New York, Random Houve, 2003 (Steven Sorries Press Open Media).
- . *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes; GONÇALVES, Rosangela Teixeira. Sistema carcelario brasileiro, el fortalecimiento de los Comandos y los efectos perversos sobre las mujeres presas: Sao Paulo como paradigmas. In: Carrión, Fernando (Org.). *La política en la violencia y lo político de la seguridad*. Quito, Equador, Flasco, 2017, pp. 95-122.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo, Saraiva, 2013.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 58, 2010, pp. 59-73.
- . *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp, 2011, 376 pp.
- . *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- FRAGA, Paulo Cesar Ponte; IUNIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. São Paulo, Editora DP&A, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Wmf Martins Fontes, 2010.
- . *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 40. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2012.
- GALDEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo. *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), 2018.

- GONÇALVES, Rosângela Teixeira. A juventude fora da CASA: os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA. Dissertação de mestrado, Sociologia, Unesp – Marília, 2015.
- . Entre o mundão e a Casa: A passagem pelo Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) e a aproximação aos códigos e procedimentos do sistema prisional. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2017, pp. 449-478.
- LYRA, Diogo. *A república dos meninos - Juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro, Mauad X, FAPERJ, 2013.
- MALVASI, Paulo Artur. Interfaces da vida loka – Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2012.
- MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo, Contexto, 2007.
- SINHORETTO, Jacqueline. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2015, 112 p.
- MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade Candido Mendes, 1999.
- PAULA, Liana de. Cidadania, corpo e punição: expansão e violação de direitos civis de adolescentes internados na antiga Febem/SP. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 34, n. 3, 2019, pp.719-744.
- . Da “questão do menor” à garantia de direitos – Discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. *Civitas*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2015, pp. 27-43.
- . Permanências e rupturas nos discursos e práticas sobre adolescentes e criminalidade na cidade de São Paulo. In: Alessandra El Far; Andrea Barbosa; Javier Amadeo. *Ciências sociais em diálogo*. São Paulo, Ed. Fap-Unifesp, 2014, pp. 471-490.
- RAMOS, Luciana de Souza. Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas. Dissertação de mestrado, Direito, Universidade de Brasília, 2012.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Narrativas e entrevistas em pesquisas qualitativas: história oral como possibilidades teórico-metodológica. *Revista Ciências Humanas*.

- Taubaté, São Paulo, v. 14, n. 1, 2021, pp. 1-10.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.
- TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade. Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2012.
- TELLES, Vera S. e HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras INCERTAS entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007, pp. 171-191.
- ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, 440 p.
- . Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 55, n. 22, 2012, pp. 327-365.

Recebido em: 15/06/2020

Aprovado em: 02/05/2022

Como citar este artigo:

DIAS, Camila Caldeira Nunes; CORRÊA, Fabíola Perez. Entre a autonomia e a precarização: a inserção de meninas com passagem pelo sistema socioeducativo nas dinâmicas do tráfico de drogas com base na perspectiva do trabalho. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 873-901.





Niñez, género y sexualidad en la construcción del *grooming* como un problema global-local. El caso de las campañas de prevención de Argentina¹

Pilar Anastasia González²

Resumen: El presente artículo releva cómo el grooming devino un problema social en escalas globales y locales en el discurso social. El modo en el que se configuró esta problemática, hoy reconocida como un delito penal mediante legislaciones en muchos países del mundo, presenta complejidades, matices y solapamientos respecto de otras problemáticas del campo de los llamados riesgos en internet tales como la pornografía infantil y el sexting. Esto puede verse especialmente en los materiales audiovisuales de las campañas de prevención, que suturan modos contemporáneos de regulación de los límites morales y de las condiciones de aceptabilidad de las conductas sexuales de niñxs y adolescentes.

Palabras clave: discurso – sexualidad – niñez – grooming

Childhood, gender and sexuality in the construction of grooming as a global-local problem. The case of prevention campaigns in Argentina

- 1 La presente investigación fue llevada a cabo con financiamiento del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET) y con subsidio de la Secretaría de Ciencia y Técnica de la Universidad Nacional de Córdoba (SECYT - UNC).
- 2 Centro de Estudios Avanzados, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Córdoba (CEA-FCS-UNC) – Córdoba – Argentina – pilianastasia@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1135-140X>

Abstract: *This article reveals how grooming became a social problem on global and local scales in social discourse. The way in which this problem was configured, today recognized as a criminal offense through legislation in many countries around the world, presents complexities, nuances and overlaps with respect to other problems in the field of so-called risks on the Internet such as child pornography and sexting. . This can be seen especially in the audiovisual materials of the prevention campaigns, which suture contemporary modes of regulation of moral limits and the conditions of acceptability of the sexual behavior of children and adolescents.*

Key words: *discourse – sexuality – childhood – grooming*

Infância, gênero e sexualidade na construção do grooming como problema global-local. O caso das campanhas de prevenção na Argentina

Resumo: Este artigo revela como o grooming se tornou um problema social em escalas globais e locais no discurso social. A forma como se configurou esse problema, hoje reconhecido como crime pela legislação de vários países do mundo, apresenta complexidades, nuances e sobreposições com relação a outros problemas no campo dos chamados riscos na Internet, como a pornografia infantil e sexting. Isso pode ser observado especialmente nos materiais audiovisuais das campanhas de prevenção, que suturam modos contemporâneos de regulação dos limites morais e das condições de aceitabilidade do comportamento sexual de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: discurso – sexualidade – infância – grooming

1. Introducción

El tópico discursivo (Angenot, 2010) violencia sexual hacia niñxs³ y adolescentes en internet emerge en el discurso social a nivel global a partir de los años 2000 con más claridad, aunque la conexión entre internet y la dimensión de la violencia sexual ya tenían antecedentes discursivos previos (Jenkins, 1998).

Esta novedosa articulación de sentidos se inscribe en un movimiento de sedimentación discursiva que va mutando los significados de la violencia sexual

3 En el marco de los usos no sexistas del lenguaje recomendado por el Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad de Argentina, utilizamos la letra “x” para referenciar a un amplio universo de expresiones de género que supere los binomios dicotómicos reduccionistas de “varones” y “mujeres” (Cfr. “(Re) Nombrar”, guía para una comunicación con perspectiva de género”, 2020, disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/generos/renombrar-guia-comunic-con-persp-de-genero>).

comprendida en el proceso de reconocimiento de derechos de la infancia y de las mujeres en décadas anteriores, sus actores participantes, sus escalas, y las políticas para combatirla. El vocabulario que la define también es novedoso, la categoría de “explotación sexual” cobrará una centralidad especial, incluyendo a delitos de escala global como “trata de personas”, “turismo sexual”, “explotación infantil”, y especialmente vinculados a internet, “pornografía infantil” y “grooming”⁴.

En este marco, se desplaza la figura de la violencia sexual intrafamiliar que se había conformado con el tópico del abuso sexual infantil para incorporar la figura del agresor como un desconocido, la víctima siempre menor de edad, y las nuevas tecnologías como puertas al “riesgo”. Se construye así un nuevo tópico discursivo que centraliza la amenaza sexual contra niñxs y adolescentes en internet con una fuerza agenciadora fundamental para la sanción de legislaciones acordes a las nuevas escalas del delito. Los efectos que se desprenden de tal escenario son variados, uno de ellos -y es lo que aquí nos proponemos indagar- es la regulación de las prácticas sexuales de niñxs y adolescentes en internet.

En este artículo, desde concepciones del discurso deudoras de Marc Ange-not (2010) y Michel Foucault (1979; 2005), tomamos diferentes discursos –jurídicos, científicos aunque en ocasiones también mediáticos– que dieron lugar a la conformación del *grooming* como problema social en la escala global y algunos de los efectos que ese concepto –psicológico a la vez que criminológico– posee en términos de un *gobierno sexual de la infancia* (Anastasía, 2020). Especialmente nos detendremos en los modos en los que se produce el saber sobre el riesgo de *grooming* para niñxs y adolescentes, en los efectos que ese saber-poder genera respecto de las conductas infantiles y, asimismo, analizaremos la dinámica de prevención del riesgo y regulación de las conductas infantiles en los modos en los que se apropian localmente los discursos sobre el *grooming* en la escala nacional argentina. Para esto último, analizaremos las axiologías puestas en funcionamiento en las campañas de prevención de organizaciones no gubernamentales, específicamente analizando la trama de dos videos producidos para campañas de prevención del *grooming* que han tenido circulación masiva en nuestro contexto.

Desde el punto de vista teórico, partimos de los aportes y diálogos con Foucault en torno a la conceptualización de la sexualidad como un dispositivo de poder específico (Foucault, 2006), y de manera implícita nos encontramos

4 Usamos cursiva para señalar el carácter foráneo de la palabra, utilizada de modo corriente en medios masivos de comunicación y circuitos especializados en Argentina. Así, destacamos la dimensión global-local de la definición de problemas sociales en nuestra cultura, especialmente aquellos que atañen a la infancia (Burman, 1996).

dialogando con el campo de aportes de los estudios sociales de infancia. Es importante destacar que, si bien no vamos a desarrollar aquí los aportes de los estudios sociales de infancia específicamente, de manera transversal al artículo tomamos como premisa implícita los aportes que Qvuortrup (2005) entre otros (James, Jenks y Prout, 1998; James y Prout, 2002) realizaron en la década de 1990 en torno a los modos en los que se venía conceptualizando la infancia previamente, desplazando los sentidos asociados a la niñez como pasividad, carencia, “tabula rasa”. Estxs autorxs, y especialmente las reapropiaciones que investigadoras de estos campos en la región latinoamericana han realizado sobre estas teorías (Llobet, 2011; Lowenkron, 2012; Carli, 2010; Grinberg, 2010), son indispensables para reconfigurar a lxs niñxs como activos constructores y participantes de la cultura y sus procesos de producción de sentidos, y para visibilizar las complejas tramas sociales que de manera sistemática tienen como efecto emplazarlxs nuevamente en relaciones de poder adultocéntricas.

2. Explotación sexual infantil: nuevas escalas, nuevos objetos, otros sentidos

El riesgo de niñxs en internet es un tópico (Angenot, 2010: 44) que emerge a partir de los años 2000, primero vinculado a la problemática de la pornografía infantil y luego con la emergencia de otras categorías como “ciberacoso sexual”. Sin embargo, antes de llegar a la centralidad de internet en la producción de discursos sobre la violencia sexual como amenaza para la infancia, es necesario inscribir estas problemáticas en una transformación de la escala, agentes y problemas que pasan a configurar la agenda internacional sobre la violencia sexual en el cambio de siglo (Landini, 2018; Lowenkron, 2014).

El tópico del “abuso sexual infantil” que había sido protagonista en el escenario discursivo que caracterizó a la década del 80 en Estados Unidos e Inglaterra, y a la década del 90 en Argentina, se ve disputado por otras tematizaciones de la violencia sexual que delinear nuevas coordenadas. La noción de explotación sexual cobró relevancia internacional a partir del año 2000 principalmente. En la *Convención de los Derechos del Niño* (1989) (CDN) es la primera vez que en un tratado internacional se utiliza “explotación sexual” y se refiere a la necesidad de proteger a niñxs y adolescentes de la explotación, de la prostitución, e incluye a su vez la protección con respecto a espectáculos pornográficos “y otras prácticas sexuales ilegales” (CDN, art. 34). En el año 2000 la Asamblea General de Naciones Unidas añadió a la *Convención de los Derechos del Niño* dos protocolos facultativos: uno versó sobre la participación de niñxs en conflictos armados y el otro, denominado *Protocolo Facultativo de la Convención*

sobre los Derechos del Niño relativo a la venta de niñas, la prostitución infantil y la utilización de niñas en la pornografía definió y aunó los esfuerzos políticos internacionales en torno al combate de “venta de niñas”, “prostitución infantil” y “pornografía infantil”. Estas figuras, aglutinadas en la noción de “explotación sexual infantil” –que se volverá el centro de las políticas estatales en la región latinoamericana–, otorgaron otras características al problema de la protección de la infancia con respecto a la violencia sexual: lejos de ser un problema intrafamiliar se pone en primer plano la dimensión económica internacional de estos conflictos, y la necesidad de un enfoque global para combatirlos. Así, se erige el tópico de la “explotación sexual” como problema social fuera del seno familiar, excediendo los límites soberanos de los estados-nación, y sobre todo, como delitos vinculados a un modo propio del mercado del capitalismo tardío. Los fenómenos relevados como principales problemas en el protocolo son el aumento del turismo sexual a escala mundial, la trata internacional de menores y el aumento de acceso a internet y a las tecnologías digitales por grandes partes de la población mundial.

La inclusión de este protocolo facultativo fue una respuesta de la ONU a las normas establecidas en la Declaración y Programa de Acción que se adoptaron en el Primer Congreso Mundial de Enfrentamiento de la Explotación Sexual Comercial de Niños y Adolescentes, que se llevó a cabo en Estocolmo, Suecia, en 1996, organizado principalmente por la ECPAT (*End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes*).

En el año 2007, como efecto de estos discursos sobre la materia, se firma uno de los documentos más destacados en torno a la temática de la explotación sexual infantil: el *Convenio del Consejo de Europa para la Protección de los niños contra la explotación y el abuso sexual*⁵. Este documento, también llamado de manera corriente como Convenio Lanzarote, reviste gran importancia puesto que es la primera vez que se define en una legislación internacional el delito del *grooming*, estableciéndose los lineamientos generales que luego se institucionalizarían en diferentes países.

Es interesante señalar que si bien la sensibilidad social hacia el abuso sexual infantil recibe la carga axiológica de un “intolerable social” (Grinberg, 2010) en la doxa (Angenot, 2010), esa carga social afectiva de “intolerabilidad” es contraria a los esfuerzos estatales que orientan sus agendas económicas y políticas hacia el combate de la violencia sexual por fuera de la denuncia de la institución familiar

5 Entra en vigencia en el año 2010.

que habían instalado las feministas de los 80⁶. En el caso de Argentina, uno de los modos en lo que se institucionalizó este tópico de la explotación sexual fue a través de la sanción de la ley de *grooming* en el año 2010 (Ley Nacional N° 26.904).

En ese marco, paulatinamente se fue incorporando el tópico de la violencia sexual en internet como un problema social, como una modalidad específica de explotación sexual. Así, se concentró la atención internacional en torno a los riesgos y peligros disponibles en ese medio, y en cierto modo, internet devino un catalizador de discursos sobre la infancia y la sexualidad específico de este período.

2.1. Internet en la mira: un nuevo escenario de la violencia sexual hacia niñxs y adolescentes

La aparición de internet en la vida diaria concentró las atenciones y controversias con respecto a los riesgos de niñxs y adolescentes contra la violencia sexual. La imagen del pedófilo “cazando” a través de internet apareció en 1983 cuando un boletín de NAMBLA sugirió que los abusadores estaban circulando información de posibles víctimas junto con imágenes pornográficas a través de computadoras. Se creaban foros donde publicaban sus intereses sexuales y compartían información (Jenkins, 1998). A su vez, en 1986, el llamado *Informe Meese* solicita con especial énfasis la necesidad de controlar el intercambio de pornografía infantil a través de redes computarizadas. A finales de los 80, los medios masivos de comunicación comenzaron a hablar de abusadores que seducían a niñxs adoptando identidades falsas haciéndose pasar por personas de menor edad en salas de chat anónimas: “... tal como se advertía en una guía online para padres: los pedófilos tienen un nuevo parque de juegos en el cual atraer niñxs, internet” (Jenkins, 1998: 207, traducción propia).

Las preocupaciones en torno al acoso virtual –*cyberstalking*– se fusionaron muy pronto con el problema de la pornografía virtual –*cyberporn*–, es decir, el intercambio de imágenes. Sin embargo, las discusiones sobre la pornografía infantil en internet solapaban dos problemas bastante diferentes bajo ese mismo sintagma: por un lado, el acceso de niñxs a imágenes de contenido sexual explícito que circulaba en internet, aunque se tratara de representaciones que involucraban a adultxs, y por otro lado, las representaciones de actos sexuales explícitos involucrando a niñxs. Es decir dos escenas radicalmente diferentes, una de consumo de

6 En el caso de Brasil, las campañas contra la pornografía infantil movieron recursos estatales más que ninguna otra campaña vinculada a cualquier otro tipo de violencia sexual, implicando un rol central de la policía y de agentes estatales dedicados al tema. La delimitación de la agenda política sobre la explotación sexual infantil en Brasil fue delineada por la influencia que ejercieron OIT, UNICEF y la ECPAT (Cfr. Lowenkron, 2012).

contenido adultx y otra de producción de pornografía con/representando niñxs, pero cuyo solapamiento bajo la categoría homogeneizante de “pornografía infantil” acompañaba y potenciaba el pánico que generaba la idea de acceso irrestricto a contenidos en internet, asociado esto a axiologías del descontrol, la anarquía, la eliminación de normas disciplinarias y de protección de la vulnerabilidad infantil. El *locus* de la amenaza sexual hacia la infancia así construido funcionó, por un lado, para gobernar la agencia infantil en internet con respecto a la sexualidad –por medio de la creación de dispositivos de control parental entre otras acciones de control–, y por otro lado, para avanzar en contra de la pornografía adulta en general. Las campañas antipornografía, principalmente lideradas por la organización *Mujeres en Contra de la Pornografía* desde su injerencia estatal en varios países del mundo, fue altamente criminalizada durante todo este período y hasta la actualidad. A partir de 1994 y 1995 los contenidos sexuales explícitos devinieron ampliamente disponibles con la expansión de la web:

...una gran mayoría de imágenes mostrando a participantes adultxs involucrados en actos no tan diferentes de los que se pueden encontrar en cualquier revista de sexo, pero la pornografía en Internet levantó muchas preocupaciones en torno a la creación de un ambiente fuera del control de los gobiernos, de las leyes y de los códigos de decencia (Jenkins, 1998: 208, traducción propia).

Por otro lado, junto con el crecimiento de “cibercrimenes” a finales de la década del 90, este tópico de la infancia y la sexualidad en internet se articulaban como un problema de soberanía nacional, que requería tecnologías de gobierno específicas para regular legal y moralmente internet, estableciendo un imaginario de cooperación internacional como territorio privilegiado para los procedimientos policiales en esa materia:

El peligro doble de los grupos pro-pedofilia y de la pornografía infantil proporcionó una munición poderosa para los intereses de los grupos considerados conservadores, que pudieron dirigir la preocupación pública sobre la amenaza a lxs niñxs en la forma del extraño peligroso, la amenaza externa, más que la doctrina subversiva del abuso intrafamiliar masivo formulada inicialmente por las feministas. Con eso, la acción oficial pasó a privilegiar la elaboración de leyes penales relacionadas a la producción, distribución y posesión de pornografía infantil y la vigilancia policial como la principal manera de enfrentar el problema, ahora representado por la figura de esos “extraños peligrosos” (Jenkins apud Lowenkron, 2012: 89, traducción propia).

Estas líneas de sentido serán claves para la configuración de las agendas contra el cibercrimen, un tópico que se institucionalizará de modos diferenciales, pero con lineamientos globales en los diferentes estados-nación. En este entramado de sentidos es relevante advertir cómo se organizan los modos de administración del riesgo y la peligrosidad: la regulación de internet es un debate que incluye muchos tópicos sumamente relevantes, entre ellos, los límites de las soberanías estatales, las libertades civiles, entre otras. Sin embargo, es una recurrencia que la amenaza de violencia sexual contra la infancia ocupe gran parte de la tematización en estos discursos. El pánico moral de combate a la pedofilia y la permanente amenaza de violencia sexual hacia la infancia ejercen una fuerza agenciadora fundamental para la aprobación de legislaciones vinculadas a estas materias (Lowenkron, 2012; Kee, 2011).

3. Niñxs y adolescentes en internet: el problema del *grooming online*

Un niño de 14 años de edad y una niña de 12 años de edad que eran novios desde hacía un par de semanas se enviaron fotos y videos sexuales mutuamente, incluyendo imágenes que mostraban masturbación. La madre de la niña encontró las fotos del niño en el celular de su hija y le dijo al oficial de policía de la escuela que quería que el niño fuera procesado con el máximo rigor de la ley. Cuando encontró que su hija había enviado imágenes, asimismo, quiso que la hija sea procesada también. Los dos fueron a la corte juvenil y les asignaron 20 horas de trabajo comunitario.

Finkelhor, 2011

Algo que nunca le contaría a mis papás de internet es que miro pornografía

Paula — 12 años — F@ro Digital

El *grooming* en el discurso social argentino se expandió de la mano de la sanción de la ley que lo tipifica como delito penal. Este proceso no fue restrictivo de Argentina, puesto que a nivel global el tratamiento mediático del problema estuvo fuertemente ligado a los esfuerzos rápidos de diferentes países por sancionar legislaciones acordes, atendiendo a su dificultad de tipificación penal por tratarse de un delito asociado al medio digital.

Sin embargo, antes de devenir un delito penal en diversas legislaciones globales el *grooming* pertenecía previamente al campo del saber de la psicología

(Landini, 2018). El concepto fue acuñado por David Finkelhor en 1984, uno de los teóricos más importantes sobre el abuso sexual infantil (ASI). Finkelhor desarrolla su teoría para dar cuenta de cuatro precondiciones que hacen viable un ASI: primero, lx agresorx debe tener una motivación para abusar de unx niñx; segundo, tiene que superar sus inhibiciones internas; tercero, debe superar obstáculos externos y, por último, tiene que superar la resistencia de lx niñx. Ésta última precondición es la que llama *grooming*⁷, es decir, la etapa de seducción, engaño y/o manipulación de lx adultx a la víctima. Si bien el autor nunca usó la palabra “*grooming*”, la recepción de su trabajo en el campo de saberes psi tal nominación fue adjudicada por muchos otros autores.

En el contexto de producción de Finkelhor, el *grooming* era conceptualizado como un estadio previo al daño, es decir, al ASI propiamente dicho. Sin embargo, las tipificaciones penales del *grooming* vinculado al contacto con niñxs en internet toman a la propia interacción como un delito en sí mismo, es decir, las que se consideraban acciones preparatorias a un daño mayor pasan a ser objeto de punición propiamente. La tematización del *grooming* vinculado a las conductas en internet cambió el estatuto del concepto de seducción de niñxs para considerarlo un proceso tipificable en sí mismo, a través de cualquier medio que se llevare a cabo.

Es interesante destacar que el *grooming* fuera de internet –*offline*– no se encuentra penalizado en un montón de países en los que el *grooming* online sí lo está:

Por ejemplo, Australia, Canadá y Estados Unidos tienen varios delitos que cubren el *grooming online* basados en coerción, seducción o atracción de unx niñx con la intención de tener relaciones sexuales (...) Sin embargo, en gran parte, el *grooming* en estas jurisdicciones se mantiene firmemente vinculado a internet, y tiene que sancionarse legislación para cubrir el *grooming* que tiene lugar en espacios *offline* (McAlinden, 2006: 357, traducción propia).

Así, se destaca que la problematización del *grooming* como un problema en el discurso social adquirió estatuto fuertemente circunscripto al ámbito de internet. Posteriormente, se argumentó en favor de la penalización del *grooming* como delito independientemente del medio en el que ocurriera (McAlinden,

7 En la definición de diccionario *grooming* es una palabra utilizada para referir la preparación de un caballo para alguna actividad, aseo, cuidado físico, acicalamiento (por ejemplo, cepillar el animal). Actualmente presenta la acepción de “acoso sexual de menores”.

2006; Craven et al., 2006) aunque estas argumentaciones tuvieron pocos resultados en términos de cantidad de legislaciones⁸.

En el caso de la ley de *grooming* en Argentina el *grooming* deviene un problema a ser discutido, prevenido, sancionado y eliminado de la mano de problematizar internet en el cambio de siglo. De hecho, a pesar de algunas legislaciones particulares, la mayoría de los países, incluida Argentina lo tratan como un problema vinculado a internet, es decir, penalizan una conducta que en la vida *offline* no se encuentra penalizada.

3.1. Sexualidad e infancia: regulando conductas

La categoría de *grooming online*, su definición intrínsecamente heterogénea y los difusos y amplios límites que la cercenan como problema social tienen efectos con respecto a otros problemas sociales “vecinos”: *grooming* se solapa recurrentemente con otras categorías como el *sexting* y la pornografía infantil. En este solapamiento encontramos muy productivo analizar el lugar de la agencia de niñxs y adolescentes en la construcción de estos discursos y racionalidades del poder que adquieren escala global.

La era informática actual –post 2000– es una era caracterizada por modos de comprender hegemonícamente a las subjetividades y su agencia regidas por la producción de contenidos, desplazando al concepto exclusivo del “consumo” que funcionó para comprender el desarrollo industrial capitalista en décadas anteriores. En lo que respecta a la infancia, recordemos la figura

8 Sólo el Reino Unido –hasta donde hemos podido recabar– posee una legislación que penaliza el *grooming offline* (Cfr. Anastasia, 2020). Los modos en lo que se fue institucionalizando en diferentes países esta problemática ha sido muy variado, especialmente por los objetos que las leyes penalizan: En el Convenio Lanzarote se define que lx perpetradorx es unx adultx; por otro lado, es necesario que se proponga el encuentro con lx niñx; y por último, tienen que existir actos materiales que conduzcan al encuentro, es decir, actos que den cuenta de que se estaba planeando un encuentro efectivamente. En este caso, a diferencia de la legislación canadiense y la argentina, la cantidad de evidencia de que el daño iba a ser perpetrado es mayor, puesto que se requiere la demostración de “actos materiales” conducentes a la intención del abuso. La legislación española, en sintonía con el Convenio, delinea su definición del delito en esos términos aunque es más detallada y efectiva al definir dos tipos de delito y requiere demostración de actos materiales para calificar a ambos. En Argentina, la sanción de la ley 26.904 tipifica la “intención”, esto es, previo a que se haya dañado el bien jurídico protegido tal y como era comprendido hasta el momento -la integridad sexual de niñxs y adolescentes. Se da entonces un proceso de ampliación del alcance del bien jurídico protegido y se amplía el margen de punición de determinadas conductas que, fuera de internet, no se encuentran penalizadas. Con respecto a las legislaciones internacionales que recabamos, la norma argentina registra un nivel de imprecisión contundente, y de hecho, para diversos sectores sociales, incluidas la mayoría de las Organizaciones No Gubernamentales que trabajan en campañas de prevención del *grooming* la ley es inconstitucional. Los matices de las diferentes legislaciones globales sobre la materia serán abordados en otra oportunidad.

del niño-consumidor que Carli (2010) destacaba como hegemónica a fines de los años 80 y durante la década del 90 en Argentina. Sin embargo, las normas que producen la figura de un sujeto usuario de las tecnologías se rigen por un principio “activo”, el de producir contenidos y el de producirse a sí mismo en esa producción⁹. En el caso de niños y adolescentes esta caracterización de las subjetividades resulta aún más compleja, puesto que se trata de poblaciones históricamente interpretadas en torno a un *locus* pasivo respecto de la cultura, moldeable, educable, disciplinable. Sin embargo, en la era de las nuevas tecnologías digitales, son estos sujetos quienes están ocupando lugares de producción de la cultura de forma masiva¹⁰ y quienes más *naturalmente* pertenecen a ese medio –al menos así con configurados los discursos y políticas al respecto.

Así, el niño sujeto usuario de las nuevas tecnologías y productor de contenidos es una figuración propia del neoliberalismo gubernamental que emerge en estas problemáticas y que no fue objeto de tales construcciones significantes en la tematización de otros problemas sociales en los que fue concebido meramente como víctima.

Este modo de comprender la producción de subjetividades y las relaciones de poder en iluminadas por nociones como gobierno y gubernamentalidad (Foucault, 2006; Grinberg, 2007) ponen en primer plano a la reflexividad del sujeto, sus prácticas, su agencia como el lugar del ejercicio del poder y también del riesgo. En este marco, la reflexividad del poder gubernamental en la regulación normativa de las conductas referidas al *grooming online* producen un deslizamiento en la oposición víctima/victimario: si se regulan conductas mediante el gobierno del riesgo, y los riesgos existen implicando tomas de decisiones –el riesgo aumenta o disminuye de acuerdo a determinadas conductas atribuibles al sujeto individual–, la infancia históricamente definida a partir de

9 Queremos destacar que el modo de comprender el concepto de “consumo” ha sido discutido por amplia bibliografía a nivel internacional, especialmente desplazando la idea de la pasividad en la comprensión de la producción subjetiva. Sin embargo, sin desconocer esas discusiones y proveyendo a la noción de consumo las caracterizaciones posfundacionales sobre la comprensión de la subjetividad, es necesario destacar el en campo discursivo de las nuevas tecnologías la “producción” del sujeto adquiere una nueva relevancia y visibilidad que tiene efectos en los modos de producción de significados culturales.

10 No perdemos de vista las desigualdades de clase, género y raza que estadísticamente diferencian el acceso a las tecnologías de la información por parte de niños y adolescentes. Sin embargo, consideramos la caracterización de “masivo” en relación a la expansión y pregnancia de los discursos que tematizan las relaciones de la niñez y la adolescencia en medios digitales, de hecho, en Argentina se pueden enunciar paquetes de políticas públicas al respecto que involucran a todo el sistema educativo público del país. Por otro lado, el interés de la presente investigación y sus resultados aquí expuestos no se basa en la mostración cuantitativa de las prácticas de niños y adolescentes en internet, sino el lugar que ocupa la construcción social “niños y adolescentes” en los discursos de prevención de riesgos y peligros de violencia sexual en internet.

una especial vulnerabilidad a proteger se ve teñida de cierto *gris*: son las conductas de niñxs y adolescentes las culpables de la exposición al peligro.

A través de la noción de riesgo (Castel, 1991; Beck, 2002; Grinberg, 2007) las conductas de niñxs y adolescentes en internet son objeto de campañas de prevención, políticas públicas y sanción de legislaciones que buscan limitar, regular y/o orientar determinadas conductas. Uno de los efectos de este borramiento parcial de la oposición víctima/victimario es el solapamiento del problema del *grooming* con el problema del *sexting*.

La práctica del *sexting*, cuya tipología es estudiada por Wolak y Finkelhor (2011) es conocida como la comunicación por medios electrónicos de imágenes sexuales producidas por niñxs y adolescentes –menores de 17 años– que muestran a menores y que son consideradas pornografía infantil bajo los estatutos criminales aplicables en Estados Unidos (Wolak y Finkelhor, 2011). Los discursos en contra del *sexting* sentencian que casi no hay manera de practicarlo de manera segura, puesto que la condición objetiva de una población de esa edad vinculada a prácticas sexuales per se detona la alerta del peligro y daño psicológico (Angelides, 2013).

Es necesario analizar más en detalle. Finkelhor desarrolla una serie de diferenciaciones entre tipos de *sexting* posibles que abren un abanico de opciones¹¹. En primer lugar, diferencia entre dos grandes categorías que van a incluir a todas las otras: incidentes agravados e incidentes experimentales. Dentro de los agravados,

se incluyen elementos criminales o abusivos que exceden la creación, envío o posesión de imágenes sexuales producidas por la juventud. Estos elementos adicionales incluyen 1) involucramiento adultx; 2) comportamiento criminal o abusivo por menores tales como abuso sexual, extorsión, amenazas; comportamiento malicioso que resulta de conflictos interpersonales; o la creación, envío y/o mostración de imágenes sin conocimiento o en contra de la voluntad de lx menor que era representadx (Wolak y Finkelhor, 2011: 1, traducción propia).

Entre los intercambios experimentales, las categorías incluyen las imágenes de lxs jóvenes que son enviadas a lx novix estable, o para crear interés

¹¹ Finkelhor indica que él usa la frase “imágenes sexuales producidas por la juventud” más que la palabra *sexting*, en detrimento de la polisemia que el término *sexting* implica en el discurso social del momento. Sin embargo, a los fines de brindar claridad en la redacción y dado que titula a su artículo con la palabra *sexting*, continuaremos utilizando ese término (Wolak y Finkelhor, 2011).

romántico en otros jóvenes, o por razones de búsqueda de atención sexual. En estos últimos tipos de casos no hubo otro comportamiento criminal fuera de la creación y envío de las imágenes, tampoco hubo aparente malicia ni falta de voluntad en la participación de parte de quienes son fotografiados. La creación y envío de imágenes son consideradas acciones criminales en tanto esos materiales son considerados pornografía infantil, de acuerdo a las amplias leyes estadounidenses. En Estados Unidos se considera pornografía infantil a “la representación visual de conductas sexuales explícitas” (Código Criminal EEUU apud Wolak y Finkelhor, 2011: 2) que incluyen coito, sexo oral, bestialidad, masturbación y la mostración lasciva de genitales. La última categoría es tan amplia que incluye imágenes que enfocan a los genitales aun cuando la niña tiene ropa puesta (Wolak y Finkelhor, 2011: 2).

La tipología de Wolak y Finkelhor diferencia entre comunicaciones consentidas y no consentidas, sin embargo, la diferenciación establece el grado de gravedad del intercambio, pero no modifica su estatuto de criminalidad: aun aquellas comunicaciones realizadas en condiciones de “igualdad”, en el sentido de que no contienen intenciones de daño, que la representación visual ha sido consentida por quienes participan, y que no hay rastros evidentes de violencia ni engaño, aun esos intercambios son criminalizados por ser considerados pornografía infantil. Este modo de organizar los sentidos nos lleva a hipótesis que se alejan de la retórica de prevenir riesgos de violencia sexual hacia niñas y adolescentes y nos acercan a perspectivas que analizan los discursos de prevención de la violencia sexual como *locus* de gestión y administración de las prácticas sexuales de niñas y adolescentes en internet, y de su capacidad de agencia en relación a su propia sexualidad.

“El problema del *sexting*” llegó a los medios masivos de comunicación y es objeto de campañas estatales o de ONGs a partir del año 2009, cuando un escándalo ocurrido en el año 2008 en escuelas de Pensilvania, Estados Unidos, ocupó a los discursos mediáticos globales y desató una “ansiedad” sobre el tema en la juventud (Angelides, 2013: 665):

En Octubre de 2008 los oficiales del distrito escolar de Tunkhannock, Pennsylvania, confiscaron teléfonos celulares de estudiantes y descubrieron en ellos “fotografías de adolescentes ligeras de ropa, semidesnudas y desnudas” (Miller, Day, Doe v. Skumanick, 2010: 2). Muchas de las chicas representadas estaban inscritas en la escuela secundaria de Tunkhannock y en escuelas alrededor de ese distrito. Una de las imágenes mostraba a dos chicas de la cintura para arriba usando “corpiños blancos opacos”, una de

ellas hablando por el celular y otra haciendo el signo de la paz. Otra fotografía mostraba a una tercera chica en una “toalla blanca, opaca, justo debajo de su busto, apareciendo como si recién hubiera salido de la ducha” (Miller, Day, Doe v. Mitchell, 2010: 8–9). Los teléfonos fueron entregados a la policía y en noviembre de 2008 George Skumanick Jr, el Fiscal de Distrito del Condado de Wyoming, inició una investigación criminal. Ese mes, Skumanick anunció públicamente a los reporteros de los periódicos locales y a la asamblea de la escuela secundaria de Tunkhannock que los estudiantes con “imágenes inapropiadas de menores” podrían ser procesados por “poseer y distribuir pornografía infantil”, y que ese delito podía resultar en duraderas sentencias de prisión, en antecedentes penales permanentes, y en el registro dentro del listado de delincuentes sexuales (Angelides, 2013: 665-666, traducción propia).

La llegada de estos casos a la escena mediática global constituyó un magma de discursos en torno al miedo, la ansiedad y la consternación sobre los peligros del *sexting*. En una nota del periódico USA Today del año 2009 se dice: “Quién hubiera predicho que el futuro peligro de los teléfonos celulares sería lo que lxs niñxs son capaces de hacer y enviar con ellos en términos visuales” (Angelides, 2013: 666). El riesgo está claramente situado en las prácticas pasibles de ser realizadas por niñxs y adolescentes y encontramos la “inversión” o desplazamiento del adultx victimario.

Los discursos estatales devenidos mediáticos a través de la publicidad de campañas de prevención a lo largo de muchos países anglófonos –Australia, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido– tematizaron el problema en términos de las proporciones epidémicas que esta práctica estaba teniendo. En términos generales, el discurso estatal-mediático proponía de modo categórico la idea de que no era posible que existiera un *sexting* seguro, y que la única manera en la que podrían mantenerse a salvo es si nunca se enviaran o postearan fotos provocativas sexuales (Angelides, 2013: 668). Las consecuencias catastróficas que se enumeraban incluían procesamiento criminal, agresión sexual, humillación, traumas psíquicos, ciberacoso (“*cyberbullying*”), daño a la perspectiva futura de ingresar a la universidad y de conseguir trabajo, y finalmente el suicidio. “Lo que podemos ver como un chiste inocente o un coqueteo divertido puede cambiar potencialmente a ser una experiencia devastadora” (folleto del gobierno de Australia, apud Angelides, 2013: 669).

Entonces, ¿cómo se produce la idea del riesgo? Varios trabajos muestran que la posibilidad de los jóvenes de ser procesados criminalmente y registrados en el listado de delincuentes sexuales era muy poco frecuente (Wolak, 2012,

apud Angelides, 2013: 671). Por otro lado, con respecto a la posibilidad de comprometer su futuro en la universidad y en un trabajo, Angelides argumenta sobre las pocas posibilidades de que eso suceda, pero además, advierte el riesgo mucho mayor que implicaría para esxs jóvenes si se trajera el *sexting* consentido al terreno de la ley penal como se proponen los discursos criminalizadores que advierten sobre sus futuros. Por otro lado, la producción de una cadena linear entre *sexting*, *bullying*, acoso, y como último término el suicidio, oculta un problema social que poco se relaciona con el intercambio consentido de materiales audiovisuales: el problema del suicidio y la salud mental en lxs adolescentes con respecto a estas temáticas es la violación del consentimiento sobre el intercambio que había sido pactado para ser privado, esto es, el envío indiscriminado de la foto/video a la comunidad de pertenencia de lxs implicadxs.

Resulta una ironía extraordinaria que las leyes contra la pornografía infantil, producidas para proteger a niñxs y adolescentes de abusos sean utilizadas en contra de ellxs mismxs, por enviar sus fotos de manera consentida, y así son acusados de contribuir al mercado de la pornografía infantil según los términos de la ley penal estadounidense. En los discursos feministas, ya ampliamente aceptados socialmente, la asociación de la vestimenta o la práctica de una chica como causa de una violencia de cualquier tipo está absolutamente condenada. “Tenemos que dejar de preguntarnos qué tan corta era la pollera de Melina” fue una frase sistemáticamente reproducida por sectores feministas y progresistas durante la ola de denuncias enmarcadas en el crecimiento del movimiento *Ni una menos* en el ámbito local argentino, y el #MeToo a nivel estadounidense y europeo. Se trata entonces de un escenario discursivo de pánico moral y censura más que de protección de daños a sujetos víctimas de violencias. Siguiendo a Jenkins (1998), el miedo social no sólo es exagerado sino que además está mal orientado.

Nos interesa analizar a continuación el lugar en el que es configurada la agencia de niñxs y adolescentes. Las prácticas sexuales e intercambios audiovisuales por internet de niñxs y adolescentes son criminalizados por conllevar a riesgos que, de acuerdo a la vulnerabilidad que un marcador etario determina, produce un daño irreversible. Sin embargo, el modo como se produce esa regulación no apela a la mera restricción, prohibición o un disciplinamiento, sino a la producción “afectiva” de otros elementos que inciden en la toma de decisiones: el miedo y la vergüenza (Angelides, 2013). Gran parte de los objetivos de diversas campañas de prevención del *grooming* se sitúan en intervenir en los campos de posibilidades de acción de los sujetos, es decir, que pueden elegir no hacerlo, y elegir siempre requiere un marco de libertad (Grinberg, 2007). Entonces estos sujetos son atribuidos de capacidades de decisión y soberanía en

tanto ese libre albedrío del sujeto usuario de las tecnologías conlleve una regulación, una orientación esperable y deseable de tales conductas.

La proliferación de categorías que nombran problemas sociales como en este caso hemos reseñado brevemente las de “*grooming online*”, “pornografía infantil” y “*sexting*”, sus solapamientos, cruza, diferencias y desplazamientos, dan cuenta de una serie de discursos que tienen otros efectos además de proponerse prevenir la violencia sexual hacia niños y adolescentes en internet. Estos discursos implican una redefinición y/o una regulación de los límites y proporciones en los que la cultura concibe a la sexualidad infantil y adolescente, sus bordes morales y su aceptabilidad.

3.2. Campañas de prevención en Argentina: la regulación de las niñas

La construcción del *grooming online* en internet en nuestro contexto local argentino no tuvo las mismas connotaciones que los discursos científicos, mediáticos y dóxicos que analizamos en estos apartados precedentes. El tópico de la protección contra el daño mantuvo al problema del *grooming* a través de internet vinculado esencialmente a la vulnerabilidad infantil, y con ello, a la idea de la niña y adolescente como mera víctima.

Por otro lado, en este contexto local los discursos con respecto al *sexting* son enunciados casi exclusivamente en campañas de prevención proferidas por Organizaciones No Gubernamentales, pero es destacable que no ha habido grandes casos de debate sobre *sexting* en los medios masivos de comunicación, ni políticas estatales al respecto. De hecho, recién marzo de 2018 se aprobó en la Cámara de Senadores la penalización por tenencia de pornografía infantil, figura clave en la argumentación y persecución sobre la práctica en los países mencionados (Ley Nacional 27.436).

Entonces, la atención sobre los riesgos de las prácticas de niños y adolescentes en internet convergen en relación a la problemática específica del acoso/abuso sexual virtual, *grooming*, y en la figura de niños y adolescentes como víctimas que alcanzó su mayor cristalización con la sanción de la Ley de *Grooming* en 2013 (N° 26.904).

Las protagonistas en tematizar esta problemática en el contexto local fueron las Organizaciones No Gubernamentales (ONG). La proliferación de (ONG) que atiende problemas sociales fue particularmente amplia a partir de la instalación del proyecto global de neoliberalismo, y ese proceso tuvo singularidades en los países latinoamericanos en los que se produjo una reestructuración del estado, la economía y las culturas políticas (Dagnino, 2004).

Ante la escasez de políticas públicas contundentes por parte del Estado argentino en escenarios de creciente preocupación internacional sobre el problema de la regulación de internet -establecimiento de agendas políticas y discursos globales sobre la temática-, en Argentina proliferaron las ONG que se dedicaron a trabajar problemáticas vinculadas a la protección/promoción de niñas y adolescentes en internet: seguridad digital, ciudadanía digital, riesgos en internet, cultura digital, son algunas conceptualizaciones que implican diferentes axiologías de acuerdo a las perspectivas de cada organización¹².

Con distintos perfiles, diferentes discursos y variados objetivos, las ONG que tematizan el *grooming* se caracterizan por llevar adelante campañas de prevención y concientización sobre la materia, mediante capacitaciones en variadas instituciones –públicas o privadas–, produciendo contenidos digitales que luego son usados en las capacitaciones y extendidos desde las redes sociales institucionales. También firman convenios con municipios o estamentos de gobiernos provinciales y/o nacional para dar capacitaciones a trabajadores del Estado y dan charlas motivacionales en empresas, sindicatos, entre otras. Los objetivos de estas campañas buscan dar a conocer el riesgo de que niñas y adolescentes naveguen en la red sin supervisión parental adulta, generar conciencia en las poblaciones implicadas sobre los delitos que ocurren en ese medio –se dan talleres a docentes, padres y estudiantes de las escuelas– y brindar información sobre qué hacer ante un caso de *grooming* cercano.

Dentro de los materiales dispuestos para las campañas de prevención, ocupan un lugar central los recursos audiovisuales que narran situaciones modélicas sobre el delito con el objetivo de concientizar a sus audiencias sobre este riesgo. Los videos, en general, narran casos ejemplares de *grooming*, apelando a las normas previstas en los géneros discursivos de prevención y concientización de daños en la sociedad: mostrar el caso ejemplar, teñido una axiología afectiva negativa.

Para citar dos ejemplos de los recursos audiovisuales utilizados en campañas de prevención del *grooming* de ONGs en Argentina, tomamos dos videos –de los que más circulación han tenido– y esbozamos un pequeño análisis en línea con los desarrollos previos, esto es, los modos en los que se construyó el

12 Mencionamos algunas ONGs argentinas que trabajan con prevención del *grooming* en Argentina. Como mencionamos previamente, algunas tienen una mirada más amplia en relación de derechos digitales como derechos humanos, otras simplemente mantienen un foco en la prevención de la violencia sexual específicamente: Grooming Argentina (fundada en 2014); Argentina Cibersegura (inicia en 2011), Chicos.net (inicia en 1998, progresivamente fue especializándose en niñez y TICs); F@ro Digital (inicia en 2015). Todas las organizaciones mencionadas poseen sitios web y redes sociales que apoyan su trabajo de divulgación de la prevención de riesgos y, en algunos casos, el acceso a derechos.

problema del *grooming* en estas coordenadas. Situaremos en algunas diferencias entre cada uno pero nos interesa especialmente relevar las regularidades discursivas que los convocan a inscribirse de un modo particular en el gobierno de la infancia en relación a la sexualidad.

El video¹³ “Campaña prevención Grooming - PDI” producido y publicado por la Policía de Investigaciones de Chile fue realizado en el marco de la campaña “Todos Contra el Grooming” que organiza la Jefatura Nacional de Delitos Económicos, a través de la Brigada Investigadora del Ciber Crimen. Hemos seleccionado este video, a pesar de no haber investigado los discursos contra el *grooming* en Chile, porque fue realizado con colaboración de la empresa Entel, publicado desde su canal de Youtube y forma parte del conjunto de videos utilizados por una de las ONG que dicta mayores capacitaciones en Argentina sobre la temática, llamada Argentina Cibersegura¹⁴. Además de ello, el video tiene innumerable cantidad de reproducciones dentro de la plataforma de Youtube, con lo cual podemos decir que se trata de una narración de circulación masiva.

Por otro lado, el video llamado *Love Story*¹⁵ fue producido en articulación entre la empresa de telefonía celular Movistar Argentina y la ONG *F@ro Digital*. El video fue publicado en septiembre de 2017 bajo la campaña #ElegíCuidarte que lanzó la empresa de telefonía celular como sección social de la marca bajo la noción de uso responsable de las tecnologías.

Resumen del video de la campaña “Todos contra el grooming” PDI – Entel, Chile:

Este video se encuentra narrado casi completamente por la protagonista, una niña/adolescente de 12 años aproximadamente que comienza diciendo “al fin nos vamos a conocer”, y las imágenes van mostrando su arreglo personal para asistir a una cita. Se pinta los labios, se arregla el pelo, se mira la figura en el espejo, y continúa diciendo “o sea, en persona, porque igual lo cacho por Facebook hace rato...” Mientras va ocurriendo ese monólogo en el que ella relata la relación virtual, teñido de un tono de intimidad, las imágenes muestran parte de las conversaciones por chat que han ocurrido entre ella –Cami– y él, –Pancho–, quien de acuerdo a la foto de perfil de las conversaciones por chat se trata de un niño de la misma edad de la protagonista. En el transcurso de las conversaciones se intercambian las fotos de sus perros. Ella continúa diciendo “tenemos hartas cosas en común asique era obvio que nos íbamos a conocer. Él

13 El video fue publicado el 22 de abril de 2015. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=c1dEKmA8vVw>

14 Entel y Eset –la empresa de la que Argentina Cibersegura es una fundación- son ambas empresas multinacionales que trabajan en “alianzas” comerciales y políticas en la región latinoamericana.

15 Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=pAohWiuNPYo&t=9s>

es especial, no es como mis compañeros, él es como más preocupado. Pienso en él todo el día”. Luego se filma en un auto, la madre manejando, ella en los asientos de atrás concentrada en el chat del celular, y la voz narradora continúa “yo igual creo que mi mamá catcha algo aunque pero no me ha dicho nada” y se muestra a la madre observando a la hija por el espejo retrovisor. En la conversación por chat él le pide que le envíe una foto sexy, y apenas se ve que ella responde “esper...”. A continuación se la muestra a Cami entrando a la habitación de la hermana que está durmiendo, una adolescente un par de años más grande que ella, le roba aros y accesorios para arreglarse mientras continúa relatando “Y a la Sole [hermana]... como que no sé si contarle... ella está en otra, además que se burla de mí”. Cami se arregla, se saca la foto –una *selfie*– y se la envía a Pancho. A continuación la escena vuelve al comienzo del video, momento en que ella está camino a la cita personal que pactaron ambos en una plaza pública. Se sienta en un banco a esperar, le llega un mensaje de Pancho que dice “Cami estoy retrasado, mi hermano te irá a buscar”, y le dice que su hermano se llama Felipe. Casi inmediatamente llega un joven de 25 o 30 años que le dice “Hola, ¿tu eres la amiga del Pancho cierto? ¿Te avisó entonces? [que no iba a poder ir a buscarla] ¿Oye es acá cerca, vamos?” Ella reconoce al perro que Pancho le había enviado por mensaje, el joven lo llevaba atado con correa, le contesta que sí, que vamos, y se van lxs dos caminando y conversando. Cuando llegan al hall del edificio donde van a entrar, él la toma de la cintura, la imagen comienza a volverse más lenta y la música se transforma en una música tenebrosa y de suspenso. Él mira a su alrededor que nadie esté mirándolos entrar al edificio y la imagen se funde en negro. La siguiente escena es de noche en la ciudad, la toma filma la vereda del edificio de donde ella sale casi expulsada, despeinada, llorando, compungida, agarrándose los brazos asimismo, denotando explícitamente una situación de abuso sexual y/o violación previa. Se muestran escenas anteriores temporalmente, en las que se ve que cuando ingresaron al departamento él cerró las cortinas, oscureció el ambiente y la miró con lascivamente. De pronto se suceden las imágenes con rapidez de todo el día, de la preparación de ella para la cita, de la foto de perfil de Pancho –el niño del chat– y la voz de ella gimiendo del llanto, miedo, vergüenza de la violencia que sufrió hasta que la imagen se funde en negro. Al final, ya terminada la narración ficcional, aparece un joven que trae la moraleja del video: “¿Cuántos de tus amigos en redes sociales conoces realmente? El *grooming* no es un juego, es un abuso. Recuerda que en internet tu foto no es sólo tuya, es de todos”. Luego el joven sale de la escena y aparecen unas placas con texto que dicen “Esta podría ser tu historia, denuncia a grooming@cibercrimen.cl, #Todoscontraelgrooming”.

Resumen del video “Love Story” Movistar Argentina – Faro Digital:

Al igual que en el caso anterior, el video ficcionaliza un supuesto caso estándar de *grooming*, al igual que lo hacen la mayoría de las narraciones de concientización. Los primeros segundos de filmación muestran a un niño y una niña, de aproximadamente once años, cada uno en su casa, chateando por redes de mensajería instantánea. La conversación inicia luego de que la niña llamada Mia le envía una solicitud de amistad al niño llamado Alejandro y durante el primer desarrollo del vínculo se sugiere que el intercambio entre ambos se trataría de la práctica del *sexting*, es decir, el envío consentido de mensajes y materiales audiovisuales autoproducidos con contenido de seducción erótico-sexual. En principio no se conocen, y el intercambio va in crescendo a medida que desarrollan su relación desde cualquier lugar geográfico, a través del chat. En determinado momento, se muestra a la niña dubitativa mientras espera el servicio de transporte público en la calle, hasta que se anima y le pregunta al niño cuándo se conocerían personalmente. A continuación, concretan una cita en la plaza del centro del lugar donde viven para el siguiente viernes. Ella pregunta cómo iría vestido él, “con una campera negra”, “Yo de rosa” responde la niña, y a continuación la filmación se detiene específicamente en la preparación de ambos, la ropa, maquillajes, perfume, en resumen, la producción para una cita. A ambos se les muestra ocupados en esa producción, en imágenes simétricas: cada uno en el baño de su respectiva casa, frente al espejo, con gestos y conductas de cierta ansiedad, vergüenza y expectativa. Tanto él como ella parecen transmitir las “mariposas en la panza”, una escena iniciática en la vida de ambos, pares de edad y experiencia. Posteriormente las imágenes recorren las calles filmando de nuevo en paralelo el recorrido de ella y de él, hasta que el encuentro en la plaza sorprende tanto a los espectadores del video como a los personajes en cuestión. En general, el pacto de lectura repetido en el género de narraciones sobre concientización que ponen en circulación variadas campañas de prevención producen la expectativa de un final violento, teñido de miedo, angustia, vergüenza, es decir, toda la batería de emociones con las cuales estos dispositivos de prevención gestionan los afectos de niños y adolescentes. Sin embargo, la escena final del video muestra que cuando se encuentran en la plaza, los niños no eran quienes esperaban ser. Se va enfocando cada vez más de cerca a la niña que abre la boca en gesto de sorpresa al observar lo que tiene al frente: la cámara gira y filma lo que la niña mira, un hombre mayor, con campera negra, tez morena, pelado, supuestamente el niño. A continuación la cámara vuelve nuevamente sobre la niña que ya no es Mia sino otro hombre adulto, con blusa rosada. Ambos tienen los celulares en las manos. La cámara

los filma mirándose de frente durante un tiempo, luego giran sosteniéndose la mirada, aludiendo a una escena de encuentro entre dos personajes que se han retado a duelo, y se van cada uno por lados opuestos. La leyenda final del video reza: “Miles de adultos se hacen pasar por chicos para acosar a otros. Son tantos que incluso entre ellos se podrían encontrar. No aceptes solicitudes de perfiles dudosos. #ElegíCuidarte”.

Ambos videos presentan narraciones diferentes en lo que respecta al pacto de lectura que un video de concientización a priori establece: esto es, la narración de la situación de riesgo que termina con su destino fatal infalible. Este tipo de narraciones abundan en la cultura y tienen el uso del miedo como vector central de la toma de conciencia de su público destinatario. El primero de los videos cumple con ese guión a rajatabla tanto en su forma como en su contenido, desencadenándose la trama en la imagen del horror de la violencia sexual hacia la niña, el oscurecimiento de las imágenes, el género musical, entre otras. Por el contrario, *Love Story* utiliza un recurso más creativo para tratar la problemática que es el final absurdo en el que los dos adultos se encuentran en la plaza. Este final rompe el pacto de lectura del género, y de hecho el video fue valorado dentro del circuito mismo de personas pertenecientes a ONG dedicadas a la temática por mostrar un final que no apela a la imagen del horror y del miedo para abordar el tópico en cuestión.

Sin embargo, aun con esas diferencias en sus recursos narrativos, entre ambas historias se establecen más regularidades de sentidos que diferencias. En este orden de las regularidades discursivas que encontramos en ambos videos se destacan varios puntos que, encadenados unos a otros, producen lineamientos normativos sobre el gobierno de la infancia y la sexualidad que emplazan a los discursos de prevención del *grooming* como modos de producir regulaciones sobre las conductas infantiles respecto de la sexualidad.

En primer lugar, es necesario señalar que las narraciones culpabilizan a las conductas infantiles/adolescentes de la producción de los escenarios de la violencia y del abuso que se asocian al *grooming* como delito. En ambos casos, la agencia está penalizada: ambas niñas actúan en consecuencia con sus deseos de conocer a la persona con la que están manteniendo una relación virtual desde hace tiempo, y esa acción descuidada, desmedida, las pone en riesgo de violencia –en el caso del segundo video– o las violenta directamente en el caso del primero. Ahora bien, esas conductas mal orientadas, descuidadas, descontroladas tienen una marca de género indeleble: son dos niñas quienes actúan en consecuencia de sus deseos, y podemos ver este patrón de género de la narración en otros videos que comparten el campo de la prevención y concientización

del *grooming*¹⁶. Aunque en *Love Story* sea más “pareja” la cuestión de género en cuanto el niño, que también performa la producción para la cita, se muestra ilusionado y estremecido ante el ritual iniciático, sin embargo es la niña la que envía la solicitud de amistad, ella pide concretar la cita físicamente, es la niña quien “viola” las normas de conducta esperables según el marco regulatorio de la narración.

En los datos que se proveen sobre los casos de *grooming* que se dan en el país, por ejemplo los de los ministerios públicos fiscales entre otros, prevalecen los casos de niñas a simple vista. Sin embargo lo que queremos destacar aquí es que en el discurso de las ONG esa marca de género sobre la problemática sólo aparece en los videos de concientización. En otros discursos, por ejemplo los decálogos de prescripciones a los xadres para que vigilen y controlen los que sus hijxs hacen en internet, no se especifica una diferencia genérica en la distribución de esa vulnerabilidad. Y sin embargo en estos productos audiovisuales, que van dirigidos específicamente a estas poblaciones –en escuelas, por ejemplo– la construcción genérica del problema es una constante.

Con esto señalamos el efecto regulador que producen los videos en las conductas de las niñas, como así también la dificultad para que varones u otras masculinidades se identifiquen, puesto que la trama se sostiene en una cadena de asociación de sentidos “femeninos”. La columna vertebral de esa asociación de sentidos se encuentra en el lugar que ocupa la distribución de la emocionalidad y la sensibilidad en ambos videos: los dos cuerpos infantiles femeninos encarnan lo que puede ser visto como un ritual iniciático en las relaciones sexo-eróticas-afectivas desde una trama que vincula emociones como ilusión, excitación, estremecimiento con las ideas normativas del enamoramiento. La inscripción de ese sistema de emocionalidad en los cuerpos femeninos invoca los viejos tópicos de las mujeres restringidas al campo de sentidos del amor y de la entrega, asociados éstos con la irracionalidad y la pasión, en suma, la mujer restringida y a la vez dueña por excelencia del ámbito de la afectividad. Así, el enamoramiento atrapa a las niñas, las envuelve en su propia trampa dejándose llevar por la falta de disciplina y por su entrega sexo-erótica-afectiva.

Finalmente, es necesario señalar el solapamiento que se produce entre el tópico del *grooming* y el tópico del *sexting* que trabajamos en el apartado 3.1 Aparecen en ambos videos escenas de *sexting* en las que lxs niñxs intercambian

16 Citamos dos videos más, uno de la ONG Mamá en Línea: <https://www.youtube.com/watch?v=-rPOSwRp3no>; y el otro de Grooming Argentina: <https://www.youtube.com/watch?v=G5Y1kb5LgHU>. Ambos comparten el patrón de género de los videos que estamos analizando.

fotos (*selfies*) con connotación sexual. Nos interesa recalcar la operación mediante la cual la narración criminaliza y patologiza la práctica del *sexting* de los niños, otorgándole a esa conducta la causalidad lineal de la posibilidad del abuso, del delito. El *grooming*, en la comprensión de las organizaciones que mencionamos, implica la seducción por parte de un adulto mayor que se hace pasar por niño con intenciones sexuales hacia otro niño. Sin embargo, en las tramas que presentamos, la posibilidad del daño en el uso de las tecnologías no está representada por la seducción de un mayor engañando a un niño –aparecen recién al final–, sino que la imagen está construida a priori sobre la práctica consentida entre dos niños.

La causalidad del abuso sexual es situada casi exclusivamente en la conducta de los niños, y sumado a ello, hay una distribución genérica diferencial de las acciones “activas” que desencadenan la trama. Finalmente, asistimos a un discurso muy complejo en relación a la agencia (sexual) de la niña, que es suturada por la narración con el daño, el delito, el riesgo, el miedo, la vergüenza, entre otras baterías de sentidos.

Se distingue así la configuración de este solapamiento discursivo de los tópicos y conductas, que parecieran tratarse de problemáticas “separadas” aunque eventualmente convergen. Vimos cómo en otras latitudes del globo el problema del *sexting* era configurado situando a niños y adolescentes como sujetos activos de delito, punibles por tenencia de pornografía infantil. En el caso de las campañas de concientización de ONG en Argentina, la criminalización de la práctica sitúa a niños y adolescentes también como culpables, sin embargo, no como culpables de delitos sino como víctimas a ser educadas, orientadas, disciplinadas por su “intrínseca” incapacidad, vulnerabilidad e irracionalidad. El solapamiento entre *grooming* y *sexting* pueden ser interpretados como modos de regulación de las conductas de niños y adolescentes, como discursos que re-delinean los límites morales de la relación entre infancia y sexualidad.

4. Conclusiones

En el marco de amplias discusiones, cada vez más preponderantes en las ciencias sociales, sobre el protagonismo infantil y las fuertes críticas a modelos de sociedades adultocéntricas, fuertemente atravesadas por las posibilidades, ambigüedades y constricciones que los lineamientos de la Convención de los Derechos del Niño cristalizó en 1989 -con la posterior institucionalización de esos derechos en los estados latinoamericanos en un orden familiarista como ha sido ampliamente estudiado por el campo-, es importante poner de relieve

cómo se van construyendo las tramas de las relaciones de poder que emplazan a la infancia y la adolescencia en espacios de maleabilidad, carencia, necesidades especiales, y qué discursos despiertan en torno a esa especificidad. Si bien estos significados asociados históricamente a la infancia han sido puestos en tensión en las últimas décadas, en el ámbito de la sexualidad aun contamos con escasas investigaciones, y persisten fuertes restricciones al respecto.

Las transformaciones de las escalas, agentes y problemas que pasan a protagonizar la agenda local-global (Burman, 1996) en contra de la violencia sexual bajo las categorías de *explotación sexual* produce nuevas coordenadas del riesgo y del peligro: fuera del seno familiar, excediendo los límites soberanos de los estados-nación, y sobre todo como delitos vinculados a un modo propio del mercado del capitalismo tardío. Esto transforma las definiciones sobre la violencia sexual y los modos de definir las necesidades de niños y adolescentes.

En ese magma de sentidos nuevos, internet concentra la atención internacional en torno a los riesgos y peligros, y devino un catalizador de discursos sobre la infancia y la sexualidad. En términos de Ulrich Beck (2002) situamos estas producciones discursivas en el marco de la *sociedad de riesgo mundial*: tanto los delitos informáticos como la explotación sexual se caracterizan por ser riesgos que trasvasan las fronteras nacionales, en términos de responsabilidad social se construye una dificultad en la determinación de la “agencia” puesto que corresponden a amenazas de muchos individuos a la vez, y además, se narran en una temporalidad fatalista que llegado el caso nos afectará a todos completamente. Estos discursos de riesgos globales generan lo que también Beck llama una “comunidad de destino global” que se materializa, entre otros modos, en llamados imperantes de cooperación internacional como único modo de paliar las amenazas. La firma y ratificación de documentos internacionales que “alinean” sus normativas nacionales es una de las formas de institucionalización de esas normas internacionales, y la “fuerza agenciadora” de esas sanciones es gatillada por el tópico de la protección de la infancia y la adolescencia de la violencia sexual en internet, específicamente, del riesgo de pornografía infantil y *grooming online*.

En ese marco discursivo, con efectos globales-locales, se construye al *grooming* como un problema social en Argentina mediante discursos de ONG, y especialmente, mediante la sanción de la Ley de Grooming en el año 2013. El *grooming* como concepto pertenecía previamente al campo de la psicología y se utilizaba para denotar la última de las cuatro precondiciones para la viabilidad de un abuso sexual infantil, esto es, la seducción afectiva y sexual de la niña para inhibir sus resistencias. La transformación que se produce con el ingreso

de “internet” a esa configuración de sentidos, que era propia de los saberes psi que teorizaron sobre el abuso sexual infantil en los 80, fue el desplazamiento del estatuto del *grooming* como “precondición” a un daño mayor, para constituirse en un daño per se, en objeto a ser penalizado. Si bien hubo países que penalizaron el *grooming* fuera de línea, el problema social en términos globales fue –y es actualmente– comprendido como un delito en internet.

La reflexividad del poder gubernamental en la regulación normativa de las conductas referidas al *grooming online* producen un deslizamiento en la noción de la oposición víctima/victimario: si se regulan conductas mediante el gobierno del riesgo, y los riesgos existen implicando tomas de decisiones, de pronto la vulnerabilidad de la infancia se ve teñida de cierto *gris*: son las conductas de niñxs y adolescentes en parte las culpables de tal exposición al peligro. Esto articula el problema del *grooming* con otra serie de tipos de violencia delictiva, como son el *sexting* y la pornografía infantil. Los solapamientos, cruza, diferencias y desplazamientos dan cuenta de una serie de discursos que tienen más efectos además de proponerse prevenir la violencia sexual hacia niñxs y adolescentes en internet: implican una redefinición y/o una regulación de los límites y proporciones en los que la cultura concibe a la sexualidad infantil y adolescente, sus bordes morales, su aceptabilidad y su regulación.

En este marco, los discursos de las campañas contra el *grooming* en Argentina, especialmente en los sentidos que configuran los videos de concientización y prevención culpabilizan especialmente a las niñas. A diferencia de la constitución de los sujetos culpables penalmente de la tenencia de pornografía infantil que ocurrió en otros países del globo como Australia, en Argentina el gobierno de las conductas infantiles se articula en torno a la figura de la víctima desde una trama específica: es víctima y por su intrínseca vulnerabilidad, se vuelve agente de la posibilidad de esa violencia, su propia incapacidad –nublada por la pasión, el erotismo, el enamoramiento– teje su trampa. El control, vigilancia y regulación de las conductas y deseos de las niñas son un objeto predilecto de estos discursos de prevención y concientización.

La administración de las “capacidades” de la agencia infantil puestas en tensión en los materiales analizados dan cuenta de una complejidad específica en torno a la desigualdad etaria en su cruce con la perspectiva de género y la sexualidad que es necesario atender desde un punto de vista que desplace la histórica subordinación de niñxs y adolescentes y lxs considere activxs productorex y constructorxs de la cultura *per se*.

Referências:

- ANASTASÍA, Pilar. La producción de la (a)sexualidad infantil. Un abordaje de los discursos sobre el grooming en Argentina. Disertación de Doctorado, Doctorado en Estudios de Género, Universidad Nacional de Córdoba, 2020.
- ANGELIDES, Steven. 'Technology, hormones, and stupidity': The affective politics of teenage sexting. *Sexualities*. Australia, La Trobe University, v. 16, n. 5-6, Agosto 2013, pp. 665-689. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1363460713487289>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ANGENOT, Marc. *El discurso social. Los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Argentina, Siglo XXI, 2010.
- BECK, Ulrich. The Terrorist Threat: World Risk Society Revisited. *Theory Culture Society*. Inglaterra, v. 19, n. 4, agosto 2002, pp. 39-55. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276402019004003>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BURMAN, Erica. Local, global or globalized? Child development and international child rights legislation. *Childhood*. Inglaterra, vol. 3, n. 1, febrero 1996, pp. 45-66. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0907568296003001004>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- CARLI, Sandra. Notas para pensar la infancia en la Argentina (1983-2001): figuras de la historia reciente. *Educacao Revista*. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abril 2010, pp. 351-382. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265893335_Notas_para_pensar_la_infancia_en_la_Argentina_1983-2001_figuras_de_la_historia_reciente>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- CASTEL, Robert. From Dangerousness to Risk. In: BURCHELL, GORDON Y MILLER (eds.) *The Foucault Effect. Studies in Governmentality*. Estados Unidos, The University of Chicago Press, 1991, pp. 281-298.
- CRAVEN, Samantha.; BROWN, Sarah y GILCHRIST, Elizabeth. Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression: An international, interdisciplinary forum for research, theory and practice*. Inglaterra, v. 12, n. 3, noviembre 2006, pp. 287-299. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552600601069414>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.
- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio y población: Curso en el College de France: 1977-1978*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Argentina, Tusquets, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *La arqueología del saber*. México, Siglo XXI, Sexta edición 1979.
- GRINBERG, Julieta. De “malos tratos”, “abusos sexuales” y “negligencias”. Reflexiones en torno al tratamiento estatal de las violencias hacia los niños en la ciudad de Buenos Aires. In VILLALTA, Carla (comp.) *Infancia, justicia y derechos humanos*. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2010, pp. 73-108.
- GRINBERG, Silvia. Gubernamentalidad: estudios y perspectivas. *Revista Argentina de Sociología*. Buenos Aires, vol. 5, núm. 8, junio 2007, pp. 95-110. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26495999_Gubernamentalidad_estudios_y_perspectivas>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- JAMES, Allison; JENKS, Christian y PROUT, Alan (1998): *Theorising Childhood*. Cambridge, Polity Press, 1998.
- JAMES, Allison y PROUT, Alan (Ed.). *Constructing and Reconstructing Childhood. Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. Oxon, Routledge Falmer, Segunda Edición, 2002.
- JENKINS, Philip. *Moral Panic. Changing Concepts of the Child Molester in Modern America*. Estados Unidos, Yale University Press, 1998.
- KEE, Jac sm (Ed.). *Erotics: sex, rights and the internet - an exploratory research study: Association for Progressive Communications*. Association for Progressive Communications, 2011. Disponível em: <https://www.apc.org/sites/default/files/EROTICS_o.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- LANDINI, Tatiana. Vulnerabilidade e perigo potencial – o processo de criminalização do assédio sexual online no Canadá e casos julgados em Ontário (2002-2014). *Revista Contemporânea*. Brasil, v. 8, n. 2, julio-diciembre 2018, pp. 515-542. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/477>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- LLOBET, Valeria. Un mapeo preliminar de investigaciones sobre infancia y adolescencia en las ciencias sociales en Argentina desde mediados de la década de 1990. *Kairos, Revista de Temas Sociales*. Argentina, v. 15, 2011, pp. 1-20. Disponível em: <<https://revistakairos.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- LOWENKRON, Laura. A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores. *Revista Contemporânea*. Brasil, v. 4, n. 1, enero-junio 2014, pp. 231-255. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/200>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo. A construção social da pedofilia em múltiplos planos. Dissertação de doutorado, Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MCALINDEN, Anne-Marie. 'Setting 'em up': personal, familial and institutional grooming in the sexual abuse of children. *Social & Legal Studies*. Londres, n. 3, v. 15, septiembre 2006, pp. 339–362. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/096466390606066613>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

QVORTRUP, Jens (ed.). *Studies in Modern Childhood. Society, Agency, Culture*. Nueva York, Palgrave Macmillan, 2005.

WOLAK, Janis y FINKELHOR, David. *Sexting: A typology*. Durham, NH, Crimes against Children Research Center, 2011.

Recebido em: 09/03/2021

Aprovado em: 02/05/2022

Como citar este artigo:

GONZÁLEZ, Pilar Anastasia. Niñez, género y sexualidad en la construcción del *grooming* como un problema global-local. El caso de las campañas de prevención de Argentina. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 903-930.



As mulheres retratadas pela publicidade brasileira: uma abordagem interseccional sobre as referências sociais veiculadas

Beatriz Molari¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir teoricamente, e com base na perspectiva interseccional, como as referências associadas às imagens de mulheres veiculadas pela publicidade brasileira constituem formas de significá-las, de modo que impactam a autodefinição e como elas são definidas nas interações sociais. Conclui-se que a difusão de imagens que apresentam significações restritivas sobre as experiências de vida das mulheres oferece justificativas para as situações de injustiça social, o que contribui para a perpetuação de opressões que reproduzem desigualdades.

Palavras-chave: Mulheres na publicidade. Publicidade brasileira. Desigualdades sociais. Interseccionalidade.

Women portrayed by brazilian advertising: an intersectional approach on social references conveyed

Abstract: *This work aims to discuss theoretically and from an intersectional perspective how the references associated with the images of women conveyed by Brazilian advertising constitute ways of meaning them, so that impact self-definition and how they are defined in the social interactions. It is concluded that the*

1 Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina – Brasil – beatriz.molari@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/6769170219560874> - ORCID: 0000-0001-5446-7480.

diffusion of images that have restrictive meanings about women's life experiences offers justifications for situations of social injustice, which contributes to the perpetuation of oppressions that reproduce inequalities.

Keywords: *Women in advertising. Brazilian advertising. Social inequalities. Intersectionality.*

Las mujeres retratadas por la publicidad brasileña: un enfoque interseccional sobre las referencias sociales transmitidas

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir teóricamente y desde una perspectiva interseccional cómo las referencias asociadas a las imágenes de las mujeres transmitidas por la publicidad brasileña constituyen formas de significarlas, de modo que impactan en la autodefinición y en cómo son definidas en las interacciones sociales. Se concluye que la difusión de imágenes que presentan significados restrictivos sobre las experiencias de vida de las mujeres ofrece justificaciones para situaciones de injusticia social, lo que contribuye a la perpetuación de opresiones que reproducen las desigualdades.

Palabras clave: Mujeres en la publicidad. Publicidad brasileña. Desigualdades sociales. Interseccionalidade.

Introdução

A publicidade é uma técnica de comunicação muito presente nas sociedades contemporâneas. Pelos discursos publicitários, as pessoas são constantemente convidadas a se verem como consumidoras, pois o consumo é apresentado como algo que constitui as suas vivências. Nesse cenário, tornou-se comum retratar figuras humanas que representem os públicos concebidos como possíveis consumidores do produto ou serviço publicizado.

Diante da relação entre publicidade, consumo e sociedade, os modos de retratar mulheres se tornaram um tema frequente em debates que abordam como a dimensão simbólica impacta as situações de vida das mulheres em determinado contexto socioeconômico. Visando contribuir com essa linha de debate, o presente artigo tem como objetivo discutir teoricamente como as referências associadas às imagens de mulheres veiculadas pela publicidade brasileira constituem formas de significá-las, de modo que impactam a autodefinição e como elas são definidas nas interações sociais. As distintas

experiências de vida das mulheres demonstram que elas não podem ser tomadas por uma descrição universal, então, optou-se pela adoção da perspectiva interseccional neste estudo, a qual ressalta as avenidas que estruturam as dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de opressão na organização das posições sociais das mulheres (Crenshaw, 2002; Mariano e Macêdo, 2015; Collins e Bilge, 2020; Collins, 2016; 2017; 2019).

Com base no objetivo proposto, este artigo apresenta, além desta introdução, duas seções. A primeira delas discute a publicidade e o processo de apropriação de referências sociais. A segunda seção aborda, com base na perspectiva interseccional, os modos de retratar mulheres na publicidade brasileira e as referências veiculadas. Ao final, estão apresentadas as considerações sobre a questão abordada neste estudo.

Publicidade e o processo de apropriação de referências sociais

Antes de dissertar sobre a publicidade e suas especificidades, é importante descrever o que se compreende por essa técnica comunicacional. Este estudo adota a terminologia de Jorge Maranhão (1988: 41), que concebe a publicidade como o ato de “dar destaque público a determinado assunto, princípio, ideia etc.” Gillian Dyer (1982: 2) reforça esse entendimento, afirmando que publicidade significa dar atenção a algo ou informar alguém sobre algo. Quando se fala em dar publicidade a algo, entende-se que envolve torná-lo de conhecimento público por meio da promoção do acesso às informações.

Relacionada com uma economia organizada pelo consumo de bens, a publicidade é compreendida como uma prática discursiva que utiliza a persuasão e seus recursos retóricos, visando exaltar e ampliar o conhecimento acerca de um produto ou serviço (Maranhão, 1988: 45). Nesse ponto, Jean Baudrillard (2000: 291) afirma que a função objetiva da publicidade envolve “informar as características deste ou daquele produto e promover a sua venda”. Acrescenta-se o entendimento de que a publicidade visa sempre conduzir ao consumo, pois reforça essa prática como uma necessidade social e cultural (Maranhão, 1988: 54). Assim, compreende-se, como afirma Sut Jhally (1995: 13), que no nível material, concreto e histórico, a publicidade lida com a comercialização de bens, realizando-se como um discurso através e sobre objetos.

A publicidade atua no âmbito social quando situa o produto em um contexto ideológico, que vincula valores, convicções, sentimentos e funções sociais, comunicando que esses estão ao alcance daqueles e daquelas que os desejam, basta comprá-los (Williamson, 1978 *apud* Vestergaard; Schroder, 1988: 173). Nesse

ponto, é exposta a distinção entre a função manifesta e função latente da publicidade. Para Baudrillard (2000: 293), se a função manifesta da publicidade (a de promover a venda) não engana o consumidor ou a consumidora quanto à marca do produto apresentado, assim o faz pela sua função latente. Para o autor, a exposição do produto não persuade uma pessoa a comprá-lo, mas racionaliza a compra, ato que não envolve apenas motivos racionais, pois a pessoa é sensível à temática latente de proteção e de gratificação. Assim, a publicidade persuade ao sugerir, implicitamente, que a sociedade se adapta aos desejos das pessoas e busca formas de satisfazê-los, basta que o indivíduo se integre à lógica sugerida pelo discurso publicitário. Contudo, Baudrillard (2000: 294) explica que a relação entre publicidade, indivíduo e sociedade apresenta uma falsa reciprocidade, pois “é uma instância imaginária que se adapta a você, enquanto, em troca, você se adapta a uma ordem bem real”, de caráter técnico e político, que assegura a substituição de ideologias.

Ao consumir mercadorias, consome-se também uma ideologia que possui valores e significações próprios, que atribuem sentido à sociedade, aos grupos sociais e às interações nela realizadas (Maranhão, 1988: 54). A difusão de uma ideologia pela publicidade ocorre por meio de um processo de significação que confere um valor simbólico de acordo com os “sistemas referenciais”, termo cunhado por Judith Williamson (1978, *apud* Vestergaard; Schroder, 1988: 171). Esses sistemas são concebidos como conjuntos de significações já estabelecidos em determinado contexto e que acompanham os costumes e normas sociais. Segundo Jhally (1995: 189), os indivíduos são atraídos para os anúncios de duas formas: 1) pelo significado que os anúncios fornecem, a fim de definirem melhor as suas vidas; e 2) por conhecerem o sistema de referência empregado, pois isso garante a eficácia do anúncio. Transferidos para os conteúdos publicitários, os sistemas referenciais tornam o objeto comercializado uma expressão de certo valor (Vestergaard; Schroder, 1988: 74). Assim, quanto mais conhecido o sistema referencial, maior a eficácia do anúncio na produção do consumo.

Para Toben Vestergaard e Kim Schroder (1988: 74), o objetivo desse processo de significação está em relacionar um conteúdo a um produto, fazer dele um signo, de modo que a carência desse conteúdo seja concebida como a necessidade do produto. Nessa lógica, o produto pode executar duas funções: representar uma qualidade ou gerar essa qualidade. Inserido em um anúncio, o produto é um signo e um referente em potencial, sendo a compra concebida como o ato de libertação da qualidade referente (Williamson, 2002: 36). Jhally (1995: 26) vai além, e afirma que os produtos perdem toda conexão com a sua utilidade prática e se tornam o seu correlato material, ou seja, o significante de variadas qualidades

abstratas. Assim, o consumo é visto como a ação que possibilita a transferência das qualidades referentes do produto para o indivíduo que o consome.

Williamson (2002: 43) explica que, sendo uma ideologia um conjunto de valores, ideias, princípios etc., para que a ideologia do sistema referente continue vigente é necessário que seus componentes sejam regenerados frequentemente. Dessa forma, “a ideologia do ‘sistema referente’ está sempre sendo regenerada em nosso relacionamento com o anúncio. Coisas ‘significam’ para nós e damos esse significado para o produto, com base em um salto irracional convidado pela forma do anúncio” (Williamson, 2002: 43). A publicidade se ocupa de organizar o processo de significação se apropriando de um sistema referente para produzir anúncios e outras campanhas que conduzem o possível consumidor ou a possível consumidora a significar o produto e desejá-lo.

Os sistemas referenciais estão previamente localizados na sociedade, o que significa que mensagens difundidas apresentam referências culturais. Jhally (1995: 193) explica que a publicidade “empresta” as referências para incorporá-las aos produtos, essas que, por sua vez, são devolvidas à sociedade. Da mesma forma que ocorre com as mercadorias, os sistemas referenciais orientam os modos de retratar grupos sociais na publicidade. Segundo Iara Beleli (2005: 5), a publicidade estimula a identificação do público para com as marcas por meio do uso de imagens que apresentam diferenças específicas, de modo que a publicidade é direcionada a certos grupos marcados por gênero, por raça, por classe, por geração etc. Assim, a publicidade transmitida pelos meios de comunicação de massa possibilita identificar a relação entre as construções dos anunciantes, das e dos profissionais que atuam na produção de conteúdos publicitários e dos sistemas referenciais presentes na sociedade (Jhally, 1995: 193-194).

Na construção de conteúdos, a publicidade utiliza referências atribuídas aos marcadores sociais constituindo imagens de mulheres que são concebidas como representantes desse grupo social em determinada sociedade. As referências associadas são posteriormente empregadas nos processos de interação social e são mobilizadas na interpretação que as pessoas fazem de si e sobre os demais indivíduos. Nesse entendimento, os modos de retratar mulheres na publicidade equivalem a associar determinado comportamento, construindo um modelo de interpretação sobre elas. Mesmo que uma mulher não se enquadre ao modelo, é cobrada que assuma essa forma para que seja compreendida

2 Tradução livre de: “the ideology of the ‘referent system’ is always being regenerated in our relationship to the advertisement. Things ‘mean’ to us, and we give this meaning to the product, on the basis of an irrational mental leap invited by the form of the advertisement”.

socialmente. Ressalta Silvana Mota-Ribeiro (2003: 3) que a publicidade tem sido um dos focos da crítica feminista, pois as imagens difundidas por essa comunicação criam modelos que contribuem para que as mulheres definam a si próprias e como os demais indivíduos devem se apropriar dos sentidos incorporados aos padrões que lhes são demonstrados.

A incorporação de estereótipos na publicidade é uma forma de realizar a transmissão de referências associadas aos marcadores sociais. Dylia Lysardo-Dias (2007: 26) explica que, etimologicamente, a palavra grega *stereos* significa “sólido”, o que faz referência a algo pré-definido, fixo, cristalizado. Nas sociedades, conceitos são formulados e transmitidos por meio da interação social. Assim, “o estereótipo funciona como um discurso social amplamente difundido que é renovado, atualizado e solidificado a cada situação de uso” (Lysardo-Dias, 2007: 26). Quanto mais propagado um estereótipo, maior será a adesão dele como uma interpretação verdadeira, o que evidencia como colaboram a publicidade e os meios de comunicação de massa na manutenção ou desconstrução dos estereótipos. Ressalta-se a relação do uso de estereótipos com a economia de bens de consumo, pois o discurso publicitário seleciona as referências a serem empregadas em suas mensagens com foco no que possibilitará a melhor execução de seu objetivo econômico: a venda.

Outra forma de fazer publicidade é por meio do rompimento e subversão de certos estereótipos, objetivando diferenciar o produto dos demais. Nessa lógica, é apresentada uma imagem diferente do padrão de comunicação comumente empregado para retratar mulheres, no qual o estereótipo é substituído por um conceito reformulado, sem, com isso, perder alguns traços para que não corra o risco de não ser reconhecido. Para Lysardo-Dias (2007: 32-33), “essa subversão caracteriza-se como um tipo de transgressão no qual uma norma social é de alguma maneira violada ou desobedecida, visando o objetivo comercial que funda a publicidade”. Assim, segundo a autora, o familiar é parcialmente desconstruído, constituindo uma transgressão aos preceitos ideológicos naturalizados, de modo que se apresenta como uma quebra ao referencial consolidado em prol do inesperado. Contudo, como ressalta a pesquisadora, essa quebra é específica, como a exposição de mulheres fora dos padrões estéticos e de raça em campanhas dos setores de beleza/cosméticos, por exemplo. É específica na medida em que ainda se vale da compreensão de que as mulheres devem se preocupar com a aparência e utilizar produtos para o que socialmente dita-se que sejam problemas para elas, como acne, flacidez, celulite, manchas etc. Esse é um exemplo de um cenário amplo, pois essa conduta pode ser visualizada em conteúdos publicitários de outros setores.

Frente a essas discussões sobre a apropriação de referências sociais por parte da publicidade, parte-se do entendimento de que, em uma sociedade de consumo de bens, é necessária a geração de mercados para os produtos, logo, a propagação de uma ideologia que incentive o consumo. Nesse contexto, as imagens de mulheres transmitidas pela publicidade “invadem nosso subconsciente” e as referências associadas se tornam formas de significá-las na sociedade (Moreno, 2008: 31). Concebe-se que as referências associadas aos modos de retratar mulheres na publicidade impactam a compreensão que elas têm de si, ou seja, sua autodefinição, e como os demais grupos sociais as definem nas interações sociais. Dessa forma, a transmissão de imagens pautadas nos eixos de opressão de gênero, de raça, de classe, de geração etc. pode impactar as experiências de vida das mulheres, pois, como afirmam Ana Maria Muñoz-Muñoz e Maria del Mar Martínez-Oña (2019: 1127), a publicidade que, por meio de elementos visuais, associa mulheres a um produto cria uma falsa identidade de imagem, afetando como as mulheres interpretam a si mesmas, já que se questionam se deveriam parecer com as mulheres retratadas nos conteúdos publicitários e o quanto essas imagens apresentam concepções da realidade. Assim sendo, considera-se pertinente debater como as referências associadas às imagens de mulheres veiculadas pela publicidade brasileira constituem formas de significá-las, de modo que impactam a autodefinição e como elas são definidas nas interações sociais.

Os modos de retratar mulheres e as referências veiculadas: um diálogo a partir da perspectiva interseccional

Nas teorias feministas, entende-se que as opções consideradas pelas mulheres são descritas pelo que lhes é apresentado como possível (Phillips, 2007; Biroli, 2013). Assim, os eixos de opressão de gênero, de raça, de classe, de geração etc. que restringem o acesso aos recursos sociais, educacionais, econômicos, simbólicos etc. em uma sociedade delimitam as possibilidades de experiências e os lugares ocupados por elas no espaço social. Entende-se que as experiências das mulheres não podem ser abordadas com uma descrição universal, de modo que, dentre outras abordagens possíveis, optou-se por adotar a perspectiva interseccional neste estudo.

A socióloga e professora afro-americana Patricia Hill Collins (2017: 9) explica que a emergência da interseccionalidade está relacionada com um movimento de mulheres amplo, composto pelas afro-americanas; as mexicanas e outras latinas; indígenas; e as mulheres asiáticas, que evidenciaram, desde os anos 1960, a inter-relação entre a raça, a classe, o gênero e a sexualidade em suas

experiências de vida. Como a pesquisadora ressalta, tal evidência posiciona a origem da interseccionalidade nos movimentos sociais, sendo que, a partir da década de 1980, a entrada das mulheres de cor na academia proporcionou a integração dos projetos de conhecimento que abordavam a raça, a classe, o gênero e a sexualidade como constituintes dos sistemas de poder (COLLINS, 2017: 9). Segundo a intelectual feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002: 177), a interseccionalidade visa abordar as consequências estruturais e as dinâmicas da interação de dois ou mais eixos de opressão, demonstrando como esses eixos (re)criam desigualdades que delimitam as posições das mulheres e constituem aspectos de desempoderamento.

No Brasil, algumas pesquisadoras também chamaram atenção para as dinâmicas de interação de dois ou mais eixos de opressão. Na década de 1980, a professora e antropóloga Lélia Gonzalez abordou em seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*³ a questão da mulher negra no Brasil, considerando que o racismo e o sexismo interagem na construção de imagens sobre essa mulher. A filósofa e escritora Sueli Carneiro é outro exemplo de pesquisadora que se voltou para a situação das mulheres negras brasileiras considerando a interseção de dois ou mais eixos de opressão. Em *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, publicado em 2011, estão reunidos artigos escritos por Carneiro entre 2001 e 2010 que abordam como o racismo e o sexismo estão presentes no contexto brasileiro. Ressalta-se, então, que o entendimento de que dois ou mais eixos de opressão interagem entre si na formulação das posições sociais das mulheres é algo tensionado nacionalmente desde a década de 1980.

Segundo Silvana Mariano e Márcia dos Santos Mâcedo (2015: 11), a noção de interseccionalidade possibilita, dentro dos processos de produção de desigualdades e das identidades políticas, enxergar a interconexão das lógicas produtoras das formas de opressão e privilégio e também a potencialidade de visibilização dos movimentos de resistência, reconhecendo, assim, os processos de agência e autonomização dos sujeitos. As autoras explicam que a perspectiva interseccional não consiste em reiterar discursos que supõem uma somatória de desvantagens sociais aos sujeitos ao agregar novas dimensões ou variáveis. Isso, pois, essa lógica supõe “que as dinâmicas constitutivas do processo de (re) construção das identidades, do agenciamento dos atores e da configuração das

3 O texto utilizado como referência foi publicado na Revista Ciências Sociais Hoje, no ano de 1984. O documento informa que o conteúdo foi apresentado na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, realizado no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1980.

desigualdades são lineares e determinadas” (Mariano; Mâcedo, 2015: 13-14). Na perspectiva interseccional, por sua vez,

[...] os marcadores sociais da diferença e as variadas dimensões das desigualdades operam em contextos determinados, apresentam variadas possibilidades de combinações e, diante dessas combinações, diferentes fatores são mutuamente potencializados, reorganizados, (re)significados e hierarquizados (Mariano; Mâcedo, 2015: 14).

Pela interseccionalidade, trabalha-se com o entendimento de que os eixos de gênero, de raça, de classe, de geração, de sexualidade etc. oprimem as mulheres de formas distintas. Assim, como ressalta Collins (2019: 57), compreende-se que os paradigmas interseccionais enfatizam que os eixos de opressão atuam em conjunto na produção de injustiças sociais, pois em uma determinada sociedade e em um certo período, as relações de poder que envolvem categorias como raça, gênero, classe social, geração etc., funcionam de forma sobreposta e unificada, de modo que os aspectos correlatos dessas relações de poder afetam o convívio social. Nesse entendimento, a interseccionalidade, como destaca Cecília Maria Bacellar Sardenberg (2015: 81), permite visualizar discriminações que estavam ocultas por se localizarem nas interseções dos eixos de poder. Essa perspectiva transcende os limites de análises que se voltam para apenas um eixo e possibilita considerar as múltiplas identidades e discriminações, pois “[...] ela aborda as diferentes posições sociais como relacionais, tornando visíveis as múltiplas posicionalidades que constituem a vida cotidiana e as relações de poder que as demarcam” (Sardenberg, 2015: 81). Por meio da perspectiva interseccional, enfatiza-se a experiência, conceito que, como afirma Alda Brito da Motta (1999: 197), é útil para compreender as similaridades e diferenças de vivências organizadas pelas categorias sociais que apresentam variações e promovem experiências de acordo com hierarquias internas próprias de cada categoria e do dinamismo do tempo e lugar.

Sardenberg (2015: 58) enfatiza que, nas sociedades contemporâneas, o sexismo, o racismo, o etarismo, o capitalismo e outras matrizes de opressão⁴ não operam independentemente, mas se entrelaçam no estabelecimento de sistemas de estratificação e opressões interseccionados que organizam as experiências

4 O conceito de matriz de opressão compreende a “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade. Qualquer matriz específica de dominação tem: (1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, classe social, gênero, sexualidade, situação migratória etnia e idade; e (2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal” (Collins, 2019: 460).

dos indivíduos. Essa lógica compreende que as categorias de gênero, de raça, de classe, de geração, de sexualidade etc. não operam de forma autônoma, mas se interseccionam na constituição das relações sociais, sendo que, em relações mediadas pelo poder, são produzidas opressões, entendidas como “[...] qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (Collins, 2019: 33). Os marcadores sociais de gênero, de raça, de classe e de geração são bases para as referências que são mobilizadas, dentre outros espaços, na publicidade. Essas referências orientam as significações atribuídas às mulheres de acordo com a forma que são retratadas em peças ou campanhas publicitárias. Assim, conteúdos publicitários que, ao retratar mulheres, utilizem referências provenientes de ideologias que promovam opressões de gênero, de raça, de classe e de geração transmitem, além da mensagem comercial, referenciais ideológicos opressivos.

Antes de abordar o modo de retratar mulheres na publicidade brasileira, torna-se pertinente elucidar o que se compreende por gênero. No presente estudo, o termo gênero é tratado como categoria analítica, tal qual propõe Joan Scott (1995: 86). Nessa proposição, gênero é constituinte das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Está relacionado com a dimensão simbólica, nos símbolos culturais que formam representações diversas e nos conceitos normativos constituintes de interpretações dos símbolos; a dimensão institucional, em como a constituição do gênero perpassa as instituições e organizações sociais; e com a dimensão do poder, relacionada ao controle de acesso aos recursos materiais ou simbólicos. A proposição da autora vai ao encontro dos interesses e objetivos do estudo, pois abordar o gênero como categoria analítica possibilitará compreender aspectos relativos à dimensão simbólica dos conteúdos publicitários, institucional do setor brasileiro e à dimensão do poder, que perpassa os modos de retratar mulheres na publicidade brasileira.

Para Scott (1995: 86), a ênfase de gênero constitui uma dimensão da organização da sociedade que molda hierarquias com base nas diferenças entre homens e mulheres, as quais se expressam em situações de igualdade ou desigualdade. O comercial “Vestiário”, da anunciante Masterfood Brasil, que foi produzido pela agência de publicidade AlmapBBDO, veiculado na televisão aberta no Brasil, em 2015, e que ainda está disponível no canal da marca na plataforma de vídeos on-line YouTube, exemplifica como o gênero é mobilizado nos modos de retratar mulheres na publicidade brasileira (Figura 1).

Figura 1 – Comercial Vestiário, Snickers



Fonte: Snickers Brasil (2015).

A peça publicitária apresenta uma pessoa, que depois se descobre que atende pelo apelido de “Rafa”, discutindo com alguns homens em um vestiário, pois, como expressa, alguém pegou o seu desodorante. Um homem se aproxima e oferece um chocolate Snickers, já que, segundo ele, Rafa dá muito “chilique”⁵ quando está com fome. O que chama atenção no comercial é que, enquanto expressa histeria, raiva, “chilique”, a pessoa é retratada e personificada por uma mulher, em questão, a atriz Cláudia Raia; todavia, depois de comer o chocolate, Rafa é retratado como um homem, calmo e, como profere, “melhor”. O comercial foi denunciado por um consumidor e uma consumidora ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, Conar, por considerarem que o conteúdo era depreciativo às mulheres. O argumento foi negado pela anunciante e agência, que alegaram que o conteúdo mostra, de forma humorada, o fato de as pessoas ficarem irritadas quando estão com fome (Conar, 2015). O relator concordou com a defesa e propôs o arquivamento do caso, o que foi acolhido por unanimidade por parte do Conselho de Ética.

Nota-se que são associadas significações diferentes à personagem Rafa com base no gênero que personifica, sendo, quando mulher, retratada expressando histeria e raiva; e, quando homem, calma e tranquilidade. As significações são antagônicas e modificam os atributos físicos e comportamentais da personagem. Tal conteúdo reforça a associação de tais significações aos homens e às mulheres, impactando as autodefinições e como os indivíduos são definidos

5 1. Crise nervosa ou ataque de histeria; faniquito; fricote. 2. Perda súbita e passageira dos sentidos; desfalecimento, desmaio (Chilique..., 2015).

por terceiros nas interações sociais quando as definições se valem da classificação de gênero.

A raça é outro marcador frequentemente evocado nos modos de retratar as mulheres. Salienta-se que, apesar de igualmente importante e urgente, este estudo não abordará a questão indígena. Esse aspecto limitante da investigação abre espaço para estudos que tratem desta problemática e que contribuam com a discussão dos modos de retratar as mulheres na publicidade.

Para abordar como imagens restritivas que expressam opressões interseccionais afetam as mulheres negras, recorre-se às contribuições das teóricas Gonzalez e Collins. Gonzalez (1984: 225) destaca que a lógica da dominação visa naturalizar as situações de injustiça social promovidas pelo racismo e sexismo. Utilizando a psicanálise como suporte epistemológico, a autora afirma que a lógica da dominação oferece justificativas para explicar o lugar que os homens negros e mulheres negras ocupam na sociedade brasileira, valendo-se de estratégias como a consciência para encobrir as marcas da africanidade presentes na cultura brasileira. Entretanto, a teórica ressalta que, o que a consciência visa ocultar, a memória ressalta, mesmo que nas lacunas da consciência, e expõe que a africanidade faz parte da história do Brasil.

Segundo Gonzalez (1982: 89), para melhor entender a situação da mulher negra em particular e do povo negro de forma geral na sociedade brasileira é preciso se voltar para aspectos da escravidão no Brasil. Explica a autora que, oficialmente, o tráfico negreiro teve início em 1550, mas antes disso era possível encontrar africanos trabalhando em plantações de cana-de-açúcar no Brasil. A teórica ressalta que o povo negro sempre buscou articular resistências contra a situação de exploração que vivenciava no Brasil, sendo os quilombos vistos como modos de resistência ordenada como organização social e a participação nos movimentos urbanos armados como uma efetiva ação pela tomada do poder. Nesse período, cabia à mulher negra a “tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro” (Gonzalez, 1982: 92). Aquelas que atuavam nas plantações, as escravas do eito, estimulavam seus companheiros para a fuga ou a revolta. As mucamas, que eram responsáveis pelos trabalhos domésticos da casa grande e por cuidar e amamentar as crianças brancas, também eram exploradas sexualmente pelos homens brancos, o que, segundo a pesquisadora, incitava ciúmes nas sinhás. Após o trabalho na casa grande, as mucamas se dedicavam a cuidar de seus próprios filhos e a dar assistência aos companheiros que retornavam do trabalho nas plantações. Com essa retomada histórica, Gonzalez ressalta o lugar ocupado pela mulher negra na formação da sociedade brasileira.

A mulata⁶ é a imagem da mulher negra no Carnaval, momento em que ela é integrada e recebe *status* de rainha em carros alegóricos nos desfiles, quando recebe toda a atenção (Gonzalez, 1984: 227). Segundo a autora, o rito carnavalesco atualiza o mito da democracia racial⁷; contudo, oculta a violência simbólica que afeta as mulheres negras que, no cotidiano, ocupam a posição de empregadas domésticas. A autora explica que o engendramento entre a mulata e a doméstica se dá pela figura da mucama, a qual possui uma dimensão sexual operacionalizada pelas práticas sexuais entre mulheres negras e homens brancos (muitas vezes pela situação de exploração), e a realização de serviços domésticos nas casas das famílias brancas. Para a teórica, a dimensão sexual é por vezes ocultada, sendo a sua existência retomada no Carnaval, pois a doméstica é a “mucama permitida” no cotidiano; entretanto, como ressalta a pesquisadora, a empregada doméstica continua sendo a mucama em toda a sua significação, mesmo que tentem encobrir o seu sexo e reprimir a sua sexualidade.

Gonzalez (1984: 230) afirma que, oposta à exaltação e apreciação de corpos de mulheres negras que ocorre no Carnaval, é a situação da doméstica, pois, no cotidiano, as mulheres negras são vistas como domésticas, independente de realizarem ou não essa atividade. Tal afirmação evidencia a intersecção do gênero, da raça e da classe. Para a pesquisadora, os casos de discriminação de mulheres negras provam isso, pois, mesmo que estejam sem uniforme, “bem vestidas”, muitas vezes, nega-se que elas utilizem as portas ou elevadores principais, pois, com base em convenções racistas e sexistas, porteiros e seguranças concebem que elas ocupam posições de servidão, de modo que não poderiam utilizar os mesmos serviços que outras pessoas.

6 O termo “mulata” é mobilizado pela autora em seus textos considerando o seu significado tradicionalmente aceito, sendo “filha ou mestiça de preto/a com branca/o” (Gonzalez, 1982: 98) e ao que ela chama de “produto de exportação”, que concebe a mulata como uma “profissão” exercida por jovens negras que exibem seus corpos com poucas roupas para a apreciação de homens, sobretudo turistas que veem ao Brasil para as festividades do Carnaval (Gonzalez, 1982). É importante ressaltar que os termos “mulata” e “mulato” são tidos como pejorativos, visto que foram empregados, a partir do século XIX, por adeptos da interpretação biológica dos comportamentos humanos em estudos sobre as raças que relacionavam o filho ou filha de um homem negro com uma mulher branca/de uma mulher negra com um homem branco à mula, diante de uma possível esterilidade do rapaz ou da moça advinda da miscigenação de raças (Schwarcz, 1993).

7 Segundo o conceito de democracia racial, “pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (Nascimento, 1978: 41). Para Abdias do Nascimento (1978), a democracia racial possibilita compreender o racismo brasileiro: não tão óbvio como ocorreu no período de segregação racial nos Estados Unidos e no apartheid da África do Sul, mas institucionalizado no governo e presente em todas as instâncias sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira.

Conteúdos publicitários que retratam mulheres negras em posições de empregadas domésticas reiteram o entendimento de que aquele é o lugar delas, de modo que colaboram para a perpetuação de situações de discriminação de gênero e raça. Um exemplo disso é o comercial do produto Azulim, da Start Química, que foi veiculado na internet no Brasil, em 2016, e que ainda está disponível para visualização na plataforma de vídeos YouTube (Figura 2).

Figura 2 – Comercial Azulim, Start Química



Fonte: Start Química (2016).

No comercial, uma mulher negra vestida com um uniforme azul e branco aparece dançando e realizando atividades de limpeza ao som da música que anuncia o produto. Chama a atenção o sorriso constante em sua face, sugerindo que ela está contente com o trabalho a ser executado. A mulher é retratada em todos os cômodos da casa, nos quais aparecem outras personagens em diferentes ações: uma mulher branca segurando um copo; um homem branco fazendo a barba; um menino branco correndo; e uma menina branca escrevendo em um caderno. Diferentemente da mulher negra, eles e elas não usam uniforme.

Os elementos que constituem as personagens sugerem que a mulher negra atue como empregada para as pessoas brancas. Os anúncios foram denunciados por três consumidoras ao Conar por reforçarem estereótipos negativos ao fazer uso da imagem de uma mulher negra. O relator do caso não viu a discriminação e recomendou o arquivamento com a sugestão de uma advertência à anunciante, afirmando a pertinência de se considerar a existência de empregadas não-negras e patrões não-brancos, o que acrescentaria diversidade ao conteúdo (Conar, 2016).

O marcador social da geração também é frequentemente observado nos modos de retratar mulheres na publicidade brasileira. Para Karl Mannheim (1928 *apud* Britto da Motta, 2010: 229-230), uma geração é composta por indivíduos que estão em uma mesma posição na dimensão histórica do processo social, de

modo que apresentam predisposição para certo pensamento, experiência e tipo de ação. Segundo Alda Britto da Motta (2010: 229), autora que ressalta a indissociabilidade do termo geração com a categoria idade, em sentido sociológico, geração “[...] designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal”. As definições evidenciam o sentido histórico do conceito e as possibilidades de compartilhamento de experiências similares por indivíduos que integram uma mesma geração.

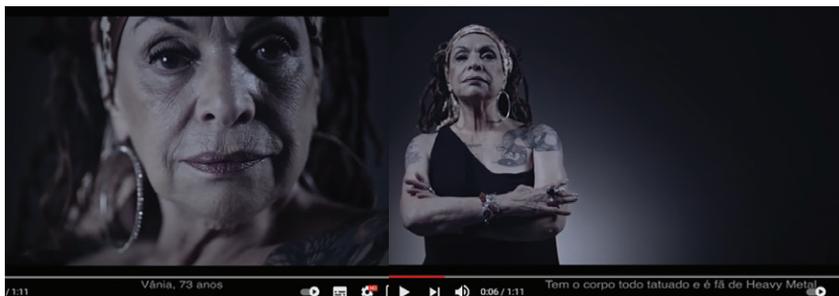
Para Mannheim (1928 *apud* Britto da Motta, 2010: 230), os grupos de idade estão relacionados com o conceito de geração, pois entende que uma geração representa um tipo de identidade de situação de grupos de idade inseridos em um processo histórico-social. Destaca-se, mais uma vez, a experiência vivenciada em determinado contexto, com ênfase na compreensão deste como um processo histórico. Dessa forma, evidencia-se que geração “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo” (Britto da Motta, 2010: 226). Britto da Motta (2010: 234) ressalta que as gerações não existem isoladamente, mas estabelecem relações de referência mútua, contraposição ou de oposição que se expressam como relações de poder organizadas pelas condições sociais do tempo social e pelos atores sociais. Assim, em um mesmo contexto podem se relacionar diferentes gerações, dependendo dos arranjos relacionais estabelecidos.

É importante destacar que a geração, por ser uma dimensão da vida social, está interseccionada com as dimensões de gênero e classe social expressadas em relações de poder (Britto da Motta, 1999; 2010). Nas dinâmicas sociais, tais relações são hierarquizadas pelas matrizes de opressão do sexismo, racismo, capitalismo e etarismo (Sardenberg, 2015: 58). Britto da Motta (2010: 226-227) ressalta que o preconceito/discriminação contra a idade é menos perceptível que os demais, pois é mais naturalizado pelas transformações do corpo provocadas pela passagem do tempo. O fato de ser menos perceptível não torna as opressões de geração menos violentas, sobretudo por não atuarem de forma autônoma, mas em intersecção com outras matrizes de opressão.

Britto da Motta (2010: 234) salienta que cada grupo geracional constrói representações, identidades e situações sociais que são articuladas com as que são formuladas pelos demais grupos sociais. Na publicidade, as significações associadas ao marcador social da geração estão relacionadas ao posicionamento de marca e ao produto que é comercializado, o que modifica os modos de retratar as mulheres. Nota-se, sobretudo no setor de beleza/cosméticos, um movimento

que visa reposicionar o discurso empregado pelas marcas ao tratar da categoria idade. Tornou-se comum a adesão de discursos que contestam as limitações associadas aos grupos de idade. Um exemplo disso é o comercial “Velha pra isso?”, da linha de cosméticos Chronos, da fabricante Natura, veiculado em 2016. O vídeo já foi visualizado mais de 1 milhão de vezes e está disponível no canal oficial da empresa na plataforma de vídeos on-line YouTube (Figura 3).

Figura 3 – Comercial *Velha pra isso?*, Chronos, Natura



Fonte: Naturabrofficial (2016).

No vídeo, aparecem mulheres de diferentes idades, sendo Vânia (73), Jacira (64), Edineide (53), Cláudia (40), Priscila (37), Mariana (27) e Julia (11). Elas narram ações que foram consideradas inadequadas para as suas idades, segundo o julgamento de terceiros. Após descrever as ações, que perpassam ser fã de heavy metal, apaixonar-se por outra mulher, retomar os estudos e abandonar a carreira para se dedicar à dança, as mulheres dizem a frase que nomeia o comercial. Depois da fala de todas as mulheres, aparece, no centro da tela, pausadamente, o seguinte texto: “as mulheres passam a vida sendo julgadas pela idade. Até quando você vai ouvir isso? Quem define a idade certa para ser você?”. Por fim, é narrada a frase: “Chronos acredita que velho, só o preconceito”, acompanhada de texto que aparece ao centro da tela, mostrando a logo da linha de cosméticos e o convite para que o público colabore com a campanha utilizando em suas redes sociais a *hashtag* #velhapraisso.

A linha de cosméticos Chronos possui produtos para limpeza, hidratação, proteção e tratamento para a pele do rosto. Apesar de possuir diversos produtos, a linha é conhecida pelos produtos antissinais que prometem “o melhor tratamento em todas as fases da sua pele – e vida!” (Natura, 2021). O uso dos produtos não é restrito às mulheres; contudo, nota-se que a marca direciona a sua comunicação para elas ao fazer uso da palavra “velha”, no feminino, e por

retratar apenas mulheres no comercial. Ao fazer isso, o comercial reitera a relação entre elas e os sinais de envelhecimento. Ressalta-se que o discurso expressado no comercial problematiza os comportamentos atribuídos aos grupos de idade, de modo que questiona estereótipos de idade. Tal posicionamento possui algum caráter de mudança, pois, além de retratar mulheres de distintos grupos de idade, expõe a pertinência de se debater as restrições de experiências de vida estabelecidas com base na idade e no gênero. Contudo, é importante apontar os limites desse discurso, visto que relacionar os produtos que prometem “tratar” as transformações corporais decorrentes do envelhecimento e o gênero reitera a cultura da eterna juventude.

Sardenberg (2002: 53) afirma que a cultura da eterna juventude se trata de uma questão de gênero, idade e geração. Compreendendo gênero como categoria analítica que aborda elaborações distintas pela cultura, tempo e espaço sobre as diferenças entre machos e fêmeas apropriadas socialmente, Sardenberg (2002: 56) aborda a busca pela eterna juventude pela desconstrução da dicotomia sexo/gênero, de forma que o corpo é gendrado, concebido como produto da história, e objeto e produto das representações, identidades e subjetividades. Ressalta a autora, citando Grosz (1994 *apud* Sardenberg, 2002: 56), que, nesse entendimento, considera-se que as sociedades utilizam códigos baseados em diferenças socialmente percebidas para demarcar corpos a fim de determinar posições e relações sociais. Tal demarcação submete o corpo a uma leitura culturalmente específica das categorias pelas quais é classificado (Sardenberg, 2002: 56). No exemplo citado, o corpo das mulheres retratadas é lido pelas categorias de gênero, pois, ao final, são referidas como mulheres, e pela idade, que é mencionada explicitamente.

Um corpo que é construído culturalmente de acordo com a sua classificação apresentará marcas que lhe são atribuídas pelas práticas sociais (Sardenberg, 2002: 57). Salienta Grosz (1994 *apud* Sardenberg, 2002: 58) que, de um lado, o corpo é (de)marcado involuntariamente; e, de outro, é “também inscrito através de procedimentos ‘voluntários’ de modelagem, ou autoprodução, que exprimem a interiorização de modos de vida, hábitos, comportamentos, relações sociais”. Dessa forma, para a autora, as identidades de gênero são construídas pelas práticas de autoprodução realizadas diariamente para que o corpo esteja de acordo com os delineamentos estéticos localizados em determinado tempo e espaço, que concebem os indivíduos como mulheres ou homens (Sardenberg, 2002: 58). Os procedimentos de autoprodução implicam, muitas vezes, modificações corporais por meio de produtos ou serviços anunciados em conteúdos publicitários.

Sardenberg (2002: 62) explica que as pessoas realizam procedimentos de autoprodução porque as subjetividades são corporificadas, e, por vivenciarmos nossas realidades pelo corpo, necessitamos “estar bem” com ele, o que dependerá do nosso entendimento construído socialmente sobre o corpo ideal. Ocorre que, quando bombardeados e bombardeadas pelos padrões de corpo ideal em termos de eterna juventude, que consideram o envelhecimento algo a ser disfarçado a todo custo, é criado um incômodo ao se deparar com os sinais da passagem do tempo no corpo. Como bem ressalta Sardenberg (2002: 64), apesar de não serem as únicas, as mulheres são as mais afetadas pela cultura da eterna juventude. Cobra-se mais que elas mantenham a aparência jovem, mesmo sabendo que o envelhecimento é algo natural.

Considera-se que modos de retratar mulheres na publicidade que apresentem referências construídas com base em opressões interseccionais impactam como as mulheres se definem e como elas são definidas por terceiros, principalmente em um contexto de desigualdades sociais, caso do Brasil. Dados do informativo Estatística de Gênero, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) sobre a participação em atividades produtivas, que visa medir a parcela da população brasileira em idade de trabalhar que integra a força de trabalho (pessoas de 15 anos ou mais trabalhando ou em busca de emprego e disponível para o trabalho), mostra que, em 2019, a taxa de participação das mulheres foi de 54,5%, enquanto a de homens foi de 73,7%. Tendo em mente a intersecção entre gênero e raça, os dados demonstram que as mulheres pretas ou pardas (53,5%) formavam o grupo que menos constituía a força de trabalho dentre as pessoas com 15 anos ou mais, isso em relação às taxas de homens brancos (74,1%), homens pretos ou pardos (73,4%) e mulheres brancas (55,7%). Esses dados evidenciam desigualdades entre homens brancos, homens pretos ou pardos, mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas quanto ao acesso ao mercado de trabalho no Brasil.

Acerca dos rendimentos, em 2019, as mulheres receberam 77,7% do rendimento dos homens (IBGE, 2021). Analisando os rendimentos de homens e mulheres pertencentes aos dois grupos com maiores rendimentos, sendo diretoria e gerência, e profissionais da ciência e intelectuais, foi percebido que, em 2019, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% dos rendimentos dos homens que também integravam esses grupos.

Como ressalta o informativo do IBGE (2021), os menores rendimentos e acessos ao mercado de trabalho não são justificados pelo nível educacional. Em 2019, entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou haviam cursado apenas o fundamental completo, enquanto a taxa

de mulheres na mesma situação era de 37,1%. Sobre as pessoas de 25 anos ou mais com Ensino Superior completo, as mulheres (19,4%) possuíam percentual maior do que o de homens (15,1%).

Os indicadores sobre a participação das mulheres na vida pública também demonstram um cenário desigual. Nas eleições de 2020, as mulheres foram apenas 16,0% dentre as pessoas eleitas para o cargo de vereança no Brasil (IBGE, 2021). Nesse cenário, as mulheres pretas ou pardas estão sub-representadas, pois as cadeiras nas câmaras municipais foram ocupadas por 5,3% de mulheres pretas e 33,8% de mulheres pardas.

Os dados mencionados expõem um cenário desigual de acordo com o gênero e a raça. Mesmo nos casos em que as mulheres apresentavam percentual maior na situação abordada, como no caso de conclusão do Ensino Superior, essa experiência não refletiu nas demais, de modo que se mostrava mais como uma circunstância isolada do que constituinte de uma mudança na conjuntura de desigualdade de gênero no Brasil. Como se observou, a intersecção com outros eixos acentuou as desigualdades, como o caso da raça. Segundo informativo do IBGE (2019), em relação à educação, pessoas pretas ou pardas apresentavam maior taxa de analfabetismo (9,1%) do que as pessoas brancas (3,9%). O cenário desigual era semelhante acerca da distribuição de renda e condições de moradia, sendo que 32,9% das pessoas com renda inferior a US\$ 5,50/dia eram pretas ou pardas em 2018, enquanto a porcentagem de pessoas brancas na mesma categoria era de 15,4% no período. Quando analisados os dados de pessoas com renda inferior a US\$ 1,90/dia, a porcentagem de brancos (3,6%) ainda era menor do que a de pessoas pretas ou pardas (8,8%).

Acerca do mercado de trabalho, a ocupação formal ou informal está relacionada ao rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas no Brasil. Em 2018, o rendimento médio das pessoas brancas era de R\$ 2.796,00; enquanto as pessoas pretas ou pardas receberam R\$ 1.608,00 (IBGE, 2019). Em ocupações formais, pessoas brancas tiveram em média R\$ 3.282,00 de rendimento, sendo que o valor médio das pessoas pretas ou pardas foi de R\$ 2.082,00 no mesmo período. Apesar de os rendimentos serem menores para os dois grupos nas ocupações informais, pessoas brancas ainda tiveram maior rendimento em 2018 (R\$ 1.814,00) em relação ao rendimento médio das pessoas pretas ou pardas (R\$ 1.050,00). Quando focalizada a intersecção de raça e sexo, os dados do IBGE (2019) demonstram que as mulheres pretas ou pardas (47,8%) eram o grupo que mais exercia ocupações informais em relação às taxas de homens pretos ou pardos (46,9%), mulheres brancas (34,7%) e homens brancos (34,4%).

Os dados apresentados evidenciam um cenário de desigualdades raciais no Brasil, situação que é resultado, também, de práticas discriminatórias. Carlos Hasenbalg (1982: 91) enfatiza que uma organização racista é mantida por mecanismos sociais que promovem uma imagem negativa sobre o povo negro, de modo que a internalização de tais imagens promove uma autoimagem limitante das aspirações dos homens negros e das mulheres negras. Segundo o pesquisador:

Esta visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Desta forma, as práticas discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os “lugares apropriados” para as pessoas de cor (Hasenbalg, 1982: 91).

A propagação de imagens negativas sobre o povo negro, além de limitar as aspirações dos homens negros e das mulheres negras, colabora na manutenção de desigualdades raciais. Assim, a reprodução de imagens que definem os “lugares apropriados” para os homens negros e as mulheres negras oferece justificativas para as situações vivenciadas por essas pessoas. Por exemplo, ao retratar em uma campanha publicitária uma mulher negra exercendo uma ocupação informal, os e as responsáveis por aquele conteúdo reforçam o “lugar” daquela pessoa dentro da organização social, mesmo que tal situação seja decorrente da intersecção de opressões de gênero, de raça e de classe. É nesse aspecto que Collins (2019) e Winnie de Campos Bueno (2019) afirmam que as imagens restritivas sobre as mulheres negras visam justificar situações de injustiça social, pois tais justificativas colaboram com a manutenção de uma organização social que, pelas relações de poder estabelecidas, privilegia certos grupos sociais, o que resulta em situações desiguais de acesso aos recursos econômicos, culturais, simbólicos, educacionais, políticos etc.

Como posto por Hasenbalg (1982: 91) acerca da difusão de imagens negativas sobre o povo negro, entende-se que a veiculação de imagens restritivas sobre as mulheres define de forma limitante as opções de experiências para elas, de modo que reduz o horizonte de possibilidades considerado por elas. Com base na discussão realizada até aqui, considera-se que a difusão de imagens que apresentem significações restritivas sobre as mulheres colabora com a manutenção de formas de opressão interseccional que são articuladas na reprodução de desigualdades, pois oferecem justificativas para situações de injustiça social.

Considerações finais

Para construir conteúdos publicitários que retratem mulheres, a publicidade se apropria de referências baseadas nos marcadores sociais de gênero, de raça, de classe, de geração etc. Essas referências retornam para a sociedade como imagens veiculadas em campanhas publicitárias. Frente a isso, este trabalho se propôs a discutir, com base na perspectiva interseccional, como as referências associadas às imagens de mulheres veiculadas pela publicidade brasileira constituem formas de significá-las, de modo que impactam a autodefinição e como elas são definidas nas interações sociais.

A discussão realizada e os exemplos demonstram que são encontradas referências localizadas nos eixos de opressão de gênero, de raça, de classe e de geração em conteúdos publicitários veiculados no Brasil. Considera-se que a difusão de imagens que apresentem significações restritivas sobre as possibilidades de experiências para as mulheres oferece justificativas para as situações de injustiça social, o que colabora com a manutenção de formas de opressão interseccional que são articuladas na reprodução de desigualdades. Notou-se que as significações construídas nos conteúdos publicitários mencionados neste estudo orientaram os modos de retratar mulheres visando estabelecer uma relação de dependência entre as possibilidades de experiências para as mulheres e o consumo dos produtos publicizados.

Compreende-se que, ao veicular imagens em que os modos de retratar mulheres foram construídos com base em opressões, a publicidade promove uma ação de impacto social, não de mudança, mas de perpetuação de um cenário desigual. Assim, conclui-se que, apesar de novos reposicionamentos dos discursos do setor publicitário brasileiro, ainda prevalece o uso de imagens que reforçam situações de injustiça social para as mulheres em prol da manutenção do consumo e, conseqüentemente, da lógica do sistema econômico vigente.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. Significação da publicidade. In: LIMA, Luiz Costa. (Org.) *Teoria da cultura de massa*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 291-299.
- BELELI, Iara. Marcas da diferença da propaganda brasileira. 2005. 176 f. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.
- BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuição do feminismo para uma crítica democrática*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

- BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 13, pp. 191-221, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 25, n. 2, ago. 2010, pp. 225-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-69922010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- BUENO, Winnie de Campos. Processos de resistência e construção de subjetividade no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. 167 f. Dissertação de mestrado, Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro, 2011.
- CHILIQUE. In: MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo, Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Z09j>>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, jan/abr 2016, pp. 99-127. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. [S. l.] v. 5, n. 1, jan./jun. 2017, pp. 06-17. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- CONAR. *Snickers* – vestíário Claudia Raia. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=4229>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- CONAR. *Azulim* – Start Química. 2016. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=4517>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002, pp. 171-188. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/So104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- DYER, Gillian. *Advertising as communication*. Londres, Methuen, 1982.

- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982, pp. 87-106.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo da cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, São Paulo, 1984, pp. 223-244.
- HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Limitada, 1982.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Desigualdade Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- JHALLY, Sut. *Os códigos da publicidade*. Rio Tinto, Edições Asa, 1995.
- LEISS, William; KLINE, Stephen e JHALLY, Sut. *Social communication in advertising: persons, products and images of well-being*. Ontario, Methuen Publications, 1986.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. A construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. *Stockholm Review of Latin American Studies*. Estocolmo, n. 2, pp. 25-34, nov. 2007. Disponível em: <https://www.lai.su.se/polopoly_fs/1.135154.1368786310!/menu/standard/file/SRoLAS_No2_2007.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- MARANHÃO, Jorge. *A arte da publicidade: estética, crítica e kitsch*. São Paulo, Papirus, 1988.
- MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos. Desigualdades e interseccionalidades: desalinhando a complexa trama das hierarquias e agenciamentos. *Mediações*. Londrina, v. 20, n. 2, pp. 11- 26, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24123>>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- MORENO, Rachel. *A beleza impossível: mulher, mídia e consumo*. São Paulo, Ágora, 2008.
- MOTA-RIBEIRO, Silvana. Corpos visuais – imagens do feminino na publicidade. In: MACEDO, A; GROSSEGESSE, O. (Eds.) *Re-presentações do corpo*. Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2003, pp. 115-132. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5309>>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- MUÑOZ-MUÑOZ, Ana Maria e MARTÍNEZ-OÑA, Maria del Mar. Representación iconográfica de las mujeres em la publicidade de perfumes. *Signa: Revista de la Asociación Española de Semiótica*. [S.l.], v. 28, pp. 1123-1148, jun. 2019. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/signa/article/view/25113>>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- NATURA. *Chronos*. 2021. Disponível em: <<https://www.natura.com.br/chronos>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- NATURA BR OFICIAL. *Velha pra isso*. 2016. (1min11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrXBMh6o2ts>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- PHILLIPS, Anne. *Multiculturalism without culture*. Nova Jersey, Princeton University Press, 2007.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquentona”. In: FERREIRA, Lúcia e NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador, NEIM/UFBA, 2002, pp. 51-68.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Caleidoscópio de gênero: gênero e interseccionalidade na dinâmica das relações sociais. *Mediações*. Londrina, v. 20, n. 2, pp. 56-96, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia Brasileira das Letras, 1993.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- SNICKERS BRASIL. *Vestiário*. 2015. (30s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=16&v=HNpDnr9JQZg>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- START QUÍMICA. *Comercial Azulim – Start Química – Salto Propaganda*. 2016. (30s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jhRLHUMQKWs>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- VESTERGAARD, Toben e SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- WILLIAMSON, Judith. *Decoding advertisements: ideology and meaning in advertising*. Nova Iorque, Marion Boyards, 2002.

Recebido em: 08/12/2021

Aprovado em: 02/05/2022

Como citar este artigo:

MOLARI, Beatriz. As mulheres retratadas pela publicidade brasileira: uma abordagem interseccional sobre as referências sociais veiculadas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 931-954.



Las noticias de la pandemia. Un estudio desde las audiencias

Brenda Focas¹

Marina Moguillansky²

Resumen: En este artículo, nos proponemos analizar las prácticas informativas de los residentes de la zona metropolitana de Argentina durante los primeros meses de la pandemia. Con ese objetivo trabajamos con un conjunto de diarios autoetnográficos, una encuesta autoadministrada y una serie de entrevistas a editores de medios de comunicación. El trabajo muestra los distintos modos de recepción durante el confinamiento, así como los efectos subjetivos de este consumo. También se discute el fenómeno de saturación, desconfianza y polarización de las audiencias en diálogo con los editores de medios.

Palabras clave: Hábitos informativos, Consumo de medios, Pandemia, Audiencias, Polarización

The news of the pandemic. An audiences study

Abstract: *In this article, we propose to analyze the information practices of the residents of the Argentine metropolitan area during the first months of the pandemic.*

-
- 1 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), con sede en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (EIDAES) de la Universidad Nacional de San Martín - Buenos Aires - Argentina - bfocas@unsam.edu.ar - ORCID: 0000-0002-1749-6757
 - 2 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), con sede en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (EIDAES) de la Universidad Nacional de San Martín - Buenos Aires - Argentina - mmoguillansky@unsam.edu.ar - ORCID: 0000-0001-9880-0214

To this end, we worked with a set of autoethnographic diaries, a self-administered survey, and a series of interviews with media editors. The work shows the different modes of reception during confinement, as well as the subjective effects of this consumption. The phenomenon of saturation, mistrust and polarization of audiences is also discussed in dialogue with media editors.

Keywords: *Information habits, Media consumption, Pandemic, Audiences, Polarization*

As notícias da pandemia. Um estudo de públicos

Resumo: Neste artigo, propomos analisar as práticas de informação dos residentes da área metropolitana argentina durante os primeiros meses da pandemia. Para tanto, trabalhamos com um conjunto de diários autoetnográficos, uma pesquisa autoaplicável e uma série de entrevistas com editores de mídia. O trabalho mostra os diferentes modos de recepção durante o confinamento, bem como os efeitos subjetivos desse consumo. O fenômeno da saturação, desconfiança e polarização das audiências também é discutido no diálogo com editores de mídia.

Palavras-chave: Hábitos de informação, Consumo de mídia, Pandemia, Audiências, Polarização

1. Introducción

La pandemia de coronavirus transformó durante un tiempo prolongado las condiciones de vida y requirió del aislamiento de grandes porciones de la población mundial, generando así una búsqueda de noticias y una necesidad de información constante que colocó en un rol clave a los medios de comunicación. Millones de personas confinadas en sus hogares recurrieron a la televisión, la radio, los portales de noticias y las redes sociales para obtener información actualizada sobre la evolución de la pandemia y las medidas gubernamentales.

Ante la pandemia, la Argentina adoptó como estrategia una cuarentena temprana que consistió en un régimen de aislamiento social que sólo permitía la circulación de trabajadores esenciales y mantuvo cerrados a la mayoría de los comercios, restaurantes, escuelas, universidades, teatros y cines. Al comienzo el epicentro de la pandemia fue la Ciudad de Buenos Aires, junto con el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). En este artículo, nos proponemos analizar las prácticas informativas de los residentes de esta zona durante los primeros seis meses de la pandemia (de marzo a septiembre de 2020), partiendo de

un conjunto de diarios autoetnográficos, de una encuesta autoadministrada y de una serie de entrevistas a editores de medios de comunicación.

En la primera sección, presentamos el marco teórico y metodológico de la investigación, que parte de los estudios culturales de la recepción mediática (Morley, 1996), para analizar las prácticas informativas dentro del entramado de la vida cotidiana (Silverstone, 2004). A dicho marco incorporamos las teorías sobre la confianza en medios y la influencia de la experiencia directa (Heath y Petraitis, 1987; Weaver y Wakshlag, 1986, entre otros) que resultan especialmente relevantes para pensar en un fenómeno novedoso y desconocido como la pandemia. Al mismo tiempo, tuvimos en cuenta los estudios recientes sobre el ecosistema mediático, las redes sociales y la cultura de la conectividad (Van Dijck, 2016 Castells, 2006). Por último, dialogamos con los múltiples análisis que se han publicado recientemente sobre información, medios y pandemia en Argentina.

En la segunda sección, desplegamos el análisis de las transformaciones de los hábitos de consumo de información en los meses iniciales de la pandemia a través de los datos construidos con la *Encuesta de Prácticas Culturales y Hábitos Informativos* y el conjunto de diarios autoetnográficos que realizamos. Allí describimos el aumento del consumo de medios, las formas en que estas prácticas de recepción se organizaron en la vida cotidiana de las personas que cumplían con la cuarentena y los efectos subjetivos de este consumo.

En la tercera sección, se discute el fenómeno de saturación y cansancio con la información mediática sobre la pandemia utilizando datos de la encuesta, los diarios etnográficos y agregando la perspectiva de los editores de audiencias de los principales portales del país, a quienes entrevistamos. Por último, se muestran los modos en que la confianza sobre la información en pandemia estuvo mediada por la ideología política y, en ese sentido, la desconfianza estuvo directamente vinculada con la polarización.

2. Marco teórico-metodológico: pandemia, prácticas culturales e información

La pandemia como acontecimiento desconocido y los repentinos cambios en la vida cotidiana que trajeron las políticas de aislamiento crearon una imperiosa necesidad de información actualizada. En este contexto, los medios de comunicación y las redes sociales se tornaron vías privilegiadas de acceso a las noticias. Desde las ciencias sociales, se ha problematizado el rol de los medios de comunicación con diversas perspectivas, desde las investigaciones pioneras de Lazarsfeld y Katz (1979) que postulaban que los medios tenían efectos limitados en las audiencias, hasta teorías que mostraban la incidencia de la agenda mediática en

las conversaciones cotidianas (McCombs, 1972), la pregunta por la influencia de estos actores sigue ocupando un lugar preponderante en el campo de las ciencias sociales en general y de la sociología de la comunicación en particular.

En relación con las audiencias, desde los trabajos de Stuart Hall y David Morley, se asume que la recepción mediática es moldeada por los grupos de pertenencia, ocurre en contextos específicos y se entrama en prácticas sociales de interpretación (Hall, 1980; Morley, 1996). Así al debate entre estructura y agencia se suman los aportes de Silverstone (1994) que plantean que los medios forman parte de la textura general de la experiencia. En las últimas décadas la cultura de la conectividad y las redes sociales se sumaron al ecosistema mediático adquiriendo un notorio predominio (Van Dijck, 2016). Para Castells (2006), el poder social en la sociedad red opera principalmente en la construcción de sentido en la mente humana a través de los procesos de comunicación. Así el autor afirma que los nuevos medios de comunicación determinan una audiencia segmentada y diferenciada que, aunque masiva en cuanto a su número, “ya no es de masas en cuanto a la simultaneidad y uniformidad del mensaje que recibe” (Castells, 2006: 411). En este sentido consideramos relevante analizar los modos en que, durante la pandemia, las redes sociales se tornaron más relevantes y centrales en la vida cotidiana.

En Argentina, frente a las medidas estrictas y prolongadas de aislamiento, los medios se constituyeron en una suerte de “ventana al exterior” (Calzado; Cirulli y Lío, 2021), una fuente privilegiada de acceso al mundo por fuera del hogar. Al respecto, es sin embargo importante observar que los medios no son una vía de acceso neutral a la información, sino que construyen activamente las noticias y las encuadran. Retomando la perspectiva de Berger y Luckmann (2003), los medios participan de la construcción social de la realidad y de nuestros conocimientos sobre ella. Desde la teoría del *framing*, se afirma que “los asuntos que tratan como noticia, los actores a quienes legitiman como fuentes autorizadas, y las causas, consecuencias y respuestas que proponen para detener el avance del virus colaboran con la construcción de los encuadres que circulan socialmente” (Koziner y otros, 2020: 84).

Respecto al consumo de medios en pandemia, distintos estudios muestran que al comienzo se incrementaron el encendido televisivo, las consultas de portales de noticias y la escucha de radio, manifestando una necesidad de información que luego fue mermando (Espada, 2020; Zunino, 2021). En Argentina la cobertura sobre la pandemia fue polarizada, partisana y desigual, aun cuando las agendas temáticas de los portales digitales y la presencia de fuentes fue homogénea en medios y redes con diferentes posiciones

editoriales (Zunino, 2021; Aruguete y Calvo, 2020). Incluso se propuso el concepto de “infodemia” para pensar el rol de los medios, las *fake news* y la desinformación sobre la pandemia (Juárez Gámiz, 2020; Aleixandre-Benavent, 2020). Otro eje de debate se centró en la recepción de las noticias de riesgos, las prácticas preventivas en relación con el virus y la incidencia en las audiencias (Muñiz, 2020). En relación con las redes sociales, Anselmino (2020) muestra los modos en que circuló información sobre el covid en WhatsApp por parte de fuentes privilegiadas como médicos o especialistas, mientras que Díez García et al. (2020) analizan los procesos de “contagio emocional” en el uso de WhatsApp, encontrando patrones que van desde la indiferencia al miedo. Por último, las plataformas ocuparon un lugar de relevancia acelerando un proceso de virtualización que dejó distintos efectos en la sociedad, entre el aprendizaje/ conocimiento sobre nuevas tecnologías, hasta el hartazgo y la saturación virtual.

El diseño metodológico para esta investigación utilizó una combinación de datos cuantitativos y cualitativos, puesto que utilizamos una encuesta, un conjunto de diarios autoetnográficos y entrevistas a editores de audiencias. En cuanto a la encuesta, realizamos una encuesta online autoadministrada, relevando prácticas informativas, consumos culturales e identidad política que fue respondida por 497 personas entre junio y agosto de 2020. El perfil de los encuestados corresponde principalmente a población urbana, con una mayor representación de la clase media universitaria.

En cuanto a los registros autoetnográficos, de carácter cualitativo, se solicitó a doce adultos jóvenes que llevaran un diario de sus prácticas y consumos culturales durante una semana completa. La autoetnografía es una técnica que se basa en el registro detallado de la experiencia individual a los fines de lograr una mejor comprensión de la experiencia cultural (Ellis et al, 2015). En este caso, participaron adultos jóvenes con edades que van de los 23 a los 41 años, de clase media o media-alta, residentes en la ciudad de Buenos Aires y en el Área Metropolitana de Buenos Aires, todos con estudios secundarios completos como mínimo y algunos con estudios universitarios en curso o graduados. Los registros se realizaron entre junio y agosto de 2020, luego de una jornada de capacitación en la cual se propusieron algunos ejemplos y se explicitaron los criterios para realizar las anotaciones.

Por último, entrevistamos a tres editores de audiencias de los portales de *La Nación*, *Perfil* e *Infobae* para indagar sobre sus percepciones acerca de los comportamientos de las audiencias (el recorrido de lectura, el tiempo de permanencia, los contenidos más elegidos) desde la mirada periodística.

El cruce de estas diversas técnicas metodológicas nos permitió establecer un diálogo entre las distintas instancias del proceso de producción de noticias durante la pandemia y su impacto en las audiencias, con la limitación de que se trata de sujetos de clase media, en su mayoría con formación universitaria y residentes en el AMBA.

3. Los comienzos de la pandemia y la necesidad de información

En marzo de 2020, con el inicio de la pandemia, se registra una necesidad creciente de información que se manifiesta en mayor encendido televisivo y radial, y en un incremento de las visitas a portales de noticias. La búsqueda de datos sobre el virus, sus formas de contagio y sobre las medidas que los gobiernos iban tomando se volvió una práctica corriente de la vida cotidiana. La incertidumbre y los cambios drásticos de normas motivaron un aumento significativo del consumo de información en los medios de comunicación. En Argentina, las mediciones de audiencia mostraron que el encendido de la televisión aumentó un 31%, con marcada preferencia por los contenidos noticiosos. Los portales digitales verificaron un 50% más de lecturas y números récord de usuarios únicos (según datos de Comscore).

Gráfico 1. ¿Cómo se informa sobre el COVID?

¿Cómo se informa sobre el COVID?	
Redes sociales	66%
Televisión	61%
Diarios y periódicos	47%
Radio	34%

Fuente: Encuesta NECyC, 2020.

¿Cómo se informaron las personas desde sus hogares? Según los resultados de nuestra encuesta, la principal fuente de información fueron las redes sociales, utilizadas por el 66 %; con un porcentaje similar se eligió a la televisión (61%) y en menor medida aparecieron la lectura de diarios y periódicos (47%) o la radio (34%). Las redes sociales constituyen un modo de acceso, selectivo e incidental, a las noticias que se emiten en portales, recortes televisivos y radiales. Los cambios en las prácticas informativas se observan también en los registros autoetnográficos, a partir de las anotaciones por momentos reflexivas de los participantes. En el caso de José, de 26 años, estudiante universitario, escribió lo siguiente:

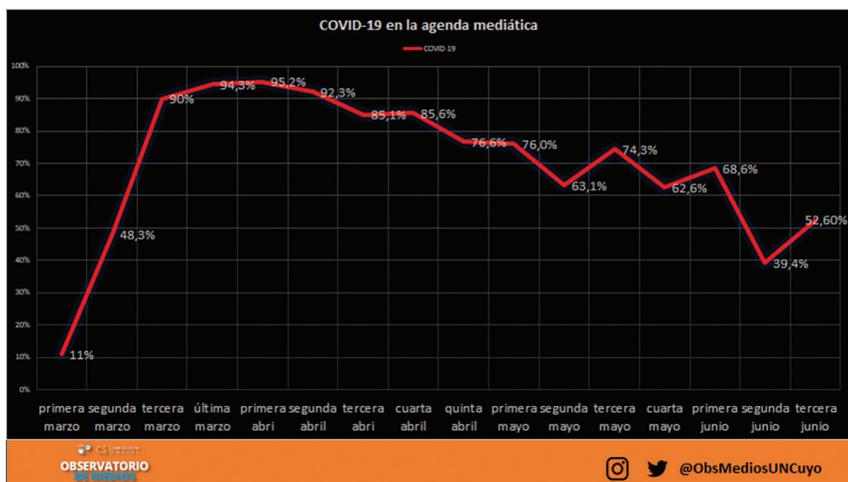
“Los cambios han sido drásticos. Los tres televisores que conviven con nosotros permanecen encendidos casi todo el día, el que más se usa es el que está en el comedor. Siempre me llamó la atención, mucho más ahora, el motivo por el cual las personas pasan tantas horas delante de la pantalla. El tiempo en soledad y los espacios utilizados frecuentemente han tomado calidad de comunes” (Diario Participante 6, 11/06/2020).

Visto desde la perspectiva del joven, el aumento del tiempo de encendido de la televisión aparece como un cambio drástico, que lo sorprende y registra como una invasión del espacio por parte de ese flujo de noticias constantes sobre la pandemia. El consumo de la televisión “de fondo” es tematizado en varios de los diarios etnográficos de la pandemia; para algunos de los sujetos, tener encendida la televisión o la radio era una forma de estar al tanto de eventuales novedades. Por otro lado, en cuanto al consumo de noticias o contenidos informativos por iniciativa propia aparece en primer lugar la consulta de portales de noticias y el chequeo de ciertas cuentas específicas de Twitter (infectólogos, periodistas científicos, políticos y otros perfiles similares).

Los jóvenes que solían informarse a través del consumo incidental de noticias (principalmente la apertura de una o otra notas posteadas por contactos de redes sociales), a raíz de la pandemia incorporan el hábito de consultar en forma diaria ciertos portales de noticias para informarse sobre la evolución de los contagios. Así lo cuenta en su diario etnográfico Cleo, una estudiante universitaria de 23 años: “entro a leer noticias en los portales cuando quiero saber el número de casos del día o algún suceso en particular”. Esto muestra una transición desde un consumo incidental a uno activo promovido por el interés que suscitó el coronavirus y los contagios.

En este sentido, desde la producción de noticias se observa una tendencia complementaria a privilegiar los contenidos noticiosos vinculados con la pandemia, sobre todo durante los primeros meses de 2020, cuando el tema del COVID-19 se canalizó casi exclusivamente por los medios de comunicación. De este modo un estudio del Observatorio de la Universidad Nacional de Cuyo, que relevó las principales noticias en los principales portales del país, mostraba que casi el 100% de las noticias referían al tema.

Gráfico 2: COVID-19 en la agenda mediática



Fuente: Observatorio de Medios Universidad Nacional de Cuyo

Durante los primeros meses el coronavirus hegemonizó la agenda mediática: casi la totalidad de las noticias de portales fueron sobre el tema. Los demás tópicos comienzan a aparecer recién en agosto de 2020, cinco meses después del comienzo de la cuarentena en Argentina. Esta fuerte dominancia de la pandemia como tópico es producto de un refuerzo entre la gran demanda de información y una agenda mediática que sólo ofrece este tipo de noticias.

Como vimos, los primeros meses de la pandemia configuraron un escenario con fuerte centralidad mediática, en un clima de incertidumbre y temor las altas cifras de contagios. La literatura muestra que el alza en el consumo mediático fue una práctica extendida. Así, Igartua et al. (2020) realizaron una investigación transnacional, en el mes posterior a la declaración de pandemia a nivel mundial por Covid-19, acerca de los usos de la comunicación y analizaron las relaciones entre consumo de información y las prácticas de prevención en este escenario. Tomando como marco referencial la teoría de los usos y gratificaciones se muestra que el consumo de información a través de los medios escritos y el contacto cara a cara incrementan el conocimiento percibido sobre el coronavirus, la percepción de gravedad de la enfermedad, y mejora el estado de ánimo. Por otro lado, el consumo de información a través de los medios masivos tradicionales incrementa la gravedad percibida, pero se asocia a una menor adopción de medidas de prevención (13).

La dimensión afectiva y el impacto emocional de las noticias aparecieron en forma recurrente en nuestros datos. En la encuesta, preguntamos si alguna

noticia vinculada con la pandemia había llegado a perturbar el sueño y obtuvimos un impactante número de respuestas positivas, con mención de las noticias que recordaban que los habían perturbado. Así, el 40 % de los encuestados afirmó que alguna noticia no lo había dejado dormir y mencionaron una heterogénea lista de historias o noticias. Muchas de las menciones refieren específicamente a la pandemia, tales como el aumento de contagios, las cifras récord de muertes, las secuelas de la enfermedad; entre este tipo de respuestas se incluyen también menciones de noticias que relataban casos específicos, como la muerte de un niño o de una persona joven. Otro grupo de menciones de noticias perturbadoras se refiere no a la pandemia en sí misma sino a sus correlatos de medidas epidemiológicas o sanitarias que pretendieron reducir los contagios, como el cierre de fronteras, la liberación de presos o la suspensión de ciertas actividades; en este grupo se incluyen algunas menciones que destacan una crítica al manejo de la pandemia por parte del gobierno.

Más allá de esta cualidad perturbadora que tuvo la cobertura de la pandemia para los ciudadanos, generando ansiedad y miedo, también registramos en el análisis de las audiencias que se produjo una sensación de saturación con la información sobre el covid. En la encuesta realizada, el 72,3% afirmó que los medios informaron demasiado sobre el tópico del coronavirus, mientras que sólo el 12, 2% dijo que informan lo suficiente y un 15,5% consideró que los medios subestimaron o informaron poco sobre la pandemia. Resultará interesante comparar estos datos con los obtenidos en otros países de la región, ya que encuestas similares se han implementado en Brasil, Colombia, El Salvador y Uruguay. Por el momento, podemos comparar con los resultados en Brasil, que fueron drásticamente diferentes: allí, sólo el 12% de los encuestados afirmó que los medios sobreenforman sobre el covid, mientras que el 53% indicó que informan adecuadamente y el 35% consideró que los medios se ocupan poco de la pandemia.

En los registros etnográficos aparecen también varias menciones al cansancio y la saturación con respecto a la información sobre la pandemia. Por ejemplo, en el caso del diario de Marcela, escribe: “Después de un tiempo, hubo un momento en que me cansé de estar tan pendiente y me pasé al extremo de ver lo menos posible, sólo un poco por la tele a la mañana (Marcela, 32 años). En otros casos, señalan que su consumo de noticias aumentó, que empezaron a leer con mayor frecuencia el diario y a ver algún noticiero, al mismo tiempo que perciben una excesiva focalización de los medios en la pandemia como único tema.

Sin embargo, este interés fue mermando parcialmente y cuando el país atraviesa el pico de contagios y muertes por COVID-19, el tema, como muestra Zunino (2021), ocupa sólo un 20 % de las noticias, lo que permite establecer un

ciclo de cobertura informativa que se presenta desacoplado de la evolución de la pandemia. En efecto, mientras que la mayor visibilidad mediática del tema se asoció con la irrupción de la enfermedad en el país, la sobreinformación de los comienzos se condice con un promedio de 150 contagios diarios y menos de una decena de fallecidos por día. En ese sentido, es posible afirmar que la evolución del tratamiento mediático resultó inversamente proporcional a la evolución de contagios y muertes (Zunino, 2021: 142).

Asimismo, de acuerdo con entrevistas que hicimos con editores de audiencias del diario *La Nación*, *Perfil* e *Infobae* sabemos que bajó el interés de las audiencias sobre la pandemia y que ese fue uno de los motivos por los que los portales reorientaron los contenidos. Los editores de audiencias son actores que siguen las métricas de lectura de los portales de noticias o el ranking minuto a minuto en el caso de los canales de televisión³. Por ejemplo, un editor de *Infobae* comentaba en relación con las mediciones de audiencias en uno de los medios más populares de Argentina:

“La realidad es que la gente dejó de interesarse, cuando se empezó a publicar sobre el tema en marzo, abril, mayo, junio, tuvo que ver con un hecho periodístico que estaba pasando en todo el mundo y también volvió el tema más fuerte cuando tuvo el pico de contagios Argentina. Después la gente se empezó a cansar del tema, a pesar de tener picos de contagios. Se empezó a cansar del tema noticioso, se empezó a cansar del coronavirus y ya lo tomó como algo que entra dentro de una suerte de normalidad de barbijo, alcohol en gel y lavarse las manos” (Editor de audiencias *Infobae*, noviembre 2020).

Para este editor, la noticia pierde interés a partir de una cierta normalización de la pandemia, lo que lleva a darle visibilidad a otros temas/ problemas, que durante los primeros meses de 2020 habían quedado opacados. Del mismo modo, otro editor del portal de *La Nación* agrega una mirada similar sobre el tratamiento informativo de la pandemia y los criterios de noticiabilidad que manejan, mediados por los clicks y las métricas.

3 Se trata de un perfil profesional relativamente novedoso en las redacciones o portales de noticias, que se encarga de supervisar y desarrollar la relación con las audiencias, buscando generar implicación y un mayor impacto de las publicaciones. Para ello, se utilizan herramientas como Google Analytics y otras métricas, se monitorean las redes sociales del medio y la repercusión de las notas, a partir de lo cual se proponen estrategias periodísticas. De esta forma, operan como intermediarios entre la producción y el consumo de noticias (Ferrer-Conill y Tandoc, 2018).

“Los medios son un espejo del interés de la audiencia... Ahora no hay tanto, en la apertura de todos los medios tenés una noticia de coronavirus, no es que la gente no tiene donde consumir. Si el tema explotara serían las seis notas de apertura de La Nación. Hoy hay otros temas, dólar por ejemplo... yo no sé si hablar de saturación, la gente consume menos, al principio había más necesidad de información sobre cómo desinfectar, qué pasaba acá, si te lo agarrabas afuera, si barbijo sí o no, qué está pasando en Italia, y ahora en las noticias está más acotado el rango y en un punto también, ¿qué más vas a informar?” (Editor de audiencias”) (La Nación, septiembre 2020).

Una hipótesis al respecto de la caída del interés sobre el tema covid en las audiencias es que hubo una saturación cognitiva. Sin embargo, ello se complementa con otra hipótesis que destaca la acumulación de experiencias directas sobre la enfermedad del coronavirus. Al comienzo de la pandemia nuestra principal fuente de información al respecto eran los medios, pues casi nadie tenía conocidos, familiares o amigos que se hubieran contagiado. A partir de julio con la subida de los casos y el pico de contagios, se empezó a producir una mayor cercanía y experiencias directas, propias o de conocidos, con el virus (casi todos/as conocen a alguien que se ha contagiado), entonces la experiencia suple en parte a la información mediática.

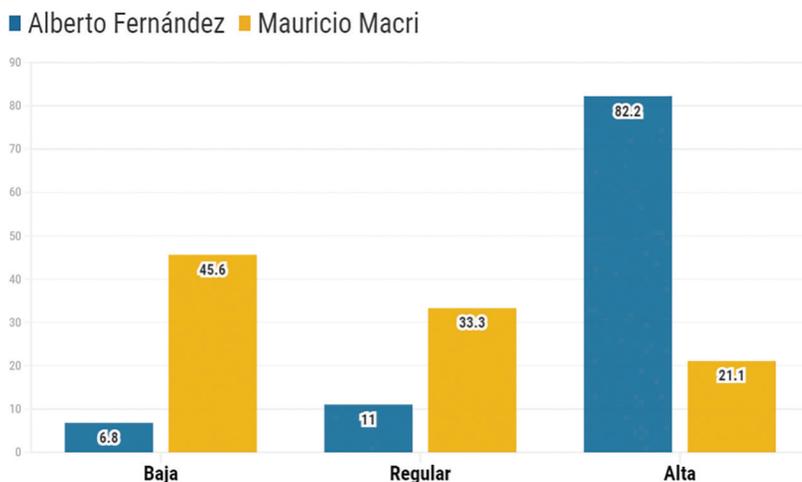
En la literatura anglosajona se debate acerca de si la experiencia previa con los problemas cotidianos refuerza o por el contrario impide los efectos de los medios masivos de comunicación. Algunos investigadores sostienen que cuanto menor es la experiencia directa que las personas tienen sobre una cuestión, mayor será su dependencia de los medios de comunicación, tanto para obtener información como para construir marcos de interpretación correspondientes a ese tema (Zucker, 1978)⁴. El reverso de esta hipótesis indica que las experiencias directas previas condicionan el consumo y que la incidencia mediática pierde fuerza ante “lo vivido”. La experiencia directa, se argumenta, bloquea los efectos de la televisión (Heath y Petraitis, 1987). En el mismo sentido, Weaver y Wakshlag (1986) proponen pensar en “una jerarquía de experiencias” donde la experiencia directa sería la forma más alta, mientras que la mediatizada la más baja. Si las percepciones sociales se forman y refuerzan sobre la base del nivel más alto de la experiencia disponible, entonces los medios sólo tendrían

4 Para Zucker (1978) existen temas obstrusivos (*obtrusive issues*) y no obstrusivos (*unobtrusive issues*). Los primeros refieren a asuntos que afectan la experiencia y por ello obstruyen la influencia de los medios. Los segundos, a cuestiones que no participan de la vida cotidiana, por lo cual los medios son la única fuente con que cuenta el público para conocerlas y por, lo tanto, será mayor su influencia potencial.

relevancia cognitiva predominante cuando el individuo no cuenta con experiencias directas o interpersonales al respecto.

En relación con los periodistas y los contratos de lectura, un tema central es la confianza en los medios de comunicación que actualmente se encuentra minada dados los clivajes y denuncias cruzadas sobre las relaciones entre medios y política. Durante la pandemia la credibilidad y confiabilidad de las fuentes de información se tornó un aspecto crucial para la vida cotidiana, puesto que se volvió necesario obtener datos actualizados con respecto a las medidas de prevención, a los riesgos y a las normas cambiantes que rigen las actividades. En la encuesta medimos la confianza en distintas fuentes de información acerca del COVID-19: los medios de comunicación nacionales, los medios internacionales, el gobierno, organismos internacionales y familiares o conocidos. La evaluación y confianza en las fuentes de información varía según la identificación política de quien responde:

Gráfico 3. *Confianza en el gobierno como fuente de información sobre COVID-19*



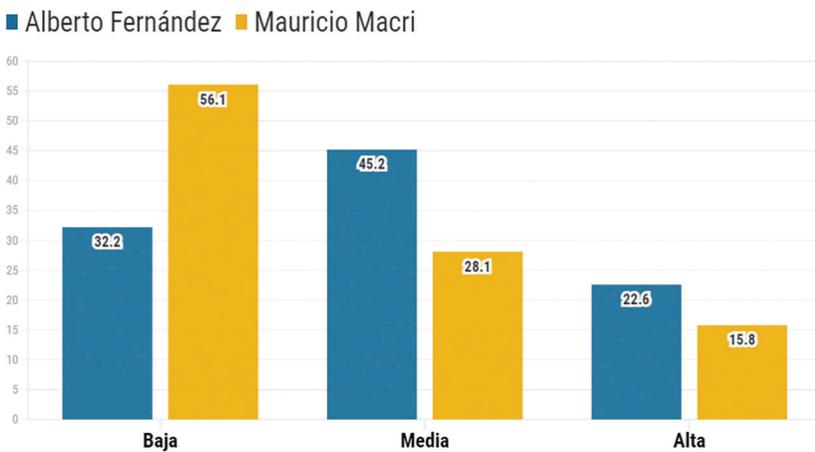
Fuente: Encuesta NECyC 2020

Como se observa en el gráfico 2 entre los votantes de Macri en 2019 sólo el 21.1 % presenta alta confianza en el gobierno argentino, el 33.3% muestra un nivel de confianza regular y la respuesta más frecuente es del 45.6 % que manifiesta baja o nula confianza. En cambio, entre los votantes del oficialismo, el 82.2% declara alta o muy alta confianza en la información que ofrece el gobierno, sólo un 11 % tiene confianza regular y el 6.8 % un nivel bajo de confianza. Es

importante recordar que la encuesta se realizó en junio y julio de 2020, cuando todavía las cifras de contagios y muertes por coronavirus estaban en un nivel más bajo y se observaba un alto consenso -inclusive entre los representantes de la oposición- en relación con las medidas sanitarias propuestas por el gobierno de Alberto Fernández. Es posible inferir que, si hoy repitiéramos la medición, los resultados serían diferentes al menos en este aspecto.

Por último, la confianza en los medios de comunicación a nivel nacional también varía de acuerdo con la posición política de quien responde, pero no es tan claro el sentido de esta correlación. En términos generales, se observa un nivel bajo de confianza sobre los medios, más marcado entre los votantes de Macri que entre los votantes de Alberto Fernández. Así, el 56 % de los votantes de Macri manifiesta baja o nula confianza en los medios nacionales, contra el 32 % de los votantes oficialistas, que concentran sus respuestas en una confianza “media”, con el 45 %.

Gráfico 4. Confianza en medios nacionales como fuentes de información sobre COVID-9 según voto en elecciones 2019

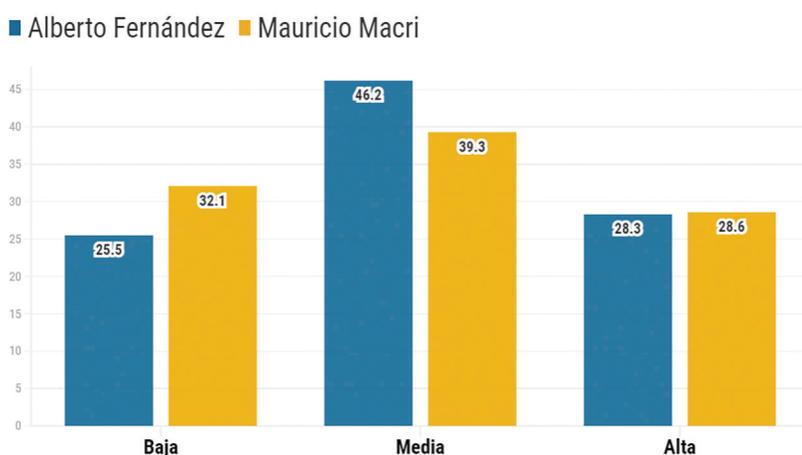


Fuente: Encuesta NECyC 2020

El dato más elocuente es la baja confianza en los medios de comunicación en Argentina, un dato que había aparecido ya en otros estudios sobre confianza en medios. Una encuesta de *Reuters Institute* de la Universidad de Oxford (2020), mostró que la confianza en las noticias en Argentina en general fue de 33%, por debajo del promedio de 38% de los 40 países incluidos en el informe a nivel global.

En tercer lugar, consultamos acerca del nivel de confianza en la información que ofrecen los medios internacionales. En este caso, como esperábamos, no hay mucha diferencia entre la evaluación que hacen oficialistas y opositores. En ambos casos, los medios internacionales ofrecen mayor nivel de confianza que los nacionales. Casi un 30 % demostró alta confianza en ellos, mientras que el 39,3 % de los votantes de Macri y el 46,2 de los votantes de Fernández señalaron una confianza media.

Gráfico 5. Confianza en los medios internacionales como fuentes de información sobre COVID-9 según voto en las elecciones de 2019

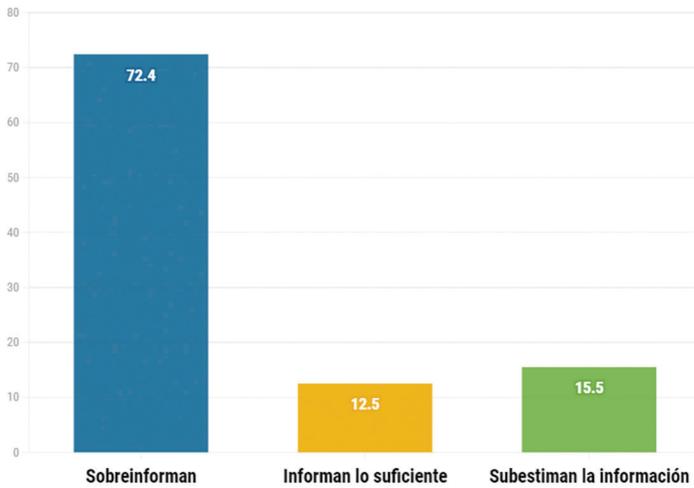


Fuente: Encuesta NECyC 2020

La falta de credibilidad también está vinculada con el sensacionalismo con que los medios representan o representaron a la pandemia. Al respecto, en los últimos meses los estudios de opinión pública muestran que se incrementó la desconfianza sobre el rol de los medios en la pandemia, lo que se vincula con una mayor percepción de que los medios “hacen un espectáculo de la situación”⁵. Por ejemplo, el mismo estudio de opinión pública expone que el 53% consideró que los medios trataron el tema del coronavirus “de forma alarmista”, un 24,6% opinó que hubo noticias falsas o información poco confiable, 14,4% consideró que comunicaron de forma responsable y solo un 7,4% de forma neutral (Proyección Consultores, junio 2020).

5 Proyección Consultores, Encuesta realizada en junio 2020: <http://www.proyeccionconsultores.com.ar/>

Gráfico 6. ¿Considera que los medios en relación con el COVID-19...?



Fuente: Encuesta NECyC 2020

Un problema que emerge de la necesidad de información y del ritmo rápido de publicaciones fue la multiplicación de noticias de calidad dudosa, tematicado por los investigadores como “infodemia”⁶. La infodemia hace referencia a un gran aumento del volumen de información relativa a un tema, que puede incrementarse de forma exponencial en muy poco tiempo por un incidente determinado, como es la pandemia del coronavirus (COVID-19). En esta situación aparece una mezcla de información científica y técnica con rumores, datos manipulados, falsos expertos, información incorrecta y noticias falsas y tendenciosas que dificultan el procesamiento y discernimiento por parte del receptor (Gallotti et al., 2020).

La infodemia se nutre de las *fake news*, y las noticias falsas. Como muestran Aruguete y Calvo las noticias falsas se refieren a un contenido que no está verificado, aunque no necesariamente sea producto de una intencionalidad política. En el caso de las *fake news*, así como de cualquier otro tipo de ataques virtuales, la intencionalidad no es informar sino generar un daño. De este modo, si la distancia entre conocimiento y evento es amplia, el espacio para crear teorías

6 El término “infodemia” se deriva de la conjunción de los términos “epidemia” e “información” y hace alusión a un exceso de información (veraz o no) que dificulta que las personas accedan a aquella proveniente de fuentes fiables y obtengan orientaciones válidas en momentos en que se hace más necesario para la toma de decisiones (Gallotti et al., 2020).

conspirativas lo será también (Aruguete y Calvo, 2020: 40). Así, distintos trabajos muestran que en la Argentina existió una cobertura polarizada, partisana y desigual, aun cuando las agendas temáticas de los principales portales digitales y la presencia de las fuentes fue homogénea en medios con diferentes posiciones editoriales (Aruguete y Calvo, 2021; Zunino, 2021).

En Argentina, como respuesta a esa proliferación de noticias falsas que generaban preocupación y podían incluso inducir a tomar medidas no fundadas en evidencias científicas, se creó un espacio para verificar las noticias que circulaban sobre el coronavirus: *Ciencia Anti Fake News*. Esto se suma a otras iniciativas ya vigentes contra la desinformación como Chequeado, Confiar, y Nodio. Sin embargo, no hemos notado incidencia de estas propuestas en nuestros registros.

Reflexiones finales

La pandemia exacerbó y puso en evidencia múltiples transformaciones en distintas dimensiones de la vida social, creando una necesidad imperativa de acceder a las noticias e informaciones actualizadas sobre el virus y las medidas gubernamentales. Por ende, los medios de comunicación y las redes sociales jugaron un rol protagónico sobre todo durante los primeros meses, entre marzo y junio de 2020. En este artículo, nos basamos en mostrar algunos de los cambios que tuvieron lugar en los comienzos del confinamiento en el escenario mediático y su impacto en las audiencias. De este modo, basándonos en la *Encuesta sobre prácticas culturales y hábitos informativos en la cuarentena* que realizamos desde el Núcleo de Estudios en Comunicación y Cultura, señalamos que al comienzo de la pandemia se registró una demanda de información mediática y de noticias sobre el coronavirus. Este momento inicial de alto consumo mediático estuvo signado en un comienzo por un cierto consenso de los diversos canales de información, pero luego dio lugar a una intensa polarización política de la cobertura mediática, a la proliferación de *fake news* o de dudosa credibilidad, lo cual fue percibido y cuestionado por los sujetos del estudio. La confianza en las diversas fuentes de información se mostró estrechamente vinculada con la identidad política de los sujetos.

La demanda de noticias sobre el covid fue declinando con el tiempo debido a la saturación frente a la alta exposición a los medios y también en función de la acumulación de experiencias directas personales sobre el covid. Mostramos también que esa variación en el consumo de información se observó desde la producción de noticias, dando cuenta de algunas de las prácticas periodísticas vinculadas con la noticiabilidad del tema. La investigación se complementó con

encuestas y con entrevistas a editores de audiencias de los principales portales del país. Por último, analizamos de qué formas son relevantes las afinidades entre posiciones políticas, consumos mediáticos y confianza, lo cual actualmente resulta significativo para comprender los posicionamientos frente a la pandemia y la cuarentena en Argentina.

En síntesis, el trabajo pretende aportar desde una perspectiva culturalista, un mapeo de algunas de las prácticas de producción y consumo mediáticas que tuvieron lugar en la pandemia. Estos avances permitirán, en futuras investigaciones, evaluar qué transformaciones traídas por la pandemia y el aislamiento se constituyeron en cambios permanentes, y cómo se reorganizaron los modos de informarse.

Referências:

- ALEIXANDRE-BENAVENT, Rafael et al. Información y comunicación durante los primeros meses de Covid-19. Infodemia, desinformación y papel de los profesionales de la información. *Profesional De La Información*. [S. l.], v. 29, n. 4, 2020. DOI: 10.3145/epi.2020.jul.08. Disponible em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/79622>. Acceso em: 7 dic. 2022.
- ANSELMINO, Natalia Raimondo. Inquietudes sobre la circulación de información a través de WhatsApp en tiempos de pandemia. In: VALDETARRO, S. (comp). *Conversaciones en pandemia*. [S. l.], 2020, UNR, pp. 82-90.
- ARUGUETE, Natalia y CALVO Ernesto. Coronavirus en Argentina: Polarización partidaria, encuadres mediáticos y temor al riesgo. *Revista SAAP*. [S. l.], v. 14, n. 2, 2020, pp. 281-310.
- BERGER, Peter y LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires, Amorrortu, 2003.
- CALZADO, Mercedes; CIRULLI, Ailin y LIO Vanesa. La ventana al exterior en la pandemia: tecnologías, hábitos y confianza informativa en Argentina. *Revista CTS*, número especial, 2021, pp. 83-100.
- CASTELLS, Manuel. *La Era de la Información: Economía, sociedad y cultura*. Volumen I: La Sociedad Red. México, Siglo XXI, 2006.
- DÍEZ GARCÍA, Ruben; Belli, SIMONE y MÁRQUEZ, Israel. La COVID-19, pantallas y reflexividad social. Cómo el brote de un patógeno está afectando nuestra cotidianidad. *Revista Española De Sociología*. [S. l.], 2020, v. 29, n. 3.
- ELLIS, A. et al. Autoetnografía: un panorama. Astrolabio. *Nueva época*. [S. l.], n. 14, 2015, pp. 249-273.
- ESPADA, Agustín. La pandemia y los cambios en el consumo radial. *Página 12*. [S. l.], 17 abr. 2020.

- FERRER-CONILL, Raul y Tandoc Jr, Edson. The Audience-Oriented Editor. *Digital Journalism*. [S. l.], 2018, v. 6, n. 4, pp. 436-453.
- FOCAS, Brenda. Las audiencias en tiempos de pandemia. In: BROWNE, Rodrigo y DEL VALLE, Carlos. *Covid.19 La comunicación en tiempos de pandemia*. Chile, Ediciones UFRO, pp. 45-55, 2020.
- GALLOTTI, Riccardo; VALLE, Francesco; CASTALDO, Nicola; SACCO PIERLUGGI, De Domenico Manlio. Assessing the risks of 'infodemics' in response to COVID-19 epidemics. *Nat Hum Behav*. [S. l.], 2020, v. 4, pp. 1285-1293.
- GARCÍA-MARÍN, David. Infodemia global. Desórdenes informativos, narrativas fake y fact-checking en la crisis de la Covid-19. *Profesional de la información*. [S. l.], 2020, v. 29, n. 4.
- HALL, Stuart. Encoding/Decoding. En Simon During (ed.) *The Cultural Studies Reader*.. [S. l.], 1980, pp. 90-103.
- HEATH, Linda y PETRAITIS, John. Television viewing and fear of crime: Where is the mean world? *Basic and Applied Social Psychology*. [S. l.], 1987, v. 8, n. 1-2, 97-123.
- IGARTUA, Juan-José; ORTEGA-MOHEDANO, Félix; ARCILA-CALDERÓN, Carlos. Communication use in the times of the coronavirus. A cross-cultural study. *Profesional de la información*. [S. l.], v. 29, n. 3, 2020.
- JUÁREZ GÁMIZ, Julio. Redes sociales y conversación pública en tiempos de pandemia, *Consejo Mexicano de Ciencias Sociales*, 2020. Disponible en: <https://www.comecso.com/eventos/redessociales-conversacion-pandemia>
- KOZINER, Nadia; ARUGUETE, Natalia y ZUNINO, Esteban. Pandemia, medios y riesgo. In: BROWNE, Rodrigo y DEL VALLE, Carlos (eds). *La comunicación en tiempos de pandemia*. Rondônia, Ed. UFRO, 2020, pp. 83-88.
- LAZARFELD, Paul y KATZ, Elihu. *La influencia personal. El individuo en el proceso de comunicación de masas*. Barcelona, Editorial Hispano Europea, 1979.
- MCCOMBS, Maxwell y SHAW, Donald L. The agenda-setting function of the mass media. *Public Opinion Quarterly*. [S. l.], 36, 176-187, 1972.
- MOGUILLANSKY, Marina; FISCHER, Melina y FOCÁS, Brenda. Prácticas culturales, información y política en pandemia. *Documento de Investigación 12-2020*, IDAES.
- MORLEY, David. *Televisión, audiencias y estudios culturales*. Madrid, Amorrortu Editores, 1996.
- MUÑIZ, Carlos. Media System Dependency and Change in Risk Perception During the COVID-19 Pandemic. *Tripodos*. [S. l.], 2020, n. 47, v. 1, pp. 11-26.
- SILVERSTONE, Roger. *Televisión y vida cotidiana*. Buenos Aires, Amorrortu ediciones, 1994.
- SILVERSTONE, Roger. *¿Por qué estudiar los medios?*. Buenos Aires, Amorrortu ediciones, 2004.

- VAN DIJCK, Jose. *La cultura de la conectividad. Una historia critica de las redes sociales*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2016.
- WEAVER, James y WAKSHLAG, Jacob J. Perceived vulnerability to crime, criminal vic-timization experience and television viewing. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*. [S. l.], 1986, v. 30, n. 2, pp. 141-158.
- ZUCKER, Harold. The Variable Nature of Mass Media Influence. En: B. D. Ruben (ed.) *Communication Yearbook*. New Brunswick, NJ Transaction, 1978, pp. 225-245.
- ZUNINO, Esteban. Medios digitales y COVID-19: sobreinformación, polarización y desinformación. *Universitas*. [S. l.], 2021, n. 34, pp. 133-154.

Recebido em: 10/12/2021

Aprovado em: 29/08/2022

Como citar este artigo:

- FOCAS, Brenda; MOGUILLANSKY, Marina. Las noticias de la pandemia. Un estudio desde las audiencias. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 955-973.

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português,
inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a

pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider – (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais, assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas *ad hoc*, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses.

A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

